



UNICAMP

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DEPENDÊNCIA NA DIVISÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO: UM ESTUDO DA REGIÃO SUL DE
SANTA CATARINA**

CAMPINAS

2013



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DEPENDÊNCIA NA DIVISÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO: UM ESTUDO DA REGIÃO SUL DE
SANTA CATARINA**

Orientadora: PROF^a Dr^a ROSANA BAENINGER

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
para obtenção do Título de Mestre em
Demografia

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LUÍS FELIPE AIRES
MAGALHÃES, E ORIENTADA PELA PROF^a. Dr^a. ROSANA BAENINGER

CPG, 28/02/2013

CAMPINAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
MARTA DOS SANTOS – CRB8/5892 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M27m Magalhães, Luís Felipe Aires, 1987-
Migração internacional e dependência na divisão
internacional do trabalho : um estudo da região sul de
Santa Catarina / Luís Felipe Aires Magalhães. --Campinas,
SP : [s.n], 2013

Orientador: Rosana Baeninger
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração internacional – Santa Catarina. 2. Migração
internacional – Trabalhadores. 3. Áreas subdesenvolvidas - dependência
de países estrangeiros.

I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: International migration and dependency in labor world
division: a study of Santa Catarina's south

Palavras-chave em inglês:

International migration – Santa Catarina

International migration - Workers

Undeveloped áreas – Dependency on foreign countries

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Roberta Guimarães Peres

Gláucia de Oliveira Assis

Data da defesa: 28-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

***MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DEPENDENCIA NA DIVISÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO: UM ESTUDO DA REGIÃO SUL
DE SANTA CATARINA***

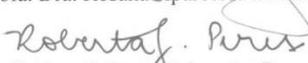
LUIS FELIPE AIRES MAGALHÃES

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 28/02/2013.

Banca:


Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres


Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – suplente
Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles - suplente

CAMPINAS/2013

Sumário

Agradecimentos	xvii
Resumo.....	xxi
Introdução.....	1
Capítulo 1. O Capitalismo em Transformação: a divisão internacional do trabalho	7
1.1. Breves Antecedentes Históricos.....	7
1.2. Divisão Internacional do trabalho e Expansão do Complexo Carbonífero Catarinense (CCSC) 17	
1.3. A Crise do Complexo Carbonífero Catarinense no marco da Divisão Internacional do Trabalho	37
Capítulo 2. Dinâmica Econômica e Dinâmica Migratória em Criciúma	63
2.1. Emigração internacional de Santa Catarina no contexto brasileiro.....	63
2.2. Diversificação Produtiva em Criciúma – SC.....	70
2.3. Indicadores para a Caracterização da Mesorregião Sul de Santa Catarina.....	90
2.4. Perfil Sociodemográfico de Criciúma – SC.	97
2.5. Perfil do Emigrante de Criciúma nos Estados Unidos	126
Capítulo 3. Remessas de migrantes: elementos teóricos e algumas evidências empíricas.....	135
3.1. As remessas de migrantes na circulação mundial de capital	136
3.2. A Esfera de Produção das Remessas de Migrantes.....	148
3.3. A Esfera de Reprodução das Remessas de Migrantes	162
3.4. Remessas em Criciúma – SC.	174
Considerações Finais	189
Referências Bibliográficas	197
Anexos.....	205

Lista de Quadros

Quadro 1 – Expansão da produção e da circulação de navios na nascente indústria carbonífera sul catarinense (Ponto de Imbituba, 1918-1924).....	28
Quadro 2 – Participação Relativa do Carvão Catarinense em relação à Produção Carbonífera Nacional (1949 – 1968, em %)......	33
Quadro 3 – Arrecadação de ICMS segundo Municípios Selecionados de Santa Catarina (primeiro semestre de 2012).	99
Quadro 4 – Repasse de ICMS segundo Municípios Selecionados de Santa Catarina (primeiro semestre de 2012).....	100
Quadro 5 – Produto Interno Bruto Segundo Mesorregiões de Santa Catarina (2011).....	101
Quadro 6 – Arrecadação de ICMS segundo Mesorregiões de Santa Catarina (2011).....	101
Quadro 7 - Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US\$ correntes).	160
Quadro 8 – Formas de comunicação entre o emigrante criciumense nos Estados Unidos e sua família na região de origem (2006).	175

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Crescimento da dívida bruta total latino-americana (1975 – 1985, em US\$ correntes).	46
Gráfico 2 – Participação do Carvão Catarinense em relação à Produção Carbonífera Nacional (1976 – 1994).	52
Gráfico 3 – Consumo de Carvão Metalúrgico no Brasil segundo origem do carvão (Nacional ou importado, 1980-1993, em 10 ³ toneladas).....	52
Gráfico 4 – Emprego no complexo carbonífero sul catarinense (1979-2000).	53
Gráfico 5 – Trabalhadores nas atividades produtivas em Criciúma (1965-2000).....	73
Gráfico 6 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1970).	108
Gráfico 7 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1980).	109
Gráfico 8 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1991).	110
Gráfico 9 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (2000).	111
Gráfico 10 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (2010).	112
Gráfico 11 – Razão de Sexo da População Residente de Criciúma, segundo grupos etários (2010).	115
Gráfico 12 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo raça/cor (2010, em % da população total).	116
Gráfico 13 – Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per capita no município de Criciúma (2010).	117
Gráfico 14 – Estrutura Etária do Emigrante Criciumense nos Estados Unidos (2001).....	127
Gráfico 15 – Origem da Força de Trabalho Imigrante dos Estados Unidos (em % do total, 2010).	149
Gráfico 16 – Natureza do atendimento à saúde do emigrante de Criciúma residente nos Estados Unidos (2006).....	159
Gráfico 17 – Remessas de Migrantes dos Estados Unidos para a América Latina (1980 a 2010, em milhões de US\$ correntes).	165
Gráfico 18 – Os Países que Mais Recebem Remessas na América Latina (em bilhões de US\$ correntes, 2011).	168
Gráfico 19 – Remessas de Migrantes como Porcentagem do PIB (em % do PIB do país receptor, 2011).	169
Gráfico 20 – Evolução do Número de Licenças e do Número de Habite-se em Criciúma (1995 – 2009).	178
Gráfico 21 – Evolução do Custo Unitário Básico dos Imóveis Urbanos em Criciúma (2005 – 2012).	186

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Emigrantes Internacionais Segundo Unidades da Federação Seleccionadas (2010).	65
Tabela 2 – Proporção de Emigrantes Internacionais em Relação à População Residente Segundo Unidades da Federação Seleccionadas (2010).	65
Tabela 3 – Emigrantes Brasileiros nos Estados Unidos Segundo Unidades da Federação Seleccionadas (2010).	66
Tabela 4 – Proporção de Emigrantes Brasileiros nos Estados Unidos em Relação à População Residente de Unidades da Federação Seleccionadas (2010).	66
Tabela 5 – Emigrantes catarinenses no mundo segundo mesorregião de origem (2010).	67
Tabela 6 – Emigrantes catarinenses nos Estados Unidos segundo mesorregião de origem (2010).	68
Tabela 7 – Municípios selecionados da Mesorregião Sul de Santa Catarina segundo volume da população (2010).	92
Tabela 8 – Municípios selecionados da mesorregião de Santa Catarina segundo grau de urbanização (2010).	94
Tabela 9 – Emigrantes internacionais de municípios selecionados da mesorregião Sul de Santa Catarina (2010).	95
Tabela 10 – Proporção de emigrantes internacionais em relação à população residente de municípios sul catarinenses selecionados (2010).	95
Tabela 11 – Emigrantes sul catarinenses nos Estados Unidos segundo municípios selecionados (2010).	96
Tabela 12 – Proporção de emigrantes sul catarinenses nos Estados Unidos em relação à população residente de municípios selecionados (2010).	97
Tabela 14 – Origem da população residente de Criciúma segundo grandes regiões brasileiras e crescimento da população (2000 e 2010).	102
Tabela 15 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Norte e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).	103
Tabela 16 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Nordeste e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).	104
Tabela 17 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sudeste e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).	105
Tabela 18 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sul e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).	106
Tabela 19 – Origem da População Residente de Criciúma por naturalidade em relação ao município e ao Estado de Santa Catarina (2010).	106
Tabela 20 – Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sul e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).	107
Tabela 21 - Taxa de Alfabetização da População de 10 anos ou mais de Idade de Criciúma, segundo o sexo (2010).	117
Tabela 22 – Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal pela população de 10 anos ou mais de idade ocupada de Criciúma (2010).	118

Tabela 23 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas segundo grandes grupos de ocupação do trabalho principal em Criciúma (2010).....	119
Tabela 24 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo seção de atividade do trabalho principal em Criciúma (2010).	120
Tabela 25 – Saldo Migratório de Criciúma Segundo Unidades da Federação (1995-2000)*. 122	122
Tabela 26 – Saldo Migratório de Criciúma Segundo Unidades da Federação (2005-2010)*. 124	124
Tabela 27 – Municípios com maior volume de imigrantes provenientes de Criciúma em Santa Catarina (2005-2010, municípios selecionados).....	125
Tabela 28 – Ano da primeira viagem aos Estados Unidos segundo o sexo do migrante de Criciúma – SC (2001).....	128
Tabela 29 – Referência da hospedagem do emigrante de Criciúma segundo sexo do emigrante (2001).	130
Tabela 30 – Motivo da migração aos Estados Unidos segundo o sexo do migrante de Criciúma – SC (2001).....	131
Tabela 31 – Condição de e permanência entrada nos Estados Unidos do migrante de Criciúma – SC (2001).....	132
Tabela 32 – Escolaridade do migrante de Criciúma – SC nos Estados Unidos (2001).	133
Tabela 33 – Nível de domínio do idioma inglês dos emigrantes de Criciúma – SC nos Estados Unidos (2001).	133
Tabela 34 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de Araranguá).	208
Tabela 35 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de Criciúma).....	209
Tabela 36 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de Tubarão).	210

Lista de Mapas Temáticos

Mapa Temático 1: Geoprocessamento do total de emigrantes internacionais catarinenses de cada município do Estado de Santa Catarina (2010).	68
Mapa Temático 2 – Emigrantes internacionais da Mesorregião Sul de Santa Catarina (2010).	69

Agradecimentos

Dedico esta dissertação a todos que ousaram e ousam estudar e lutar pelo Brasil e pela América Latina. Àqueles que deram inclusive a vida por isto, os meses que dediquei a este trabalho ainda são muito pouco. Que estejamos à altura do desafio que é sermos herdeiros de uma tradição de luta pela autonomia nacional e do continente em que vivemos.

Agradeço inicialmente a minha família, que pronto entendeu a minha necessidade de também emigrar para poder realizar o mestrado, e que me deu apoio muito além do esperado para tornar possível este projeto de estudo – e, portanto, também esta dissertação. O esforço de meus pais e meus irmãos me fez entender a importância de fazer valer a pena cada segundo depositado num projeto, que por conta disto jamais foi apenas pessoal. Como família, incluo minha companheira de vida, Camila Rodrigues da Silva, mulher que amo e respeito na imensidão de sua graça, ternura e inteligência. Nos momentos mais difíceis de solidão em Campinas (quando a única companhia eram os livros e o chimarrão), ela significou a conversa fraterna, a esperança sincera e a certeza de uma vida a ser compartilhada.

A produção teórica é parte indissociável de uma postura política. Não tenho recalque algum em afirmar que, com minha dissertação, pretendo contribuir para um país mais autônomo e com mais liberdade para seu povo. E esta dissertação ganhou os contornos atuais – recuso-me a trabalhar com a ideia de “fim” – em razão de um conjunto de pessoas que, algumas até mesmo sem notar, foram fundamentais para o processo de reflexão teórica que originou as páginas a seguir.

Agradeço a todos os companheiros do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e do Observatório Latino-Americano (OLA), ambos da UFSC. Do IELA, a Nildo Ouriques, referência crítica e intelectual, e a Lauro Mattei, Elaine Tavares e Fiorella Machiavello (peruana com a qual descobri a questão migratória). Do OLA, aos camaradas que o integraram, em especial Fernando Prado, Pietro Aruto (primeiro a me falar do NEPO), Elder Arceno, Daniel Corrêa da Silva, Mirella Rocha e Gustavo Pinto. Agradeço também a Maurício Mulinari, um irmão que o destino me deu para alegrar os dias – e questionar minhas certezas. Cada um destes fez eu me reconhecer como latino-americano – herdeiro e sujeito de lutas.

Agradeço aos companheiros das Brigadas Populares, Jonathan Jaumont, Vitor Hugo Tonin, Diógenes Breda e Guilherme Basto Lima, entre muitos outros. Estes irmãos que a luta me deu fizeram eu me reconhecer como povo, e não há outro caminho para que a mudança almejada seja real e concreta. Aos lutadores da Ocupação Contestado: Venceremos!

Aos colegas e amigos do NEPO e do IFCH, um agradecimento especial: pelas contribuições que deram ao longo do mestrado, mas principalmente pela convivência fraterna e pela recepção atenciosa que me dedicaram. Às queridas Carla Craice e Alessandra Traldi, aos amigos Sérgio Avellar e Ricardo Dagnino, a Taciana Vitti (minha companheira de intercâmbio e bar) e a Dafne Sponchiado, um sincero “muito obrigado” que estendo a todos os demais. Nestes dois anos, a transformação de colegas em amigos foi especialmente pedagógica. Agradeço imensamente também aos integrantes do Projeto Temático FAPESP “Observatório das Migrações do Estado de São Paulo”, especialmente à Ivonete Zorzetto, de dedicação e organização exemplares. Aos professores e pesquisadores da Pós-Graduação em Demografia, dedico uma gratidão sincera pelos ensinamentos. Sou grato também ao secretário do programa de pós-graduação em Demografia, Júnior, o qual sempre me orientou com atenção.

Agradeço a todos que tornaram meu estágio em Córdoba, Argentina, mais profícuo e rico. Nesta experiência, tive o prazer de conhecer Pablo Gomez, importante referência teórica sobre o tema das migrações – além de um verdadeiro guia da cidade. Com Pablo, entrei em contato com muitos autores da chamada Demografia Crítica. Há muito desta vivência nesta dissertação – especialmente no capítulo 3. A Pablo, agradeço a paciência, a atenção e os ensinamentos, que foram do rock argentino à antropologia latino-americana, sempre valorizando a cultura autóctone e clamando pela liberação intelectual. Além dele, agradeço a Eduardo Bologna, meu co-orientador na Universidad Nacional de Córdoba (UNC), particularmente no Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS) e no Centro de Estudios Avanzados (CEA). A Eduardo, agradeço em especial as constantes advertências metodológicas e as sugestões bibliográficas que, desde a primeira conversa, me fizeram compreender a urgência de se analisar criticamente a questão das remessas de migrantes – e questionar a versão dominante.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro através da bolsa de Mestrado no Programa da Pós-Graduação em Demografia da Unicamp.

Também agradeço a minha orientadora, Rosana Baeninger, referência intelectual portadora de raro respeito à autonomia intelectual do orientando. Sob sua orientação, os textos sobre a Demografia ser uma ciência social se tornaram mais claros, bem como a necessidade de se ir além dos números, dos dados, e captar os processos e a estrutura social que condicionam a dinâmica migratória. A atenção à especificidade dos fluxos e o rigor metodológico me indicaram, de pronto, que era possível aproximar os estudos de migração internacional da teoria marxista da dependência. Conforta saber que no doutorado terei sua interlocução.

A meu pai, Niderau José Prates Magalhães.

A minha mãe, Sônia Maria Aires Magalhães.

Exemplos de luta e amor presentes em cada passo que dou.

A todo o povo brasileiro e latino-americano – aos que migram, e aos que ficam.

Resumo

O processo migratório internacional é um elemento constituinte do capitalismo em escala global, tendo suas características fortemente condicionadas pelas transformações na divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento do capitalismo em nosso continente é marcado pelo fenômeno da dependência, que, por sua incidência sobre as condições de vida e de trabalho da população, engendra historicamente um conjunto de fatores de expulsão desta força de trabalho rumo a outros países. A região sul de Santa Catarina insere-se nesta dinâmica, fundamentalmente através da crise de suas estruturas produtivas ligadas ao Complexo Carbonífero e do processo emigratório rumo aos Estados Unidos. Pretende-se neste trabalho avaliar as relações históricas existentes entre a estrutura produtiva carbonífera, a divisão internacional do trabalho e o processo emigratório desde a região, conferindo especial atenção à utilização da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos, enquanto elemento essencial da acumulação de capital atualmente. Para tal, avaliamos a hipótese de que a crise do complexo carbonífero tenha atuado nas últimas décadas como um fator de expulsão da força de trabalho local, e ainda a hipótese de que haja uma superexploração dos trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos. A metodologia deste trabalho é composta por uma ampla revisão teórica e bibliográfica, por uma caracterização sócio demográfica da Mesorregião Sul de Santa Catarina e do município de Criciúma através dos dados quantitativos disponíveis, pela construção de um perfil social do emigrante criciumense e uma realização de entrevistas qualitativas com agentes do Estado de Santa Catarina e com familiares de migrantes internacionais da região. Por fim, apresentamos os contornos teóricos e algumas evidências empíricas do estudo das remessas de migrantes, conferindo particular atenção aos conceitos de dependência das remessas e de síndrome emigratória.

Abstract

The process of international migration is a constituent of capitalism on a global scale, with its characteristics strongly conditioned by changes in the international division of labor. The development of capitalism in our continent is characterized by the phenomenon of dependency, which, by its impact on the living conditions and working population, historically engenders a set of push factors of this workforce towards other countries. The southern region of Santa Catarina is part of this dynamic, primarily through the crisis of their productive structures related to complex Carboniferous and emigration process into the United States. The aim of this work was to evaluate the historic relationship existing among the structure productive coal, the international division of labor and the emigration process from the region, with special attention to the use of immigrant labor force in the United States as a key element of capital accumulation today . To this end, we evaluated the hypothesis that the complex coal crisis has acted in the past decades as a factor in expulsion from the local workforce, and also the hypothesis that there is a super-exploitation of immigrant workers in the United States. The methodology of this study consists of a comprehensive review and theoretical literature, the socio-demographic region of Southern Santa Catarina and in city of Criciúma through quantitative data, building a social profile of the Criciúma's emigrants and conducting qualitative interviews agents of the State of Santa Catarina and family of international migrants in the region. Finally, we present the outlines theoretical and some empirical evidence from the study of remittances of migrants, with particular attention to the concepts of dependency on remittances and emigration syndrome.

Resumen

El proceso de la migración internacional es un componente del capitalismo a escala global, con sus características fuertemente condicionadas por los cambios en la división internacional del trabajo. El desarrollo del capitalismo en nuestro continente se caracteriza por el fenómeno de la dependencia, que, por su impacto en las condiciones de vida y de trabajo de la población, genera históricamente un conjunto de factores de empuje de esta mano de obra hacia otros países. La región del sur de Santa Catarina es parte de esta dinámica, principalmente a través de la crisis de sus estructuras productivas relacionadas con el complejo carbonífero y el proceso de emigración hacia los Estados Unidos. El objetivo de este trabajo fue evaluar la relación estructural histórica existente entre la producción del carbón, la división internacional del trabajo y el proceso de emigración de la región, con especial atención a la utilización de mano de obra inmigrante en los Estados Unidos como un elemento clave de la acumulación de capital hoy . Para ello, se evaluó la hipótesis de que la crisis del carbón ha actuado en las últimas décadas como un factor en la expulsión de la mano de obra local, y también la hipótesis de que existe una sobreexplotación de los trabajadores inmigrantes en los Estados Unidos. La metodología de este estudio consiste en una amplia revisión teórica y bibliográfica, en la caracterización sócio demográfica del Sur de Santa Catarina y en Criciúma través de datos cuantitativos, la creación de un perfil social del emigrante cricumense y la realización de entrevistas cualitativas a agentes del Estado de Santa Catarina y familiares de migrantes internacionales en la región. Finalmente, se presentan los lineamientos teóricos y algunas evidencias empíricas del estudio de las remesas de los migrantes, con especial atención a los conceptos de dependencia de las remesas y el síndrome de la emigración.

Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: Um estudo da Região Sul de Santa Catarina.

(...) Perdido en el corazón de la grande Babylon

Me dicen el clandestino, por no llevar papel

Pa' una ciudad del norte yo me fui a trabajar

Mi vida la dejé entre Ceuta y Gibraltar

Soy una raya en el mar, fantasma en la ciudad

Mi vida va prohibida, dice la autoridad

Solo voy con mi pena, solo va mi condena

Correr es mi destino, por no llevar papel (...)

“Clandestino”, Manu Chao

Introdução

As reflexões que compõem esta dissertação são fruto de uma dupla preocupação. Por um lado, a preocupação com a posição do Brasil e da América Latina no contexto das transformações processadas no sistema capitalista mundial nas últimas décadas, especialmente desde meados do século XX. Estas transformações globais possuem causas e efeitos na economia e na sociedade brasileiras, repercutem sobre as instâncias regionais, estaduais e municipais, e alteram significativamente a vida dos indivíduos, inseridos que estão na totalidade social deste sistema capitalista em transformação. Elas são de múltiplas naturezas, perpassam a integralidade da vida social, e seu estudo requer uma aproximação entre diferentes campos do conhecimento humano e social. Somente assim pode-se explicar a complexidade destas repercussões, dado que são fenômenos sociais. Todavia, pela variedade mesmo destas transformações e de suas relações com as condições econômicas, sociais e demográficas vigentes, é necessário antes eleger um processo social fundamental que organiza estas transformações. No marco deste trabalho, este processo é a formação, expansão e crise de uma forma específica de vinculação de dada região à estrutura da divisão internacional do trabalho.

Algumas destas repercussões das transformações globais têm sido amplamente analisadas, como as desigualdades sociais (CARVALHO e WOOD, 1988; KLIKSBERG, 2002) as transformações no mundo do trabalho (ANTUNES, 1999; MÉSZAROS, 2003; VALENCIA, 2009) e o desenvolvimento regional e urbano no Brasil (MARICATO, 1979; HARVEY, 1993; VILLAÇA, 1998; MARICATO, 2003; THEIS, 2008). Outras repercussões constituem temas que não têm ainda recebido tanta atenção, seja pela sua recente emergência enquanto agenda de pesquisa, seja pelos interesses mesmos da universidade brasileira e as dificuldades de financiamento à sua pesquisa.

A emigração de brasileiros ao exterior é certamente uma destas repercussões das transformações operadas no capitalismo mundial. Ela não constitui exatamente um tema novo de pesquisa: pelo menos desde meados dos anos 1980 o deslocamento de brasileiros ao exterior, especialmente aos Estados Unidos e ao Japão, tem de alguma forma recebido a atenção de pesquisadores (PATARRA, 1995). Seu estudo tem avançado consideravelmente, para além das dificuldades de mensuração deste fenômeno, e dentro de um marco analítico particularmente rico e diverso (SINGER, 1995; SALES, 1995; SALES, 1999; SALES e REIS, 1999; BAENINGER, 2011), pois em contato com outros campos do conhecimento, como a Economia, a Geografia e a Sociologia, sobre os quais a Demografia tem dialogado e oferecido suas contribuições específicas.

Esta primeira preocupação reside justamente, portanto, na forma como as transformações do capitalismo mundial repercutem sobre as condições econômicas e sociais do país, construindo com isto uma relação com a própria emigração internacional de brasileiros. A preocupação com esta relação define em grande medida as opções teóricas e metodológicas presentes nesta dissertação, especialmente a atenção dedicada às transformações na divisão internacional do trabalho, fenômeno social do capitalismo que desenvolve um mútuo condicionamento com as migrações internacionais (SASSEN, 1994; CASTELLS, 1999; HOBBSAWN, 2000).

A segunda preocupação que fundamenta esta dissertação é de certa forma decorrente da primeira: embora o desvelamento de como se formam e se desenvolvem no tempo as relações gerais entre dois fenômenos sociais, como entre a divisão internacional do trabalho e as migrações internacionais, ainda fica por se analisar como estas relações se

traduzem no espaço concreto, em um território definido. Em outras palavras, como esta relação explica realidades específicas de municípios, microrregiões, mesorregiões e mesmo Estados da Federação, direcionando nossa análise de uma perspectiva mais geral para o estudo específico de uma localidade concreta. Esta tarefa é também importante do ponto de vista teórico e metodológico, pois revelará aspectos que a relação geral não necessariamente contempla, como os nexos históricos que ligam o ponto de origem ao ponto de destino dos fluxos migratórios, a dinâmica econômica e social dos municípios e regiões analisados detidamente, e a relação das remessas de migrantes não apenas com esta dinâmica mas também com outra: a dinâmica migratória, à medida em que atuam como fatores condicionantes de fluxos migratórios futuros. O plano de fundo de ambos processos, como procuraremos demonstrar, é a natureza específica da inserção na divisão internacional do trabalho.

O espaço concreto para este estudo é a Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, área composta de 41 municípios distribuídos em três microrregiões (de Araranguá, de Criciúma e de Tubarão), de setor de atividade econômica predominantemente terciário, cuja formação econômica e social tem como eixo fundamental o Complexo Carbonífero de Santa Catarina. A escolha desta região se dá i) pela sua importância no âmbito da emigração de brasileiros, particularmente para os Estados Unidos, o que lhe confere já uma literatura específica sobre estes fluxos, ii) pela relativa escassez de estudos sobre a dinâmica socioeconômica e demográfica da região, que cobra certamente uma análise específica de seus mecanismos de reprodução social da população ali residente e iii) por um inegável interesse particular em, a partir do estudo da incorporação da economia catarinense à economia mundial, poder também contribuir para a transformação das condições econômicas e sociais da região e do Estado. Dentro desta mesorregião de estudo, conferimos especial atenção ao município de Criciúma – SC.

Esta dissertação ambiciona desvelar, a partir do estudo da relação existente entre as transformações na divisão internacional do trabalho e a emigração internacional de brasileiros, a forma específica com que a região Sul de Santa Catarina se insere nas transformações do capitalismo contemporâneo e na dinâmica das migrações internacionais. Em nossa análise, esta relação terá como fio condutor o estudo da formação, expansão e

crise do Complexo Carbonífero de Santa Catarina (CCSC), estrutura produtiva que, à luz das transformações na divisão internacional do trabalho, organiza em grande medida (mas não exclusivamente, por certo) as condições sociais e econômicas da região e incide portanto, sobre o processo emigratório. Logicamente, o setor carbonífero não é a única via com a qual a região se conecta ao sistema mundial, dado que meios outros de articulação à divisão internacional, como o cerâmico, de porcelanato, químico e de vestuário, também vinculam a região ao sistema capitalista global. Todavia, consideramos que, dentro de uma perspectiva histórica suficiente capaz de abarcar as transformações existentes na divisão internacional do trabalho e suas repercussões na Mesorregião Sul de Santa Catarina, o setor carbonífero seja o principal eixo da acumulação de capital na região, desde, pelo menos, o início do século XX.

As transformações na divisão internacional do trabalho no capitalismo contemporâneo repercutem sobre as condições econômicas e sociais da Mesorregião Sul de Santa Catarina, condicionando a formação de fluxos migratórios para o exterior, particularmente os Estados Unidos. A hipótese é a de que isto ocorre em razão da forma específica de vinculação da economia catarinense à divisão internacional do trabalho, forma esta que depauperou as condições econômicas e sociais gerais com a desregulamentação do Complexo Carbonífero a partir dos anos 1980. Também, as migrações de catarinenses ao exterior permitem o aporte de significativas remessas de migrantes aos seus familiares que ficaram na região de origem. Estas remessas são utilizadas especialmente para o consumo corrente e para investimento produtivo (sobretudo através de construção/reforma de moradias). Incidem, portanto, sobre as condições econômicas e sociais gerais da região. Disto, destacamos a um ponto que, embora constitua objeto de preocupação desta dissertação, caracteriza-se desde já como um elemento de pesquisas futuras, qual seja, a hipótese de que esta incidência seja capaz de repercutir sobre os fluxos migratórios futuros, o que colocaria, portanto, as remessas de migrantes como um fator da dinâmica migratória da Mesorregião Sul de Santa Catarina.

O primeiro é dedicado ao estudo da relação entre a divisão internacional do trabalho e as migrações internacionais. Nele, analisamos as principais transformações processadas na divisão internacional do trabalho nas últimas décadas, especialmente após a Segunda

Guerra Mundial, e como elas incidiram sobre a América Latina e o Brasil. Esta reflexão é feita à luz dos conceitos e categorias da Teoria Marxista da Dependência, de forma que concedemos especial atenção àquelas transformações provenientes diretamente das relações de produção capitalistas, ou seja, da forma mesma com a qual o sistema capitalista mundial organiza os fatores de produção e reprodução do capital. Por tal razão, concentramo-nos na análise do capital monopolista e suas duas formas históricas mais recentes (o investimento estrangeiro direto e o capital financeiro). Pretendemos com a utilização deste marco teórico-metodológico contribuir com o estudo da migração internacional enquanto processo social concreto, relacionado portanto não apenas às desigualdades materiais criadas e replicadas pelo sistema capitalista mundial mas também às estratégias de ascensão social de milhões de homens e mulheres no mundo. Paralelamente ao estudo destas transformações, buscamos refletir teoricamente sobre como elas incidiram na mesorregião de Sul de Santa Catarina. Desta forma, dedicamos especial atenção à formação, expansão e crise do Complexo Carbonífero de Santa Catarina, investigando como este complexo se relaciona historicamente com as transformações processadas na divisão internacional do trabalho.

No segundo capítulo, buscamos tornar mais concreta a relação entre dinâmica migratória e inserção na divisão internacional do trabalho, através da análise das dinâmicas econômicas e migratória na Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente o município de Criciúma. Neste capítulo, refletimos sobre a conjuntura econômica e social atual da região, fazemos entrevistas qualitativas (com agentes institucionais do Estado catarinense e com emigrantes da região) com a finalidade de, a partir da teorização das respostas, tecer conclusões sobre os fatores de expulsão presentes na estrutura econômica e social da região. De modo a caracterizarmos município (Criciúma) e região (Mesorregião Sul), analisaremos o que nos dizem dados de diferentes pesquisas, e definiremos, com base nos últimos censos demográficos, as características mais fundamentais da população residente de Criciúma e dos municípios que compõem a Mesorregião Sul de Santa Catarina. Construiremos, ainda neste Capítulo 2, o perfil social do emigrante internacional de Criciúma, de modo a nos aproximarmos de uma teorização das remessas de migrantes, objeto do Capítulo 3. Também buscamos com esta reflexão preliminar abrir um espaço para uma agenda futura de pesquisas mais profundas e amplas sobre remessas de migrantes na região Sul de Santa Catarina, particularmente Criciúma.

O terceiro capítulo é dedicado a um tema que adquire importância cada vez maior dentro não apenas da dinâmica migratória internacional como também do Balanço de Pagamento dos países envolvidos nesta dinâmica, mas que ainda tem sido estudado como apenas um sub-produto desta dinâmica, qual seja, as remessas de migrantes. No capítulo 3, buscamos definir os elementos teóricos e metodológicos para o estudo das remessas de migrantes, dentro do marco analítico desenvolvido no primeiro capítulo, e delimitar os contornos básicos de uma formulação crítica que nos permita entender as remessas de migrantes como um elemento fundamental da atual circulação de capital em escala mundial, dado que para muitos países da América Latina ela constitui a principal forma de entrada de recursos, sendo indispensável ao ajuste do Balanço de Pagamentos e incidindo diretamente, portanto, sobre as Contas Nacionais destes países. Na definição dos elementos teóricos e metodológicos para o estudo das remessas, iremos interpretar estes recursos enquanto expressão de relações sociais, que possuem uma esfera de relação social de produção e uma esfera de relação social de reprodução, as quais ligam destino e origem do emigrante internacional.

Capítulo 1. O Capitalismo em Transformação: a divisão internacional do trabalho

1.1. Breves Antecedentes Históricos

As migrações internacionais constituem um fenômeno social (SINGER, 1995; MARTES, 2000) condicionado por fatores – de natureza social, econômica, política, cultural e ambiental – tão complexos que nos impulsionam, para o seu estudo, a uma reflexão ulterior a respeito das relações entre este fenômeno e a estrutura social na qual ele se insere. A interpretação do fenômeno migratório enquanto parte de uma estrutura social nos leva a, num primeiro momento, negar a migração internacional como coisa em si, desvinculada de uma realidade social historicamente constituída (e em movimento), e defini-la no marco de um modo de produção que requer da migração para constituir-se e desenvolver-se (GAUDEMAR, 1977; BRITO, 1995). Esta advertência inicial nos define em grande medida um marco teórico-metodológico muito rico no estudo das migrações internacionais: a perspectiva analítica de compreendermos este fenômeno como processo social. Neste sentido, o presente estudo dialogará e se inserirá na matriz teórica e metodológica do histórico-estruturalismo (GAUDEMAR, 1977; SINGER, 1995), o que significa sobretudo buscar identificar as relações entre este fenômeno e a realidade social em que ele está inscrito.

Concretamente, o exposto acima nos leva a investigar também a natureza da realidade social em que as migrações internacionais se inserem. De fato, por seus múltiplos condicionantes, jamais nos apropriaremos desta realidade senão em abstrato, enquanto concreto pensado. É preciso, então, definir dentro desta realidade social uma proposição teórica, isto é, um fenômeno ulterior com o qual a migração internacional estabelece uma relação de mútuo condicionamento. Entender a relação a partir deste mútuo-relacionamento (SINGER, 1995; SILVA e MEDEIROS, 2009) já nos afasta de uma série de interpretações fisicalistas, positivistas e normativistas dos fenômenos, através dos quais, pelo contrário, tudo o que encontraríamos seriam relações de causa e efeito.

Com uma perspectiva marxista de cunho não mecanicista ou economicista, a análise dos fenômenos migratórios, embora tenha centralidade econômica, considerando ser o modo como os homens se organizam para produzir a base de

sua organização social, reconhece a interconexão de múltiplos fatores na produção de qualquer fenômeno social, mesmo porque, para este paradigma, a totalidade é considerada uma categoria necessária à análise do real (MEDEIROS, 2009, p. 17-18).

Neste sentido, o presente estudo entende que a relação entre as migrações sociais e o fenômeno social que lhe é ulterior é, precisamente, uma relação dialética, a partir da qual os fenômenos condicionam-se reciprocamente. Em outras palavras, significa isto dizer que a migração internacional é condicionada por um determinado fenômeno da realidade social e, simultaneamente, também incide sobre este fenômeno. Ou seja, um elemento fundamental da realidade social possui relações de mútuo condicionamento com as migrações internacionais, de modo que entender a um requer necessariamente o estudo do outro. Qual seria, no entanto, este fenômeno que se relaciona com as migrações internacionais?

Responder a esta pergunta já supõe um entendimento prévio sobre a natureza conceitual das migrações internacionais. Neste sentido, a resposta dependeria basicamente do marco teórico-metodológico em que inscrevemos o fenômeno das migrações internacionais. Dois aspectos disto merecem ser destacados.

Primeiro: como fenômeno social, as migrações internacionais escapam ao âmbito individual de manifestação no tempo e no espaço (PINTO, 1973; SINGER, 1995). Não negamos com isto que migrar seja um evento individual, pelo contrário, afirmamos que ele é um evento que se apresenta na esfera do indivíduo em sociedade, em classes sociais (PINTO, 1973; SINGER, 1995). O que aparece visivelmente como um evento individual é, na verdade, a materialização de um processo social no indivíduo (SINGER, 1995). O indivíduo é, portanto, um momento do social, mas um momento que define apenas sua visibilidade e não sua natureza. Pelas condicionantes do fenômeno, trata-se de um processo social (SINGER, 1995).

Segundo: como fenômeno social que se manifesta no espaço envolvendo dois países, as migrações internacionais fazem necessariamente menção às especificidades e desigualdades que envolvem estes dois espaços (SASSEN, 1994; SINGER, 1995). Isto, por um lado, nos revela a importância para os estudos de migração internacional de uma reflexão desde as particularidades existentes na origem e no destino dos migrantes, ou seja, uma análise amparada na compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo no

espaço. Cada fluxo migratório internacional neste sentido já traz em si uma relação a respeito da concentração desigual no espaço de determinados fatores identificados como condicionantes da migração. Nesta relação, há uma primazia das condições sociais e econômicas da origem na explicação do fenômeno migratório, tendo em vista que “a área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar, desde que tais transformações já não sejam o resultado de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores” (SINGER, 1995, p. 54).

Mais uma vez, todavia, nos deparamos com um problema de natureza metodológica: estas transformações sociais e econômicas possuem particularidades que são múltiplas, de modo que se torna preciso identificar, na generalidade da realidade social, qual é o fenômeno a partir do qual julgamos que a migração internacional estabelece a relação dialética enunciada acima. Neste sentido, a dinâmica do capitalismo e seu processo de desenvolvimento desigual no espaço se associam à mobilidade espacial da própria população no âmbito internacional (BRITO, 1995; PATARRA e BAENINGER, 1995). Esta natureza concreta do fenômeno da mobilidade internacional exige, para seu entendimento, uma reflexão sobre como se cria a realidade social e como ela se apresenta desigualmente nos espaços de origem e destino – espaços internacionais.

A realidade social de nosso tempo é um produto histórico do desenvolvimento do capitalismo nos últimos séculos (DOBB, 1971; FRANK, 1980; HUBERMAN, 1986), e o próprio desenvolvimento capitalista em escala global teria sido obstaculizado se não contasse com uma estrutura mundial de trocas erigida pelo sistema colonial (FRANK, 1973; WILLIAMS, 1975; BAGÚ, 1977). Este sistema foi o responsável pela primeira grande estruturação do mundo em uma divisão internacional do trabalho. O fundamental a ser considerado é que ele foi erguido sobre relações de produção não puramente capitalistas (MARINI, 2000). Sua produção para o mercado de consumo e a natureza das trocas, já envolvidas em um mercado mundial, todavia, cumpriram uma função capitalista, dentro da qual o regime de trabalho escravo e o comércio triangular são, sem dúvida, os principais condicionantes da acumulação primitiva de capital e o elemento fundante da grande indústria moderna (FRANK, 1980; MARINI, 2000). São processos, portanto, que

organizam a produção mundial de mercadorias a partir de uma divisão internacional do trabalho específica.

E trata-se de um processo mundial pela natureza universal mesma do capital, que desconheceu barreiras nacionais e os limites impostos pelo exclusivismo colonial ibérico. O revolucionamento constante das bases técnicas de produção e a decadência do sistema feudal ampliaram para o capital, inicialmente a partir da costa mediterrânica da Itália mas logo também na porção norte e oeste da Europa, suas possibilidades de valorização. Segundo Marx e Engels (1848/2009),

a descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário (MARX e ENGELS, 1848/2009, p. 25).

O impulso que o capital comercial oferecia ao capital industrial só pôde ser canalizado na Inglaterra por que operavam ali as condições econômicas e políticas de uma verdadeira hegemonia mundial (WILLIAMS, 1975; FRANK, 1980). O domínio dos mares e a obtenção de lucro em todas as etapas do comércio triangular vieram somar-se a uma Revolução Gloriosa que já no século XVII colocara o Estado à serviço da acumulação de capital (HUBERMAN, 1986). Isto significou, para as condições ao desenvolvimento industrial no que se relaciona ao provimento de insumos, um Estado que não hesitou em eliminar o poder das oligarquias rurais, cercando o campo para a produção têxtil e condenando os grandes proprietários rurais à condição de usurpadores da riqueza nacional¹.

No que se relaciona à formação de um grande contingente de trabalhadores desprovidos de meios de produção, significou um Estado que aboliu, ainda que gradativa e não abruptamente, a Lei dos Pobres, que dava guarida e proteção aos desocupados e sem a qual extinguiu-se definitivamente qualquer possibilidade de reprodução social da existência senão admitindo o trabalho em minas e indústrias, com longas jornadas de trabalho e

¹ O importante economista clássico inglês David Ricardo (1772-1823) teorizou sobre a correlação de classes na conjuntura social e econômica inglesa específica da transição do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial. Para aprofundamentos, consultar RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 301p.

relações insalubres de produção (POLANYI, 1980; HUBERMAN, 1986). Ou seja, um Estado que regulava a separação dos trabalhadores aos meios de produção, o que possibilitou a consolidação do trabalho assalariado, e que concomitantemente garantia juridicamente a vigência da propriedade privada. Um Estado, portanto, à serviço da acumulação de capital, particularmente do capital industrial.

A formação da grande indústria moderna é um marco na história do mercado mundial, e o momento a partir do qual podemos falar em uma divisão internacional do trabalho essencialmente capitalista². O mercado mundial é a condição básica do Modo de Produção Capitalista, a estrutura que o permite desenvolver-se em escala global, para além dos limites nacionais (MARX & ENGELS, 1848/2009). “Não haveria capitalismo sem a articulação internacional dos mercados. O 'antigo sistema colonial' havia promovido uma integração internacional comandada pelo capital mercantil das metrópoles, dentro das rígidas normas dos monopólios e do exclusivismo comercial” (BRITO, 1995, p. 54). Esta estrutura, forjada como vimos no sistema de comércio colonial, coloca novas funções para a América Latina exercer em escala global, e solidifica uma divisão internacional do trabalho de natureza polarizante, desigual. É esta natureza desigual da divisão internacional do trabalho que temos à luz na análise do processo migratório internacional. De acordo com Singer (1995),

quando se dá a Revolução Industrial, a economia mundial, no sentido de uma ampla divisão internacional do trabalho que abrange cidade e campo de múltiplos países, já estava dada. Nesta economia mundial, a posição dos vários países não era a mesma. O acesso ao mercado externo de cada país dependia do seu poder político, sobretudo de sua capacidade de monopolizar colonialmente territórios no além-mar e de dominar rotas marítimas. Neste sentido, a Grã-Bretanha desponta, no fim do século XVIII como a potência líder da economia mundial. É o domínio inglês de uma ampla gama de mercados externos, a condição chave da Revolução Industrial, que se inicia naquele país [...] O uso de novas formas de energia e da maquinaria não só correspondeu à exigência de uma demanda concentrada mas exigiu por sua vez, para se tornar rentável, em comparação com as técnicas manufatureiras até então praticadas, uma demanda muito ampla e, portanto, muito concentrada. Sem uma produção em grande escala, o investimento em capital fixo não pode ser amortizado. Este fato está na base do caráter desigual e contraditório que a Revolução Industrial assumiu no plano mundial, praticamente desde o seu

² É a partir dela que transformações importantes como a Independência na América Latina, a criação dos Estados Nacionais no continente e a abolição da escravatura foram operadas. Para aprofundamentos em relação a esta dinâmica, consultar CUEVA, Agustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983. 212p., e RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latinoamericana**. 2ª ed. Florianópolis – SC: Editora Insular, 2012. 584p.

início. A grande indústria permaneceu apanágio britânico durante cerca de um século – dos fins do século XVIII ao último quartel do seguinte. Durante todo este período, a economia urbana inglesa permaneceu como centro dinâmico de um sistema internacional de divisão do trabalho que tinha o campo da maior parte dos outros países como grande área periférica. A partir de 1875 mais ou menos este quadro se modifica, mas apenas no sentido da substituição do monopólio industrial inglês pelo monopólio análogo de um punhado de nações – Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, além da própria Inglaterra etc – cuja economia urbana se industrializa, passando a absorver, do campo de seus próprios países e dos demais, matérias-primas e alimentos, fornecendo em troca bens industrializados. Sendo a concentração o traço essencial da indústria fabril, que o progresso técnico dos últimos 200 anos não fez mais que acentuar, era inevitável que os países que não pudessem contar com um acesso privilegiado a amplas parcelas do mercado mundial não se industrializassem [...], passou-se a reconhecer que estes países – a grande maioria da humanidade – permaneceram 'subdesenvolvidos' (SINGER, 1995, ps. 25-26).

A inserção desigual das unidades nacionais na estrutura da divisão internacional do trabalho é um importante mecanismo sob o qual a migração internacional se desenvolve (MARTINE, 2005, CASTELO BRANCO, 2006; MEDEIROS, 2009; BAENINGER, 2012). Esta inserção desigual atua como elemento estrutural formador das condições sociais e econômicas que incidem sobre o processo migratório, mas a explicação desta relação requer que explicitemos como esta inserção desigual reflete sobre as condições sociais e econômicas que regulam o processo migratório internacional. Na região analisada neste trabalho, o nexos entre a divisão internacional do trabalho e a dinâmica migratória na região é justamente a formação, expansão e crise do Complexo Carbonífero de Santa Catarina (CCSC).

Com a explicitação destas desigualdades de inserção na estrutura da divisão internacional do trabalho – e a gradativa falência de a migração interna assegurar mobilidade social (PATARRA e BAENINGER, 1995; BRITO, 1995) – a impossibilidade de mobilidade social em um país passa a contrastar com esta mesma possibilidade em outro país³. Isto advém da desigualdade nas condições gerais de subsistência característica de um

³ Este ponto é particularmente importante. O esgotamento do processo de mobilidade social via migrações internas no Brasil coloca no horizonte concreto da superpopulação relativa a alternativa representada pelas migrações internacionais: “Em períodos de expansão econômica e mercados de trabalho mais abertos, o processo migratório interno significava uma possibilidade de se mover na escala social através de uma bem sucedida mobilidade ocupacional e uma consequente melhoria no padrão de renda no lugar de destino. A verdade é que o processo migratório era seletivo: uma grande parte dos imigrantes não conseguiu sucesso nesta mobilidade e só restava a ela o retorno às origens ou o itinerário de milhões de brasileiros – pular de cidade em cidade ou de região em região, como nômades sociais. O importante é que essas possibilidades de mobilidade social, mesmo não aplicáveis a todos os emigrantes, estão tendendo a

país em posição central nesta estrutura em relação a um país em posição periférica nesta mesma estrutura da divisão internacional do trabalho (FRANK, 1969; MARINI, 2000). É preciso, então, definirmos exatamente o marco analítico sob o qual entendemos que a divisão internacional do trabalho se relaciona com a migração internacional.

Primeiramente, deve-se salientar o caráter desigual do desenvolvimento do capitalismo em escala global (FRANK, 1969; MANDEL, 1982; BRITO, 1995; MARINI, 2000). Uma análise do desenvolvimento desigual do capitalismo nada mais é que uma reflexão sobre as repercussões no tempo e no espaço das desigualdades entre as frações do capital (MANDEL, 1982), quais sejam, capital fixo ou constante (aquele constituído por máquinas, equipamentos e tecnologia) e capital variável (a força de trabalho). Estas desigualdades corporificam-se em distintos níveis de composição orgânica do capital (COC) (MARX, 1867/1984; MANDEL, 1982). O desenvolvimento maior ou menor das forças produtivas do capital e da aplicação destas às relações de produção é o plano de fundo das distintas formas de inserção das unidades nacionais na estrutura da divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000). Neste sentido, é imprescindível, para explicarmos as formas atuais desta inserção, termos em mente a estrutura polarizante herdada do sistema colonial, qual seja, a de centro (metrópole) e periferia (colônia) (FRANK, 1969; SUNKEL, 1970; GUIMARÃES, 1999; MARINI, 2000). Em conformidade com Frank (1969),

geralmente se sustenta que o desenvolvimento econômico ocorre em uma sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos estão todavia em uma etapa, às vezes descrita como uma etapa histórica inicial, pela qual as atuais nações desenvolvidas passaram há muito tempo. Sem embargo, o mais modesto conhecimento da história mostra que o subdesenvolvimento não é nem original e nem tradicional e que nem o passado e nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem, em nenhum aspecto importante, com o passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países desenvolvidos de hoje nunca tiveram subdesenvolvimento ainda que possam haver estado pouco

se esgotar. O emprego em mercados de trabalho 'menos nobres' ou em 'espaços secundários', como a construção civil, ou no mercado informal, tornou-se muito mais competitivo. Simultaneamente, os mercados da economia tornaram-se mais fechados e oligopolizados (...). O resultado é que se tornou impossível, para a grande maioria dos imigrantes, associar a sua mobilidade espacial a uma maior mobilidade ocupacional e social. Não foi por outra razão que migrações para regiões que antes eram de grande atração migratória, como as regiões metropolitanas, reduziram-se enormemente (...). Para muitos, aqueles com um padrão educacional mínimo, a possibilidade de mobilidade social ficou restrita a uma alternativa praticamente inédita em décadas anteriores: a migração para os Estados Unidos, Europa ou Japão (BRITO, 1995, ps. 62 e 63).

desenvolvidos. É também amplamente sabido que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, o produto histórico da economia passada e atual e de outras relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos. Principalmente, estas relações são parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial conjuntamente (FRANK, 1969, p. 22, tradução livre).

Ou seja, o desenvolvimento capitalista em escala mundial não se dá apesar mas sim em razão do subdesenvolvimento capitalista na periferia do sistema (FRANK, 1969; MARINI, 2000). Esta polarização denuncia não o caráter dual (duas estruturas isoladas e diferentes) mas sim a natureza dialética (duas estruturas desiguais e intimamente associadas dentro de uma totalidade) do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, “o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento do próprio capitalismo” (FRANK, 1969, p. 26).

A dinâmica de reprodução do capitalismo em escala global tende, portanto, a gerar desenvolvimento e subdesenvolvimento, naquilo que se refere às diferentes nações (MARX, 1867/1984; FRANK, 1969). Esta dialética opera não apenas no plano mundial, mas também nos planos nacionais e regionais (FRANK, 1969; OLIVEIRA, 1975). Sua vigência expõe uma contradição do capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho muito importante para os estudos migratórios, qual seja, a constante produção, pelo capital, de uma superpopulação relativa (MARX, 1867/1984). De acordo com Marx (1867/1984),

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (...). Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 1867/1984, ps. 200 e 202).

A produção, pelo capital, de uma população excedente, não empregada pelas relações de produção vigentes, é um elemento básico do desenvolvimento do capitalismo. Como enunciado acima, esta superpopulação relativa, embora não participe ativamente da produção, enquanto força de trabalho empregada, é utilizada pelo capitalista como um

instrumento permanente de pressão sobre os salários. Marx foi com efeito minucioso ao desvendar os mecanismos pelos quais “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1867/1984, p. 199), e que regula o nível dos salários da força de trabalho empregada. Esta é uma característica geral da relação entre o processo de reprodução do capital e a superpopulação relativa (BRITO, 1995). O que nos importa destacar neste momento é que a divisão internacional do trabalho, à medida que produz o fenômeno do subdesenvolvimento, cria, para o continente latino-americano, um conjunto de especificidades de fundamental importância para o estudo das migrações internacionais. Refiro-me ao fenômeno da dependência⁴.

Como no sistema colonial, a economia latino-americana permanecia em uma posição essencialmente exportadora de bens primários – com a novidade histórica de exportar também matérias-primas e bens salários muito pouco processados industrialmente (MARINI, 2000). Assim, destacavam-se as cidades que mantinham relações mais íntimas com a metrópole europeia. Mas entre estas cidades mesmas não havia uma articulação que pudesse impulsionar um sistema nacional de produção⁵. O que havia, pelo contrário, era um conjunto de ilhas exportadoras isoladas (OLIVEIRA, 1975). Isto em grande medida explica a concentração espacial ainda existente no litoral do território brasileiro (VILLAÇA, 1998; MARICATO, 2003).

A ênfase na exportação era, na verdade, causa e efeito de um mercado interno restrito que não permitia a realização interna da mais-valia produzida. A exportação vinha então como saída à ausência do consumo de massas. E uma aposta neste sentido só poderia restringir ainda mais este mercado interno e significar ainda mais exportações. Em outros

⁴ O marco teórico e metodológico da Teoria Marxista da Dependência, dentro do qual buscamos nos inserir neste trabalho, possui uma profundidade analítica e conceitual que ultrapassa os limites e objetivos destas páginas. Para uma reflexão mais profunda sobre a história desta teoria e sua atualidade, recomendo a leitura de BAMBIRRA, Vânia. Teoria de la Dependencia: una anticritica. Era, México, 1977, e OURIQUES, Nildo Domingos. La Teoría Marxista de la Dependencia: una historia crítica. Tesis de Doctorado, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México. Mexico, DF, 1995.

⁵ Em LIST, Georg F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986, podem ser encontradas importantes reflexões teóricas sobre as consequências econômicas e sociais de uma formação capitalista espacialmente desarticulada, não organizada enquanto um sistema nacional mas sim como um conjunto de ilhas de exportação.

termos, gerou-se historicamente uma dissociação entre a esfera de produção de capital e a esfera de circulação e realização de capital, dentro da qual o capital realiza-se fora da economia nacional dependente⁶.

A economia exportadora, todavia, encontrava um mercado mundial dominado pelos países centrais, que resguardavam sua tecnologia superior por meio de Leis de Patentes de abrangência internacional, leis de inovação e superioridade militar, além de um domínio industrial que condenava os países periféricos à importação de bens manufaturados – constringendo assim o próprio processo de industrialização na periferia do sistema mundial (FRANK, 1973). Esta estrutura demarcada do mercado mundial e a posição subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho pós-Grande Indústria Moderna, imputava à burguesia latino-americana desvantagens no comércio internacional que só poderiam ser contornadas mediante a extração de um mais-valor internamente: a deterioração dos termos⁷ de troca e a estrutural transferência de valor⁸, características das relações de circulação de capital, induzia a burguesia a buscar nas relações de produção do capital um mecanismo de compensação destas desvantagens internacionais. Segundo Marini (2000),

o aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual 'o fundo necessário do operário se

⁶ Sobre o processo de reprodução do capital na América Latina e as características fundamentais da economia exportadora, recomendo a leitura do ensaio MARINI, Ruy Mauro. **O Ciclo del Capital en la Economía Dependiente**, México: Nueva Imagen, 1979. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm

⁷ A identificação da deterioração dos termos de troca por Raul Prebisch, importante referência intelectual e política da CEPAL, constitui um marco importante para a Economia Política latino-americana. O sentido desta identificação pode ser melhor compreendido em PREBISCH, Raul. **A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1968.

⁸ A transferência de valor, consequência do intercâmbio desigual, é uma categoria fundamental para o entendimento da dependência latino-americana. Um debate muito rico sobre a vigência desta categoria foi feito por Samir Amin, Arghiri Emmanuel e Charles Bettelheim, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Uma introdução a este debate pode ser feita através da leitura de AMIN, Samir. **La Acumulacion a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1974. 662p.

converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital', implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000, ps. 123-124).

Este procedimento, que aliena parte do rendimento do trabalho para a acumulação de capital, resulta em uma dissociação entre trabalho e salário. Em outros termos, dado que o consumo interno, como vimos, não é o critério da realização da mais-valia criada internamente, o salário não estabelece relação direta com o preço das mercadorias produzidas. Se o consumo interno não é o que efetiva a produção, o salário do trabalhador pode ser pressionado até o limite mínimo da manutenção da força de trabalho. “Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (MARINI, 2000, p. 125).

Mesmo a industrialização latino-americana foi incapaz de superar historicamente a superexploração da força de trabalho, produto da estrutural dissociação entre a esfera de produção e a esfera de circulação do capital. Foi, pelo contrário, condicionada por ela, se constituindo em uma industrialização dependente que, mais que modernizar o arcaico, arcaizou o moderno (OLIVEIRA, 1975). A superexploração da força de trabalho, com isto, se constituiu não apenas em um traço característico da formação econômica e social dependente latino-americana e brasileira como também em um elemento presente na própria dinâmica atual do capitalismo no continente (MARINI, 2000).

1.2. Divisão Internacional do trabalho e Expansão do Complexo Carbonífero Catarinense (CCSC)

Até aqui, revisamos historicamente os aspectos fundamentais de nossa formação econômica e social dependente, à luz da constituição em escala global de uma estrutura de divisão internacional do trabalho. Todavia, como temos salientado desde o início deste trabalho, o entendimento da relação entre a divisão internacional do trabalho e os processos migratórios requer uma análise específica de uma estrutura produtiva (em outras palavras, de uma determinada inserção nesta divisão internacional do trabalho), que operacionalize

esta relação, baixando o nível de abstração do estudo e levantando elementos explicativos sobre como a divisão internacional do trabalho incide sobre nossa região de estudo, formando, expandindo e levando à crise o CCSC, e atuando, nas transformações das condições econômicas e sociais da região, como um elemento da dinâmica migratória.

Portanto, somente a análise específica da formação, expansão e crise do CCSC pode nos esclarecer a respeito dos nexos históricos pelos quais i) a região de estudo se insere na estrutura da divisão internacional do trabalho e ii) como as transformações nesta estrutura incidem sobre a região enquanto fatores de impulso ao processo emigratório. E isto por duas razões: primeira, o CCSC durante décadas foi a estrutura produtiva que organizou as condições sociais e econômicas da região, se constituindo na via principal de ligação da região com o mundo através de sua colocação na divisão internacional do trabalho e; segundo, foi por este nexo representado pelo CCSC, em especial nas décadas de 1980 e 1990, que as transformações mundiais, sobretudo a resposta do capital à crise do capitalismo (as reformas neoliberais), incidiram nas condições mais básicas de vida da população sul-catarinense, a impelindo a emigrar.

O imperialismo, categoria central na análise do capitalismo contemporâneo (COGGIOLA, 2001; BORON, 2002; ALI e BARSAMIAN, 2005), permite um país central impor-se sobre estruturas nacionais mais débeis, como as latino-americanas, africanas e asiáticas, mas não pode evitar de forma alguma o confronto entre as potências centrais (LÊNIN, 1916/2003). Por esta razão, o século XX foi marcado pelas disputas inter imperialistas, como as expressas na Primeira e Segunda Guerras Mundiais (DOBB, 1971; MÉSZÁROS, 2003).

O caráter mundial destes conflitos foi produto do tamanho das pretensões de dominação do capital. Sumariamente, não resta dúvida de que seus efeitos geopolíticos tenham funcionado como verdadeiras reacomodações de interesses, expressando em essência uma renhida luta no interior da divisão internacional do trabalho (AMIN, 1977). Estas disputas consagraram os Estados Unidos a uma posição de domínio internacional, não apenas por ter saído de ambas como vencedores mas principalmente por ter articulado em torno de si os interesses divergentes das potências envolvidas (MAGDOFF, 1972; GUIMARÃES, 1999). Todavia, a destruição testemunhada pelo mundo e a insurgência de

uma alternativa concreta ao Modo de Produção Capitalista com a Revolução Russa de 1917, obrigou o capital a buscar um nível mais racional de organização e representação política das esferas nacionais tão logo finda a Segunda Guerra Mundial (BARAN e SWEEZY, 1966). Desta forma, o sistema capitalista mundial e a divisão internacional do trabalho assumem contornos muito específicos na segunda metade do século XX, sob a hegemonia norte-americana. De acordo com Guimarães (1999),

esta era, por exemplo, a situação dos Estados Unidos no imediato pós-Guerra. Naquele momento, em 1946, o produto interno bruto americano era superior a 50% do produto bruto mundial. Sua estrutura econômica não somente não havia sido atingida fisicamente como havia passado por extraordinário desenvolvimento tecnológico, impulsionado pelas necessidades da guerra. As tropas americanas ocupavam os países do Eixo, os administravam e estavam estacionadas, em grande número, em bases em países aliados – como a França e a Inglaterra – e em todos os continentes. Os Estados Unidos haviam demonstrado ao mundo sua liderança científica e tecnológica e a determinação política de utilizá-la, bombardeando nuclearmente, com intervalo de três dias, as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Os Estados Unidos detinham mais de 50% das reservas de ouro do mundo e eram importantes credores dos países aliados, inclusive da União Soviética, bem como dos países inimigos, devido às reparações de guerra [...] Os Estados Unidos estavam em condições de hegemonia, reunindo condições historicamente sem precedentes para tentar mais uma vez reorganizar o sistema político, econômico e militar internacional. Nessa tarefa, se engajaram através do projeto de segurança coletiva das Nações Unidas [...] A mesma constelação de interesses de longo prazo de potências hegemônicas levou os Estados Unidos ao projeto de reconstrução da Europa. Tal projeto se compunha de três vertentes: o Plano Marshall, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O Plano Marshall foi um enorme programa de doações e de investimentos privados, inclusive em países até recentemente inimigos encarniçados e diabolizados, como a Alemanha. A CEE correspondia a um sistema protecionista, 'permitido' pelos Estados Unidos, no interesse maior de construir uma barreira política à instalação, até pelo voto, de regimes socialistas ou simpatizantes em países em que os comunistas tinham sido decisivos na resistência contra o nazismo. Já a OTAN construiu uma barreira militar à União Soviética, barreira cuja existência legitimou a presença permanente de tropas americanas na Europa, fato inédito historicamente” (GUIMARÃES, 1999, p. 25-26-27).

Como a imposição militar foi decisiva para que a Inglaterra impusesse sua mais vantajosa estrutura de divisão internacional do trabalho no século XVIII, também em meados do século XX os Estados Unidos utilizaram deste expediente para remontar o sistema capitalista mundial segundo seus interesses estratégicos. Pelo exposto acima, a economia europeia dobra-se à “diplomacia” norte-americana, se convertendo em grande medida em mercados consumidores de bens manufaturados e serviços dos Estados Unidos. A construção de uma nova ordem mundial com sua respectiva divisão internacional do trabalho requeria, no entanto, certa dose, ainda que restrita, de legitimidade e

representatividade, dentro sempre das regras do jogo imposto pelos Estados Unidos. Isto significava incluir determinadas forças, mais alinhadas à estrutura de poder, e condenar outras, como as da periferia do sistema, ao largo destas instituições internacionais. Aos acordos e tratados bilaterais dos séculos anteriores, seguiram-se os acordos multilaterais, pilares institucionais da nova divisão internacional do trabalho.

A primeira estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder se verifica através da expansão das organizações internacionais sob seu controle, tais como o Conselho de Segurança, centro de poder efetivo das Nações Unidas; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); o Grupo dos Sete (G-7); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Europeia; o North American Free Trade Association (NAFTA); a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. No seio de tais organizações se desenvolve, sob a liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração de normas, com suas respectivas sanções, de comportamento internacional (e, hoje, crescentemente nacional) que seria 'permitido', ou seja, 'legal'. A participação da maioria dos países da periferia nesse processo não só é considerada essencial, como chega a ser 'exigida': não para que tomem parte efetivamente da elaboração ou 'aperfeiçoamento' daquelas normas mas, sim, para dar legitimidade e validade universal a tais normas e à eventual aplicação de sanções 'internacionais' contra os infratores (GUIMARÃES, 1999, ps. 32-33).

A economia central havia logrado, pelos mecanismos de funcionamento da economia industrial, uma concentração e centralização do capital sem precedentes (MARINI, 2000). A reorganização do sistema de divisão internacional do trabalho caminhava paralelamente ao desenvolvimento científico-tecnológico e à sua preservação a um grupo restrito de países (FURTADO, 1987/2006). Embora poucos países tenham dominado este processo, este ocorreu em escala global, e nisto um fator concorreu de forma muito importante: o desenvolvimento tecnológico e sua expansão relativa aos países da periferia condicionaram um sem número de diferentes níveis de composição orgânica do capital (MARINI, 1969). No capitalismo central forma-se então um sistema mundial absolutamente complexo e diversificado dentro do qual suas empresas poderiam explorar as possibilidades abertas por cada nível de composição orgânica do capital.

Assim, uma mesma empresa de capital monopolista logrou estabelecer-se em vários países, e organizar sua produção de modo a usufruir o máximo rendimento das desigualdades nacionais (AMIN, 1974). Mais do que a divisão clássica de centro e

periferia, o sistema capitalista mundial erigiu ainda uma semiperiferia⁹, e cada um destes três eixos passa a desempenhar uma função muito específica na divisão internacional do trabalho.

As empresas do capital monopolista operam em todo o mundo, através de um esquema de integração simultaneamente vertical e horizontal que consagra cada região do planeta à uma etapa específica da produção de uma mesma mercadoria¹⁰. Ela não é propriamente uma novidade colocada pela economia mundial do pós-Segunda Guerra, pelo contrário é consequência da expansão imperialista do capital processada desde o final do século XIX. O que a conjuntura do pós-Segunda Guerra iria inaugurar, todavia, era o caráter autônomo, autoadministrado, da grande corporação (BARAN & SWEEZY, 1966). Sua expansão ainda maior pelo capitalismo mundial – a ponto de reconceituá-lo como um capitalismo monopolista – expressa não apenas o aprofundamento daquelas leis internas do processo de produção e reprodução do capital, mas também a substituição do antigo magnata¹¹ por um agente muito mais potente e legitimado publicamente: o Estado. Não qualquer Estado, logicamente, mas o Estado dos países centrais, aqueles que saíram das duas guerras mundiais em condições favoráveis de exercer o controle econômico sobre as

⁹ A complexificação da estrutura de centro e periferia pela via dos diferentes níveis de composição orgânica do capital abre uma importante transformação na divisão internacional do trabalho que, infelizmente, não pudemos analisar aqui, por conta dos objetivos mais urgentes deste capítulo, qual seja, o surgimento de uma semi-periferia e o fenômeno do sub-imperialismo brasileiro. Para esclarecimentos, certamente necessários, sobre estas transformações, recomendo a leitura de MARINI, Ruy Mauro. *La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo*. México: Ediciones Era, 1977., e de LUCE, Mathias. *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. Porto Alegre, Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Maio de 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1>

¹⁰ A teoria das cadeias mercantis de valor e do ciclo do produto estabelecem importantes contribuições a esta análise. Argumentam elas que o controle de toda esta cadeia mundial de produção, suas etapas mais finas, de planejamento, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico continuam operando nos países centrais. Aos países da semi-periferia, destinam-se as etapas de montagem, aquelas que exigem uma formação da força de trabalho pouco mais qualificada, e as etapas de produção intermediária e complementar. Aos países da periferia do sistema, sua força de trabalho extensiva, de baixa remuneração e portanto passível de superexploração, recaem as etapas mais brutas da produção final. Para aprofundamentos, recomendo a leitura de Vernon, Raymond. *La inversión internacional y el comercio internacional en el ciclo de productos*. In: *Economía Del Cambio tecnológico*. Rosenberg, N. (org.). México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

¹¹ O processo histórico de passagem do controle da grande empresa do magnata para o Estado e a sociedade por ações pode ser melhor compreendido em BARAN, Paul, SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. 384p.

fontes mundiais de matérias-primas, energia e lucro extraordinário (FURTADO, 1987/2006; GUIMARÃES, 1999; MARINI, 2000). E aqueles que, como vimos, puderam contar com uma ampla estrutura institucional de representação e legitimação de suas atividades imperialistas.

Esta nova etapa da economia mundial possui particularidades importantes (AMIN, 1974; FRANK, 1978; MARINI, 2000): ao passo que ela iria sedimentar mundialmente uma rede de fluxos de circulação de capital sob a forma de IED, também iria mundializar as formas de transferência de valor calcadas não apenas no comércio de mercadorias mas também no sistema financeiro. Segundo Frank (1978),

o principal impulso a estas formas neoimperialistas de desenvolvimento mundial desigual e de subdesenvolvimento latino-americano desequilibrado, vem da expansão e monopolização incessante das corporações internacionais de base norte-americana e sua nova revolução tecnológica. As consequências deste desenvolvimento capitalista na América Latina vão muito além de uma benévola inversão de capital e uma proveitosa introdução de avanços técnicos. A revolução tecnológica da automatização, a cibernética e a unificação de todo o processo industrial do monopólio, com o conseguinte e rápido envelhecimento da maquinaria, sua decrescente eficiência relativa, e o excesso de equipamento industrial, conduzem à transferência de tecnologia ociosa ou recentemente obsoleta da metrópole à América Latina sem mudar de dono (mas que, para efeitos impositivos, se desloca da casa matriz e se leva às subsidiárias a exorbitantes preços de contabilidade, o que aumenta artificialmente os custos, dissimula seus lucros reais, e ajuda a extrair capital do país receptor). Na América Latina, o monopólio internacional utiliza este equipamento e tecnologia para competir com os rivais locais e eliminá-los ou absorvê-los, pois carecem de fundos ou provedores para comprar dos mesmos, ou não podem obter licenças para importá-los [...] A corporação internacional que controla esta tecnologia aumenta assim seu poder monopolista sobre seus sócios latino-americanos nas empresas mistas, sobre seus rivais em outras firmas e sobre a economia da América Latina em geral” (FRANK, 1978, ps. 292-293, tradução livre)¹².

¹² “El principal impulso a estas formas neoimperialistas de desarrollo mundial desigual y de subdesarrollo latinoamericano desequilibrado, viene de la expansión y monopolización incessante de las corporaciones internacionales de base norteamericana y su nueva revolución tecnológica. Las consecuencias de este desarrollo capitalista en América Latina van mucho más allá de una benévola inversión de capital y una provechosa introducción de adelantos tecnológicos. La revolución tecnológica de la automatización, la cibernética y la unificación de todo el proceso industrial del monopólio, con el conseguinte y rápido envejecimiento de la maquinaria, su decrescente eficiencia relativa, y el exceso de equipo industrial, conducen a la transferencia de equipo ocioso o recientemente obsoleto de la metrópoli a América Latina a menudo sin cambiar de dueño (pero que, para efectos impositivos, se descarga de la casa matriz y se carga a las subsidiarias a exorbitantes precios de contabilidad, lo que aumenta artificialmente los costos, dissimula sus ganancias reales, y ayuda a extraer capital del país receptor). En América Latina, el monopólio internacional utiliza este equipo y tecnología para competir con los rivales locales y eliminarlos o absorberlos, pues carecen de fondos o proveedores para comprar de los mismos, o no pueden obtener licencias para importarlos [...]. La corporación internacional que controla esta tecnología aumenta así su poder monopolista sobre sus socios

Esta expansão vertical e horizontal permitiu à grande empresa destes países centrais a gradativa incorporação de empresas dos países periféricos, de seu e de outros setores da economia. A empresa monopolista lograva reduzir relativamente seus custos de produção com o aumento da dimensão da estrutura produtiva (BARAN e SWEEZY, 1966). Operando em vários setores, as economias (com insumos, energia e estratégia ideológica de consumo em comum) são ainda maiores. Mas não é apenas pelos custos que estas empresas auferem vantagens. Também seu maior poder de mercado lhe permite determinar o preço corrente de mercado, e utilizá-lo em sua estratégia de compra de empresas concorrentes menores. De acordo com Furtado (1987/2006),

a possibilidade de diversificar-se funcional e geograficamente, praticamente sem limites, guardando a eficácia econômica, é a razão de ser da empresa-gigante que domina atualmente a economia dos Estados Unidos. Em síntese: ao capacitar-se o Estado para estabilizar o sistema econômico e ao ampliar-se substancialmente a eficácia dos métodos de decisão, se estavam criando condições que levariam a profundas modificações nas estruturas das economias capitalistas. Uma das modificações mais visíveis é a evolução das grandes empresas – uma centena delas controla mais da metade dos capitais investidos na indústria manufatureira dos Estados Unidos e menos de cinquenta, mais da metade dos investimentos diretos no exterior –, as quais se transformaram no instrumento de formação e de aplicação do potencial de investimento da coletividade. A tarefa principal da direção da grande empresa tende a ser a definição de uma estratégia de inversão dessa enorme e crescente massa de recursos. Quanto mais diversificada a experiência da empresa, com respeito a setores funcionais e a áreas geográficas, mais amplos são os horizontes que se lhe abrem. Estar presente em distintas áreas é maximizar as oportunidades de investimento. A curto prazo, a grande empresa pode intensificar os investimentos nas economias que apresentam possibilidades imediatas, mediante a mobilização de recursos financeiros retirados a outras áreas. A prazo mais longo ela se beneficia do fato de que planeja com um horizonte temporal mais amplo e dispõe de grande poder financeiro. Por último, como ela está ao abrigo das circunstâncias que afetam cada economia nacional em particular, a grande empresa pode crescer mesmo nas economias que estão em declínio, mediante a aquisição de empresas locais. Assim, a estagnação econômica na América Latina coincidiu com uma grande expansão das empresas americanas que atuam na região (FURTADO, 1987/2006, ps. 17-18).

Estrategicamente, esta expansão operava-se dentro de uma política internacional de garantir o acesso às empresas norte-americanas a recursos físicos, energéticos e fontes de lucro extraordinário. Segundo Guimarães (1999), esta política apoiou-se em três fundamentos: “o primeiro, a criação de estoques estratégicos desses materiais nos Estados

latino-americanos en las empresas mixtas, sobre sus rivales en otras firmas y sobre la economía de América Latina em general” (FRANK, 1978, ps. 292-293).

Unidos; o segundo, a preservação das reservas americanas desses materiais; o terceiro, o forte desestímulo e pressão contra políticas de exploração estatal por terceiros países desses materiais, em especial o petróleo” (GUIMARÃES, 1999, p. 93).

É somente quando assegurados estes fundamentos que o capital monopolista dos países centrais expande-se globalmente sob a forma de IED. Os anos 1950 e 1960 presenciaram de fato uma expansão sem precedentes do “investimento produtivo” dos países centrais no periférico. Como temos analisado, importa destacar que, na estrutura da divisão internacional do trabalho, esta expansão cumpriu não apenas a desnacionalização da recente indústria latino-americana mas também um intenso fluxo de capital da periferia para o centro do sistema – sob distintas formas mas neste momento em especial pela via das remessas de lucros (FRANK, 1969; AMIN, 1974).

O aporte de capital estrangeiro na América Latina, e no Brasil em especial, contou desde o início com ampla aceitação do governo, se traduzindo esta em políticas econômicas de atração de capitais estrangeiros (MARINI, 2000), em detrimento das condições necessárias ao desenvolvimento da indústria nacional. Um conjunto de isenções fiscais, monetárias e cambiais foi oferecido pelo governo brasileiro de então para atrair capital estrangeiro (MARINI, 2000). As condições que nossa economia oferecia já eram vantajosas para a realização do capital estrangeiro, e tornavam-se ainda mais em razão das isenções e renúncias do Estado. No Brasil, a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC, atual Banco Central do Brasil), lançara uma reforma cambial que, de um lado oferecia condições muito favoráveis ao IED, por outro comprometia a indústria nacional. Segundo Marini (2000),

esta Instrução, sem alterar o sistema cambial vigente, dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais. Sob vigência dessa norma, combinada com a Lei 2.145/54, isto é, de 1955 a 1961, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares. Fato que, como veremos, não poderia deixar de ter influência sobre o equilíbrio social e político existente. Por este meio, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Pressionada pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso de todo o sistema industrial, a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em

troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação, renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçada com Getúlio (MARINI, 2000, p. 19).

O IED, ao incidir nas estruturas produtivas internas do Brasil e da América Latina, promovia por consequência transformações na própria estrutura de classes destas sociedades (MARINI, 1969; FRANK, 1971). Esta presença imperialista contrastou de forma tão inconciliável com o ascenso do movimento de massas no continente que a burguesia não hesitou em superar suas frações internas e agir de forma mais orgânica na manutenção de sua posição de classe – e no resguardo do capital monopolista no continente (MARINI, 2000). Assim, pois, as contradições foram se tornando tão evidentes que a sua superação só poderia se dar pela força, pela imposição de um regime que garantisse a continuidade daquela forma específica de vinculação à economia mundial pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

A reflexão acerca das particularidades políticas deste importante momento da história latino-americana exige um nível de atenção que escapa aos objetivos deste texto¹³. Interessa-nos, por ora, observar quais são as transformações econômicas e políticas processadas durante esta nova fase do desenvolvimento capitalista no continente, e como elas incidiram sobre a divisão internacional do trabalho.

Podemos, neste sentido, traçar dois eixos fundamentais sobre os quais os governos militares, especialmente o brasileiro, atuaram: um eixo referente às relações sociais internas e as relações de trabalho; e um eixo referente à política externa e a relação com os Estados Unidos (MARINI, 2000).

¹³ Uma ampla bibliografia sobre o golpe militar no Brasil pode se encontrada através dos estudos do diplomata brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira. Dentre seus livros, destaco como os mais importantes para o entendimento da dialética entre a divisão internacional do trabalho e a estrutura de classes no Brasil BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.190p; BANDEIRA, Moniz. **Cartéis e Desnacionalização**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.222p., e BANDEIRA, Moniz. **Formação do Império Americano: Da guerra contra Espanha à guerra no Iraque**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 856p.

No eixo interno, a ditadura militar empreendeu um esforço de disciplinar a força de trabalho e conter as demandas trabalhistas e as pressões sociais¹⁴, agudizadas na ante sala do golpe militar. Quanto a este eixo,

seu aspecto mais evidente foi a contenção pela força do movimento reivindicativo das massas. Intervindo nos sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo e agrupamentos políticos de esquerda e calando a imprensa, prendendo e assassinando a líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstruiu o exercício desse direito laboral, a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites aos reajustes salariais e regulamentando as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, que produziram uma redução sensível no valor real dos salários (MARINI, 2000, ps. 94-95).

No eixo externo, a ditadura militar reforçou a vinculação ao imperialismo, oferecendo condições ainda mais vantajosas ao IED e tornando, portanto, ainda mais dramática a situação da indústria nacional.

Outro aspecto da atuação realizada pela ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Mediante a revogação de limitações à ação do capital estrangeiro, como as que se estabelecem na lei de exportação de lucros, a concessão de privilégios a certos grupos, como aconteceu com a Hanna Corporation, a assinatura de um acordo de garantias aos investimentos norte-americanos, tratou-se de atrair para o país esses capitais. Simultaneamente, contendo o crédito à produção (o que leva as empresas a buscar o apoio do capital estrangeiro ou a quebrar, sendo compradas a preço baixo pelos grupos internacionais); estimulando a chamada 'democratização do capital' (o que implica, na fase da estagnação, em facilitar ao único setor forte da economia, o estrangeiro, o acesso a pelo menos parte do controle das empresas). Criando fundos estatais ou privados de financiamento, baseados em empréstimos externos; tributando fortemente a folha de salários das empresas (o que as obriga a renovar sua tecnologia a fim de reduzir a participação do trabalho e buscar a associação com capitais estrangeiros) – o governo militar promove a integração acelerada da indústria nacional com a norte-americana. O instrumento principal para alcançar este objetivo foi o 'programa de ação econômica do governo', elaborado pelo governo de Castelo Branco para o período 1964-1966. Para atrair os investidores estrangeiros, no entanto, o argumento principal que o governo esgrimiu foi a baixa dos custos de produção no país, obtida pela contenção das reivindicações da classe operária” (MARINI, 2000, p. 96).

Para o capitalismo mundial, a integração subordinada do capitalismo periférico significou a anexação de um amplo parque industrial (SUNKEL, 1970; FURTADO, 1987/2006; MARINI, 2000), assentado em um regime de produção calcado na superexploração da força de trabalho como condição de acesso a um lucro extraordinário.

¹⁴ Um importante mecanismo desta contenção foi a “identificação” do aumento do salário como causa inflacionária. Esta política foi parte importante da orientação monetária contracionista do PAEG.

Para o governo da Ditadura Militar, o controle sobre as fontes energéticas (não apenas as nacionais, mas também a de países vizinhos, como Equador, Bolívia e, especialmente, o Paraguai) representava um aspecto central da política de segurança nacional. Neste período, ocorre o maior movimento de expansão do CCSC. Este movimento, todavia, somente é entendido no marco de uma estrutura que já vinha se formando há pelo menos um século, e ocupando lugar central na atividade econômica e social da região. É a formação histórica desta centralidade, e sua relação com a divisão internacional do trabalho, o que veremos a seguir.

A região sul de Santa Catarina tem como principal atividade econômica, organizadora de sua dinâmica socioeconômica recente, a indústria carbonífera. O que se entende hoje por Complexo Carbonífero Catarinense é uma estrutura produtiva e distributiva em torno à extração de carvão mineral que levou décadas para ser formada: o carvão mineral em Santa Catarina é descoberto já no início do século XIX, pelos tropeiros que realizavam o transporte de mercadorias do Estado do Rio Grande do Sul para o centro do país. Neste período, todas as atividades realizadas em torno ao carvão resumiram-se à pesquisas técnicas, feitas especialmente por estrangeiros sob a autorização do governo do Império (CAROLA, 2002). É apenas na década de 30 do século XIX, no entanto, que a qualidade do carvão catarinense começou a ser investigada, de modo que somente duas décadas depois o carvão começa efetivamente a ser extraído, ainda que artesanalmente e sem a capacidade de representar um dinamismo econômico para a região. Embora a descoberta de carvão na região tenha se dado no início do século XIX, é somente na década de 1850 que a exploração tem início (GOULART FILHO, 2007). Dentro da periodização proposta por Carola (2002), este período corresponde à primeira fase da indústria carbonífera de Santa Catarina. Esta fase é marcada pela construção da Estrada de Ferra Donna Thereza Cristina, importante eixo de transporte da estrutura produtiva do CCSC, e pela criação na região das primeiras companhias mineradoras de carvão, especialmente entre 1917 e 1922. Na década de 1920, foi superada uma importante limitação à expansão da indústria carbonífera na região, qual seja, a inexistência de um canal de importação e exportação à altura das pretensões sugeridas pelo carvão. De acordo com Bossle (1979),

um dos grandes entraves ao desenvolvimento da indústria Carbonífera era a incapacidade dos portos de Laguna e Imbituba. Imbituba é uma enseada aberta

com abrigo restrito e incerto, localizada em área diminuta, tendo, porém, como vantagem, um acesso imediato com grandes profundidades d'água no ancoradouro, para os maiores calados existentes. Laguna, acessível aos navios de pouco calado, servia mais ao comércio como entreposto marítimo, atendendo cargueiros comuns e, que por sua própria natureza, dispensava acessos mais imediatos. Ambos os portos necessitavam de melhoramentos para abrigar com segurança os navios, facilitando o escoamento do carvão e, conseqüentemente, incrementando a produção. Imbituba necessitava da construção de um quebra-mar de mil metros, abrigando a enseada dos fortes ventos norte e nordeste, e da construção de 300 metros do cais. Feito isso, o porto se tornaria viável passando a receber carvoeiros com maior segurança e maior capacidade de tonelage. O porto de Laguna tinha contra si uma barra escassa que não permite navegação acima de 10 pés de calado, embora fosse um porto fechado, abrigado em qualquer época, necessitava de um avanço de quebra-mar e dragagens na Barra (BOSSLE, 1979, p. 58).

Com a expansão do porto de Laguna, mas principalmente a construção dos aparelhos de navegação necessários para a transformação do porto de Imbituba em um porto à altura da indústria carbonífera nascente, a produção de carvão na mesorregião Sul de Santa Catarina e a circulação de navios nacionais e internacionais pelo porto cresceu consideravelmente, oferecendo condições mais favoráveis à expansão do CCSC e à integração da própria região ao mercado nacional e mundial. O Quadro 1 nos permite visualizar mais claramente esta expansão:

Quadro 1 – Expansão da produção e da circulação de navios na nascente indústria carbonífera sul catarinense (Ponto de Imbituba, 1918-1924).

ANOS	TONELADAS	NAVIOS
1918	9.296	93
1919	23.619	86
1920	26.462	93
1921	21.594	88
1922	38.625	116
1923	43.625	134
1924	69.820	157

Fonte: BOSSLE, 1977.

Esta primeira fase, iniciada, portanto, já ao fim do século XIX, e que vigora até o ano de 1930, tem na Primeira Guerra Mundial, na Crise Capitalista de 1929 e na política de industrialização nacional via substituição de importações aberta por esta crise, importantes elementos de transição à segunda fase do CCSC. A Primeira Guerra Mundial, por exemplo,

gerou o bloqueio do transporte de carvão-vapor importado pelo Brasil, para uso nas caldeiras dos navios. Essa foi uma das razões que levaram o armador carioca

Antônio Lage a adquirir os negócios do Visconde de Barbacena e organizar a firma Lage e Irmãos, dirigida por Henrique Lage. Investiu, então, maciçamente, na abertura das minas, construiu o Porto de Imbituba, lavadores, criando mercado para o carvão nas fábricas de gás e nas companhias de transporte marítimo e ferroviário nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Financiou também a construção do farol de Imbituba, construiu uma fábrica de cerâmica para, inicialmente, fabricar louças e sanitários para seus navios, fundou a Companhia Docas de Imbituba e o Banco Sul do Brasil. Além dele, outros capitalistas do Rio de Janeiro reiniciaram a exploração dos depósitos do Sul, dando início ao segundo ciclo da exploração do carvão (SANTOS, 1997, p. 28).

As fontes energéticas constituem um elemento fundamental do desenvolvimento das forças produtivas do capital, e não por outra razão as nações que se impuseram historicamente sobre outras, por meio do fenômeno do imperialismo, o fizeram em grande medida controlando as reservas energéticas do país dominado (LÊNIN, 1916/2003; GUIMARÃES, 1999). A formação da grande indústria moderna (Revolução Industrial) e também a monopolização do capital (Imperialismo) são processos que não puderam desenvolver-se sem um rígido controle sobre estas fontes energéticas (DOBB, 1971; MAGDOFF, 1972; WILLIAMS, 1975; HUBERMAN, 1986). Ambos requereram e buscaram obter o controle destas fontes para possibilitar com isso a reprodução capitalista. Não causa surpresa, portanto, as razões pelas quais “no final do século (XIX), o carvão despertou interesse dos ingleses que, por intermédio do Visconde de Barbacena, organizaram, em 1876, a The Donna Thereza Christina Railway Company Limited, para construir a ferrovia, e, em 1883, a The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited, para explorar o carvão” (GOULART FILHO, 2007, p. 86). O fato de o carvão catarinense ser de qualidade inferior ao europeu, pois apresenta mais alto teor de rejeitos piritosos, levou à gradativa dissolução da presença inglesa nestas minas de exploração, provocando pressões de toda ordem junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em relatório técnico de 1890, os engenheiros responsáveis pela exploração pediam ao governo federal que desenvolvessem mecanismos de colonização estrangeira na região. Em um primeiro momento, os pedidos foram negados pelo Governo Federal (GOULART FILHO, 2007).

Eles seriam aceitos somente durante a Primeira Guerra Mundial, quando a indústria carbonífera catarinense teve um renascimento, devido mesmo ao acirramento da luta inter imperialista pelo controle das fontes de energia. Somente no período da guerra, foram

criadas cinco companhias carboníferas¹⁵, já altamente tecnificadas, a ponto de extrair um carvão de melhor qualidade e pôr fim ao modelo artesanal de extração, vigente até então. Nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX, foram criadas, respectivamente, quatro, trinta, e oito novas companhias carboníferas.

Por ser um mineral básico para a industrialização, em 1931 o governo Vargas decretou a obrigatoriedade do consumo de 10,0% de carvão nacional. Em 1937 a cota foi elevada para 20,0% e em 1942, dentro do 'esforço de guerra', foi encampada toda a produção, elevando-a de 204.181 t, em 1939, para 818.678 t, em 1945. Além das medidas institucionais, foram feitos investimentos estatais diretos, como o melhoramento no porto de Laguna e a construção pela Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN) de um lavador em Tubarão e da Usina Termelétrica de Capivari (UTEC), que fornecia energia ao lavador, responsável pelo beneficiamento do carvão, destinado à própria CSN” (GOULART FILHO, 2007, p. 87).

Com estas medidas, a indústria carbonífera catarinense experimenta a sua segunda grande expansão, novamente em um período de guerra mundial, desta vez a Segunda Guerra Mundial (GOULART FILHO, 2007). Entre 1931 e 1950, o CCSC expande-se na esteira das leis protecionistas e do subsídio à produção industrial nacional, constituindo a segunda fase da história de formação, expansão e crise do CCSC, aberta já em 1931, quando,

por decreto federal, pelo menos 10% do carvão consumido pelas empresas deveria ser nacional. Em 1937, outro decreto aumentou a quota obrigatória de 10 para 20%. Embora nem sempre as leis tenham sido cumpridas, percebe-se que a partir de 1930 foi-se ampliando uma legislação específica sobre o carvão. Nos anos 30 foram criadas em torno de 10 a 15 leis para regulamentar, financiar e incentivar a exploração do carvão nacional; nos anos 40 criaram-se, entre portarias, decretos-lei e leis, mais de 150 regulamentações, e nos anos 50, mais de 250 (CAROLA, 2002, p. 17).

Começa a se formar, então, uma estrutura nacional de incentivo e proteção da exploração carbonífera no Brasil, e isto trouxe impactos imediatos no CCSC e na Mesorregião Sul de Santa Catarina, como revela a grande expansão do número de companhias carboníferas na região ao longo destas três décadas. Esta fase é marcada, como o período sugere, pela Segunda Guerra Mundial e pelo desenvolvimento de um verdadeiro esforço de guerra no CCSC para, em cumprimento com um decreto federal de 1942, aumentar a produção e entregá-la integralmente ao governo federal. A criação, neste

¹⁵ Eram elas: CBCA, Companhia Carbonífera Urussanga S.A, Companhia Carbonífera Próspera S.A, Companhia Carbonífera Ítalo-Brasileira Ltda e Companhia Nacional Mineração Barro Branco.

período, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), repercutiu decisivamente para a formação do CCSC e sua segunda fase, de evidente expansão. Segundo Carola (2002),

foi também na década de 1940 que se criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Iniciada em 1941 e inaugurada em 1946, pode-se dizer que a partir da CSN o Brasil começou a construir a sua estrutura industrial em bases nacionais. E se, para a indústria brasileira, a CSN foi importante, para a indústria carbonífera catarinense, ela foi fundamental. A instalação da CSN não só marcou o início da intervenção estatal na exploração efetiva do carvão como também marcou a presença do Estado no processo de venda, distribuição e consumo do carvão. No sul de Santa Catarina, na segunda metade da década de 1940, a CSN implantou um complexo industrial constituído por minas de carvão (Siderópolis e Criciúma), usina de beneficiamento em Capivari (Tubarão) e usina termoeleétrica no município de Tubarão. Além disso, construiu vilas operárias, estradas, instalações no porto de Imbituba e desenvolveu um amplo serviço de assistência social às famílias mineiras (CAROLA, 2002, p. 18).

Não deixa de ser significativo que, sendo as Guerras Mundiais do século XX conflitos essencialmente inter imperialistas (LÊNIN, 1916/2003; MÉSZÁROS, 2003), de acirramento e de resolução pela força das contradições internas da divisão internacional do trabalho, justamente quando elas ocorrem é que se dão as maiores expansões da produção do setor carbonífero da região (GOULART FILHO, 2007). A produção na Mesorregião Sul de Santa Catarina aumentara neste período em 300%, no marco de um “esforço de guerra” que não apenas intensificava a superexploração da força de trabalho no interior das minas como ainda incorporava à produção mulheres e menores de idade, com o resguardo do governo federal:

aliás, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o próprio governo acabou estimulando legalmente o trabalho de menores nas minas, uma prática já existente desde que apareceram as primeiras minas no início do século XX. Em dezembro de 1944, através de decreto federal, o governo baixou de 21 para 18 anos a idade mínima para o trabalho nos subsolos das minas e de 18 para 16 anos o trabalho na superfície. O referido decreto estabelecia as idades mínimas perante as necessidades geradas pelo ‘estado de guerra’. Finda a guerra, o decreto foi revogado. No entanto, o trabalho de menores nas minas continuou como de costume (CAROLA, 2002, ps. 50-51).

Este expediente voltara a ser amplamente utilizado pelas companhias mineiras entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, quando uma crise de lucratividade atinge o setor. É neste momento em que se alastra de forma mais significativa o emprego de força de trabalho feminina nas minas (CAROLA, 2002).

Na década de 1950, a indústria carbonífera nacional passou a ser orientada pelo “Plano do Carvão Nacional” e pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional

(CEPCAN), ambos aprovados em 1953 pelo presidente Getúlio Vargas. A partir destes dispositivos, a produção carbonífera, já centralizada para consumo nacional desde o início da década de 1940, passa a ser coordenada diretamente pela presidência da República. A racionalização e a nacionalização do carvão pela CEPCAN inauguram a terceira fase do CCSC:

a comissão executiva, isto é, a CEPCAN, tinha basicamente a função de determinar e supervisionar a elaboração e execução das obras previstas no Plano; decidir sobre os pedidos de financiamento; propiciar a entrega das encomendas e das remessas de equipamentos do exterior; obter cooperação de técnica nacional e estrangeira nas pesquisas geológicas e tecnológicas. De forma geral, a CEPCAN deveria controlar a produção e distribuição do carvão no país, estimular e orientar a racionalização, modernização e mecanização de toda a extração e beneficiamento do carvão nacional, e ainda promover uma política de assistência social às famílias mineiras (CAROLA, 2002, p. 20).

A atuação da CEPCAN e a nacionalização do controle da indústria do carvão significaram para a Mesorregião Sul de Santa Catarina não apenas a manutenção dos subsídios à atividade pela compra garantida da produção, como também a intensificação da montagem da estrutura do setor e, por consequência, a expansão do CCSC na região. A infraestrutura necessária para uma produção crescentemente vinculada ao mercado nacional e para a venda e distribuição carbonífera foram garantidas pelo incentivo governamental materializado no planejamento da CEPCAN. Entre outras funções, a CEPCAN contribuiu para a expansão do CCSC pois

abriu estradas e as conservou; gerou eletricidade e estendeu suas linhas transmissoras; montou dispensários, creches e hospitais, fez crescer vilas e cidades, dando-lhes luz, água encanada e esgotos; abriu escolas por todos os cantos, do ensino primário ao ginásial e científico, do artesanato ao profissional, rasgando caminho seguro para as escolas superiores e universidades, já em vias de instalação (...). Tudo ela planejou, inclusive as medidas para a integração do complexo carbonífero, a concentração e mecanização das minas, visando a diminuição dos custos e a melhoria do produto (CAROLA, 2002, p. 21).

A expansão da indústria carbonífera em função de uma política econômica de natureza nacionalista, colocou o carvão no centro da preocupação energética brasileira, especialmente o carvão sul catarinense. Sob a tutela da CEPCAN, expande-se a participação da produção carbonífera de Santa Catarina em relação à produção carbonífera nacional, conforme podemos ver no Quadro 2:

Quadro 2 – Participação Relativa do Carvão Catarinense em relação à Produção Carbonífera Nacional (1949 – 1968, em %).

ANO	Participação (% do total)
1949	52,89
1950	51,32
1951	50,10
1952	45,56
1953	46,59
1954	48,46
1955	56,44
1956	58,03
1957	58,87
1958	63,84
1959	66,84
1960	66,63
1961	65,21
1962	64,10
1963	61,49
1964	65,41
1965	66,45
1966	70,26
1967	71,39
1968	72,28

Fonte: SANTOS, 1997.

A terceira fase do processo de formação, expansão e crise do CCSC encerra-se justamente em 1973 em razão das repercussões, sobre o controle nacional da produção carbonífera exercido pelo Estado, da crise capitalista mundial, intimamente relacionada com a crise do imperialismo em escala em escala global e com a crise das matrizes energéticas do desenvolvimento capitalista contemporâneo. A crise capitalista mundial inauguraria na região a quarta fase do CCSC, uma fase marcada inicialmente por relativa expansão da produção em razão da crise do petróleo mas que encerrou-se, todavia, com uma repercussão profunda da crise no CCSC através do fim dos subsídios à produção e o início das reformas neoliberais que levariam ao desmonte gradativo do setor. Segundo Goulart Filho (2007),

com a crise do petróleo, entrou em cena o último, e maior, boom do carvão em Santa Catarina. Apesar de o carvão representar menos de 5,0% da matriz energética brasileira, dentro do II PND foi criada a Política Nacional de Derivados do Petróleo, cuja intenção era substituir 170.000 barris de petróleo/dia por cinco milhões de toneladas de carvão nacional. Para alcançar esse objetivo, o

governo se comprometia em fixar o preço e a cota que ia consumir, obrigando as siderúrgicas a comprarem uma quantidade mínima de carvão metalúrgico. Com isso, o governo tornou-se o único comprador, tornando dispensáveis os departamentos de vendas das mineradoras. Enquanto a economia nacional entrava numa desaceleração, a sul catarinense começava a viver mais uma fase de rápido crescimento (GOULART FILHO, 2007, p. 227).

Este crescimento exigia estruturas e marcos regulatórios que impulsionaram então a criação do Complexo Carbonífero Catarinense, reunindo sob uma mesma estrutura as unidades produtivas e conferindo uma natureza mais planejada à produção secundária da indústria de extração mineral na região. Criado sob estas circunstâncias, o Complexo Carbonífero Catarinense estrutura-se como uma base industrial e extrativista composta por minas, ferrovias, lavadores, termoelétricas, carboquímicas e porto, localizado próximo a Criciúma, na cidade de Imbituba. Este período é marcado pelo crescimento do setor, com forte planejamento por parte do Estado brasileiro e consumo sobretudo nacional da produção carbonífera (GOULART FILHO, 2007). Também caracterizam o período as aplicações de novas tecnologias à produção carbonífera, isto é, a intensificação das forças produtivas e a diminuição do tempo do trabalho necessário – que, em vista de aplicada visando recompor lucros e não melhorar condições de trabalho ou ambientais, não foi acompanhada da diminuição da jornada de trabalho no setor. Esta introdução, sob uma fachada de que viria para proteger o trabalhador, objetivava em realidade a elevação da extração de mais-valia via super exploração da força de trabalho (pela combinação de aumento da produtividade e manutenção da jornada de trabalho e dos salários, insuficientes mesmo para a reposição integral da força de trabalho) e a ausência de qualquer preocupação e responsabilidade com os aspectos ambientais envolvidos na produção carbonífera. De acordo com Gothe (1989),

a entrada em processo das grandes minas mecanizadas acarretou dois novos aspectos à mineração do carvão. As condições especiais de trabalho melhoraram com a introdução de máquinas que exigiam maiores vão, dando lugar em consequência, à abertura de galerias mais amplas. Foram ainda implantados sistemas de exaustão de ar mais potentes e o desmonte manual – pior tarefa para o mineiro – passou a ser realizado por grandes máquinas. Diante desses fatos, acreditou-se que estava sendo obtida uma efetiva melhoria nas condições de trabalho e que a mecanização estava vindo em benefício dos mineiros. Acreditava-se ainda que as pequenas minas viriam a desaparecer dentro de um curto período de transição. Contudo, logo começaram a ser registradas, com maior intensidade, as doenças profissionais, especialmente nas minas de grande porte, em função dos volumes de carvão manejados e da circulação do ar dentro das galerias. Carregando os gases e as partículas geradas pelas detonações, as correntes de ar começaram a manter em suspensão partículas sólidas de sílica que

acarretam um aumento no índice de incidência de pneumoconiose nos mineiros. O segundo aspecto de interesse refere-se ao fato de que as novas minas começaram a alastrar-se por várias áreas com uma produção bem maior e uma seletividade menor na extração do carvão bruto (maior teor do rejeito). As usinas de beneficiamento do carvão (lavadores) não acompanharam esta evolução dos métodos e da abrangência da lavra. Os antigos equipamentos de separação do carvão (...) foram reformados e outros construídos, sempre tomados por base os métodos tradicionais, de baixa remuneração do carvão presente no material bruto extraído da mina, gerando assim uma enorme quantidade de rejeitos, o que veio a acarretar os sérios problemas ambientais que hoje afligem a região carbonífera do Sul de Santa Catarina, desde que esse material foi sempre disposto de qualquer maneira, em áreas próximas ao lavador, ao longo de rodovias, baixios, áreas alagadas e áreas marginais a córregos e rios, quando o minerador, buscando áreas de baixo custo financeiro para a disposição dos rejeitos, na verdade estava gerando um elevado custo ecológico e social (GOTHE, 1989, p. 72).

A aplicação à produção carbonífera na região de novas máquinas e equipamentos se, como vimos acima, não significou ganhos de melhoria das condições de trabalho pelos trabalhadores, tampouco significou qualquer avanço na racionalidade ambiental e social da produção. Quando a ciência e a tecnologia servem somente para a elevação dos lucros – que não tem outra origem que não a extração de mais-valia dos mineiros –, não apenas as forças produtivas ficam obstaculizadas como ainda se opera um intenso movimento de transferência de valor do trabalho para o capital. Quanto maiores as dimensões das unidades produtivas em que se desenvolve esta dinâmica, tanto maiores serão seus efeitos sociais e ambientais. Assim, desde os anos 1970, quando se deu de forma mais intensa e direta a utilização de máquinas e equipamentos no CCSC, a degradação social e ambiental na região tem se aprofundado. A produção mais manual e mais rudimentar das décadas anteriores à de 1970 foi substituída por um processo produtivo mais intenso em tecnologia, de modo a ampliar a produção – o que se deu ampliando também os impactos sobre o meio ambiente na região.

A mineração de lavra manual com métodos precários, como foi a praticada até a década de 50, oferecia poucos danos à natureza. Nas minas de poço e de encosta, a seleção do carvão era feita no fundo das minas. Todo o entulho de pedra, pirita e barro ficava nas galerias das minas e só o carvão era retirado. Nas bocas de minas havia uma segunda escolha; porém, os rejeitos significavam quantidades reduzidas frente ao volume dos rejeitos atuais. A medida em que os métodos e técnicas de lavra foram se mecanizando, o processo de poluição ambiental tornou-se incontrolável e, pode-se dizer, irreversível. Os rejeitos – pedra, pirita, barro –, sem controle algum, foram sendo depositados nas áreas próximas aos lavadouros de carvão. Aproximadamente 200 milhões de toneladas de rejeitos de carvão cobrem hoje uma área de cinco mil hectares de terras, antes férteis e produtivas. A degradação ambiental, se hoje é crítica, para o futuro é ameaçadora. A permanecer a perspectiva de continuidade de extração do carvão até o esgotamento das jazidas, significaria a extração de quase três bilhões de toneladas

de carvão bruto. Os depósitos de rejeitos cobririam então uma área de aproximadamente 43 ha, numa altura média de 7 metros. As áreas já mineradas representam pequenas manchas nos quadros demarcados nos mapas das minas, de cujas terras as companhias mineradoras possuem cartas de lavra, concedidas pela União. Do volume total de carvão mineral, 3 bilhões de toneladas, apenas 2% foram extraídos. A continuar o sistema de lavra predatório e selvagem que até hoje se praticou, a mineração caminha para sua inviabilidade. A população não terá condições de sobreviver num ambiente tanto mais degradado que o atual, considerando-se apenas o aspecto quantitativo da região (VOLPATO, 2001, ps. 22-23).

O impacto da atividade carbonífera mecanizada sobre o ambiente na região foi bastante visível em termos de potencial hídrico – possibilidade de utilização, sem riscos para a saúde, da água da bacia hídrica da região. Em 1972, 20% dos recursos hídricos da região estavam comprometidos em razão dos impactos da indústria carbonífera. Apenas 5 anos depois (1977), este índice já era de 33%, ou seja, um terço dos recursos hídricos totais da região estavam sob suspeita, comprometidos. Este índice precisou de apenas outros 6 anos para dobrar: em 1983, 66% da água dos rios e afluentes da região estavam comprometidas pela poluição carbonífera (VOLPATO, 2001). Esta dinâmica, acelerada nos anos 1970, encontra-se atualmente, como veremos mais adiante, em um grau intolerável para a população residente na região.

Diretamente vinculada ao mercado nacional e mundial, a montagem deste setor, se beneficiada em um primeiro momento pela crise capitalista pós-1973, veio a ser profundamente prejudicada tão logo esta mesma crise passou a cobrar a sua conta do Estado brasileiro pela forma de intensificação da transferência de valor de nosso país ao centro do sistema mundial. Este movimento dialético precisa ser entendido à luz da incidência das transformações da divisão internacional do trabalho na economia brasileira e, por extensão, na Mesorregião Sul de Santa Catarina – o que faremos na próxima seção deste capítulo.

1.3. A Crise do Complexo Carbonífero Catarinense no marco da Divisão Internacional do Trabalho

1.3.1. A Divisão Internacional do Trabalho no Pós-Segunda Guerra e a Crise do Capital Monopolista: a forma histórica financeira

O capital monopolista, como expressão da etapa imperialista de reprodução do capital em escala global, traz em si um elemento importante para entendermos o movimento pelo qual a divisão internacional do trabalho iria se transformar ao longo da década de 1970 e até os dias atuais (KUCINSKY e BRANFORD, 1987; FURTADO, 1987/2006; COGGIOLA, 2001). Como pudemos analisar anteriormente, o imperialismo é uma forma histórica sob a qual o capital expande-se mundialmente, não mais a partir de sua fração comercial, como se operara na divisão internacional do trabalho consagrada pela formação da grande indústria moderna, mas sim a partir da junção de suas frações industrial e financeira (LÊNIN, 1916/2003).

Estas frações combinam-se no processo de reprodução ampliada do capital. Todavia, a década de 1970 viu florescer, por razões que trataremos a seguir, uma enorme e sem precedentes expansão do capital financeiro, repercutindo sobre a divisão internacional do trabalho (AMIN, 1977; COGGIOLA, 2001). Também aqui, transformações processadas nas relações de produção condicionaram transformações nas relações de circulação e reprodução do capital, isto é, na divisão internacional do trabalho (TOLIPAN, 1975; KATZ, 1994). Vejamos a seguir como se processaram estas transformações e qual a natureza da estrutura atual da divisão internacional do trabalho.

Inicialmente, é preciso ressaltar que o período que se estende do pós-guerra até meados da década de 1970 é marcado por um crescimento econômico mundial somente possível em razão daquela institucionalidade internacional operada pelos países centrais, especificamente os Estados Unidos (FURTADO, 1987/2006; GUIMARÃES, 1999). Um aspecto particularmente importante desta conjuntura foi o acordo de Bretton Woods, a partir do qual o padrão ouro (que amparava as transações comerciais, e portanto as reservas internacionais até então) dera lugar ao padrão dólar (FURTADO, 1987/2006; KUCINSKY

e BRANFORD, 1987; GUIMARÃES, 1999) . Erigiu-se, por meio de Bretton Woods, um sistema monetário internacional assentado numa moeda que, embora tivesse abrangência global, era emitida nacionalmente pelos Estados Unidos:

As circunstâncias particulares do pós-guerra, que fizeram dos Estados Unidos, durante cerca de um decênio, único país com uma oferta elástica no plano internacional, única fonte de bens de capital e único centro capaz de conceder financiamentos de médio e longo prazos, permitiram que as instituições de Bretton Woods se consolidassem e transformassem o dólar no instrumento de acumulação de uma liquidez internacional que tendia a crescer com o volume das transações internacionais. Desta forma, os Estados Unidos adquiriram o privilégio de emitir moeda de curso internacional, isto é, de imprimir um papel-moeda que, por ter a garantia do governo norte-americano, possuía poder liberatório em todos os países do mundo (FURTADO, 1987, p. 13).

Este regime de controle monetário sobre as transações comerciais internacionais resultava também em um controle sobre o câmbio, a partir de taxas pré-fixadas que mantinham o poder relativo ao dólar em relação às outras moedas nacionais. Neste sentido, como argumenta Furtado (1987/2006), “o uso de políticas monetárias e fiscais para proporcionar estabilidade aos sistemas econômicos nacionais a um nível relativamente elevado de emprego da força de trabalho abriu nova fase evolutiva ao capitalismo, cujo alcance ainda não pode ser percebido em toda sua complexidade” (FURTADO, 1987/2006, ps. 14-15). Especificamente ao que nos preocupa nestas páginas, a estrutura e as transformações da divisão internacional do trabalho, este regime operado a partir dos Estados Unidos levou a um período de estabilidade nas relações econômicas internacionais, que permitiu certo avanço na conquista de direitos trabalhistas nos países centrais (o chamado Estado do Bem-Estar Social), somente possível em razão da transferência de valor da periferia para o centro, por meio do capital monopolista (AMIN, 1974; MARINI, 2000). Esta estabilidade começa a ruir, todavia, já no final dos anos 1960 (AMIN, 1977), quando o capitalismo mundial adentra numa fase cíclica de crise e instabilidade. Investiguemos sucintamente as condições desta crise do capital e seus efeitos sobre a divisão internacional do trabalho. Segundo Amin (1977),

o processo de crescimento da Europa e do Japão no 'tempo das ilusões' havia conduzido a um questionamento da preponderância americana. No imediato pós-guerra, a defasagem era tal que os Estados Unidos dispunham em todas as indústrias de um avanço que lhes assegurava uma superioridade absoluta em termos de competitividade; em outros termos, a defasagem de produtividade contava a seu favor, pois era ainda mais forte que a dos salários. Entretanto, esta relação se inverteu pouco a pouco, pelo menos num certo número de indústrias

japonesas e alemãs. A tendência ao excedente permanente do balanço de pagamentos americano cedeu lugar a uma tendência inversa. De imediato, desaparecia a vantagem suplementar que beneficiava os Estados Unidos e lhes permitia adquirir posições estratégicas na Europa comprando as empresas para modernizá-las sob sua direção. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos não conseguiam mais desempenhar seu papel de gerdarne internacional, uma vez que essa custosa operação agravava o déficit de sua balança externa, fato que ocasionou o estouro da crise no domínio do sistema monetário internacional, e que se manifesta pela queda do dólar” (AMIN, 1977, ps. 25-26).

A reação norte-americana a esta “ofensiva” europeia apareceu mais visivelmente sob a forma ideológica, nas campanhas sobre o “crescimento zero” e o “neomalthusianismo” (COGGIOLA, 2001), por exemplo. Todavia, é no âmbito da divisão internacional do trabalho e das relações de produção que encontramos de forma mais concreta as raízes e consequências da crise do capitalismo na passagem dos anos 1960 e 1970 (AMIN, 1977). Uma “ofensiva” europeia como a enunciada acima representa, conjunturalmente, uma instabilidade no padrão comercial e fiscal operado pelo acordo de Bretton Woods. Estruturalmente, todavia, representava uma crise do imperialismo, expressão da crise do capital em reproduzir-se mundialmente (AMIN, 1977). Economicamente, isto significa que os Estados Unidos começavam a experimentar dificuldades em seu processo de colocar-se enquanto hegemonia internacional, não por pressões externas somente, mas também em razão de limites impostos à reprodução do capital monopolista. Segundo Coggiola (2001),

todo o sistema de regulamentação do pós-guerra estava baseado na hegemonia político-militar do imperialismo americano, que também era o carro-chefe do desenvolvimento econômico. O papel político mundial dos Estados Unidos está cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico, que concentra todos os traços do processo de decomposição capitalista. Hoje os Estados Unidos não produzem mais do que um quinto dos bens manufaturados no mundo, contra mais da metade em 1950. No setor automobilístico, a sua grande indústria histórica, sua porção na produção mundial passou de 76% em 1950 a 17% em 1990. Eles contribuíram com 12% das exportações industriais mundiais em 1990, contra 22% em 1960. A sua balança comercial tornou-se deficitária dos anos 1970, sendo que o déficit só aumentou nos anos 1980. Ao contrário do Japão, o emprego industrial nos Estados Unidos continua decrescente, passando de 21% do emprego total em 1976 a 16,5% em 1988 e, segundo as previsões, a 14% no ano 2000 (COGGIOLA, 2001, p. 20-21).

Os principais fatores desta crise de reprodução do capital monopolista norte-americano de acordo com Amin (1977), Furtado (1987/2006) e Coggiola (2001) são i) a sistemática e deliberada elevação dos preços das principais fontes de energia, em especial o preço do petróleo e ii) as instabilidades políticas de repercussão mundial, como o ascenso

do movimento de massas na periferia e sindical nos países centrais, as lutas de libertação nacional na Ásia, África e América Latina, que imputavam limites concretos à drenagem imperialista de recursos e matérias-primas, além das próprias disputas inter imperialistas, aguçadas pela retomada do desenvolvimento econômico europeu e japonês.

Os limites que estas transformações impuseram à reprodução do capital (dado que incidiam sobre sua taxa de lucros), exigiam da empresa monopolista e do Estado dos países centrais uma estratégia de contra tendenciar esta diminuição dos lucros, através da elevação da mais-valia nas relações de produção (AMIN, 1977). Esta estratégia, desencadeada à medida em que se aprofundava a crise de reprodução do capital, e especialmente a partir das conjunturas de crise do petróleo, ergueu-se a partir de três frentes, indissociáveis: a primeira, a ofensiva do capital contra direitos trabalhistas e garantias do Estado do Bem-Estar Social, consagradas ideologicamente no neoliberalismo e amparada na aplicação do desenvolvimento técnico-científico para extração de mais valor sem diminuição das jornadas ou aumento dos salários (COGGIOLA, 2001). A segunda, a elevação dos investimentos financeiros e a estratégia de transferência de valor via dependência financeira, através dos mecanismos da dívida externa dos países dependentes (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). A terceira: a conflagração da migração internacional aos países centrais, especialmente os Estados Unidos, como um mecanismo específico de extração de mais-valia (GAUDEMAR, 1977; AMIN, 1977; CASTELO BRANCO, 2006). Repassemos cada uma destas três estratégias, começando por aquela cuja transformação incide mais diretamente sobre as relações de produção.

A aplicação do desenvolvimento da ciência e da tecnologia é uma característica inerente ao modo de produção capitalista (MARX, 1867/1984; PINTO, 2008). Seus efeitos consubstanciam o que a interpretação marxista define como desenvolvimento das forças produtivas, qual seja, a capacidade do trabalho humano promover, associado a determinado nível técnico, o revolucionamento das formas de produção (MARX, 1867/1984). Como o critério da produção capitalista não é desenvolvimento da ciência e da tecnologia para o aumento da produtividade do trabalho e uma conseqüente diminuição da jornada de trabalho, mas sim a realização do capital investido sob a forma de lucro, as forças produtivas encontram-se obstaculizadas pelas relações de produção e realização do capital,

não obstante a aparente natureza “moderna” de nosso tempo¹⁶. Num período de crise capitalista, em que o que está em jogo é a manutenção mesma das taxas de lucro, o capital não hesita em promover determinada transformação nas relações de produção, não para elevar a qualidade do trabalho, mas para diminuir o tempo de trabalho necessário, sem diminuir a jornada de trabalho, e extrair com isto mais valor da força de trabalho. Importa destacar aqui o que isto significa historicamente para as relações de produção e o padrão de acumulação de capital dos anos 1970. Conforme Coriat (1988),

para além dos novos tipos de fábrica correspondentes às novas formas produtivas, encontram-se em pauta novos conceitos em matéria de organização da produção (...). Os paradigmas clássicos da organização do trabalho, baseados no taylorismo e no fordismo, estão sendo renovados ou substituídos por novos paradigmas. A dinâmica de estabelecimento desses novos paradigmas se assenta na busca da integração e a flexibilidade das linhas de produção, o que tem sido obtido pela utilização combinada das propriedades dos novos meios de trabalho resultantes da aplicação produtiva da informática e da eletrônica (CORIAT, 1988, p. 13).

Esta estratégia não significou transformações apenas nas relações de produção, pelo contrário, foram o elemento gestor de flexibilizações que incidiram também sobre as relações de circulação do capital, como nas esferas monetárias, financeiras, cambiais, trabalhistas e, mais atualmente, também ambientais (FURTADO, 1987/2006; KUCINSKY e BRANFORD, 1987). Incidem, portanto, diretamente na falência do Estado do Bem-Estar Social, à medida que comprometem as instâncias do acordo internacional que tornou possível, por mais de duas décadas, um vigoroso período de crescimento capitalista a partir do capital monopolista. Um efeito particularmente importante para que esta estratégia de fato revertesse a tendência declinante da taxa de lucros refere-se a como elas iriam repercutir sobre o movimento sindical e o poder deste resguardar seus direitos e impor limites ao capital. Como afirma Tolipan (1975)

o progresso técnico está submetido, como todo fato social, às determinações provenientes do modo histórico de estruturação da sociedade em que ele se dá. Não obedece, portanto, a leis que lhe sejam exclusivas, isto é, não pode, em nenhum sentido, ser entendido como uma 'variável autônoma' do sistema econômico em que está presente, mas deve ser caracterizado como uma relação específica a cada forma histórica de organização da produção. Cada modo de

¹⁶ Álvaro Vieira Pinto desenvolve duas reflexões importantes sobre esta contradição, a de “homem maravilhado” e da “era tecnológica como ideologia”. Estas reflexões podem ser melhor entendidas em PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. 2t. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 1226p.

produção dota o processo de trabalho de uma estrutura técnica que impõe o ritmo e a direção; daí a própria natureza do processo técnico” (TOLIPAN, 1975, p. 39).

Tecnologia não é, portanto, uma construção apriorística da sociedade, desvinculada dos interesses econômicos e políticos que tornam esta mesma sociedade uma estrutura heterogênea e desigual. Pelo contrário, a tecnologia é uma produção material dos homens, e nisto ela tem um conteúdo de classe inalienável¹⁷. E as transformações técnicas e organizacionais implantadas a partir dos anos 1970 têm um substrato social muito claro. De acordo com Katz (1994),

tal como ocorreu no passado com as grandes inovações tecnológicas, a principal função que os capitalistas designam atualmente à informática na indústria é aumentar seu controle sobre o processo de trabalho. Durante a revolução industrial, esse objetivo se perpetrou mediante a destruição do artesanato, e, sob o taylorismo, através da degradação geral dos ofícios. A introdução contemporânea dos computadores aponta no mesmo sentido: incrementar o domínio físico e mental dos empresários sobre o conjunto da atividade do trabalho. Por isso, a difusão da informática está associada a distintos tipos de atropelos em relação ao nível de vida e às condições de trabalho dos operários. A flexibilização do trabalho, as perdas de empregos, a intensificação da jornada de trabalho, as subcontratações ou a eliminação da antiga hierarquia são frequentemente apresentadas como inevitáveis consequências da informatização, na realidade, porém, não se originam das necessidades técnicas das máquinas computadorizadas nem formam parte natural da modernização industrial. Os conjuntos de máquinas representam um evidente progresso técnico que não pode constituir em si mesmo uma regressão social. Informática e deterioração do trabalho são sinônimos porque viabilizam um maior controle patronal do processo de trabalho (KATZ, 1994, p. 28).

Para a preocupação fundamental deste capítulo, importa neste momento destacar que estes mecanismos operados no interior das unidades produtivas correspondem à estratégia desenvolvida pelo capital monopolista, em especial o norte-americano, para manter sua taxa de lucro e níveis de produtividade (COGGIOLA, 2001). Enquanto nos Estados Unidos a produtividade média do trabalho crescia a uma taxa de 3,2% entre os anos de 1958 e 1966, nos anos entre 1966 e 1974 este crescimento foi de apenas 1,6%, exatamente a metade. O lucro líquido, por sua vez, declinava no mesmo país de 18,8% para 4,2%, entre 1973 e 1982. No mesmo período, a queda no Japão foi de 35% para 14,3%; na Alemanha, decaiu de 14,1% para 8,1% e na Inglaterra, caso extremo, de 6,6% para -0,6%

¹⁷ Sobre a tecnologia como produção material dos homens e portanto aplicada a determinado projeto social, seja de dominação ou de libertação, recomendo a leitura de PINTO, Álvaro Vieira Pinto. **O Conceito de Tecnologia**. 2t. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 1226p. Álvaro Vieira Pinto também escreveu um livro de indispensável leitura para os demógrafos: PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Crítico en Demografía**. Santiago de Chile: CELADE, 1973. 457p.

(COGGIOLA, 2001). Neste sentido “as novas tecnologias visam atacar a queda da produtividade do trabalho (mediante o aumento do controle do mesmo) e a queda da taxa de lucro, mediante a redução do tempo de trabalho necessário” (COGGIOLA, 2001, p. 68).

É exatamente neste contexto de queda tendencial do lucro e de estratégia, pelos países centrais, de manter sua posição na divisão internacional do trabalho, que a migração internacional adquire uma importância fundamental (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977). Embora trataremos especificamente disto mais adiante, é importante ter em mente desde já que a divisão internacional do trabalho, por sua natureza desigual, criou um mercado mundial de trabalho, também desigual. Este mercado, como já enunciamos na primeira parte deste capítulo, foi amplamente apropriado pelo capital, que o converteu concretamente em mais uma alternativa para contrarestar a queda tendencial dos lucros. Vejamos neste momento como se dá a segunda estratégia, de reversão financeira da crise capitalista para, com um quadro mais completo das transformações operadas na divisão internacional do trabalho, refletir sobre como elas refletem sobre a migração internacional – e são ao mesmo tempo refletidas por elas.

A estratégia financeira, fundada na expansão do capitalismo financeiro e no endividamento da periferia do sistema, repercutiu decisivamente sobre a divisão internacional do trabalho, em especial naquilo que se refere ao sistema financeiro nacional e as crises a ele relacionadas.

Entre 1965 e 1990, o comércio mundial de mercadorias e serviços aumentou 14 vezes, e 'os fluxos financeiros alcançaram dimensões inimagináveis', a ponto 'de mais de US\$ 1 trilhão rodar o mundo a cada 24 horas, buscando sem descanso o mais alto retorno', segundo a ONU. Visto como 'tábua de salvação' do capitalismo em crise, como o campo predileto das 'novas tecnologias', e como o local por excelência da 'integração global', a hipertrofia do setor financeiro não fez senão ocultar sua anarquia crescente e a criação das bases para uma crise de uma magnitude até difícil de imaginar. A hipertrofia nasceu da necessidade de financiar o consumo como paliativo à crise dos anos 1970 (COGGIOLA, 2001, p. 29).

Esta expansão, como vimos anteriormente, encontra a América Latina em um momento específico de sua história (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). Governada por ditaduras militares tecnocratas e vinculadas intimamente ao capital monopolista norte-americano, oferecendo a este atrativas condições para a sua inversão, as mínimas estruturas existentes de regulação comercial, financeira, trabalhista e cambial foram flexibilizadas,

atendendo às pressões externas e internacionalizando, de maneira ainda mais subordinada, a indústria nacional (FURTADO, 1987/2006).

Anteriormente, um amplo mercado de bancos privados detentores de títulos de dívida pública e de liquidez havia sido formado, e sua existência é condição absolutamente necessária para que sua inversão durante os anos 1970 na América Latina significasse a crise da dívida do continente na década seguinte (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). Estes recursos foram disponibilizados sobre a forma de empréstimos externos para a economia latino-americana na década de 1970, sendo canalizados, no Brasil, para os programas nacionais de desenvolvimento da ditadura militar e para empréstimos privados cujos passivos foram posteriormente estatizados pelo governo. Operando em regime de taxas de juros flutuantes, estes empréstimos tiveram seu valor de face imensamente sobrevalorizados com o chamado golpe monetário da economia norte-americana. Segundo Kucinsky e Brandford (1987),

ocorreu que a América Latina contraiu muito mais empréstimos a juros flutuantes do que países não tão imersos na área do dólar. O golpe fatal que derrubou o México e o Brasil em 1982 veio da alta sistemática desses juros flutuantes desde 1977, culminando em 1981 com as taxas de juros mais elevadas da história econômica. Os pagamentos de juros foram consumindo parcelas cada vez maiores das receitas de exportação, forçando os países a se endividarem ainda mais, transformando o endividamento num processo de bola-de-neve. Enquanto em países da Ásia e África cerca de um terço dos empréstimos paga juros flutuantes (com exceção da Nigéria), na América Latina essa proporção é da ordem de 70 por cento, chegando a 88 por cento na Venezuela. Mas por que governos e empresas da América Latina, muito mais do que de outras regiões, assumiram tamanho risco, entregando aos banqueiros praticamente um cheque em branco? Em primeiro lugar, porque os empréstimos a juros flutuantes surgiram com o início da crise geral da economia americana, quando a queda nos investimentos gerou excesso de dólares, deprimindo os juros. Mesmo que flutuassem um pouco, os juros pareciam convidativos. Oscilando entre 7 e 9 por cento, equivaliam, depois de descontada a inflação do dólar, a um juro real entre zero e 1 por cento, e às vezes até em juro real negativo, o que estava em linha com os padrões históricos de juros nas fases expansionistas do capitalismo. E a preferência por empréstimos em dólares era natural numa região que colocava um terço de suas exportações nos Estados Unidos e na qual predominava o capital norte-americano. Recursos a juros flutuantes oferecidos pelo mercado eram os únicos substitutos aos antigos financiamentos de longo prazo das agências internacionais, cada vez mais escassos. Raciocinando sempre a curto prazo e com uma fé inabalável na saúde do capitalismo, esses governantes não perceberam que estava se iniciando justamente a fase de declínio da onda longa, na qual os juros podem se elevar brutalmente. Nem examinaram o caráter monopolista do mercado financeiro, dominado por alguns grandes bancos que, dentro dos limites, têm o poder de manipular taxas, ou a origem dos empréstimos em dólares a juros flutuantes, que como extensão do mercado financeiro americano estavam sujeitos à manipulação do próprio banco central americano, o Federal Reserve Board, às

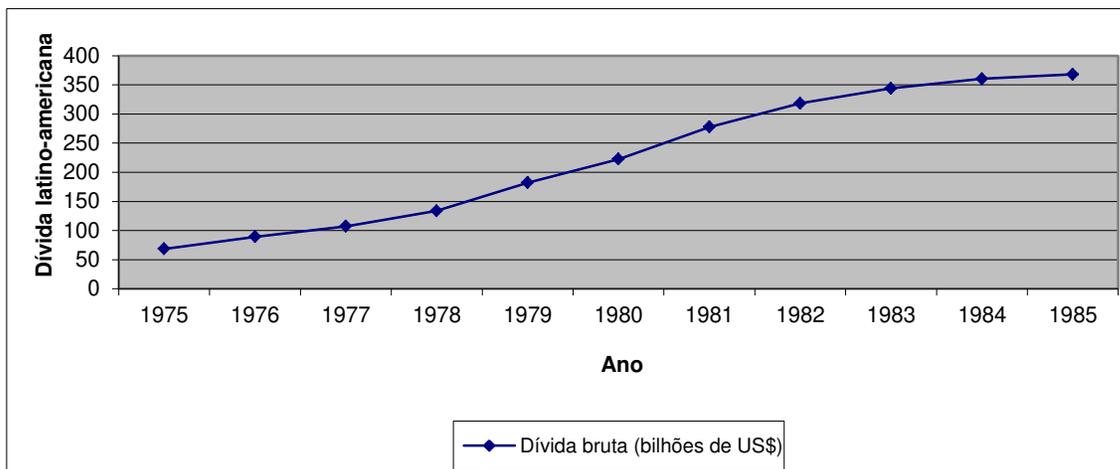
vezes por razões estritamente domésticas (KUCINSKI e BRANFORD, 1987, ps. 101-102).

Como resultado, a dívida externa eleva-se a partir do final dos anos 1970, operando, nos anos 1980, como o principal mecanismo do capital financeiro internacional de transferir recursos da periferia do sistema ao centro da acumulação de capital (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). Economicamente, isto desenvolve-se a partir da transferência expressa nas amortizações de partes do passivo devedor e, principalmente, do serviço da dívida (pagamento do que foi acrescido ao montante inicial da dívida pela incidência dos juros maiores).

Esta expansão da dívida externa chegava a porcentagens significativas do Produto Interno Bruto (PIB) dos países latino-americanos. No Brasil, maior economia do continente, esta dívida alcançava 47,8% do PIB em 1985¹⁸. No mesmo ano, este percentual era de 86,1% na Argentina, 98,5% no Chile, 76,9% na Venezuela e 60,8% no México. A dívida per capita, ou seja, a divisão da dívida nacional total pela população residente do país, indicava, para estes mesmos países, um passivo individual de US\$976, US\$1.666, US\$1.647, US\$1.803 e US\$1.269, respectivamente. Tomando a América Latina em conjunto, no ano de 1985, a dívida total como porcentagem do PIB era de 60,3%, e em cada latino-americano recaía, por assim dizer, uma dívida de US\$976, embora este não tivesse qualquer relação com a captação deste passivo (KUCINSKI e BRANFORD, 1987). O crescimento do total da dívida latino-americana entre os anos 1975 e 1985 pode ser melhor visualizado através do Gráfico 1.

¹⁸ A dívida brasileira, embora tenha passado por uma recomposição nos últimos anos que redefiniu seu caráter (de externa para pública) ainda opera a transferência de valor a partir de nosso país e a subordinação do Estado ao sistema financeiro internacional, como a análise das séries históricas do Banco Central do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada permitem perceber.

Gráfico 1 – Crescimento da dívida bruta total latino-americana (1975 – 1985, em US\$ correntes).



Fonte: KUCINSKY e BRANFORD, 1987.

Politicamente, esta forma de transferência de valor mostrada pelo Gráfico 1 operava como um mecanismo de chantagem e pressão política internacional sobre os Estados nacionais na América Latina.

Na América Latina é tal o peso da dívida que ela não pode ser redimida, e assim muda de qualidade, funcionando não apenas como mecanismo de extração permanente de rendas, mas também como instrumento de dominação política. Enquanto em outras regiões do Terceiro Mundo o pagamento de juros ocupava no máximo 2 por cento do Produto Interno Bruto, na América Latina os principais devedores gastaram entre 5 e 8 por cento. Enquanto países endividados da Ásia e África gastavam 15 a 25 por cento de suas receitas de exportação para servir à dívida (juros mais prestações do principal), no México, Equador, Peru e Chile esse serviço consumiu mais da metade das receitas de exportação, no Brasil consumiu 87 por cento e na Argentina a totalidade das receitas, forçando cortes drásticos na importação de bens (KUCINSKI e BRANFORD, 1987, p. 101).

Não apenas as importações de bens foram cortadas, como também o investimento do Estado nas áreas sociais diminuíram drasticamente, revelando, com isto, um dos aspectos mais dramáticos do chamado “enxugamento” do Estado, característico do período do neoliberalismo. Por outro lado, os investimentos básicos também caíram: somente na primeira metade da década de 1980, o Brasil diminuiu os investimentos básicos em 20%. México (- 34,8%), Argentina (-53,6%), Venezuela (-52%) e Chile (-20%) seguiam a mesma tendência (KUCINSKY e BRANFORD, 1987).

Com a diminuição destes investimentos, não nos parece difícil prever, pela estrutura social própria de uma economia dependente, quem seriam os maiores prejudicados. A América Latina, nestes anos e nos subsequentes, passou por uma progressiva deterioração de seus indicadores sociais, pelo aumento da informalidade do trabalho, elevação do desemprego (no final dos anos 1980 combinado ainda com uma espiral inflacionária), do inchaço urbano e sua correspondente situação de vulnerabilidade (KUCINSKY e BRANFORD, 1987).

A condição da educação e da saúde públicas viraram verdadeiros dramas nacionais, contrastantes em absoluto com os lucros auferidos pelo capital financeiro e a opulência das elites dirigentes nacionais. No marco das categorias que definem uma economia dependente, foram anos de aprofundamento da superexploração da força de trabalho, de intensificação da transferência de valor do trabalho ao capital (inflação, informalidade, privatização de serviços públicos e perda de garantias sociais) e de transferência de valor da economia nacional ao capitalismo mundial (remessa de lucros, pagamento de royalties, drenagem financeira do pagamento dos juros da dívida externa) (KUCINSKY e BRANFORD, 1987; OURIQUES, 1995).

Restringe-se, portanto, o mercado interno, e se aprofundam os mecanismos de funcionamento da economia dependente, como a estrutural constrição sobre o mercado interno:

com a crise da dívida, além da brutal queda de renda e da deterioração nos serviços públicos, as culturas de abastecimento do mercado interno foram relegadas a segundo plano, em benefício das culturas de exportação, como parte do esforço para servir à dívida. No Brasil a produção de arroz caiu em 15 por cento entre 1978 e 1984, a de milho 6,3 por cento e a de feijão 2,4 por cento ao ano, ocorrendo grave falta de alimentos e alta de preços, com consequências diretas e específicas no padrão alimentar já crítico da população de baixa renda (KUCINSKI & BRANFORD, 1987, p. 55).

Sobre esta dinâmica, SALES (1995) conclui que a ausência do consumo de massas em nossa formação econômica e social, por truncar o padrão fordista de acumulação de

capital, potencializou o efeito das transformações no capitalismo mundial sobre as desigualdades sociais em nosso país¹⁹.

A crise capitalista, gestada desde os anos 1960 mas conflagrada nos anos 1970 pelos fatores anteriormente destacados, e que tiveram estas duas estratégias de superação acima destacadas, apresentou ainda, com o acirramento das desigualdades nacionais que caracterizam a divisão internacional do trabalho, a intensificação da mobilidade internacional do trabalho, fenômeno social apropriado pelo capital na sua estratégia de contra tendenciar a queda dos lucros (GAUDEMAR, 1977). A divisão internacional do trabalho incide sobre a estrutura social e econômica dos países periféricos, ora sob a forma de IED, ora sob a forma financeira, e reproduz nela as condições que criam uma superpopulação relativa disposta a emigrar de seu país (SILVA e MEDEIROS, 2009). De acordo com Brito (1995),

os países mais pobres, como o Brasil, tiveram a década de 80 marcada por tentativas, mal sucedidas, de ajuste econômico e financeiro, visando a nova realidade do capitalismo internacional e as necessidades de quitação dos compromissos de pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de crise econômica, de profunda dimensão social, onde as taxas de desemprego se aproximaram de 15% e a miséria se generalizou para 20% da população” (BRITO, 1995, ps. 61 e 62)²⁰.

É exatamente por isso que justo quando opera a deterioração destas condições, após os anos 1970 mas especialmente a partir da década de 1980, é que o Brasil transforma-se de país predominantemente de imigração para país predominantemente de emigração, e faz sentido então falar de uma estratégia de contra tendenciar a queda da taxa de lucro a partir da imigração nos países centrais. Esta transformação, operada no interior da divisão

¹⁹ A autora também adverte que esta ausência e suas repercussões sobre as migrações internacionais têm sido pouco analisadas. Desde a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, que retrata esta ausência como um traço estrutural da economia dependente (cisão entre as esferas de produção e de circulação do capital), buscamos aqui contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre a ausência ou constrição do consumo de massas em nosso país.

²⁰ É eloquente a reflexão de Teresa Sales sobre o significado desta “transição migratória”, de um país essencialmente imigrante para cada vez mais emigrante: “Estamos fugindo de nossa década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais. As migrações recentes de brasileiros para os Estados Unidos, para o Japão, para Portugal, para a Itália e até para o Paraguai são o retrato cruel de um Brasil que, se na passagem do século passado [séc. XIX, LFAM] e primeiras décadas do atual [século XX, LFAM] recebia imigrantes que para aqui trouxeram o seu legado de técnica e cultura, agora, na passagem para um novo século, começa a exportar o que há de melhor em seu território: o seu povo” (SALES, 1995, ps. 89 e 90).

internacional do trabalho, criada pelo capital, é posteriormente apropriada pelo mesmo capital, já nas áreas de destino destes fluxos: “o recurso à imigração permite às burguesias dos centros imperialistas reconstituir as condições de exploração do proletariado dos inícios do capitalismo” (AMIN, 1977, p. 105), ou seja, calcadas na extração de mais-valia absoluta de uma força de trabalho de baixa qualificação, que, em razão de seu estatuto político inferior e sua clandestinidade, não recebe os benefícios sociais concedidos pelo capital e oferecidos pelo Estado. O principal objetivo desta estratégia é pressionar o nível dos salários e diminuir os encargos trabalhistas pagos pelo capital. Conforme Gaudemar (1977),

o estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo (salários baixos, horários frequentemente prolongados, ritmo de trabalho muito intenso). Mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente aos capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter uma fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que têm uma taxa de atividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente beneficiam (doença, desemprego, velhice) [...] O recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os imigrados constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes. As empresas, particularmente as que têm fraca composição orgânica do capital, incapazes de planificar a longo prazo, utilizam a fundo esta disponibilidade. Estas vantagens específicas conseguidas pelos patrões, devido aos imigrados, provêm em grande parte do estatuto político e social destes. Os trabalhadores imigrados estão longe de dispor dos direitos elementares adquiridos há muito tempo pelos trabalhadores [...] Os trabalhadores imigrados também não dispõem dos mesmos direitos sindicais, nem de um modo geral do direito de associação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados (trabalho, alojamento, saúde, tempos livres...) [o que] implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores imigrados, mesmo para os seus direitos elementares, para escaparem à sua condição de novos escravos... (GAUDEMAR, 1977, ps. 27 e 28).

Em síntese, aquilo que se processou historicamente como resultado das transformações econômicas e sociais engendradas pela expansão do capital monopolista na periferia da divisão internacional do trabalho, incide agora sobre o processo de acumulação de capital nos países centrais, permitindo a estes, senão superar, pelo menos impôr resistência à crise capitalista de queda tendencial dos lucros, resguardando com isto a estrutura da divisão internacional do trabalho – e sua condição de países centrais dentro dela.

1.3.2. Crise Econômica na Mesorregião Sul de Santa Catarina e o Processo Emigratório

Os processos sociais, econômicos e políticos compõem o pano-de-fundo da mobilidade espacial da população em âmbito internacional, onde “a emigração internacional é resultado das desigualdades existentes entre países e a globalização as acentua” (MARTINE, 2005, p. 41). Especificamente na Mesorregião Sul de Santa Catarina, a crise econômica e social que impulsionou o processo emigratório, embora também originada pelas transformações processadas no interior da divisão internacional do trabalho, teve comonexo entre o geral (mercado mundial) e o específico (condições sociais e econômicas locais) a crise do CCSC, estrutura que ligava a região ao sistema capitalista mundial. Foi a partir desta crise, cujas raízes estruturais remetem à crise mesma do capitalismo mundial em sua etapa imperialista de acumulação de capital, que se processou o desmonte do CCSC, a partir sobretudo das reformas neoliberais levadas a cabo nos anos 1980 e 1990. E o desmonte da estrutura produtiva que organizava social e economicamente a vida na região somente poderia significar o agravamento das desigualdades sociais, da pobreza e do desemprego na região, fatores estes que impulsionaram o processo emigratório desde a região até os Estados Unidos. Analisaremos a seguir mais detidamente como a crise do capital, por meio do neoliberalismo, provocou também a crise do CCSC. De acordo com Carola (2002),

em 1979, com o segundo choque do petróleo, a indústria carbonífera recebeu mais estímulos e subsídios, mas passado o período de ‘crise do petróleo’, o governo reviu a política energética, mudou de estratégia e começou a anunciar o fim da política de subsídio (...). Esta quarta fase [quarta fase do processo de formação, expansão e crise do CCSC] se encerra em 1985, ano em que se atinge a maior produção de toda a história da indústria carbonífera catarinense. Nesse ano, havia 15 mil trabalhadores nas minas, e a produção de carvão bruto atingiu mais de 19 milhões de toneladas, maior índice da história. A partir de 1985 começa o processo de redução dos subsídios e abrem-se as portas para o carvão importado. Inicia-se, desta forma, uma quinta fase, uma fase de decadência com alguns sinais de recuperação na segunda metade dos anos 90. A partir daí, a indústria carbonífera catarinense teve que enfrentar a dura realidade de sobreviver sem subsídio governamental, competir com o carvão importado e ainda resistir à consciência ecológica da população e à atuação das organizações ambientalistas (CAROLA, 2002, p. 23).

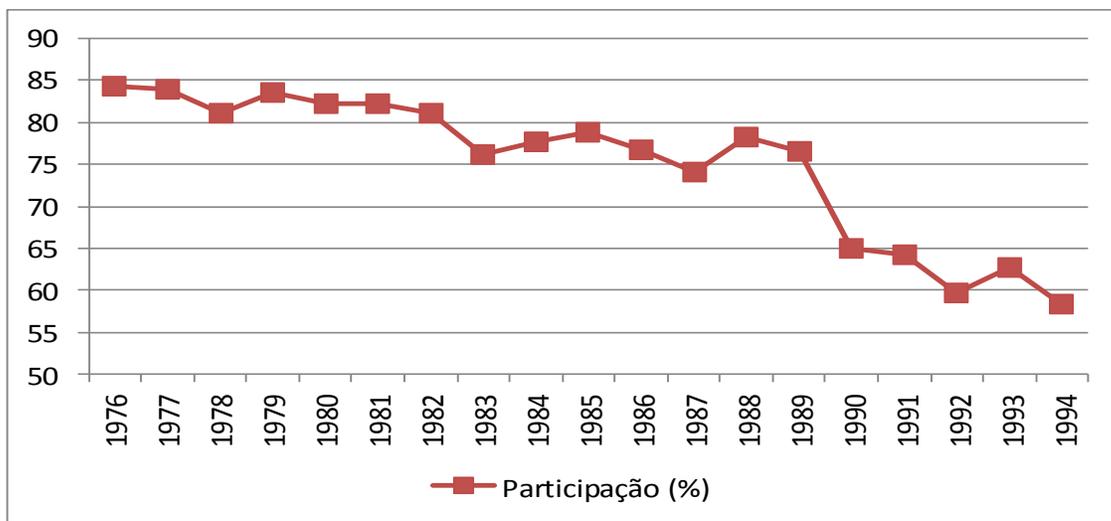
As transformações processadas no interior de uma divisão internacional do trabalho em crise começaram a incidir mais fortemente no Complexo Carbonífero de Santa Catarina ao longo dos anos 1980, quando o Estado retira-se gradativamente das atividades

produtivas, inclusive o carvão, e operacionaliza a desmontagem das estruturas produtivas e institucionais vigentes desde o período do entre guerras (COGGIOLA, 2001). Esta estratégia é mais facilmente compreendida no âmbito da assunção, no Brasil e em toda a América Latina, dos pressupostos neoliberais, implantados no sistema capitalista como alternativa do capital superar as restrições que lhe haviam sido impostas pela crise dos anos 1970²¹ (AMIN, 1977, MÉSZÁROS, 2003). Não apenas o Estado brasileiro retira-se do planejamento econômico, como ainda delega ao mercado (leia-se empresas estrangeiras) o controle das antigas empresas estatais e dos complexos energéticos. No setor carbonífero nacional e especialmente no sul catarinense, a redefinição das atividades do Estado, tomada em detrimento dos interesses sociais e econômicos da classe trabalhadora, incidiu no CCSC de três formas: retirando os subsídios à produção, extinguindo a compra, pelo Estado, da produção carbonífera nacional, e submetendo, dentro de uma ideologia de livre concorrência no comércio exterior absolutamente anti-nacional, a produção nacional à uma competição internacional desvantajosa. De um lado, diminuiu a participação do carvão sul catarinense na produção nacional total; de outro, elevou-se, na esteira da desmontagem de uma política nacional de incentivo à produção carbonífera, a participação do carvão importado no consumo nacional total.

O Gráfico 2 apresenta a rápida diminuição da participação da produção catarinense de carvão em relação à produção nacional total do mineral:

²¹ Em outra pesquisa, na mesma tradição dos estudos marxistas sobre a migração internacional, desenvolvemos mais detidamente o rol das estratégias tomadas pelo capital para a superação da crise capitalista para a qual a própria superexploração do trabalhador imigrante tem atuado, desde os anos 1970, como um fator de contra-tendência à crise do capital, através da extração de maiores frações de mais-valia e, portanto, de lucros.

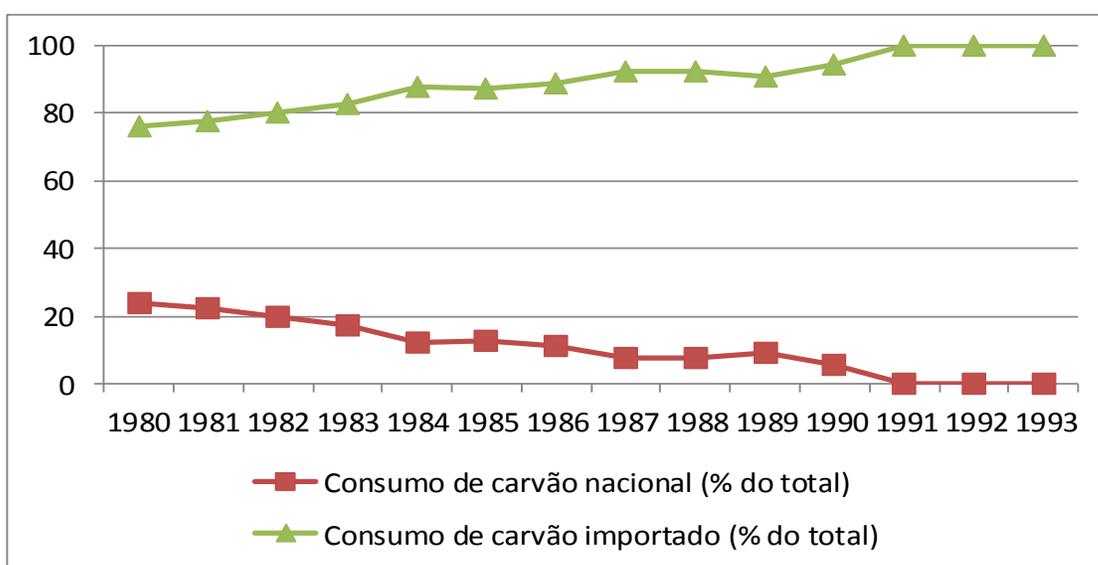
Gráfico 2 – Participação do Carvão Catarinense em relação à Produção Carbonífera Nacional (1976 – 1994).



Fonte: SIECESC, 2012.

O Gráfico 3, por sua vez, apresenta a rápida diminuição da importância relativa do Carvão Catarinense no consumo nacional de carvão metalúrgico advinda das primeiras reformas neo-liberais do setor e da extinção dos subsídios e das compras realizadas pelo Estado.

Gráfico 3 – Consumo de Carvão Metalúrgico no Brasil segundo origem do carvão (Nacional ou importado, 1980-1993, em 10³ toneladas).

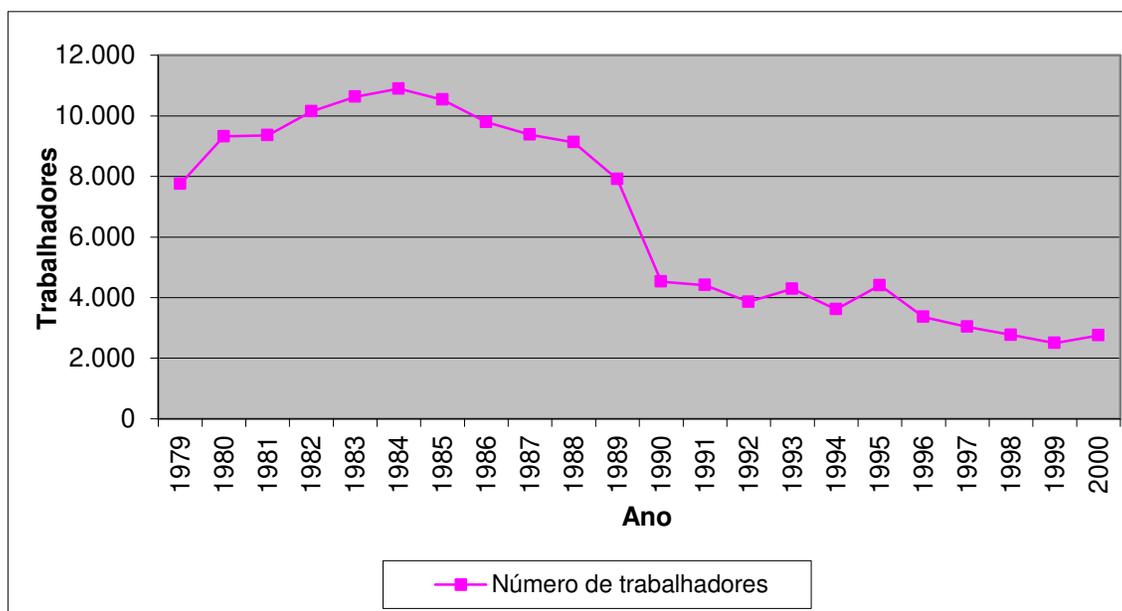


Fonte: SANTOS, 1997.

Diante desta concorrência, as companhias sul catarinenses, não possuindo os elementos necessários à uma autonomia intelectual que lhe possibilitasse concorrer no mercado mundial via produtividade, limitada também pelas características do carvão na região a competir via qualidade, teve necessariamente que fazê-lo via preço, intensificando a super exploração da força de trabalho e alargando as demissões no setor – o que, pelas pressões exercidas por um exército industrial de reserva em expansão, funcionou também como um elemento de constrição dos salários.

O primeiro efeito das chamadas políticas neoliberais no complexo carbonífero catarinense foi o corte de postos de trabalho no setor e a consequente elevação do desemprego em toda a região, como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Emprego no complexo carbonífero sul catarinense (1979-2000).



Fonte: Fundação IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 2000.

Como salienta Santos (1977),

a grande parte do carvão da Região Sul era comprado pelo Governo Federal. Por isso, a partir da importação do produto, o nível de emprego no setor decaiu assustadoramente, atingindo índices alarmantes no último período com o fechamento e privatização da Cia Próspera, subsidiária da CSN. Também contribuíram a crise na CBCA, que passa para o controle dos empregados através de uma cooperativa, e a liquidação do Lavador de Capivari, que perava com carvão metalúrgico e ficou sem atividades com a importação da totalidade do volume consumido no país (SANTOS, 1977, p.55)

O desmonte das principais estruturas que inseriam a região no contexto da divisão internacional do trabalho acarretou efeitos não apenas sociais e econômicos como também ambientais – sendo estes últimos, na verdade, mais resultado do padrão produtivo local que propriamente da crise no setor (GOULART FILHO, 2007).

Desde a primeira natureza, social e econômica, destaca-se a derrocada produtiva da região e as crescentes dificuldades de reprodução social da existência neste contexto. Embora estas transformações ocorram enquanto processo, a conjuntura específica do final dos anos 80 e início dos 90 é bastante elucidativa para o entendimento da relação entre a divisão internacional do trabalho, suas transformações e o processo emigratório internacional a partir desta região.

O ano de 1990 marcou o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra Mundial, em que havia uma presença estatal no setor mais ativa. O governo Collor liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais a comprarem o carvão nacional, acabou parcialmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari e as unidades da ICC em Imbituba e Criciúma. Associado a essas medidas, iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1.500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram quase dois anos num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução imediata veio com a venda da estatal para a Metropolitana, que cria a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada, que a fechou em 1995. Em 1997, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, de propriedade da RFFSA, foi concedida à iniciativa privada e, em 1998, a Tractebel comprou a GERASUL, empresa responsável pela geração de energia no sul do país. A crise no complexo carbonífero também teve impacto na cidade de Imbituba, onde funcionava o porto e a ICC. O fechamento da ICC, em 1993, o fim do transporte de carvão para outros Estados brasileiros (gerando capacidade ociosa no porto) e o processo de modernização da maior empresa da cidade, a fábrica de revestimentos cerâmicos Icisa, demitindo em torno de 500 funcionários num curto intervalo de tempo, fizeram a cidade de Imbituba mergulhar numa crise. O comando exercido inicialmente pelo porto e, em seguida, pela ICC não dinamizou a economia regional devido à ausência de pequenos capitais industriais de origem local (GOULART FILHO, 2007, ps. 320-321).

Desde a segunda natureza, a ambiental, compete destacar que o setor de exploração carbonífera apresenta uma intensa e profunda alteração das condições ambientais: “a Europa dos séculos XVIII e XIX inaugurou uma nova era, a era do carvão e do ferro, que, por onde passou, deixou um rastro de destruição nunca visto antes. A face geográfica da Terra começou a ser transformada num ritmo acelerado. Florestas inteiras foram destruídas,

o solo os rios e o ar conheceram a poluição numa escala sem precedentes” (CAROLA, 2002, p. 9). Assim, não obstante a destruição ambiental seja resultado de um padrão produtivo que vigorava desde antes da crise das condições sociais e econômicas na região, seus efeitos tendem a aprofundar a depreciação da qualidade de vida na região sul de Santa Catarina, e atuar, portanto, como mais um fator de expulsão da força de trabalho, regional e internacionalmente. Segundo Goulart Filho (2007),

o maior legado deixado pela extração do carvão ao longo desses cem anos foi uma das maiores degradações ambientais ocorridas no país: 2/3 dos mananciais hídricos estão contaminados com metais pesados, dado o alto teor de enxofre (que vai de 5,0% a 12,0%), 6.300 hectares de área estão degradados por rejeitos, e a pneumoconiose – ou doença do pulmão entupido pelo pó do carvão, que aflige em torno de 3.200 ex-mineiros. Além do comprometimento da fauna e da flora, chuvas ácidas, precárias condições de moradias nos bairros operários e estresse do mineiro, causado pelo ambiente de trabalho insalubre e de alto risco (GOULART FILHO, 2007, p. 323).

A dependência secular da região à exploração do carvão foi o elemento histórico a partir do qual a crise no setor inevitavelmente significou a crise em toda a região. O padrão oligopolizado de organização do setor, com poucas companhias e intensa participação do capital estrangeiro na composição das empresas, fez com que a riqueza produzida não atingisse diretamente a classe trabalhadora, pelo contrário, sempre esteve concentrada em um reduzido número de famílias ou grupos econômicos internacionais. A produção carbonífera, assentada em um regime de superexploração da força de trabalho que condenou, por décadas, seus trabalhadores às mais variadas enfermidades físicas, orgânicas e mentais, levou a região a um tipo muito claro de desenvolvimento: o desenvolvimento do subdesenvolvimento, concentrador de renda e devorador de gente desde as entranhas dos veios abertos de carvão.

O carvão, gerador de riqueza e responsável por destacar o município no cenário regional, foi também freio no processo de crescimento econômico com sérias consequências na área social. Durante meio século tudo dependia do carvão e era dele que os empresários, os políticos, os trabalhadores esperavam o lucro, o poder e subsistência, respectivamente. Não houve preocupação em criar alternativas novas de negócios na região. Por outro lado, o carvão alterou a paisagem ambiental. Poluiu o ambiente nas dimensões essenciais de garantia da qualidade de vida. Destruiu a produtividade de grandes extensões do solo. Esta alteração resultou na poluição das bacias hídricas, e na multiplicação de solos estéreis, através das inundações dos rios poluídos; prejudicou também a qualidade do ar pela combustão espontânea de grandes montes de pirita depositados junto às bocas de mina e lavadores de carvão. A ação dos ventos tornou a cidade cinzenta; as ruas negras. As casas e prédios encardidos (...). Enfim, durante 50 anos Criciúma foi uma cidade mineira. A lembrança do passado persiste e se atualiza

no presente. Criciúma e carvão são indissociáveis pela tradição mineira da cidade e pela continuidade da mineração no município (VOLPATO, 2001, p. 14).

Atualmente, as condições ambientais da região carbonífera e especialmente de Criciúma encontram-se profundamente prejudicadas, situando-se além do limite do suportável pela ocupação humana e comprometem, de uma forma já irreversível, o bioma na região (VOLPATO, 2002). Em Criciúma, o índice de poluição das águas em razão da atividade carbonífera é de 100%. Elas apresentam elevada acidez, concentrações de sulfato, ferro e sólidos acima dos previstos pela Organização Mundial da Saúde (VOLPATO, 2002). A presença, na água da bacia hídrica da região, de metais pesados, cancerígenos, metagênicos e teratogênicos comprometem a saúde da população ali residente de forma hereditária. A poluição do ar é também um elemento característico – inclusive visível – da região. Enfermidades respiratórias como gripes, asma e bronquite são comuns.

Dos 28 bairros do município de Criciúma, todos partilham os efeitos da poluição ambiental, alguns, porém, como Cidade Mineira, Sangão, Próspera, Rio Maina, Mina 4, São Defende, Universitário, para citar alguns, apresentam ‘feridas expostas’ e agridem os moradores e a todos que por ali trabalham ou transitam. Os moradores próximos às minas de carvão e às vias de transporte são atingidos pela poeira negra, espalhada pelos ventos, a partir dos depósitos e no transporte, invadindo casas e impregnando-se em todos os cantos e objetos, oxidando metais, corroendo máquinas e veículos, alterando a composição atmosférica. A paisagem danificada, a produtividade do solo reduzida, a rede de abastecimento d’água ameaçada de colapso e o avanço da mineração sob os mananciais ainda existentes, a vida animal e vegetal destruída, ou seriamente ameaçada, a diminuição da qualidade de vida, são os ônus sociais que a mineração não agrega a seu custos e a sociedade é forçada a subsidiar (VOLPATO, 2001, p. 26).

A deterioração das condições econômicas, sociais e também ambientais da região, originadas na falência do CCSC, atuou fortemente como fator de expulsão da força de trabalho, de promoção de um processo emigratório rumo aos Estados Unidos:

Essa situação gerou, na região, dois tipos de êxodo. Um, para cidades do Sul de Santa Catarina, que não possuíam atividades de mineração como Araranguá, Meleiro, Turvo e Imaruí. Cidades onde, na maioria, as atividades primárias da economia ainda têm importante papel. O outro êxodo é o internacional, que tem sido muito forte no Brasil contemporâneo e que assume expressividade em algumas cidades (SANTOS, 1997, p. 127).

No que se refere ao primeiro êxodo, temos visto que a crise da região era a expressão geral da incidência das reformas neoliberais, as quais incidiram não apenas na Mesorregião Sul de Santa Catarina como também em todo o Estado, no Brasil, na América Latina e mesmo nos países centrais do capitalismo mundial. Esta ampla incidência reforçou

o processo de falência da mobilidade social interna no Brasil, colocando a migração internacional no horizonte da busca por mobilidade social, ainda que em outro país. A emigração internacional desde a região impôs-se então como uma alternativa concreta para a população da Região Sul de Santa Catarina. Este processo emigratório, para ser compreendido, precisa ser contextualizado no âmbito das transformações econômicas e sociais na região, como buscamos fazer até então. Por tal razão que este fenômeno ganha força justamente nos anos de mais intensa crise econômica e dissolução do Complexo Carbonífero Catarinense. Segundo Peres, Hirano e Fusco (2002),

foi principalmente ao longo dos anos 90 que o fluxo migratório que parte da cidade de Criciúma se intensificou e ganhou maior dimensão. Com a ida dos primeiros grupos de migrantes aos Estados Unidos, as redes sociais que ligam os dois países começaram a se fortalecer, desenvolver e sustentar uma corrente que tem força ainda nos dias atuais. De forma diferente da migração nipo-brasileira, são as redes de parentesco e amizade as principais mantenedoras do processo, no que se refere desde à programação da viagem, passando pela ajuda num primeiro momento no país de destino até o fornecimento de informações sobre hospedagem e emprego (PERES, HIRANO e FUSCO, 2002).

Sobre a crise econômica e social da região, é importante fazermos algumas advertências para que não sejamos interpretados equivocadamente. Estas advertências fazem menção a alguns riscos teóricos presentes no estudo da desestruturação do CCSC.

O primeiro risco teórico é acreditarmos, sugerirmos ou mesmo defender que o contingente de trabalhadores expulso do trabalho nas minas seja exatamente, coincida, com o fluxo de força de trabalho emigrante da região. Não tratamos estes dois fenômenos sociais, econômicos e demográficos (desemprego e emigração) a partir de uma relação de causa e efeito, na qual a existência do segundo seria resultado da manifestação do primeiro. Pelo contrário, acreditamos que são fenômenos cuja explicação deve contar com um registro teórico específico, mas que todavia são fenômenos relacionados, associados: não apenas por incidirem em um mesmo espaço durante determinado período de tempo, mas também por fazer menção às condições gerais de vida da população. O desemprego no CCSC não leva necessariamente à emigração, mas ele se manifesta em um contexto econômico e social em processo de deterioração, de agravamento. Poderíamos, neste sentido, destacar fatores de expulsão próprios da desestruturação do CCSC e fatores de expulsão próprios da organização econômica e social dependente da região. Ambos fazem menção à forma com que a região se insere na divisão internacional do trabalho, mas a

confluência de ambos (ou seja, a relação, não de causalidade mas dialética, existente entre os dois fenômenos descritos acima) nos leva à segunda advertência necessária.

Quando nos referimos à análise crítica de um determinado processo de desestruturação econômica e social, é importante ter sempre em mente que ele se refere não apenas à desestruturação em si, como também da própria estrutura que está em transformação. Em outras palavras, o risco teórico de tal procedimento é acabar por consagrar as relações de trabalho que caracterizaram o período de expansão do CCSC. E estas, é importante salientar, marcam um modelo de desenvolvimento capitalista e de acumulação capitalista com forte custo social, largamente intensivo em formas combinadas de mais-valia relativa e mais-valia absoluta (mais-valia extraordinária) e insustentável não apenas social como também ambientalmente – a despeito de um aparente sucesso econômico durante as décadas de expansão do CCSC. Aprofundemos neste ponto.

As relações de trabalho do CCSC foram construídas historicamente a partir das necessidades de acumulação do capital aportado na região. O critério da utilização de força de trabalho era, portanto, o da máxima produção carbonífera, de modo a atender, durante a maior parte da história do CCSC, uma demanda crescente de sua produção. Se, de um lado, este modelo gerou muita riqueza (que pela estrutura social do capitalismo dependente concentrou-se em poucas mãos e gerou escasso desenvolvimento dos outros setores econômicos na região), de outro lado, produziu também grandes massas de trabalhadores super-explorados. No primeiro impulso de desenvolvimento do complexo carbonífero do Estado, o aporte de volumosas quantias de recursos financeiros provenientes sobretudo do exterior levou a um movimento de concentração produtiva em torno do CCSC e de um gradativo deslocamento de força de trabalho das outras atividades produtivas existentes na região (madeira, erva etc). Podendo contar com uma ampla força de trabalho a seu dispor e sem outros setores produtivos instalados a ponto de lhe fazer concorrência, o capital industrial carbonífero não apenas pôde pressionar os salários como também impor relações de trabalho precárias e espoliadoras. Situava-se, não raras as vezes, às margens da legislação trabalhista vigente. O emprego de força de trabalho feminina e mesmo infantil é uma clara expressão disto. Sobre o emprego sistemático de crianças e adolescentes no duro trabalho nas minas, Carola (2002) expõe que

a idade mínima estabelecida ‘oficiosamente’ pelos donos para trabalhar na superfície das minas era 14 anos. E a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1º de Maio de 1943, definia como ‘menor’ o trabalhador de 12 a 18 anos de idade; proibia, em qualquer situação, o trabalho de menores de 12 anos; e, aos menores de 12 a 14 anos, era permitido o trabalho desde que assegurada a frequência escolar e somente em locais com ‘serviços de natureza leve’, que não fossem nocivos à saúde e ao desenvolvimento normal do menor. A mesma CLT proibia terminantemente o trabalho de menores (12 a 18 anos) em locais e serviços perigosos ou insalubres, ou, ainda, em locais que pudessem prejudicar sua moralidade. Tudo isso, no entanto, não passou de letra morta. As fontes demonstram que o número de menores trabalhando nas minas em condições irregulares ou ilegais era bem acentuado (CAROLA, 2002, p. 50).

Homens e mulheres, crianças, adolescentes e adultos, somavam-se em uma atividade produtiva altamente desgastante e que, por conta do ambiente insalubre das minas e seu entorno, lhes condenava a problemas de saúde. O ambiente insalubre e a proliferação de enfermidades, além dos acidentes de trabalho próprios das escavações em minas de carvão, foram razão e objeto, em 1957, da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar, sobretudo, a alta mortalidade infantil.

Embora o trabalho de crianças nas minas das cidades carboníferas catarinenses fosse uma prática já ‘naturalizada’, em certos momentos, emergiam discussões e indignações. Enquanto alguns proprietários tornavam-se ‘reis’ do carvão, a cidade ganhava notoriedade nacional pelo elevado índice de mortalidade infantil. Para solucionar ou, pelo menos, conter a ‘ganância selvagem’ de certos empreendedores da mineração, alguns deles cidadãos do Rio de Janeiro, criou-se, em 1957, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para ‘apurar denúncias feitas por jornais da capital da República quanto às condições de trabalho nas minas de carvão de Santa Catarina’” (CAROLA, 2002, p. 58).

O deputado Anísio Rocha, integrante desta CPI, prestou importantes e muito ilustrativos relatos sobre as condições de trabalho na mineração carbonífera sul catarinense.

No escuro, sob elevada temperatura, em ambiente úmido e com os pés molhados, com deficiência de ventilação, agachados muitas vezes sob o perigo de desabamento e choque elétrico, ameaçados pelos comboios tracionados mecanicamente, inspirando poeiras de sílica e de carvão, propensos à pneumonia pelas bruscas mudanças de temperatura e à deformação óssea pelo impacto de centenas de milhares de golpes diários dos martelos perfuradores, são as condições a que estão sujeitos diariamente aqueles que empregam sua atividade em trabalhos subterrâneos (BRASIL, 1959, p. 75).

Por sua vez, o relatório da própria comissão parlamentar admitia que a investigação em áreas mais profundas das minas não pôde ser realizada por conta do terreno absolutamente precário e instável, concluindo que “existem minas, como a Monte Negro, onde a mineração é incompatível com a vida humana” (CAROLA, 2002, p. 59).

É este contexto de condições de trabalho incompatíveis com a vida humana em que se ampara o CCSC, incapaz de alterar estas condições mesmo em situações de aplicação de tecnologia ao processo produtivo. Estas condições, historicamente constituídas e que estão presentes até às entranhas da organização social e econômica da região, foram apenas pioradas com a desestruturação do complexo carbonífero. Quando analisamos, portanto, a crise do CCSC e exploramos a relação deste fenômeno com a formação dos fluxos emigratórios, não estamos de modo algum legislando a favor das condições de trabalho anteriores à crise, consagrando este duro e precário regime de trabalho. Por décadas, todavia, este sistema foi capaz de aglutinar o trabalhador à produção, de modo que sua crise é, por um lado, a libertação do trabalhador destas condições de trabalho, mas é, por outro lado, a sua completa vacância em uma região inteira mergulhada na crise, e o agravamento, portanto, da submissão do trabalho ao capital. A crise do setor carbonífero durante a década de 1980 e o que ela significou para a classe trabalhadora local fez fortalecer, de forma vigorosa e pujante, o movimento sindical dos trabalhadores de Criciúma, especialmente dos trabalhadores do setor mineiro. Tal movimento sindical, politicamente vinculado a outros movimentos sociais, urbanos e rurais, e situado no âmbito das forças políticas locais de luta pela redemocratização, acirrou a luta do trabalho contra a sua submissão total ao capital, e fez Criciúma ser conhecida, nos anos 1980, como o ABC de Santa Catarina, em referência à conhecida importância dos sindicatos metalúrgicos da região do ABC paulista entre as décadas de 1970 e 1980 (SILVA, 2005).

Historicamente, todavia, o capital (em sua fração industrial-carbonífera) ocupou-se de manter a força de trabalho dependente de um regime de produção extenuante e super-explorador. Durante décadas, o setor carbonífero catarinense foi não apenas o elemento mais dinâmico do desenvolvimento do capitalismo no Estado como também contribuiu decisivamente para as necessidades energéticas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Não há contradição alguma em esta posição combinar-se com a geração de um extenso contingente de trabalhadores depauperados, empobrecidos, adoecidos e marginalizados: a produção de riqueza no capitalismo é também a produção e reprodução da condição subalterna do trabalhador (MARX, 1867/1984). Todavia, um momento de crise é capaz de desarticular as bases materiais deste sistema de produção e reprodução do capital, e fazer emergir novas dinâmicas sociais – ou ampliar dinâmicas sociais já existentes. O fenômeno

emigratório na região se situa no interior destas dinâmicas. Concretamente para o caso da Mesorregião Sul de Santa Catarina, é importante ter em mente que a formação dos fluxos emigratórios não é uma casualidade histórica ou a confluência da vontade de milhares de indivíduos, mas sim o resultado de um processo de formação de uma super-população relativa, que, não encontrando mais possibilidades mínimas de melhoria de sua condição de vida e situada no vácuo de um setor em desestruturação e outros setores incapazes de absorver inteiramente esta força de trabalho liberada, passa a ter na migração internacional uma possibilidade concreta de mobilidade social (ZAMBERLAM, 2006). Neste sentido, a emigração rumo aos Estados Unidos figura-se como um fluxo principal, por razões históricas que fazem referência não apenas à presença hegemônica do país na América Latina e no mundo, beneficiado que é na estrutura da divisão internacional do trabalho, como também à presença norte-americana nas indústrias carboníferas da região.

Aprofundar o estudo das características fundamentais do fluxo migratório de sul catarinenses rumo aos Estados Unidos é um passo importante para entendermos como este processo emigratório incide na Mesorregião Sul de Santa Catarina através das remessas de migrantes.

Capítulo 2. Dinâmica Econômica e Dinâmica Migratória em Criciúma

2.1. Emigração internacional de Santa Catarina no contexto brasileiro

No Capítulo 2, buscaremos dar contornos mais concretos à dialética entre migração internacional e divisão internacional do trabalho, através do estudo, empírico e teórico, do fluxo de emigrantes criciumenses para os Estados Unidos e da dinâmica econômica de Criciúma. Metodologicamente, este objetivo nos coloca passos preliminares, como a análise sócio demográfica não apenas da Mesorregião Sul de Santa Catarina como também do município de Criciúma – o que faremos a partir de uma caracterização econômica, social e demográfica da região e do município. Inicialmente, todavia, é importante sublinhar que a emigração internacional de criciumenses, particularmente rumo aos Estados Unidos, se insere no contexto da dinâmica migratória brasileira, na qual ocupa uma posição de destaque, como veremos a seguir.

Particularmente no que se refere aos dados sobre emigrantes sul catarinenses residentes nos exterior, é preciso se fazer uma advertência prévia. A diferença na estimativa de emigrantes internacionais brasileiros feita pelo IBGE em relação às estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e mesmo de países de destino destes emigrantes, como os Estados Unidos, revela não apenas uma diferença de método de cálculo, como também expõe uma fragilidade dos dados censitários brasileiros, decorrentes principalmente de duas questões. Inicialmente, deve-se registrar ao que estas duas questões se referem: no Censo Demográfico de 2010, o IBGE interpelou, aos entrevistados de sua pesquisa básica, sobre suas experiências e trajetórias migratórias internacionais – o bloco 3 do questionário básico foi inteiramente dedicado a esta questão. No quesito 3.01, perguntou-se se no alguém que já residira no domicílio estava atualmente residindo em outro país. Se sim, questionava-se o nome, o sexo, o ano de nascimento, o ano da última partida para residir em outro país e o país de residência deste emigrante em 31 de Julho de 2010. A primeira das questões problemáticas, que precisamos ter em mente para refletirmos sobre a qualidade dos dados e a existência de uma sub-enumeração das informações de emigração internacional, refere-se ao caso hipotético de uma família inteira ter emigrado, e com isto o domicílio encontrar-se fechado ou mesmo ocupado por outra(s) família(s), e não

constar nas respostas, portanto, a emigração da família inteira. A outra das questões problemáticas refere-se ao caso hipotético (mas muito possível, conforme se verá quando analisarmos o perfil social do emigrante criciumense nos Estados Unidos) de um emigrante residindo de forma indocumentada em outro país: sua condição indocumentada acaba muitas vezes por condicionar a resposta dos que ficaram em seu domicílio, que preferem ocultar a existência de um parente morando sob esta natureza de permanência em outro país. Estas questões não inviabilizam, logicamente, a possibilidade de um trabalho analítico a partir destas informações, mas pelo contrário colocam outro desafio, especialmente ao demógrafo, qual seja, o de desenvolver uma postura crítica em relação a elas bem como revisá-las sistematicamente.

Feita esta breve advertência sobre as possíveis limitações dos dados censitários e uma sub-enumeração dos resultados finais de emigrantes internacionais brasileiros, veremos a seguir quais as principais características do fluxo emigratório internacional de criciumenses, analisando inicialmente a posição deste fluxo no âmbito da dinâmica migratória internacional brasileira.

No âmbito dos Estados, o Estado de Santa Catarina ocupa uma posição de relativo destaque (oitavo lugar nacional) em termos de emigrantes internacionais, segundo os resultados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010. A Tabela 1 apresenta os volumes de emigrantes internacionais dos dez Estados brasileiros que mais emigrantes enviam ao exterior²².

²² Nas próximas páginas, apresentaremos uma série de tabelas que elencam os Estados brasileiros segundo critérios de migração internacional. A despeito de selecionarmos sempre os dez Estados brasileiros com mais destaque nesta dinâmica migratória, não pretendemos com isto qualquer esforço de ranqueamento destas posições, por acreditar que estamos diante de realidades estaduais muito distintas, ademais historicamente constituídas, que inviabilizam qualquer tipo de comparação que se proponha ir além da mera exposição conjunta destes Estados.

Tabela 1 – Emigrantes Internacionais Segundo Unidades da Federação Seleccionadas (2010).

Estado da Federação	Emigrantes internacionais
São Paulo	106.099
Minas Gerais	82.749
Paraná	45.863
Goiás	35.572
Rio de Janeiro	34.902
Bahia	26.047
Rio Grande do Sul	20.983
Santa Catarina	17.502
Espírito Santo	16.548
Pernambuco	13.898
Brasil	491.645

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Se optarmos por analisar os fluxos não por volumes de migrantes, mas sim por porcentagem deste volume em relação à população residente do Estado de que partem os emigrantes, os dados indicam que a posição de Santa Catarina passa então da oitava para a décima posição nacional dos Estados, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Proporção de Emigrantes Internacionais em Relação à População Residente Segundo Unidades da Federação Seleccionadas (2010).

Estado da Federação	Emigrantes internacionais % pop. Residente
Goiás	0,59
Rondônia	0,50
Espírito Santo	0,47
Paraná	0,44
Minas Gerais	0,42
Amapá	0,35
Mato Grosso do Sul	0,33
Tocantins	0,30
Distrito Federal	0,29
Santa Catarina	0,28
Brasil	0,26

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Sobre a emigração internacional aos Estados Unidos, o Estado de Santa Catarina ocupa a sétima posição em termos de volume absoluto de emigrantes aos Estados Unidos e

a oitava posição em termos deste volume em relação ao total da população residente no Estado, conforme podemos observar nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3 – Emigrantes Brasileiros nos Estados Unidos Segundo Unidades da Federação Selecionadas (2010).

Estado da Federação	Emigrantes nos Estados Unidos
Minas Gerais	35.763
São Paulo	22.327
Rio de Janeiro	10.692
Goiás	8.024
Paraná	7.632
Espírito Santo	4.484
Santa Catarina	4.351
Rio Grande do Sul	3.928
Bahia	3.605
Pernambuco	2.801
Brasil	117.104

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 4 – Proporção de Emigrantes Brasileiros nos Estados Unidos em Relação à População Residente de Unidades da Federação Selecionadas (2010).

Estado da Federação	Emigrantes nos EUA % pop. Residente
Minas Gerais	0,18
Goiás	0,13
Espírito Santo	0,12
Rondônia	0,10
Distrito Federal	0,08
Paraná	0,07
Santa Catarina	0,07
Rio de Janeiro	0,06
São Paulo	0,05
Mato Grosso	0,04
Brasil	0,06

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na análise dos fluxos migratórios, tanto no que se refere às migrações internacionais quanto às internas, é de fundamental importância um estudo mais acurado não apenas das condições sociais, econômicas e demográficas destes fluxos, como também da própria

especificidade do fluxo. Assim, o que inicialmente pode parecer pouco importante (a oitava ou décima posição que o Estado de Santa Catarina ocupa nacionalmente em termos de emigrantes internacionais), vai se apresentando mais urgente de ser analisado à medida que especificamos melhor estes fluxos migratórios.

Dentro da advertência feita anteriormente, de um estudo mais acurado e específico do fluxo, começamos então a perceber a importância deste fenômeno na região analisada: especializando os volumes migratórios segundo as mesorregiões que compõem o Estado de Santa Catarina, se desvela já a participação decisiva da Mesorregião Sul no contexto das emigrações internacionais neste Estado. A Tabela 5 nos permite identificar mais claramente esta importância:

Tabela 5 – Emigrantes catarinenses no mundo segundo mesorregião de origem (2010).

Mesorregião	Emigrantes	% do total de emigrantes do Estado
Sul Catarinense	5.827	33,29
Grande Florianópolis	3.787	21,64
Vale do Itajaí	3.269	18,68
Norte Catarinense	2.121	12,12
Oeste Catarinense	1.987	11,35
Serrana	511	2,92
Santa Catarina	17.502	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Podemos, todavia, especificar ainda mais a análise, e nos aproximar então do volume de emigrantes por Mesorregião e da porcentagem deste volume em relação ao total de emigrantes do Estado ambos particularmente para os fluxos que se destinam aos Estados Unidos. Este procedimento nos revela de forma ainda mais evidente a importância da Mesorregião Sul de Santa Catarina no contexto das emigrações internacionais que têm Santa Catarina como origem e os Estados Unidos como destino (Tabela 6).

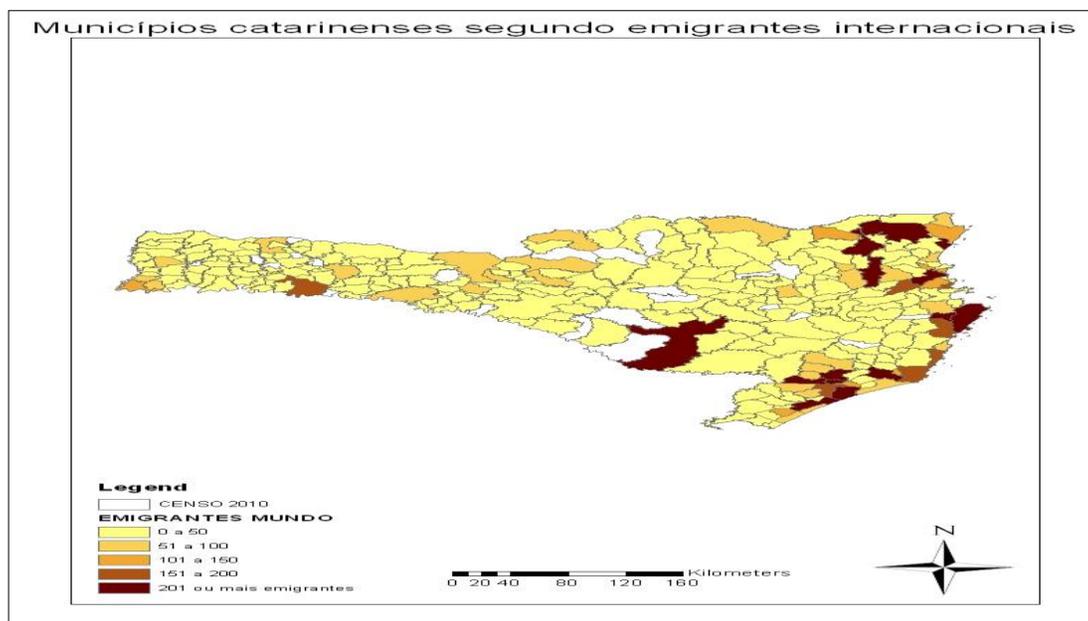
Tabela 6 – Emigrantes catarinenses nos Estados Unidos segundo mesorregião de origem (2010).

Mesorregião	Emigrantes	% do total de emigrantes do Estado
Sul Catarinense	1.765	40,57
Grande Florianópolis	927	21,31
Vale do Itajaí	698	16,04
Norte Catarinense	531	12,20
Oeste Catarinense	266	6,11
Serrana	164	3,77
Santa Catarina	4.351	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A análise espacial dos dados acima nos permite o georeferenciamento das informações sobre emigrantes catarinenses no exterior, e a visualização mais concreta, pois municipalizada, das especificidades, níveis e diversidades do fenômeno migratório no Estado de Santa Catarina (Mapas 1 e 2).

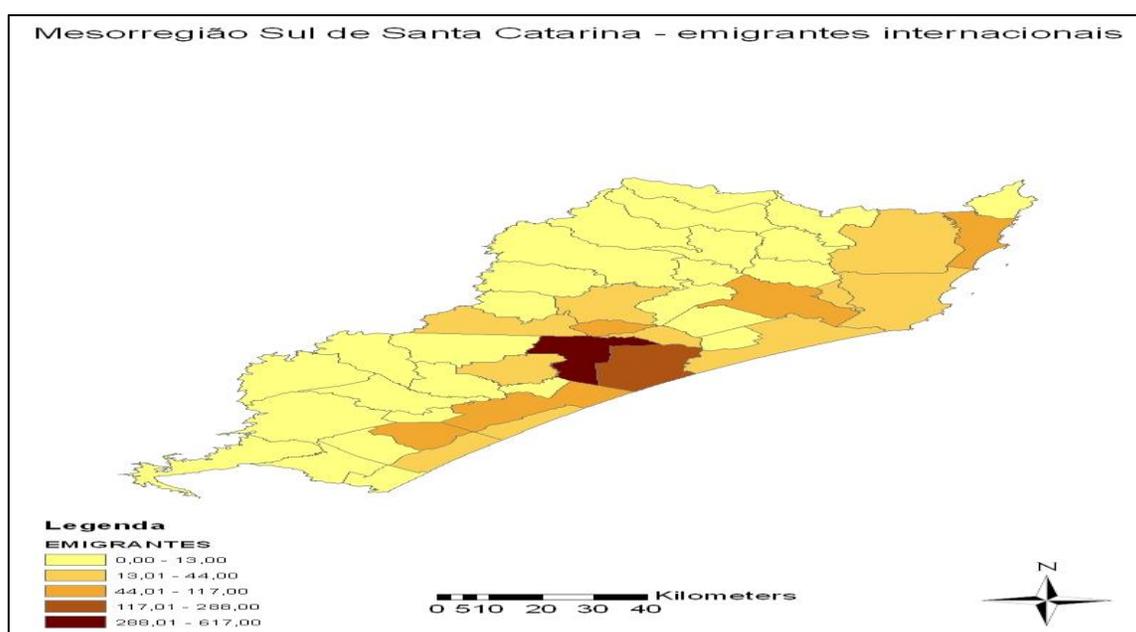
Mapa Temático 1: Geoprocessamento do total de emigrantes internacionais catarinenses de cada município do Estado de Santa Catarina (2010).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Mapa Temático 1 revela a concentração de municípios de destacada importância emigratória na Mesorregião Sul de Santa Catarina. Esta mesorregião, cuja formação econômica e social pudemos analisar no Capítulo 1 à luz do CCSC e da divisão internacional do trabalho, é composta de 41 municípios que se distribuem em 3 microrregiões: de Araranguá, de Criciúma e de Tubarão. Mais uma vez, a análise por geoprocessamento dos dados censitários nos revela um importante elemento da dinâmica emigratória na região: a centralidade que ocupa nela o município de Criciúma (Mapa Temático 2).

Mapa Temático 2 – Emigrantes internacionais da Mesorregião Sul de Santa Catarina (2010).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Mapa Temático 2 nos revela não apenas um centro mais escuro (Criciúma, com maior volume emigratório) como também a existência de uma faixa dispersa ao longo do litoral da mesorregião de destacado volume emigratório. Esta faixa litorânea de migrantes ocupa espacialmente a região na qual a estrutura do CCSC possuía seus portos e canais de comercialização do carvão mineral. Os volumes migratórios mais elevados de Criciúma e desta faixa litorânea estão diretamente associados à crise do modelo de inserção internacional da região e o desmonte, pelas reformas neoliberais, da estrutura do CCSC.

Até o momento, fizemos uma caracterização do fluxo migratório de sul catarinenses aos Estados Unidos priorizando aspectos sobretudo numéricos, ou seja, os elementos do volume destes fluxos migratórios. A tarefa de nos aproximarmos do perfil social deste emigrante exige, todavia, um esforço de investigação mais qualitativo, sobre quem é este emigrante e quais são as suas principais características. Para que a resposta a estas questões tenha um conteúdo histórico definido e aderência teórica às condições sociais da origem (SONGER, 1995), é preciso no entanto recuperar alguns elementos da dinâmica econômica e social da região, particularmente de Criciúma.

2.2. Diversificação Produtiva em Criciúma – SC.

A crise do capital em escala global, vigente na divisão internacional do trabalho desde princípios da década de 1970 (COGGIOLA, 2001), aprofunda-se na década de 1980 com as repercussões econômicas e sociais dos ajustes neoliberais e da reforma do Estado – estratégia adotada pelo capital para contra tendenciar a queda da taxa de lucros (KUCINSKY & BRANFORD, 1987; COGGIOLA, 2001). Estes efeitos concentraram-se na classe trabalhadora, que vem perdendo direitos e garantias sociais conquistados historicamente desde muito antes do chamado Estado do Bem-Estar Social, e especialmente na classe trabalhadora dos países dependentes, o elo mais frágil, subordinado e explorado do sistema capitalista mundial (MARINI, 2000).

Na Mesorregião Sul de Santa Catarina, esta crise representou o desmonte do aparato estatal brasileiro de incentivo e subsídio à produção carbonífera nacional e a falência do CCSC (VOLPATO, 2001; CAROLA, 2002; GOULART FILHO, 2007), a estrutura produtiva que organizava econômica e socialmente a região. Esta crise, que como vimos acima deixou um legado de desemprego, destruição ambiental e pobreza na região, atuou como um fator conjuntural de expulsão da força de trabalho rumo aos Estados Unidos. Segundo Covarrubias (2010),

nos lugares e regiões onde se tem verificado uma maior incidência da migração forçada, as condições materiais e subjetivas de vida e de trabalho têm deteriorado drasticamente as condições de insustentabilidade social: a) a insuficiência de emprego assalariado e o deterioro das atividades produtivas emolduradas na

economia de subsistência cancelam a possibilidade de que local e regionalmente se garanta a subsistência familiar. O dismantelamento progressivo do aparato produtivo local se complementa com a ausência de uma gestão pública do desenvolvimento regional; b) o cancelamento de condições mínimas para a subsistência, e a ruptura de expectativas de vida dignas dão ao traste com processos de socialização local, pese a que intentam ser recobertas com uma ‘cultura da migração’. Ademais, se manifestam traços de diferenciação social, ruptura do tecido social, entre outros processos. Mas o aspecto mais sintomático é a geração desta massa de superpopulação que se vê induzida a buscar sua manutenção na informalidade e na migração, senão em atividades ilícitas, como o crime organizado; c) o deterioro do entorno ecológico está associado à degradação socioeconômica e à dilapidação de recursos naturais, seja como meio de sobrevivência, seja como mecanismo de capitais vorazes; d) a migração se decanta em severos processos de despovoamento, o desperdício do chamado bono demográfico e a perda de força de trabalho necessária para ativar processos locais e regionais de desenvolvimento. Devido a que as condições de subdesenvolvimento se aprofundam, no seio da população excluída se perfilha nova força de trabalho migrante. As remessas salariais terminam não por formar ‘capital humano’, mas sim migrantes potenciais (COVARRUBIAS, 2010, ps. 79-80, tradução livre)²³.

Não obstante o processo emigratório de criciumenses não constituir exatamente um padrão de migração forçada, o extrato acima revela que o fluxo emigratório daí resultante, as características sociais gerais deste migrante internacional, são elementos explicativos também da forma de utilização das remessas realizadas (COVARRUBIAS, 2010). Com efeito, a estrutura social da região de origem é de fundamental importância para, analisando a posição ocupada nela pelos migrantes, compreendermos as razões de sua inserção secundária e precária no mercado de trabalho da região de destino (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). E também o é para compreendermos a forma de utilização das

²³ “en los lugares y regiones donde tiene verificativo una mayor incidencia de la migración forzada, las condiciones materiales y subjetivas de vida y trabajo se han deteriorado drásticamente al grado que permean condiciones de insustentabilidad social: a) la insuficiencia de empleo asalariado y el deterioro de las actividades productivas enmarcadas en la economía de subsistencia familiar. El dismantelamento progressivo del aparato productivo local se complementa con la ausencia de una gestión pública del desarrollo regional; b) la cancelación de condiciones mínimas para la subsistencia y la ruptura de expectativas de vida digna dan al traste con procesos de socialización local, pese a que intentan ser recubiertas con una ‘cultura de la migración’. Además se manifiestan rasgos de diferenciación social, ruptura del tejido social, entre otros procesos. Pero el aspecto más sintomático es la generación de esa masa de sobrepoblación que se ve orillada a buscar su manutención en la informalidad y la migración, sino es que en actividades ilícitas, como el crimen organizado; c) el deterioro del entorno ecológico está asociado a la degradación socioeconómica y a la dilapidación de recursos naturales, ya sea como medio de sobrevivencia o como mecanismo de capitales voraces; y d) la migración se decanta en severos procesos de despoblamiento, el derroche del llamado bono demográfico y la pérdida de fuerza laboral necesaria para activar procesos locales y regionales de desarrollo. Debido a que las condiciones de subdesarrollo se profundizan, al seno de la población excluída se prohija nueva fuerza de trabajo migrante. Las remesas salariales terminan, no por formar ‘capital humano’, sino migrantes potenciales” (COVARRUBIAS, 2010, ps. 79-80).

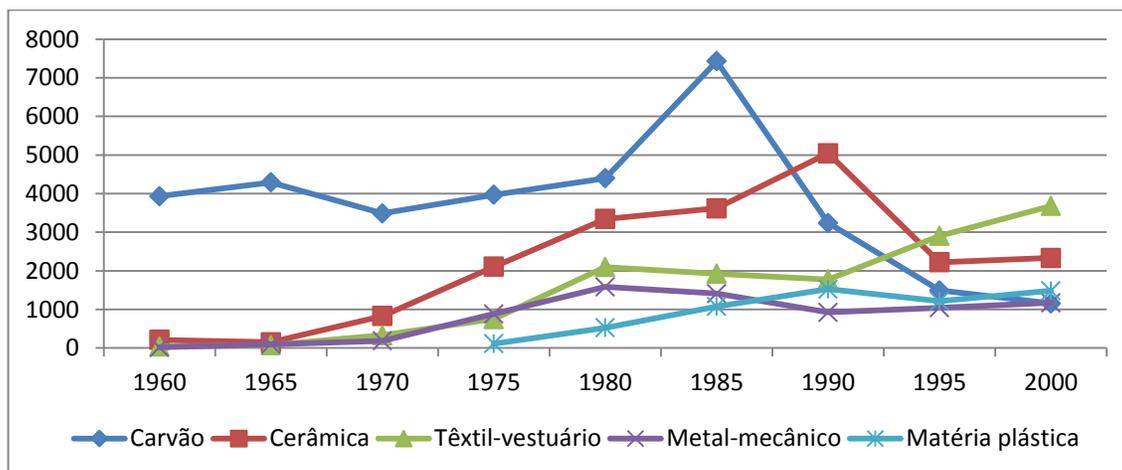
remessas, se como consumo corrente ou como investimento, e investigarmos a hipótese da dependência das remessas por parte das famílias que as recebem (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Para nos aproximarmos destes termos, é fundamental, por ora, analisarmos inicialmente as características mais gerais deste fluxo de emigrantes desde a Mesorregião Sul de Santa Catarina até os Estados Unidos e, feito isto, analisar também o próprio perfil social do migrante internacional desde a região.

Ao longo dos anos 1990, a economia sul catarinense passa por um processo de intensa centralização do capital, o que veio a aprofundar a importância relativa na região da cidade de Criciúma (GOULART FILHO, 2007). Este primeiro aspecto da década de 1990 combina-se com outro, a diversificação das atividades produtivas como resposta à crise que incidia sobre o setor carbonífero. Segundo Goulart Filho (2007),

entre as diversificações microrregionais em Santa Catarina, nenhuma se iguala à engendrada na região de Criciúma nos anos 1970 e 1980 [depois, portanto, do início da crise do capital em escala global]. O setor carbonífero cedeu espaço para a indústria de revestimentos cerâmicos, de plásticos e descartáveis, do vestuário, de calçados e metal-mecânica. Até meados dos anos 1970, o maior indutor da renda regional era o carvão, que em seguida passou a dividir o espaço com a indústria de azulejo e do vestuário. Nos anos 1980, a indústria cerâmica já estava consolidada. O mesmo ocorreu com o vestuário, plásticos e calçados. Os quatro setores dinamizaram a região e colocaram o setor carbonífero em quarto lugar na geração de emprego. Com a desvalorização cambial, as indústrias de calçados de Sombrio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza quase se extinguíram; empresas como a Terre Calçados, que em 1994 tinha quase 900 funcionários, decretou falência no ano seguinte. Com a correção do câmbio em Janeiro de 1999, o setor vem apresentando uma lenta recuperação (GOULART FILHO, 2007, p. 357).

A diversificação produtiva na região tem na distribuição dos postos de trabalho um claro indicativo da relativa perda de importância do setor carbonífero e do crescimento desta importância nos demais setores (GOULART FILHO, 2007). Esta dinâmica de rearticulação da produção na região teve como elemento fundante não a postulação de uma diversificação produtiva interna para o crescimento autônomo na região, mas sim a urgência de ocupar os vácuos produtivos deixados pela crise do setor carbonífero – resultado direto, portanto, de uma inserção subordinada à divisão internacional do trabalho (GOULART FILHO, 2007). O gráfico 5 apresenta esta dinâmica de transferência de postos de trabalho do setor carbonífero para os outros setores produtivos na região:

Gráfico 5 – Trabalhadores nas atividades produtivas em Criciúma (1965-2000).



Fonte: Fundação IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 2000.

A diversificação produtiva sugerida pelo Gráfico 5 eleva a importância, desde a crise capitalista da década de 1970, de setores como o cerâmico, o têxtil-vestuário, o metal-mecânico e de produção de matéria plástica. No rearranjo da força de trabalho entre estes setores, também a produção química, em especial no setor tintureiro, tem elevado a sua importância relativa. De acordo com Goulart Filho (2007),

uma nova indústria que vem rapidamente se formando e consolidando é a química. Porém, não podemos afirmar que existe um setor químico constituído na região de Criciúma. O que se observa na região é a presença de elementos do setor químico que está em formação, baseado na indústria de matérias plásticas, compostos cerâmicos, tintas e vernizes. Mesmo num mercado de tintas e vernizes oligopolizado, as marcas sul-catarinenses se impuseram no mercado nacional concorrendo com as grandes marcas. Com relação ao número de empregos, ao contrário dos setores carbonífero, cerâmico e calçadista, que sofreram um revés nos anos 1990, por enquanto a indústria de tintas vem apresentando um crescimento contínuo. Afinal, é uma indústria nova na região e ainda não passou por nenhuma crise localizada e nenhuma reestruturação produtiva mais profunda. Pelo contrário, a cada ano que passa as marcas sul-catarinenses conquistam mais o mercado nacional e ampliam a sua capacidade produtiva, tendo como resultado a abertura de novos postos de trabalho (GOULART FILHO, 2007, ps. 357-358).

Nestes termos, a relativa diversificação produtiva processada na Mesorregião Sul de Santa Catarina, especialmente na cidade de Criciúma – SC, embora opere como um fator de melhoria das condições econômicas e sociais na região, não é suficiente para interromper o processo migratório, pelas razões mesmas de como as redes sociais somam-se à estas condições como elementos causais dos fluxos migratórios (PERES, HIRANO e FUSCO, 2002; BOLOGNA, 2007).

Primeiramente, devemos destacar que a diversificação produtiva operada na Mesorregião Sul de Santa Catarina não superou a dependência econômica e social processada historicamente na região em razão de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (GOULART FILHO, 2007). O Gráfico 5 nos permite observar que a crise e a desestruturação do CCSC tiveram como expressão a diminuição dos postos de trabalho no setor carbonífero da região, mas movimento semelhante ocorre também no setor cerâmico, que não consegue se consolidar como o “herdeiro” da força de trabalho liberada pela crise carbonífera e passa a ele também fechar postos de trabalho. Segundo Assis (2006),

a crise atingiu igualmente o setor cerâmico que se desenvolvera na região. Nesse período [anos 1990] a recessão enfrentada foi tão intensa que, das 13 fábricas, nove interromperam suas atividades, ocasionando um desemprego ainda maior. Essa grave crise alterou o cotidiano e a paisagem da cidade, que vai encontrar na migração uma alternativa econômica, inserindo seus cidadãos nos fluxos internacionais de mão-de-obra (ASSIS, 2007, ps. 2-3).

Os fluxos migratórios desde a região se formaram e se mantiveram, portanto, com forte vigor, ganhando espaço crescente na literatura sobre a posição do Brasil na dinâmica das migrações internacionais, sobretudo em se tratando de emigração rumo aos Estados Unidos – sendo classificada geralmente apenas um grau abaixo de Governador Valadares – MG, caso clássico de emigração brasileira aos Estados Unidos.

Como pudemos analisar anteriormente, estes fluxos migratórios desde a mesorregião Sul de Santa Catarina até os Estados Unidos foram formados a partir de um processo histórico de criação de uma super população relativa, que não encontrava mais inserção produtiva e reprodução de sua existência no marco das estruturas econômicas e sociais em transformação na região. A formação desta super população relativa, deste excedente populacional apto a migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida, faz referência a um conjunto de fatores de expulsão da região em que vivem e fatores de atração da região a que emigram.

Os fatores de expulsão que formam o fluxo emigratório desde a região fazem menção especialmente às transformações advindas da desestruturação do Complexo Carbonífero de Santa Catarina, concentrada na Mesorregião Sul do Estado. Os elementos fundantes destas transformações foram a diminuição das compras do carvão sul catarinense

pela União, a extinção progressiva dos subsídios à produção carbonífera e a crescente participação do carvão importado na economia brasileira. As transformações econômicas e sociais daí provenientes somaram-se aos efeitos ambientais permanentes da indústria carbonífera e impulsionaram a formação dos fluxos migratórios não apenas aos Estados Unidos mas também às cidades menos dependentes do Complexo Carbonífero no próprio Estado de Santa Catarina (nas quais, portanto, os efeitos acima descritos estiveram menos presentes), como a capital Florianópolis.

Todavia, também os fatores de atração exercem seu condicionamento na formação dos fluxos migratórios desde a Mesorregião Sul de Santa Catarina rumo aos Estados Unidos. Estes fatores, por sua vez, fazem referência às condições que tornam vantajoso ao excedente populacional sul catarinense residir nos Estados Unidos. Poderíamos citar como algumas destas condições o mais amplo acesso ao mercado de trabalho, ainda que secundário, a existência de redes sociais, que facilitam as tarefas de transporte, de moradia e de busca de emprego; e as possibilidades de se realizar remessas, entre outras.

De acordo com nosso marco teórico e metodológico, tanto os elementos que compõem os fatores de expulsão como aqueles que integram os fatores de atração relacionam-se à inserção de ambas as regiões na estrutura da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, estes fatores são condicionados pela natureza e pelo grau de desenvolvimento das relações capitalistas de produção nas regiões envolvidas na dinâmica. A formação econômica e social dependente que caracteriza o Brasil, Santa Catarina e a Mesorregião Sul deste Estado, condiciona uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Articuladas, dependência e subordinação à divisão internacional do trabalho engendram historicamente os elementos aqui definidos como fatores de expulsão. De igual maneira, a formação econômica e social dominante, imperialista, central, que caracteriza os Estados Unidos, condiciona uma participação também dominante, imperialista e central deste país no marco da divisão internacional do trabalho. Esta posição cria e recria historicamente os elementos aqui definidos como fatores de atração presentes nos Estados Unidos.

Tanto os fatores de expulsão como os fatores de atração, até aqui tratados no âmbito de uma análise teórica, recebem um conteúdo humano concreto à medida em que

investigamos como refletem sobre elas alguns dos agentes institucionais do Estado de Santa Catarina, bem como os próprios emigrantes, em suas distintas trajetórias migratórias. A seguir, buscaremos definir contornos mais claros aos fatores de expulsão presentes na Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente no município de Criciúma, que operam de forma decisiva a dinâmica emigratória na região. E o faremos apresentando e refletindo sobre os principais elementos presentes nas entrevistas de agentes institucionais (Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a ALESC) e de emigrantes, internacionais e internos, criciumenses. O objetivo deste procedimento é não apenas avaliar a conjuntura socioeconômica atual da Mesorregião Sul de Santa Catarina, do modo como ela é interpretada pelos agentes do próprio Estado e buscar daí elementos de definição dos fatores de expulsão, como também analisar a opinião de pelo menos dois grupos populacionais envolvidos na dinâmica migratória desde a região (criciumenses residentes no exterior e criciumense que emigraram para outras cidades de Santa Catarina). Estas entrevistas visam dar contornos e conteúdo mais humano aos aspectos teóricos até então abordados – como também teorizar a própria resposta dos entrevistados.

Pela relativa restrição do número de entrevistas, este procedimento não possui pretensões estatísticas de certeza amostral. Todavia, por meio destas entrevistas, se busca compor um marco de reflexão sobre os elementos qualitativos presentes nas formas como o fenômeno emigratório (e a estrutura econômica e social à qual ele faz referência) é apropriado pelos agentes do Estado e os pelos próprios emigrantes.

Inicialmente, é preciso destacar alguns elementos inseridos na análise que o Estado e seus agentes fazem da conjuntura econômica e social de Santa Catarina e de sua Mesorregião Sul. Como se poderá notar, uma breve exposição desta forma de interpretação pode revelar aspectos que não foram abordados por nossa reflexão teórica sobre as condições econômicas e sociais da região. Um destes aspectos, por exemplo, se refere às repercussões e incidências da crise capitalista mundial no Estado de Santa Catarina. Esta crise, que analisamos apenas em sua dimensão econômica e especificamente no se referia à produção de remessas no mercado de trabalho dos Estados Unidos, também repercutiu e repercute ainda em todo o Estado de Santa Catarina, algo que esteve muito presente na

entrevista ao Consultor da Secretaria de Estado da Fazenda²⁴. Inquirido sobre a conjuntura econômica de Santa Catarina nos últimos anos, o Consultor respondeu ressaltando os efeitos da crise, a qual interrompeu um ciclo econômico expansivo no Estado e cujos efeitos persistem, não obstante recuperações (oscilantes) na geração de riqueza através de crescimento do PIB do Estado. Segundo o Consultor,

o Estado passou por transformações. Até 2007, o país e o Estado estavam assim caminhando bem na parte da indústria, do comércio. Tanto em todo o país como em Santa Catarina. A partir de 2008, você sabe que veio aquela crise mundial, econômica e financeira, e isto aí então criou para o país e para Santa Catarina também uma queda da parte econômica, e houve uma queda do PIB catarinense. Em 2008, final do ano ainda, nós tivemos uma catástrofe climática que atingiu principalmente o nosso Porto de Itajaí, que ficou parado, um prejuízo enorme para o Estado e tudo... então isto aí também teve o seu reflexo. Então o que aconteceu? Chegou em 2009 e aí sim foi um ano difícil. Começou a eclodir a crise em 2008, mas ela refletiu em 2009, aí nós tivemos queda no emprego. Santa Catarina passou por um momento de dificuldade, a indústria passou por vários problemas, na parte produtiva, a produção caiu, o emprego também, o comércio varejista também não foi muito bem, as exportações começaram a sofrer também... Mas em 2010 houve uma recuperação econômica, você sabe, né? Houve assim um certo otimismo exagerado: como 2009 foi um ano muito represado, muito ruim, chegou 2010 e aí teve uma certa euforia nos países emergentes, no Brasil, e Santa Catarina também foi por aí. Aí nós tivemos uma recuperação no PIB, uma elevação de 5,5%, Brasil deu 7,5%. De um PIB negativo em 2008 e 2009, nós pulamos para um crescimento. E, neste período aí então, 2010 foi um ano bom para o Brasil, para Santa Catarina. Mas isto estava escondendo também um fator assim, vamos dizer assim: comparativamente, pega um ano ruim [2009], 2010 parece um ano ótimo. Mas a crise estava infiltrada, tanto que agora, 2011, novamente começou este problema e este ano principalmente de agora foi um ano mais difícil para o Estado. A nossa arrecadação ela caiu, né? Teve uma queda. Não é que ela teve uma queda, ela cresceu pouco, mas ela não comportou o nosso orçamento. Nós tínhamos feito um orçamento mas a nossa arrecadação do estado não acompanhou este orçamento. Então tivemos e estamos passando por uma fase difícil no Estado. Não é só Santa Catarina, o Estado. Mas Santa Catarina houve esta queda na arrecadação, a exportação foi melhor que a do Brasil, mas também, né? O emprego foi bom, aliás, o emprego teve quedas também. O comércio varejista foi bom, teve um bom comércio, um crescimento econômico razoável, acompanhou mais ou menos o Brasil, mas a indústria está sofrendo muito, a indústria catarinense. Por quê? Principalmente por que a indústria brasileira, com as commodities, o aço, o ferro, conseguiram exportar bastante, produzir... e Santa Catarina trabalha muito com manufaturado, né? Aí tivemos problemas por que aí vem a concorrência chinesa. Por exemplo, a China hoje no que ela prejudica mais Santa Catarina do que outros Estados no Brasil? Por que ela traz diretamente outros produtos que competem diretamente com Santa Catarina. Por exemplo, setor têxtil. Santa Catarina tem um polo têxtil que é um dos maiores do Brasil.

²⁴ Entrevista qualitativa gentilmente cedida pelo Consultor de Assuntos Econômicos da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, realizada presencialmente na sede da Secretaria, no Centro Administrativo do Governo do Estado, em Florianópolis, ao dia 16 de Dezembro de 2012. Gravação da entrevista disponível em áudio original.

Mas a China hoje ela consegue colocar uma grande parte do produto dela aqui dentro. Nós também temos a parte cerâmica né? Porto Belo, estas indústrias cerâmicas... e a China também entrou neste mercado de produtos cerâmicos, pisos, azulejos. Na parte de máquinas e equipamentos, também a China trouxe muita coisa para cá. Então a indústria catarinense é como uma das que mais tá sofrendo no país hoje, por estes problemas que atingiu e com impactos cruciais [...]. O agronegócio é o que tá salvando um pouco aí. Mas tivemos problemas, a carne suína este ano foi ruim. O frango, a gente achou aí, alguns países não quiseram importar, então a gente teve, vamos dizer, uma desaceleração na parte do frango também. Então, suínos, frangos, estas coisas que são importantes para nós, nós também tivemos dificuldades. Então, o Estado está sentindo estes problemas. A indústria é o ponto chave nosso. O comércio varejista nosso não está ruim. O comércio exterior deu uma melhoradinha este ano, mas assim mesmo... mas, de um modo geral, este ano a gente está sentindo mais dificuldades. A indústria catarinense, como relação aos demais países aí, está sofrendo mais.

Percebe-se, deste trecho da entrevista, não apenas a amplitude dos efeitos da crise capitalista mundial sobre a economia catarinense, como também a profundidade deles, isto é, a sua continuidade mesmo para o ano de 2012. Em outras palavras, o que sugere a resposta do Consultor é que a economia catarinense é levada à cabo de transformações econômicas operadas exteriormente a ela, o que se dá em razão de vincular-se a economia catarinense ao sistema capitalista mundial de uma forma que lhe oferece poucas possibilidades de resistência e de superação da crise, tendo em vista atuar como um ente subordinado na divisão internacional do trabalho. A crise capitalista, momento de acirramento das contradições do capital e que inaugura, do processo de concentração do capital, um processo de centralização do capital (MARX, 1867/1984), aprofunda também a transferência de valor da periferia para o centro (MARINI, 2000), elemento presente nas entrelinhas do discurso acima, e intensifica a monopolização do capital em escala global (AMIN, 1974; MARINI, 2000), que é o fundamento do domínio comercial chinês – apontado pelo Consultor como o principal elemento da crise por que passa o setor industrial do Estado de Santa Catarina. De acordo com o Consultor,

Criciúma depende mais da área carbonífera, mas ela também sentiu [...]. Mas, de um modo geral assim, a região como um todo sofreu as mesmas dificuldades. Pois como a indústria agrega vários outros setores, isto acaba refletindo também em Criciúma. Também está em descompasso, não é mais aquele crescimento. Não é hoje um daqueles municípios que se sobressaem, como é Palhoça, nós temos aqui a região da Grande Florianópolis, mas a parte Sul ali deixa a desejar. Se for olhar a questão do PIB por mesorregião [...], aqui ó: a região sul cresceu 7%... não, corresponde a 7% da arrecadação de ICMS, que é pouco! Aqui ó: aqui tem o PIB das mesorregiões... por exemplo, a região Sul, o PIB corresponde a 11% do PIB catarinense, ou seja, é o segundo menor, tá depois da Região Serrana, em termos de PIB, né? Então, isto aí, pode perceber que a Região Sul

está tendo problemas, não está acompanhando assim, é que também não é só por não acompanhar, esta questão de acompanhar por região precisa olhar detalhes na questão por exemplo, como era o PIB na Região Sul há anos atrás e como é hoje. A gente sabe: a energia do Vale do Itajaí é mais forte. E tem a Região Norte, que também é mais forte, por Joinville.

O trecho acima da entrevista retrata como a Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente o município de Criciúma, enquanto parte integrante do Estado, sofreu e sofre os efeitos da crise capitalista mundial, de forma agravada por conta de uma desestruturação do setor industrial no Estado (setor de atividade econômica em que se insere a produção carbonífera). A cidade de Criciúma, com isto, tem perdido importância relativa no Estado, o que está destacado na entrevista do Consultor, por conta de uma perda progressiva de capacidade produtiva da Região Sul de Santa Catarina. O que está no cerne destas questões, além, logicamente, de uma integração subordinada à divisão internacional do trabalho, é a dependência estrutural que a região, durante décadas, manteve com o CCSC (VOLPATO 2001; CAROLA, 2002; GOULART FILHO, 2007). Por conta desta dependência, a crise produtiva do setor significou uma crise econômica, social e ambiental de dimensões muito maiores (GOULART FILHO, 2007). Com efeito, tampouco a crise do setor carbonífero significou um movimento sustentado de diversificação produtiva ou de concentração do eixo de acumulação do capital na região em outro setor. Como vimos, as demais indústrias (cerâmica, química e do vestuário, principalmente) não lograram construir um projeto de desenvolvimento econômico para a Região de forma a constituir uma alternativa à crise do carvão e uma defesa à crise do próprio capital em escala mundial.

A entrevista de um agente representante do Estado expressa não apenas a postura deste próprio Estado em matéria de economia interna mas expressa também, de uma forma bastante clara, a correlação de forças políticas e sua materialização regional em Santa Catarina. Ao afirmar a diminuição da importância de Criciúma no contexto da economia estadual, o consultor se refere à dinâmica política estadual, em que Criciúma encontra-se à margem da divisão do poder, que tem em Florianópolis-São José-Palhoça, Blumenau-Itajaí e Joinville os eixos da acumulação de capital e, portanto, do controle político no Estado. Esta divisão do poder é produto, sabemos, da centralizada dinâmica econômica do Estado, mas também reproduz esta dinâmica, orientando os investimentos (estatais e estrangeiros) para as regiões que compõem este eixo de acumulação. A recente instalação da fábrica da

BMW em Araquari, um município da Microrregião de Joinville, é um claro exemplo desta dinâmica política no Estado.

A ausência de um movimento de diversificação produtiva na Região Sul expressa uma conjuntura que é também estadual. Mesmo a repercussão da crise capitalista mundial em Santa Catarina não tem, de maneira coordenada, levado a uma diversificação das matrizes produtivas no Estado. Como destaca o Consultor da Secretaria de Estado da Fazenda, Santa Catarina como um todo tem caminhado muito pouco no sentido de ampliar e diversificar seu parque produtivo, especialmente o industrial. A concentração das matrizes produtivas em poucas culturas é um elemento característico de uma formação econômica e social dependente, como a de Santa Catarina, e isto pouco tem mudado. Com uma estrutura produtiva pouco diversificada, Santa Catarina depende dos mesmos compradores internacionais e fica dependente dos negócios com estes, o que tem acontecido de forma crescente com a China. De acordo com o Consultor,

isto é o problema, né, por que hoje pouco tem sido feito, sabe, em termos de diversificação para esta concorrência chinesa. Ou seja, a indústria, por exemplo ela está tentando se reerguer através da inovação, do aumento da produtividade, entende, da melhoria dos processos, mas isto é um negócio que agora que o Estado está começando, a indústria tá pensando em se mexer, quer dizer, surgiram alguns projetos, o projeto INOVAR aqui do Estado para tentar trabalhar esta parte de pesquisa, pesquisa e desenvolvimento, mas eu digo que, por exemplo, na parte cerâmica, nestas partes aí mais complexas, pouco tem sido feito, a nível de Estado, eu acredito que está se acordando. Hoje, para se ter uma ideia, a gente tem um boletim, o nosso déficit da balança comercial catarinense que é de 2,5 bilhões, destes 2,5 bilhões, um bilhão e 600 é só da China. Ou seja, nós estamos com quase 60 % do déficit nosso da balança comercial com a China. Então o que a gente sente então é que a China ela realmente tem colocado os produtos dela aqui dentro, nós não estamos conseguindo... nós estamos aumentando as exportações para a China, mas ainda muito lento, ela aumenta mais ainda as exportação para nós que nós as exportações para ela. A gente continua com este déficit grande.

A crise estrutural por que passa o setor carbonífero catarinense, a crise capitalista mundial e as dificuldades impostas pela concorrência com a produção chinesa são transformações que incidem diretamente na vida dos catarinenses, particularmente dos criciumenses. Os efeitos destas crises vieram a aprofundar na região um custo social da atividade mineradora que já eram altos: a produção de riquezas enormes na Mesorregião Sul de Santa Catarina somente foi possível com a super-exploração da força de trabalho mineira, associada à produção sistemática de um exército industrial de reserva apropriável

para a pressão salarial. Estes custos sociais, econômicos e também ambientais de certa atividade produtiva revelam, como já destacado anteriormente, que mesmo uma conjuntura que não é de crise do capital para o trabalhador e para a população do entorno pode ser uma conjuntura de penúria, poluição, vulnerabilidade e uma série de outros fatores de expulsão da força de trabalho da região.

A dimensão ambiental destes custos sociais não constitui uma razão de preocupação para as companhias mineradoras e somente muito recentemente tem sido tema de investigação no Estado. Entrevistamos um Deputado Estadual que integra a Comissão Permanente de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), instrumento de estudo, avaliação e fiscalização destas áreas temáticas. Em sua entrevista²⁵, o deputado nos apresentou importantes dados e reflexões sobre a indústria do carvão, especialmente no que se refere aos rastros de destruição ambiental deixados por esta formação de produção de energia.

A indústria do carvão é a 14ª área crítica nacional, segundo o Decreto Federal nº 85.206, de 1980. É crítica por conta de seus custos ambientais e seu elevado custo. Segundo cálculos do Ministério das Minas e Energia, o custo fixo da energia de carvão é de R\$57,80 o kw/hora. Outras fontes de energia possuem custos fixos mais baixos: a energia hidrelétrica custa R\$11,30; a energia de biomassa, R\$46,00; a energia eólica, R\$46,00 e a energia de biodiesel, R\$28,00.

Atualmente, portanto, a energia criada a partir da queima do carvão não possui viabilidade econômica, por conta de seu custo fixo mais elevado. Ela foi amplamente utilizada em outros momentos históricos por conta das limitações de outras fontes energéticas, especialmente a hidrelétrica. Todavia, enquanto não haja investimentos em outras fontes de energia, sobretudo aquelas renováveis e que possuam menos impacto no meio ambiente (solar e eólica, por exemplo), a produção de carvão para geração de energia continuará condenando a população de Criciúma e da região a uma série de custos sociais e ambientais dos quais não podemos abstrair. O Deputado então faz coro às evidências que apresentamos sobre a contaminação do meio ambiente da região, ainda no Capítulo 1. No que se refere aos rios, os mais de 100 anos de exploração carbonífera no Sul de Santa Catarina, segundo o Deputado,

²⁵ Entrevista qualitativa gentilmente cedida pelo Deputado Estadual, realizada por telefone no dia 18 de Dezembro de 2012. Transcrição da conversa disponível em documento digital.

geraram um passivo ambiental muito grande. Hoje, os rios têm um Ph de 2, estão contaminados. O Ph da água de bateria, por exemplo, é 1. Uma diminuição de 0,45 de Ph já mata a maioria dos peixes. É por isto que os rios da região possuem coloração alaranjada: é a cor gerada pela oxidação do ferro da pirita do carvão. O maior rio da região, o Mãe Luiza, tem cerca de 90 km de seu leito em que correm águas ácidas.

Segundo o deputado, as companhias mineradoras nunca se preocuparam com renovação ambiental e preservação do meio ambiente. Este descompromisso fez com que, atualmente, os danos ambientais acumulados que ainda não são irreversíveis sejam tão caros de ser revertidos. O Deputado argumentou que seriam necessários, segundo cálculos do Governo do Estado de Santa Catarina, R\$ 250 milhões para recuperar uma área de 5 mil hectares degradados. O Ministério das Minas e Energia, por outro lado, calcula que este custo seria de R\$ 1 bilhão, e isto requereria necessariamente a busca e o investimento em novas tecnologias de geração de energia na região.

A grande necessidade de investimentos confirma algo que esteve implícito tanto na entrevista do Deputado como do Consultor: a incapacidade de o Estado de Santa Catarina resolver apenas por sua conta estes problemas, e a necessidade de o Governo Federal também contribuir na construção dos projetos.

Aparentemente, em nenhuma destas duas entrevistas institucionais o tema do processo migratório entrou na pauta das respostas à entrevista. Apenas aparentemente: o que ambos revelam é que, seja pela conjuntura econômica e social de persistente crise, seja pela gradativa e contínua degradação do meio ambiente na região, fatores de expulsão da força de trabalho em Criciúma e na Mesorregião Sul do Estado continuam sendo produzidos pela forma de produção e distribuição de riquezas sob a qual o capitalismo tem se desenvolvido ali.

Os agentes institucionais (ambos funcionários do Estado, um do Executivo e outro do Legislativo) entendem a gravidade da situação, todavia se apegam a dimensões desta realidade que não são propriamente demográficas. Cabe, no entanto, ao demógrafo saber ler nas entrelinhas do discurso e se apropriar de seu conteúdo à luz das repercussões destas transformações na dinâmica demográfica. E fazê-lo do ponto de vista dos movimentos migratórios suscita elementos que muitas vezes a teoria das migrações não aborda. Por exemplo: uma cidade e região que dependem tanto de apenas um setor, uma atividade

produtiva, que é por esta razão pouco diversificada economicamente, opera como um verdadeiro mecanismo de expulsão de trabalhadores qualificados ou que buscam qualificação e que todavia têm outras pretensões profissionais ou que simplesmente buscam outra atividade, outro setor. Isto é particularmente válido para o caso de estudantes recém-formados de Criciúma que não encontram possibilidade de buscar estas pretensões na cidade de origem, e que, portanto, migram para outras cidades e mesmo outros países.

Esta é a razão do início da trajetória migratória de Paulo²⁶. Nascido em Criciúma, depois de concluir os níveis escolares básico, fundamental e médio, Paulo passou a ver limites em sua cidade para as suas pretensões profissionais. Questionado sobre as razões que o levaram a emigrar de Criciúma para o exterior, respondeu afirmando que

o principal motivo que me levou a deixar Criciúma foi a busca por uma melhor qualificação profissional, no meu caso migrei em busca de um doutorado inexistente em Criciúma.

Todavia, não são necessários voos tão altos para que já se voe além de Criciúma: Paulo já havia migrado para Florianópolis com a finalidade de fazer a sua graduação e o seu mestrado. A trajetória migratória daqueles cricumenses que buscam a qualificação profissional que Criciúma não lhes oferece coloca constantemente Florianópolis como uma etapa migratória. Como afirma Paulo à pergunta sobre a existência de etapas migratórias entre o ponto de origem e a cidade de residência atual,

antes de sair de Criciúma, já tinha passado um bom tempo em Florianópolis, também pelo mesmo motivo.

E esta trajetória irá encontrar em um país do exterior o local da qualificação desejada (ou da qualificação possível, que no caso de Paulo foi a Espanha) e, se esta qualificação não tiver lugar e aplicação na indústria de exploração do carvão, dificilmente esta trajetória migratória terá Criciúma como uma nova etapa.

Vemos aqui que a estrutura social e econômica da cidade de Criciúma não criou historicamente as estruturas de formação profissional que poderiam atender a

²⁶ Nome fictício. Paulo tem 29 anos, é natural da região de Criciúma, e atualmente reside em Getafe, Espanha, onde faz doutorado em Economia. Entrevista qualitativa gentilmente cedida em 21 de Dezembro de 2013, realizada por questionário eletrônico de perguntas abertas. Original disponível em arquivo eletrônico.

reivindicações como a de Paulo. Nas últimas décadas, como pudemos analisar, esta estrutura já não comportava nem mesmo a população que trabalhava na principal atividade econômica do município, a exploração carbonífera.

Se a busca por qualificação e formação profissional leva aos movimentos emigratórios, estes, por sua vez, colocam no caminho dos emigrantes novas condições econômicas, sociais e laborais que muitas vezes não correspondem aos planos que foram feitos. Segundo Paulo,

Não posso afirmar que as mudanças foram significativas, mas claro houve mudanças. A principal mudança para mim foi que aqui não necessito de carro para nada, universidade, mercado, farmácia, enfim tudo fica a uma distância relativamente pequena de onde moro. Aliado a um transporte público de qualidade, acredito que isto melhora a minha qualidade de vida quando comparo com a que tinha em Criciúma.

No caso de Paulo, houve uma mudança também de qualidade de vida, todavia sabemos que para milhões de emigrantes latino-americanos o destino muitas vezes é de super-exploração da sua força de trabalho e segregação e discriminação por sua origem. A experiência de Paulo é rica em sua especificidade, mas de modo algum pode ser interpretada como uma característica geral dos fluxos migratórios internacionais. Questionado sobre se teria sofrido alguma discriminação por conta de sua origem, Paulo responde que

como moro ao redor de um campus universitário, aqui há um grande número de imigrantes, então não houve, ou pelo menos eu não senti, nenhuma discriminação oriunda da sociedade.

A posição de Paulo no mercado de trabalho (em seu caso, nas estruturas universitárias) também é *sui generis* em relação aos migrantes que não possuem a sua formação superior e submetem-se, portanto, a outra natureza de relações de trabalho. Questionado sobre como são estas relações e como elas se diferenciam das relações de trabalho correntes em sua região de origem, Paulo respondeu que

no momento, sou contratado como professor auxiliar e em troca recebo a oportunidade de cursar uma pós-graduação. Estou numa posição semelhante a um bolsista, porém há a necessidade de cumprir algumas obrigações após o primeiro ano de estudo. Então, não vejo grandes diferenças entre mim e bolsistas de doutorado no Brasil. O valor que recebo convertido para reais é maior do que a bolsa de doutorado no Brasil, mas o custo de vida aqui é muito mais alto.

Podemos concluir que, enquanto Paulo realiza funções que seriam próprias a um doutorando no Brasil, tem de cumprir também uma carga de trabalho docente. Não obstante ter uma remuneração mais elevada que aquela que teria no Brasil, vê esta vantagem se pulverizar em um elevado custo de vida que tem na Espanha.

Este elevado custo de vida repercute não apenas para Paulo mas também para toda a sua família, em razão de ser decisiva para que ele não efetua envios de remessas de recursos a seus familiares em Criciúma. Questionado sobre se há algum envio de remessas a seus familiares e a utilização que é dada a estes recursos, Paulo respondeu dizendo que

no momento não envio nenhuma remessa aos meus familiares, pois como a minha esposa vive aqui comigo, tudo o que recebo é usado para nossas despesas. O custo de vida aqui é bem elevado quando comparado com o de Criciúma. Pagamos 500 euros de aluguel e é um dos mais baratos que encontramos.

Carlos²⁷ é outro exemplo de sonhos e planos profissionais que não cabem na Região Sul de Santa Catarina. Natural de Laguna, cidade que dista 87 km de Criciúma pela BR-101 e que também possui histórico de exploração carbonífera (ainda que de forma menos dependente, pela participação maior dos setores pesqueiro e turístico na economia da cidade), após completar o ensino médio, também teve que migrar a Florianópolis para buscar uma formação profissional que não havia em sua cidade e região. Sua trajetória migratória, diferente da de Paulo, possui como etapa atual a capital de Santa Catarina, na qual estuda e trabalha. Ele não possui parentes que residem ou residiram no exterior, sua família não tem histórico de envolvimento com a indústria carbonífera, sua única experiência de migração internacional foi um intercâmbio de três meses em Honolulu, Havaí, Estados Unidos (o que, segundo o conceito de “migrante” com que se trabalha, não necessariamente constitua uma migração internacional), e possui apenas conhecidos distantes que estejam vivendo em outro país. Todavia, Carlos possui uma formação superior em Economia (obtida em Florianópolis), que lhe fez entender mais profundamente a realidade histórica de sua cidade e região de origem. A entrevista com Carlos, portanto, captou não apenas a dimensão de um migrante regional como também a dimensão de um pesquisador preocupado com a sua região.

²⁷ Nome fictício. Carlos tem 28 anos, é natural da cidade de Laguna e atualmente estuda em Florianópolis. Entrevista qualitativa gentilmente cedida em 22 de Dezembro de 2013, realizada por questionário eletrônico de perguntas abertas. Original disponível em arquivo eletrônico.

Como natural e residente unicamente de Laguna na região, tenho proximidade com o desenvolvimento do turismo em Laguna, que nestes últimos 20 anos não recebeu grandes investimentos, além de alguns eventos na cidade. A infraestrutura ainda é carente, há alguns meses tem ficado claro o esforço em realizar obras de saneamento em alguns bairros da cidade, uma necessidade para uma cidade litorânea que procura explorar belezas naturais, praias e meio ambiente, em meio a grande história local e seu patrimônio orgulho de todos da cidade.

A resposta de Carlos chama a atenção para alguns pontos importantes, diretamente envolvidos na dinâmica migratória da região, especialmente da cidade de Laguna. O primeiro deles é a advertência à ausência de uma política de investimento no turismo na região, enquanto fonte de geração de renda e desenvolvimento da cidade. Este ponto faz referência a uma concentração produtiva que impede o desenvolvimento de outros setores da economia e que mantém a estrutura produtiva da região pouco diversificada. Um segundo ponto refere-se à questão do saneamento, que apenas recentemente tem sido objeto de preocupação e investimento do poder público municipal. O saneamento é um indicador social que expressa muito bem como vive a população. Na Região Sul de Santa Catarina os problemas do saneamento, sugeridos por Carlos, somam-se à degradação do meio ambiente, formando um fator de expulsão de força de trabalho da região que não podemos marginalizar no estudo da dinâmica migratória no Sul de Santa Catarina.

As ausências citadas por Carlos (de uma política de investimento no setor de turismo e de maiores cuidados com o tema do saneamento) são expressões de uma limitação maior, qual seja, a limitação da infraestrutura na cidade e na região. Este ponto foi destacado também na entrevista do Consultor da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, para quem a ausência de uma rodovia duplicada na região obstaculiza fortemente o desenvolvimento econômico e social no Sul de Santa Catarina. Esta ausência, como se pode concluir após o estudo do CCSC, é resultado histórico de i) uma infraestrutura voltada apenas ao suprimento das exigências básicas do capital carbonífero e ii) o gradativo desmonte desta mesma estrutura a partir sobretudo da década de 1980. O resultado de ambos os processos é uma limitação estrutural que constrange e mesmo impede o desenvolvimento de outros setores produtivos na região.

Segundo Carlos, um elemento de diversificação e de melhorias econômicas e sociais na cidade de Laguna e na região Sul de Santa Catarina tem sido a instalação de uma

Universidade Estadual, voltada, portanto, à formação de força de trabalho qualificada para o trabalho e planejamento na região:

atualmente não estou residindo em Laguna, o que posso falar que houve uma boa ascensão no ritmo da economia após a instalação de um campus da universidade do estado (UDESC).

A instalação de um campus desta Universidade, estadual e pública, na região Sul de Santa Catarina certamente abrirá novos horizontes para o desenvolvimento econômico e social na região. Isto incide fortemente na diversificação produtiva e econômica da região, pois abrirá, de um lado, novos postos de trabalho para técnicos, professores, cientistas e servidores administrativos, e de outro, não mais obstaculizará a formação de força de trabalho qualificada para a expansão de outros setores. De ambos os lados, criar-se-ão elementos capazes de elevar o dinamismo na região e reter força de trabalho – que, como Paulo, Carlos e tantos outros, tiveram de migrar para estudar – bem como atrair migrantes para os postos de trabalho abertos, imprimindo uma nova força, de atração, na dinâmica migratória da região.

Os aspectos destacados nas entrevistas (ausência de política energética sustentável, limitação da infra-estrutura, ausência de uma política de investimento em reparação dos danos ambientais, falta de estruturas educacionais e de formação profissional e passividade frente os efeitos da crise capitalista mundial entre outros) são elementos que de modo algum não estão relacionados entre si. Não obstante cada entrevistado ter respondido segundo o seu lugar na estrutura econômica e social em que se insere, e desde seu ponto de vista sobre ela, os elementos elencados nas respostas fazem menção a uma realidade em grande medida desfavorável, de uma região incapaz ainda de apresentar perspectivas de melhoria das condições básicas de vida de sua população. Vimos isto do ponto de vista econômico e ambiental, com as entrevistas dos agentes institucionais que ocupam distintos lugares na estrutura do Estado (executivo e legislativo) e depois pudemos acompanhar a materialização destes efeitos sob a forma de experiências migratórias distintas, mas que em essência revelam a impossibilidade de manter-se em Criciúma e região, de obter seus planos de melhoria de vida sem migrar, o que fizemos através da análise dos migrantes entrevistados. Trata-se de razões e reações relacionadas, mas que possuem um substrato, uma essência, que ainda não foi explicada.

Os elementos presentes nas entrevistas fazem menção à dinâmica específica de uma formação econômica e social dependente. No desafio de destacar os aspectos estruturais implícitos nas respostas, identificamos nestas a verbalização de diferentes manifestações de um desenvolvimento capitalista dependente na Região Sul de Santa Catarina. Jamais podemos identificar nas respostas apenas “posturas pessimistas”: estas posições carregam em si marcas e registros que, por mais distintos que sejam em conteúdo e por mais diversos que sejam em origem e finalidade, se referem à mesma realidade, e esta possui aspectos que, mesmo que apenas implicitamente, são fortes e evidentes demais para não ser levados em consideração pelos entrevistados.

Estes aspectos têm um substrato, um conteúdo material, um elemento que os funda e os põem em movimento e evidência. Assim, os pontos presentes nas entrevistas que elencamos acima referem-se inequivocamente à dinâmica própria de uma economia dependente que cria e recria fatores de expulsão de força de trabalho das mais variadas naturezas, mas que precisam ser entendidos em suas especificidades para que sejam, então, inseridos no contexto de uma inserção subordinada à estrutura da divisão internacional do trabalho.

A Região Sul de Santa Catarina, como o país e o continente, situam-se em uma posição periférica no sistema capitalista, como vimos no Capítulo 1; como periferia, compõe o elo mais frágil deste sistema. Uma crise em um Estado dependente sempre será mais profunda, mais demorada e mais ampla que nos países de economia central. E em Santa Catarina esta crise obteve especial impacto por que suas principais atividades econômicas vinculam-se ao mercado externo, isto é, trata-se de uma economia exportadora no sentido que a teoria marxista da dependência apregoa ao termo. As atividades produtivas da economia exportadora estruturam uma ligação com portos e estradas para o mundo bem mais que uma relação entre si, condição necessária para o desenvolvimento de um mercado interno. Daí vem precisamente um segundo elemento presente nas entrevistas, qual seja, a limitação da infraestrutura na região.

A assim chamada “limitação da infraestrutura” na região, apontada tanto pelos agentes institucionais do Estado como pelos próprios emigrantes entrevistados, é produto histórico das necessidades de acumulação do capital industrial carbonífero: o que se

entende atualmente por infraestrutura na Mesorregião Sul de Santa Catarina é um conjunto de canais, portos, estradas e ferrovias construídos para o atendimento às necessidades do capital carbonífero. Não é, portanto, uma infraestrutura limitada, mas sim uma infraestrutura planejada e construída à imagem e semelhança das exigências do carvão – e que mesmo assim vem sendo, desde o final dos anos 1980, desmontada. Tudo aquilo que escapava às exigências do carvão, como as universidades e uma rede educacional em níveis mais básicos, não compôs a infraestrutura construída ao redor do CCSC, e sua ausência, como indicam as respostas às entrevistas, é sentida até os dias atuais. Como organizador da dinâmica econômica e social da região, o setor carbonífero construiu uma infraestrutura que, até o final dos anos 1980, não apresentou limites ou barreiras à acumulação de capital, mas que, após esta década e a incidência das reformas neoliberais no setor e na região, imputou um vazio de infraestrutura capaz mesmo de impor limites ao desenvolvimento de outros setores produtivos – ou seja, limites à diversificação produtiva na região. O precário estado das estradas na região (particularmente da do trecho Sul da BR-101, objeto de pressões sociais por duplicação desde os anos 1980), presente na entrevista do Consultor da Secretaria de Fazenda de Santa Catarina, e a ausência de aeroportos de médio ou grande porte na Região são expressões destes limites a um padrão de desenvolvimento econômico na região pautado no mercado interno.

Outro aspecto significativo presente nas respostas refere à ausência de políticas estatais de investimento em fontes renováveis de energia renovável. O Estado dependente possui um padrão energético que, não sendo exemplo de energia renovável, também incide de forma muitas vezes devastadora sobre a natureza e populações residentes no entorno a estas fontes. A fragilidade financeira do Estado, bem como o conjunto de leis monopolistas (patentes) que impedem a expansão de fontes de energia mais baratas e renováveis, é outro limite que o Estado dependente sofre em relação à questão. A ausência destas políticas estatais, presente tanto nas entrevistas institucionais do Consultor quanto do deputado estadual, é em essência uma questão estrutural, que independente da vontade dos governantes, e que se define como produto de um conjunto de restrições (econômicas e políticas) que sofre o Estado dependente e que lhe impede de avançar em fontes menos poluentes de energia – e de transformá-las em energia para consumo de massas.

As entrevistas foram realizadas com sujeitos que se situam em distintas posições da estrutura social catarinense, e que portanto analisam – e vivem – a dinâmica econômica e social da Mesorregião Sul de Santa Catarina desde também distintos pontos de vista. Todavia, deve-se ressaltar aquilo que esteve presente de forma reiterada nas respostas: a crítica à ausência de uma infraestrutura. Como temos definido nos últimos parágrafos, esta ausência tem múltiplas expressões, mas possuem, todavia, condicionantes que são históricos e estruturais, e que fazem menção ao desenvolvimento dependente do capitalismo na região. Ao sistema capitalista mundial, de Criciúma e região interessava apenas o carvão. A maior parte da estrutura construída naquele espaço buscou atender a este interesse. Desde nosso marco teórico e metodológico, identificamos nisto mais uma manifestação da dependência da formação econômica e social da região, relacionada intimamente que está, como vimos, àquela que foi a forma fundamental de vinculação do município de Criciúma e da Mesorregião de Santa Catarina à estrutura da divisão internacional do trabalho – o complexo carbonífero.

Ademais das transformações analisadas acima, e do entendimento que a ausência de uma diversificação produtiva mais intensa na região opera como um fator de expulsão de sua força de trabalho, é necessário ainda avaliar as condições, econômicas, sociais e demográficas da região (Mesorregião Sul de Santa Catarina e município de Criciúma), de modo a nos aproximarmos da estrutura social vigente nesta região – passo analítico imprescindível para a caracterização do fluxo emigratório Criciúma – Estados Unidos, para a elaboração do perfil social deste emigrante e, ainda, para o entendimento de em quais condições se inserem as remessas destes emigrantes. Começemos caracterizando a Mesorregião Sul e, depois, o município de Criciúma.

2.3. Indicadores para a Caracterização da Mesorregião Sul de Santa Catarina.

Antes de analisarmos as características fundamentais – quantitativas e qualitativas – do fluxo migratório de sul catarinenses aos Estados Unidos, faz-se necessário anteriormente introduzir, ainda que brevemente, uma caracterização sócio demográfica da região, de modo a contextualizar o processo emigratório no rol de uma constituição econômica, social e

demográfica específica. Este procedimento tem por finalidade, portanto, caracterizar a formação social, econômica e demográfica da região, particularmente de Criciúma, e buscar relações entre esta formação e o processo emigratório que emana dela.

Investigar a relação entre as transformações recentes na divisão internacional do trabalho e a emigração de catarinenses da região Sul exige não apenas uma análise acurada das características do sistema capitalista em escala mundial e suas transformações, mas também uma caracterização histórica da forma com que o Estado de Santa Catarina se vincula a esta divisão internacional do trabalho (e como as transformações nesta estrutura incidem sobre o Estado), isto é, um estudo, ainda que breve, do Complexo Carbonífero da região Sul de Santa Catarina (que é a forma concreta de ligação da região à estrutura da divisão internacional do trabalho). Este foi o esforço fundamental que desenvolvemos nos capítulos anteriores.

Ademais, esta tarefa também exige uma caracterização sociodemográfica dos municípios envolvidos nesta dinâmica, para que possamos investigar relações entre estas condições sociais, econômicas e demográficas com a dinâmica das migrações internacionais. Desenvolvemos neste trabalho, portanto, um esforço analítico com dois níveis de abstração muito distintos: um mais teórico, na análise das transformações mundiais nas últimas décadas, e outro empírico, no estudo das condições sociais, econômicas e demográficas dos municípios catarinenses. É somente através deste último procedimento que poderemos, então, perceber as particularidades dos municípios que compõem a Mesorregião Sul do Estado.

Como sugerido acima, a preocupação fundamental da dissertação é a inserção do município, enquanto parte integrante de uma mesorregião e de um Estado. Nossa unidade de análise é o município de Criciúma – SC.

Para esta caracterização, utilizaremos dados do Censo Demográfico de 2010, bem como pesquisas amostrais e de universo reunidas pelo IBGE em sua plataforma de dados sobre municípios, como os Indicadores Sociais Municipais, a Pesquisa Sobre Produto Interno Bruto dos Municípios e o Mapa da Pobreza e da Desigualdade dos Municípios Brasileiros.

A análise destas fontes de dados nos permitiu compor um levantamento de todos os 293 municípios catarinenses segundo um conjunto de 15 variáveis. Logicamente, diante dos objetivos desta dissertação, não nos compete expor e explorar o resultado deste levantamento para os 293 municípios. Importa por ora, todavia, apresentar este resultado para o caso dos 41 municípios que compõem a mesorregião Sul de Santa Catarina. Assim, montamos um banco de dados, disponível na seção Anexos deste trabalho, a partir do qual desvelamos alguns pontos que merecem uma atenção mais apurada de modo a ampliarmos o conhecimento sobre a mesorregião. As análises que seguem são, portanto, amparadas por este banco de dados presente nos anexos.

A Mesorregião Sul de Santa Catarina é formada por 41 municípios e integra 3 microrregiões (de Araranguá, de Criciúma e de Tubarão). Possuía em 2010 uma população residente total de 894.462 pessoas (FIBGE, 2012). Grande parte desta população está concentrada em poucos municípios: somente os municípios de Criciúma, Tubarão, Araranguá, Içara e Laguna possuíam 51,56% de toda a população residente da mesorregião. Em outras palavras, 5 municípios possuem mais da metade de toda a população residente nos 41 municípios da região. A Tabela 7 nos apresenta os dez municípios com maior volume de população da mesorregião:

Tabela 7 – Municípios selecionados da Mesorregião Sul de Santa Catarina segundo volume da população (2010).

Município	População Residente
Criciúma – SC	192.308
Tubarão – SC	97.235
Araranguá – SC	61.310
Içara – SC	58.833
Laguna – SC	51.562
Imbituba – SC	40.170
Braço do Norte – SC	29.018
Sombrio – SC	26.613
Forquilha – SC	22.548
Capivari de Baixo – SC	21.674
Total da Mesorregião Sul	894.462
Total de Santa Catarina	6.157.814

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que se refere à renda dos domicílios destes domicílios, deve-se destacar um rendimento mensal domiciliar per capita médio da região de R\$669,37. Logicamente, esta “média” encobre realidades muito desiguais e antagônicas, como as do município de Rio

Fortuna, que possui um rendimento mensal domiciliar per capita de R\$1.023,00, e o de Imaruí, na qual este rendimento é de apenas R\$479,00. O desvio padrão existente nesta região em termos desta variável é de 105,73%. O município de Criciúma possui o segundo maior rendimento mensal domiciliar per capita, de R\$913,00. Para além destas desigualdades entre os municípios, deve-se destacar que existe, ainda, a desigualdade de classe interna a cada município. Abordaremos esta questão particularmente para a realidade de Criciúma – SC.

No que se refere à proporção de domicílios particulares permanentes com saneamento básico em condições inadequadas, percebe-se a permanência das desigualdades nos resultados obtidos. Enquanto no município de Grão Pará 21,2% dos domicílios se situa nesta condição, no município de Balneário Arroio do Silva esta proporção é de 0%. Em Criciúma, 0,1% dos domicílios tem saneamento básico inadequado.

As variáveis "proporção da população residente no município em domicílio de área urbana" e "proporção da população residente no município em domicílio de área rural" são componentes do grau de urbanização dos municípios. A Mesorregião Sul de Santa Catarina possui uma taxa de urbanização de 65,07%, tendo como município mais urbanizado a cidade de Imbituba (taxa de urbanização de 100%), e o menos urbanizado, o município de São João do Sul (22,5%). Criciúma, tão próxima a Imbituba (a estrutura portuária do carvão liga concretamente as duas cidades, que distam 108 km), possui uma taxa de urbanização de 98,6%, se constituindo como a segunda cidade mais urbanizada da região. O ranking do grau de urbanização dos municípios da mesorregião Sul de Santa Catarina revela a concentração, no conjunto dos dez municípios mais urbanizados, de municípios diretamente envolvidos na indústria carbonífera, como é o caso de Imbituba, Criciúma, Içara, Capivari de Baixo, Tubarão, Morro da Fumaça e Cocal do Sul. Este é um forte indicativo de que a indústria carbonífera é uma atividade econômica essencialmente urbana. A Tabela 8 apresenta dados referentes a esta dinâmica.

Tabela 8 – Municípios selecionados da mesorregião de Santa Catarina segundo grau de urbanização (2010).

Município	Grau de Urbanização (%)
Imbituba – SC	100,0
Criciúma – SC	98,6
Balneário Arroio do Silva - SC	98,0
Içara – SC	91,6
Capivari de Baixo – SC	91,4
Tubarão – SC	90,6
São Ludgero – SC	89,7
Passo de Torres – SC	88,6
Morro da Fumaça – SC	86,0
Cocal do Sul – SC	83,8

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A Mesorregião Sul de Santa Catarina possui como setor de atividade econômica predominante, segundo valor adicionado bruto pelos setores ao produto interno bruto do município, o setor terciário – de serviços. Dos 41 municípios, 23 deles possuem este setor como o predominante; outros 10 municípios têm o setor secundário – indústria – como o predominante, e nos outros 8 municípios restantes, o setor primário é o predominante. O município de Criciúma possui como setor de atividade econômica predominante o setor terciário, bem como Imbituba, Içara, Lauro Muller, Tubarão e Araranguá, cidades de intensa participação no CCSC.

A incidência média da pobreza dos municípios da mesorregião Sul de Santa Catarina é de 22,76%. Esta média oculta, mais uma vez, incidências muito díspares: o município de Imbituba apresenta a maior incidência da pobreza na região (34,66%), ao passo que o município de Rio Fortuna apresenta a menor incidência da pobreza na região (9,79%). O município de Criciúma possui uma incidência da pobreza da ordem de 25,37%, situando-se como o 14º maior índice de incidência da pobreza na Mesorregião Sul de Santa Catarina.

O total de emigrantes internacionais da Mesorregião Sul de Santa Catarina em 2010 foi de 5.827 pessoas, 33,29% do total de emigrantes internacionais do Estado de Santa Catarina (17.502 pessoas). A Tabela 9 reúne estes dados:

Tabela 9 – Emigrantes internacionais de municípios selecionados da mesorregião Sul de Santa Catarina (2010).

Município	Emigrantes internacionais
Criciúma - SC	1.984
Içara - SC	630
Tubarão - SC	418
Cocal do Sul - SC	315
Araranguá - SC	300
Urussanga - SC	261
Siderópolis - SC	224
Imbituba - SC	164
Laguna - SC	154
Morro da Fumaça – SC	128
Total da Mesorregião	5.827
Total do Estado	17.502

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quando traçamos uma proporção do total de emigrantes internacionais em relação à população residente do município, podemos perceber que Criciúma decai algumas posições, enquanto outros municípios passam a ocupar posição mais elevada, como Cocal do Sul, Treviso e Siderópolis (esta última, bastante dependente da indústria carbonífera). A Tabela 10 sistematiza estas alterações:

Tabela 10 – Proporção de emigrantes internacionais em relação à população residente de municípios sul catarinenses selecionados (2010).

Município	% Emig. Internacionais/população residente
Cocal do Sul - SC	2,08
Treviso - SC	1,79
Siderópolis - SC	1,72
Urussanga - SC	1,29
Içara - SC	1,07
Criciúma - SC	1,03
Pedras Grandes - SC	0,90
Morro da Fumaça - SC	0,79
Nova Veneza - SC	0,69
Balneário Gaivota - SC	0,64
Total da mesorregião	0,65
Total do Estado	0,28

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Podemos particularizar as informações acima, e nos aproximar ainda mais daquilo que constitui o nosso objeto de estudo, analisando os dados referentes aos migrantes que rumam especificamente aos Estados Unidos. A Tabela 11 apresenta estes volumes migratórios.

Tabela 11 – Emigrantes sul catarinenses nos Estados Unidos segundo municípios selecionados (2010).

Município	Emigrantes Estados Unidos
Criciúma – SC	617
Içara – SC	288
Araranguá – SC	117
Tubarão – SC	109
Cocal do Sul - SC	88
Sombrio – SC	63
Imbituba – SC	59
Laguna – SC	44
Capivari de Baixo - SC	39
Jaguaruna – SC	29
Total da Mesorregião	1.765
Total do Estado	4.351

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que tange ao fluxo migratório que parte da Mesorregião Sul de Santa Catarina e que tem os Estados Unidos como destino, a Tabela 12 apresenta a proporção deste volume em relação à população residente dos municípios sul catarinenses em 2010.

Tabela 12 – Proporção de emigrantes sul catarinenses nos Estados Unidos em relação à população residente de municípios selecionados (2010).

Município	% Emig. EUA/Pop. Residente
Cocal do Sul - SC	0,58
Içara - SC	0,49
Balneário Gaivota - SC	0,34
Criciúma - SC	0,32
Sombrio - SC	0,24
Balneário Arroio do Silva – SC	0,22
Siderópolis - SC	0,21
Araranguá - SC	0,19
Treze de Maio - SC	0,19
Capivari de Baixo - SC	0,18
Total da Mesorregião	0,20
Total do Estado	0,07

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Conforme advertimos, este breve preâmbulo de caracterização da Mesorregião Sul de Santa Catarina a partir de algumas variáveis selecionadas tem como finalidade contextualizar a posição relativa ao município de Criciúma na dinâmica sociodemográfica da região. A seguir, então, caracterizaremos melhor o município de Criciúma, para então apresentar alguns dados relativos aos migrantes catarinenses nos Estados Unidos.

2.4. Perfil Sociodemográfico de Criciúma – SC.

Segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010 (IBGE, 2012), o município de Criciúma possuía, no ano de 2010, 192.308 habitantes, agrupados em uma área de 235,627 km², de clima subtropical. Criciúma dista 190 km da capital catarinense, Florianópolis, e se situa no extremo sul do Estado de Santa Catarina, particularmente na Mesorregião Sul deste Estado.

A colonização da cidade iniciou-se em 1880, a partir de fluxos de imigrantes internacionais provenientes da Itália, Alemanha, Polônia, Portugal (Açores) e do continente africano (ZAMBERLAM et al, 2006). Estes movimentos de colonização da região eram promovidos pelo Governo Imperial brasileiro (RAMPINELLI, 2003), e gradativamente

alteraram a composição da população residente da região, que de indígena passou a ser substancialmente descendente de europeus, especialmente de italianos. Esta composição e a manutenção ao longo da história dos laços identitários e de pertencimento destes imigrantes, conforma Criciúma como uma “cidade das etnias”, característica que terá, como veremos a seguir, repercussões diretas também sobre os fluxos emigratórios desde a cidade.

A história da colonização de Criciúma a partir destes países forma também em grande parte a história da emigração de Criciúma nas últimas décadas, particularmente no que se refere à Itália. Embora a emigração de criciumenses à Itália não constitua o objeto de nossa preocupação neste trabalho, não podemos ignorar que o fluxo de criciumenses a este país constitui um tema de grande relevância. Do total de emigrantes internacionais criciumenses captados pelo Censo Demográfico de 2010, 31,09% deles tiveram os Estados Unidos como destino, enquanto nada desprezíveis 24,79% rumaram à Itália. A importância do fluxo de criciumenses à Itália revela um traço do processo migratório que vai além das condições econômicas e sociais que constituem as forças de expulsão, mas que infelizmente não poderemos tratar neste trabalho, pela especificidade mesma da questão: o condicionamento do fluxo por razões de origem étnica familiar. Certamente, muitos dos emigrantes que partem rumo à Itália são descendentes de italianos, convivem com certa memória familiar que, embora nem sempre clara, é sempre presente, de forma a por a Itália como um destino corriqueiro dos que optam por sair do país. A Tabela 13 apresenta esta importância relativa:

Tabela 13 – Emigrantes internacionais criciumenses segundo país de destino (2010).

País de destino	Emigrantes criciumenses
Estados Unidos	617
Itália	492
Portugal	296
Reino Unido	222
Alemanha	133
Total	1984

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O recém-exposto reforça a ideia de que os processos de colonização e povoamento, como os levados à cabo na formação social e demográfica de Criciúma, repercutem diretamente em fluxos migratórios futuros. Ademais, quando nos deparamos com outros destinos, outras são também as origens, e especificamente no caso do fluxo migratório à Itália, estas origens residem no próprio processo de colonização e povoamento do município.

No primeiro semestre de 2012, o município de Criciúma arrecadou R\$ 95,920 milhões de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o que representou 1,34% do total da arrecadação estadual e fez o município ocupar a 12ª posição dentre os municípios catarinenses no que se refere a arrecadação deste imposto. O Quadro 3 apresenta estes dados:

Quadro 3 – Arrecadação de ICMS segundo Municípios Selecionados de Santa Catarina (primeiro semestre de 2012).

Município	Arrecadação (milhões de R\$)	Participação relativa (%)
Florianópolis	1.329.527	18,59
São Francisco do Sul	676.685	9,46
Joinville	479.817	6,71
Itajaí	467.161	6,53
Blumenau	336.121	4,70
São José	224.950	3,14
Lages	164.094	2,29
Palhoça	130.813	1,83
Jaraguá do Sul	116.970	1,64
Chapecó	103.597	1,45
Brusque	101.560	1,42
Criciúma	95.920	1,34
Total do Estado	1.437.654	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2012.

No que se refere ao repasse do ICMS pelo Estado de Santa Catarina aos municípios, Criciúma recebeu no primeiro semestre de 2012 R\$ 24,383 milhões, ocupando a 10ª posição dentre os municípios catarinenses. O Quadro 4 apresenta estes dados:

Quadro 4 – Repasse de ICMS segundo Municípios Selecionados de Santa Catarina (primeiro semestre de 2012).

Município	Repasse (milhões de R\$)	Participação relativa (%)
Joinville	117.777	8,19
Itajaí	78.611	5,47
Blumenau	65.344	4,55
Jaraguá do Sul	52.053	3,62
Florianópolis	44.385	3,09
São José	32.082	2,23
Chapecó	31.811	2,21
Lages	26.356	1,83
Brusque	26.608	1,85
Criciúma	24.383	1,70
Total do Estado	1.437.654	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2012.

Da população total de Criciúma em 2012, 192.308 pessoas, 94.607 eram homens (49,19%) e 97.701 eram mulheres (50,80%). A distribuição deste volume populacional segundo o sexo nos indica uma razão de sexo de 96,83% (96,83 homens a cada 100 mulheres), razão esta que possui particularidades segundo os grupos etários, como veremos.

A relativa timidez da participação relativa de Criciúma tanto em termos de arrecadação como de repasse de ICMS, em razão da escassa diversificação produtiva na Mesorregião Sul de Santa Catarina e a centralidade ocupada nesta por Criciúma, acaba por significar uma participação relativa de igual maneira tímida da própria Mesorregião Sul. O Sul catarinense ocupou em 2011, dentre as seis mesorregiões catarinenses, a penúltima

posição em termos de PIB: com uma produção total de riquezas de R\$ 14,93 bilhões, representou 11,5% do total do PIB de Santa Catarina. O Quadro 5 apresenta estes dados:

Quadro 5 – Produto Interno Bruto Segundo Mesorregiões de Santa Catarina (2011).

Mesorregião	PIB em bilhões de R\$	Participação relativa (%)
Vale do Itajaí	35,83	27,6
Norte	30,11	23,2
Oeste	24,92	19,2
Grande Florianópolis	17,78	13,7
Sul	14,93	11,5
Serrana	6,23	4,8
Total do Estado	129,80	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 2012.

No que se refere à arrecadação de ICMS pelas mesorregiões, o sul catarinense também ocupa uma posição subalterna estadualmente, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Arrecadação de ICMS segundo Mesorregiões de Santa Catarina (2011).

Mesorregião	Arrecadação em bilhões de RS	Participação relativa (%)
Grande Florianópolis	2,99	31,6
Norte	2,51	26,6
Vale do Itajaí	2,23	23,5
Sul	0,750	7,9
Oeste	0,610	6,5
Serrana	0,371	3,9
Total do Estado	9,46	100

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 2012.

Outro elemento importante sobre a população de Criciúma é a origem de sua população residente: sabemos que o fenômeno migratório incide decisivamente no município, todavia não apenas na sua forma emigratória, como também em sua forma imigratória. A população residente de Criciúma é formada, historicamente, por fluxos migratórios que contribuíram para a consolidação da ocupação urbana no município, processo intimamente relacionado à expansão da indústria do carvão na região. Referindo-se ao município de Criciúma, Assis (2006) formula que

seu crescimento atraiu imigrantes que, em função da proliferação das minas de carvão no início do século 20, chegaram à cidade em busca do ‘eldorado do ouro negro’. Eram famílias de pequenos agricultores ou pescadores, originárias de vilarejos da região sul do estado, homens e mulheres que constituíram a classe operária mineira da cidade (ASSIS, 2007, p. 3).

Assim como muitos imigrantes compuseram a formação demográfica da cidade de Criciúma, muitos continuam migrando à cidade, vindos de outras regiões. A Tabela 14 apresenta o volume dos fluxos migratórios de Criciúma segundo as grandes regiões geográficas brasileiras:

Tabela 14 – Origem da população residente de Criciúma segundo grandes regiões brasileiras e crescimento da população (2000 e 2010).

Região de Origem	2000	2010
Região Norte	162	510
Região Nordeste	705	1.257
Região Sudeste	1.871	2.849
Região Sul	167.212	186.290
Região Centro-Oeste	264	513
Brasil sem especificação	0	405
País estrangeiro	206	484
Total	170.420	192.308

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 14 indica movimentos migratórios na direção inversa a que temos estudado até então: os fluxos migratórios que desvelamos dela têm Criciúma como ponto de destino e não de origem. Logicamente, a maior parte da população residente de Criciúma tem como origem a própria Região Sul do Brasil, onde se situa o município cricumense. Ademais, a Região Sudeste (da qual, em 2010, 2849 migrantes rumaram a Criciúma) e a

Região Nordeste (da qual, em 2010, 1257 migrantes rumaram a Criciúma) destacam-se como importantes origens da população residente de Criciúma.

Da mesma Tabela 14, alguns movimentos migratórios chamam a atenção. Inicialmente, deve-se ressaltar o intenso crescimento (214,81%) de imigrantes da região Norte entre os anos de 2000 e 2010. Por mais que este crescimento incida sobre um fluxo migratório de volume pouco significativo em 2000, trata-se, em 2010, de um fluxo migratório já nada desprezível. Outro crescimento bastante significativo é de imigrantes estrangeiros que chegaram a Criciúma: entre 2000 (quando aportaram em Criciúma 206 imigrantes estrangeiros) e 2010 (quando chegaram à cidade 484 imigrantes estrangeiros).

A estrutura da população de Criciúma segundo sua origem e os fluxos migratórios envolvidos na formação demográfica deste município podem ser especificados segundo não mais as grandes regiões brasileiras, mas sim as Unidades da Federação. Este procedimento nos esclarece importantes especificidades existentes, e colabora para uma compreensão mais profunda dos fluxos migratórios regionais até a cidade de Criciúma.

Tabela 15 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Norte e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).

UF de Origem - Região Norte	2000	2010
Rondônia*	50	179
Acre*	0	0
Amazonas*	0	73
Roraima*	10	0
Pará	102	258
Amapá*	0	0
Tocantins*	0	0
Total	162	510

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

A Tabela 15 indica um intenso crescimento dos fluxos migratórios desde os Estados de Rondônia (258%) e Pará (152,94%) até Criciúma. Em 2010, como atesta a Tabela 15, o

Estado do Amazonas se inseriu na dinâmica das migrações rumo a Criciúma, tendo partido dele 73 pessoas.

A Região Nordeste, que tem um histórico de fatores de expulsão estruturais diretamente envolvidos no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na forma desigual como este se deu entre as regiões brasileiras (BRITO, 1995), tem um envolvimento na dinâmica das imigrações em Criciúma mais intenso que o da Região Norte. A Tabela 16 apresenta alguns dados importantes para entendermos a natureza das imigrações em Criciúma provenientes do Nordeste.

Tabela 16 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Nordeste e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).

UF de Origem - Região Nordeste	2000	2010
Maranhão*	38	33
Piauí*	11	102
Ceará	205	229
Rio Grande do Norte*	49	99
Paraíba	65	174
Pernambuco	111	412
Alagoas*	50	45
Sergipe*	17	10
Bahia	159	154
Total	705	1257

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

Inicialmente, deve-se destacar a formação de um fluxo imigratório desde o Piauí e a consolidação de importantes fluxos imigratórios como aqueles de origem no Rio Grande do Norte, na Paraíba e especialmente em Pernambuco, situado atualmente como o fluxo imigratório de Criciúma desde a Região Nordeste mais volumoso. O Estado do Ceará, que em 2000 era a principal origem de imigrantes nordestinos em Criciúma, teve um crescimento de seu volume migratório até Criciúma relativamente pequeno. Esta conjuntura de crescimento negativo dos fluxos de muitos Estados ou de crescimento muito pequeno

desde outros pode estar associada ao atual panorama de desenvolvimento econômico pelo qual passa o nordeste brasileiro (QUEIROZ, 2010).

A Região Sudeste, por seu turno, possui uma dinâmica mais ativa de migrações para Criciúma, particularmente o Estado de São Paulo. A Tabela 17 apresenta esta e outras importantes evidências sobre os imigrantes que contribuem a formar a população de Criciúma.

Tabela 17 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sudeste e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).

UF de Origem - Região Sudeste	2000	2010
Minas Gerais	328	601
Espirito Santo*	53	48
Rio de Janeiro	330	379
São Paulo	1.160	1.820
Total	1.871	2.849

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

Conforme a Tabela 17, o Estado de São Paulo é o que mais envia migrantes para Criciúma na Região Sudeste. Por ser São Paulo uma cidade de intensa atividade migratória, é razoável pensar que muitos destes migrantes cumpram, em realidade, uma etapa de uma trajetória migratória que não começa em São Paulo – e que provavelmente não terminará em Criciúma. Os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também apresentam fluxos migratórios, com destaque para o crescimento deste volume para o caso do fluxo de mineiros entre 2000 e 2010.

No âmbito da Região Sul, deve-se destacar, conforme pode ser visto na Tabela 18, o grande fluxo proveniente do Estado do Rio Grande do Sul, que se constitui no maior fluxo imigratório segundo UF em Criciúma.

Tabela 18 - Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sul e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).

UF de Origem - Região Sul	2000	2010
Paraná	3.638	4.810
Santa Catarina	156.326	170.942
Rio Grande do Sul	7.248	10.538
Total	167.212	186.290

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Segundo a Tabela 18, em 2010, o fluxo de gaúchos fez aportar na cidade de Criciúma 10.538 pessoas, o equivalente a 5,47% da população residente total de Criciúma. O fluxo desde o Estado do Paraná também é intenso (4.810 migrantes em 2010).

Como a Tabela 18 aponta a origem da população residente em Criciúma, o número relativo ao Estado de Santa Catarina compreende não apenas os nascidos e no momento da entrevista residentes em Criciúma, como também aqueles nascidos em outros municípios do Estado de Santa Catarina e residentes em Criciúma quando da entrevista censitária. Logo, não é uma informação direta sobre fluxo de imigrantes catarinenses em Criciúma, todavia podemos obter este fluxo com o recurso a outros dados sobre a naturalidade da população residente de Criciúma.

Tabela 19 – Origem da População Residente de Criciúma por naturalidade em relação ao município e ao Estado de Santa Catarina (2010).

Origem	Número de indivíduos	% do Total
Natural de Criciúma	119.426	62,1
Não natural de Criciúma	72.882	37,9
Natural de Santa Catarina	170.942	88,89
Não natural de Santa Catarina	21.366	11,11
População Residente	192.308	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Deduz-se da Tabela 19 que, no ano de 2010, das 192.308 pessoas residentes no município de Criciúma, 119.426 delas eram naturais da cidade, ao passo que 170.942 eram naturais de Santa Catarina. Por diminuição, entende-se que em 2010 havia um estoque de 51.516 imigrantes catarinenses residentes em Criciúma, o equivalente a 26,78% da população residente do município em 2010.

Dos imigrantes com origem no Centro-Oeste, por sua vez, deve-se destacar o crescimento do fluxo de mato-grossenses, de sul mato-grossenses e de goianos. A Tabela 20 apresenta estes dados:

Tabela 20 – Origem da população residente de Criciúma segundo Unidades da Federação da Região Sul e crescimento do fluxo migratório (2000 e 2010).

UF de Origem - Centro-Oeste	2000	2010	Crescimento (%)
Mato Grosso do Sul	122	215	76,23
Mato Grosso*	41	176	329,27
Goiás*	48	77	60,42
Distrito Federal*	54	45	-16,67
Total	264	513	94,32

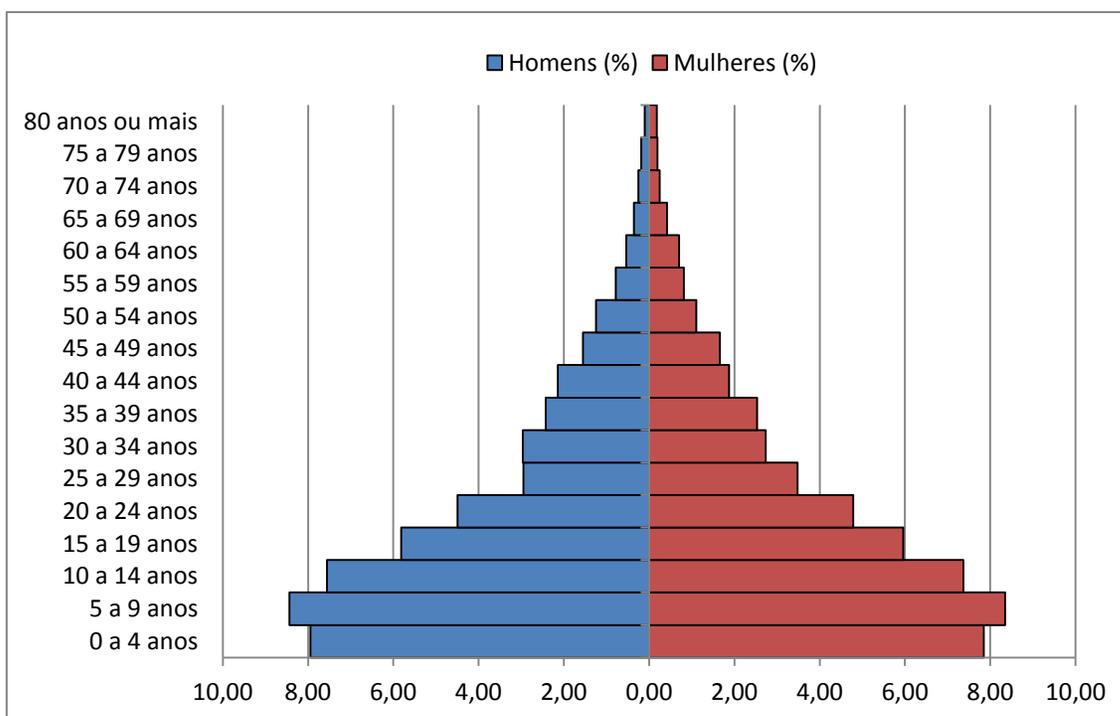
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

Para os fluxos migratórios de muitos Estados (especialmente aqueles de fluxos menos volumosos), optamos por não aprofundar, tanto nas tabelas como na explicação sumária delas, taxas de crescimento do fluxo migratório. Assim fizemos em razão de estarmos, salvo algumas exceções (Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo), diante de números pouco expressivos, e sobre os quais quaisquer conclusões a partir da expansão destas amostras poderiam facilmente resultar em falhas interpretativas. Temos a devida dimensão dos riscos de se utilizar volumes pequenos e buscar expandir através destas amostras conclusões gerais sobre os fluxos migratórios e o município de Criciúma.

O município de Criciúma, como revela a análise das transformações por que passa a sua estrutura etária desde pelo menos 1970, tem passado por um processo de transição demográfica, identificado nas pirâmides etárias como o encurtamento relativo das bases (diminuição da fecundidade) e o achatamento do topo (elevação da expectativa de vida). Ambas mudanças geram uma população na qual os idosos ganham participação relativa no total, ao passo que as crianças perdem. Trata-se, portanto, de um processo de envelhecimento da população, que suscita questões sociais, previdenciárias e de saúde pública importantes, sobretudo no que se refere à capacidade de os serviços públicos atenderem a uma demanda específica crescente. A distribuição etária da população

residente de Criciúma, então, tem suas bases em processo de estreitamento e o seu meio tornam-se progressivamente mais largos: são estruturas etárias, portanto, que passam de uma forma piramidal para uma forma de pilar, semelhante a uma coluna. Estas transformações podem ser notadas nos Gráficos 6,7,8,9 e 10.

Gráfico 6 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1970).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1970.

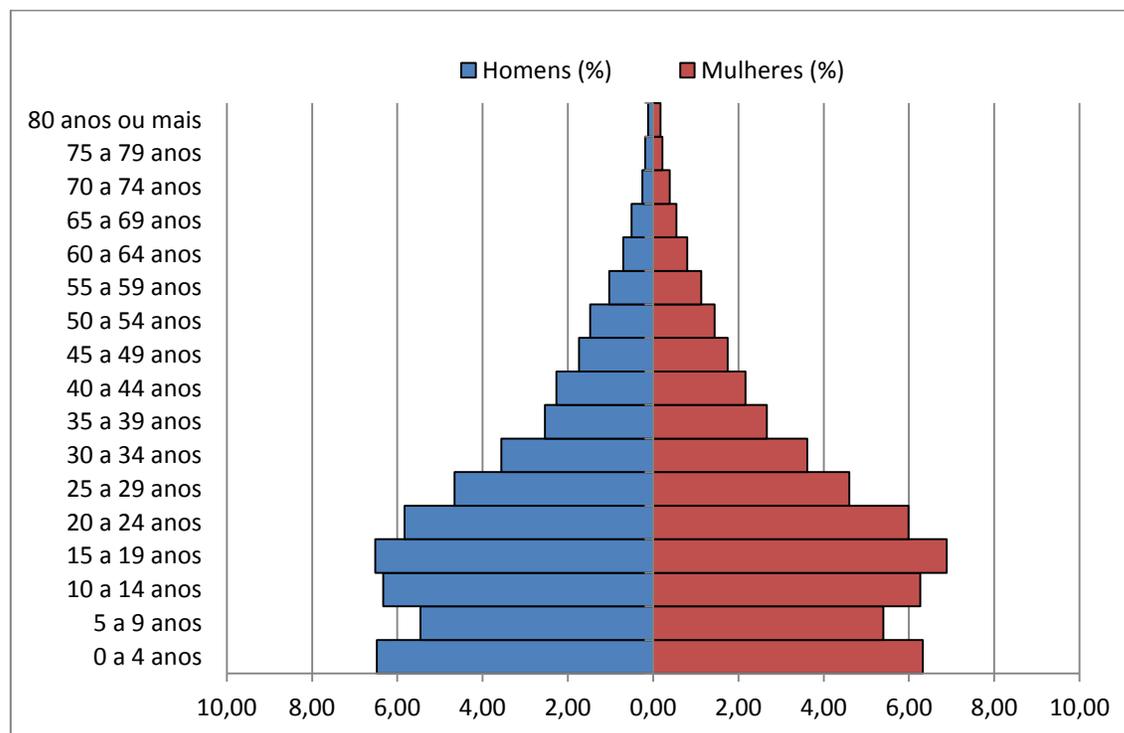
A primeira pirâmide etária, referente aos resultados obtidos pelo Censo Demográfico de 1970, apresenta a forma piramidal tradicional de uma população que ainda não se inseriu no processo de transição demográfica: bases largas, estreitamento a medida em que se aproximam os grupos etários mais idosos e topo de pirâmide estreito.

Todavia, a pirâmide etária de Criciúma referente ao ano de 1970 apresenta um elemento sobre o qual é importante concentrarmos nossa atenção: a tendência de estreitamento de suas paredes é quebrada, no grupo etário de 25 a 29 anos, por uma

descontinuidade na pirâmide, que indica uma saída desta população. Esta saída pode se dar por mortalidade ou por emigração. A segunda possibilidade é mais plausível, em razão de se dar em um município que tinha já iniciado sua dinâmica emigratória e por se concentrar em um grupo etário em idade produtiva, o que reforça a tese da emigração. Esta descontinuidade é particularmente notável para o caso da população masculina, todavia é preciso analisarmos outras pirâmides etárias e termos uma aproximação maior à inércia demográfica presente numa sucessão de pirâmides etárias.

Um elemento também importante presente na pirâmide etária referente ao ano de 1970 é a proporção menor do grupo etário de 0 a 4 anos, resultado de uma diminuição da fecundidade que inicia o processo de transição demográfica no município de Criciúma – e que por isso terá efeitos ao longo de toda a inércia demográfica das décadas seguintes, como veremos nas pirâmides etárias seguintes.

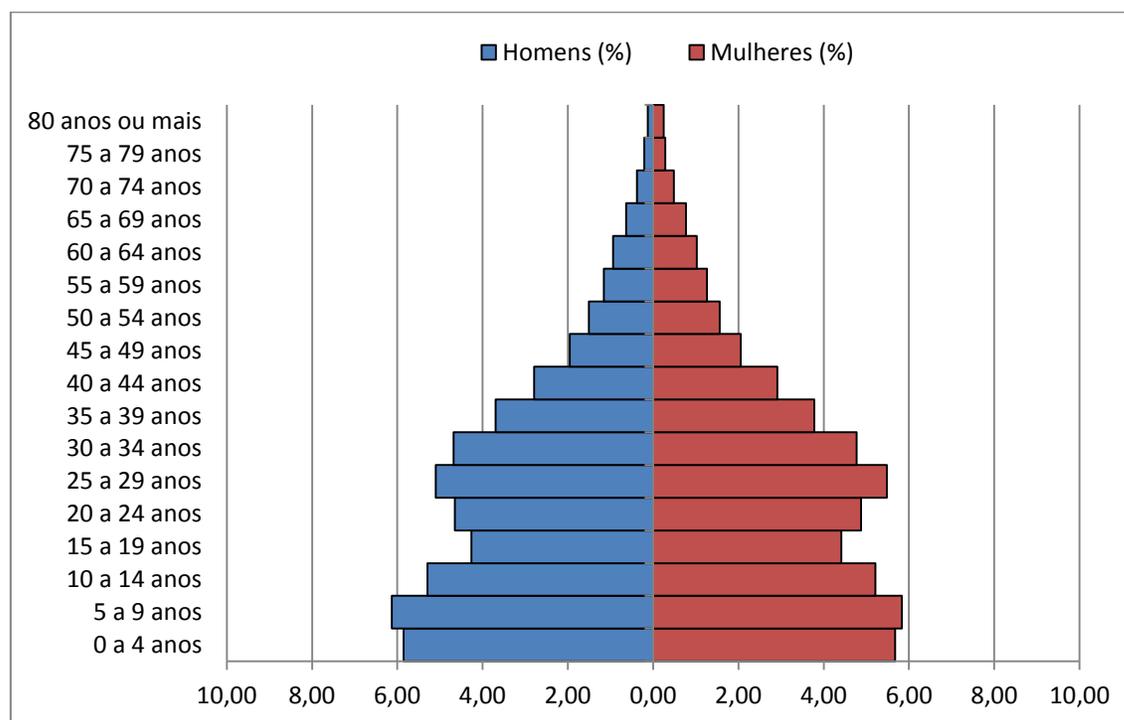
Gráfico 7 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1980).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980.

A pirâmide etária apresentada no Gráfico 7 se refere ao ano de 1980, e podemos ver nela uma tímida permanência no estreitamento verificado no grupo etário 25 a 29 anos, já então situada no grupo etário 35 a 39 anos. Este estreitamento, no entanto, já aparece absorvido pela inércia demográfica, sendo bem menos visível que na pirâmide etária de 1970. A diminuição da fecundidade sugerida pela pirâmide etária de 1970 não se confirmou na pirâmide etária de 1980, tendo em vista a base (grupo etário de 0 a 4 anos) apresentar-se mais relativamente mais larga que a base da pirâmide etária anterior (grupo etário de 0 a 4 em 1970 e de 5 a 9 anos em 1980). Todavia, isto não é suficiente para obstaculizar os efeitos deixados pela menor fecundidade de 1970, de modo que podemos observar em 1980 uma nova entrada na parede da pirâmide etária – no grupo etário de 5 a 9 anos.

Gráfico 8 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (1991).

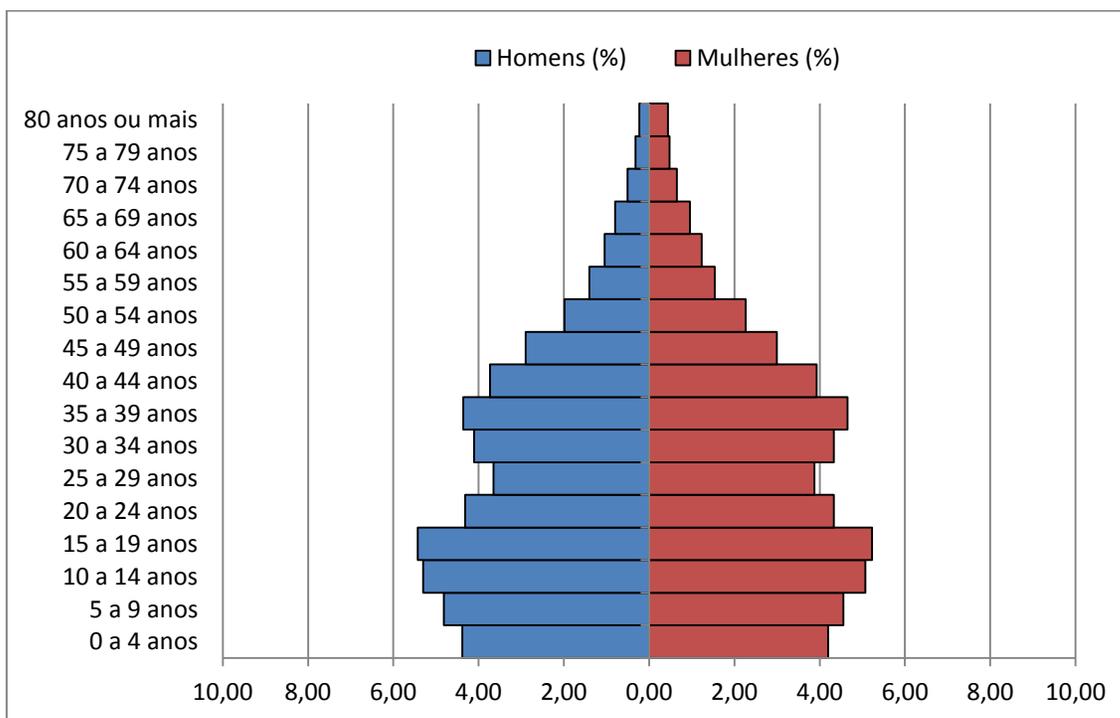


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Os resultados do Censo Demográfico de 1991 para Criciúma confirmaram o efeito ao longo da inércia demográfica da diminuição da fecundidade em 1970, que, adicionada a uma leve diminuição da fecundidade em 1991 (expressa em um grupo etário de 0 a 4 anos

com menor participação relativa) já começa, de forma mais substancial que em 1980, a alterar a forma da pirâmide etária de Criciúma. É em 1991, portanto, que se confirma um processo iniciado em 1970 mas obstaculizado em 1980: a transição demográfica em Criciúma. O Censo Demográfico de 2000, por sua vez, reforça a tendência de alteração da forma piramidal da estrutura etária de Criciúma, que passa a assemelhar-se mais com uma coluna que propriamente com uma pirâmide. O Gráfico 9 nos permite visualizar esta nova estrutura etária da população de Criciúma.

Gráfico 9 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (2000).

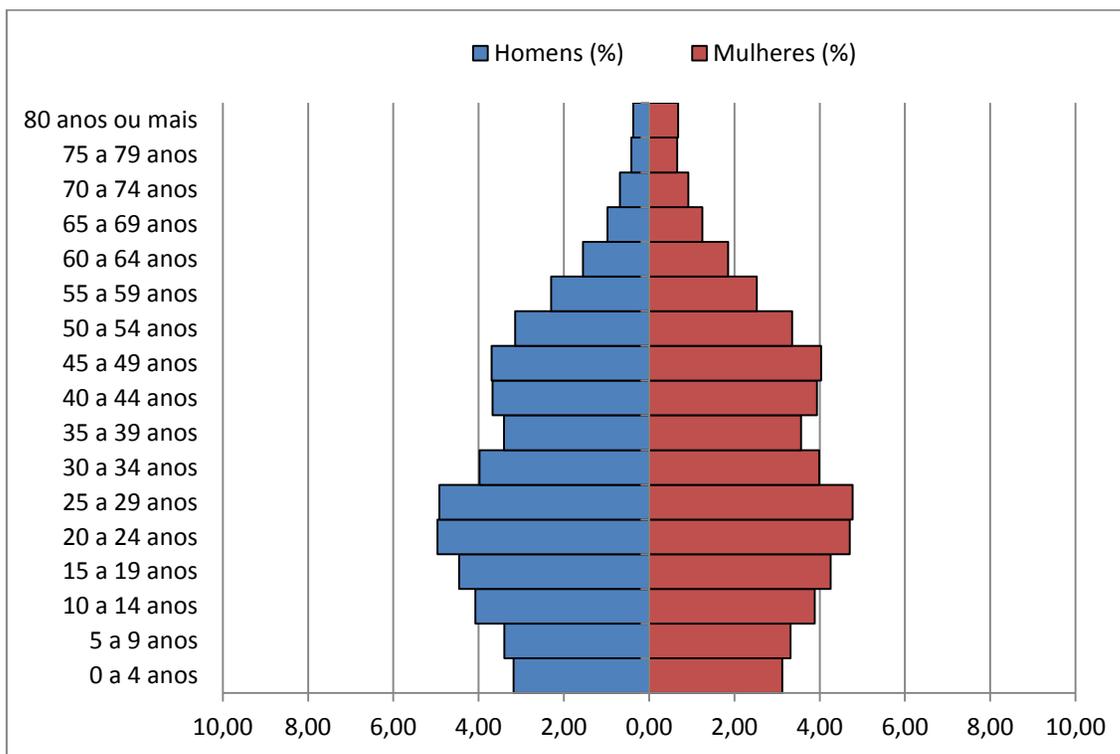


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 revelam, para Criciúma, a confirmação do processo de transição demográfica. A nova forma que adquire a estrutura etária de Criciúma revela processos que já estavam, como vimos, em vigor nas últimas décadas: o estreitamento de sua base (diminuição da fecundidade) e o alargamento de seu topo (elevação da expectativa de vida), processos estes que acarretam no envelhecimento

relativo da população de Criciúma e, por isto, a transformação da forma de sua estrutura etária. O Gráfico 10 apresenta esta nova forma da estrutura etária de Criciúma:

Gráfico 10 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo grupos etários (2010).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A análise de apenas uma pirâmide etária pode levar a falhas interpretativas importantes: a identificação de uma descontinuidade na pirâmide, uma entrada em algum de seus grupos etários, não necessariamente é uma saída da população por conta de emigração ou mortalidade. A inércia demográfica faz reverberar no tempo efeitos criados em outros momentos, e neste sentido é a fecundidade que tem sido o motor das transformações na estrutura etária de Criciúma, e o principal agente de sua transição demográfica. Para identificar, no entanto, estes efeitos e termos uma compreensão mais acurada dos movimentos por que passa esta população, é necessário o recurso à várias pirâmides etárias, como o elaborado acima.

Isto, por sua vez, não significa negar que a emigração, fenômeno que estudamos no caso concreto da realidade criciúense, interfira na estrutura etária da população de Criciúma. Como temos visto, o movimento emigratório, não apenas ao exterior mas também rumo a outras cidades de Santa Catarina e mesmo a outros Estados no Brasil, é bastante significativo em termos de volume, todavia não interfira decisivamente em termos de proporção da população total a ponto de ser notado na pirâmide etária. Na análise que faremos do perfil social do emigrante de Criciúma, analisaremos a estrutura etária do emigrante internacional de Criciúma, e veremos, então, qual grupo etário é mais afetado pela emigração internacional desde a região.

Outro ponto importante que resulta da análise da sucessão de pirâmides etárias e da observação de uma estrutura etária em transformação em Criciúma é a vigência ao longo das décadas de uma onda jovem, promovida pela fecundidade substancialmente maior ainda em 1970. Pela própria inércia demográfica, esta coorte maior em 1970 gerou grupos etários maiores ao longo do tempo. Mantida, por exemplo, uma determinada taxa de fecundidade, esta, ao incidir sobre uma coorte de mulheres maiores, gerará, mais uma vez, coortes de 0 a 4 anos também maiores. O mecanismo foi descrito por Berquó (1991) nos seguintes termos:

as mudanças nos níveis de fecundidade e mortalidade afetam o crescimento populacional e, portanto, os tamanhos de diferentes coortes. Estas, por sua vez, podem influenciar direta ou indiretamente, no número futuro de nascimentos e óbitos, afetando, portanto, o crescimento populacional (BERQUÓ, 1991, p. 57).

Esta característica imanente do “metabolismo demográfico” (BERQUÓ, 1991) de determinada população apresenta-se em Criciúma particularmente através de descontinuidades demográficas (BERCOVICH e MADEIRA, 1990; BERCOVICH e MASSÉ, 2004), pelas quais as ondas jovens criadas por uma fecundidade ainda elevada em 1970 repercutiram em coortes mais volumosas tão logo elas chegaram à idade reprodutiva. Bercovich e Massé (2004), em artigo dedicado a avaliar os efeitos decorrentes da chegada destas ondas jovens ao mercado de trabalho, postulam que

a partir da segunda metade da década de 60 pode-se observar uma diminuição no tamanho das coortes nos dois países. Esse período coincide com a introdução em Argentina e Brasil de anticoncepcionais mais eficazes como, por exemplo, a pílula anticoncepcional, que veio, sem dúvida, provocar uma diminuição no número de nascimentos, fenômeno que se reflete no tamanho menor das coortes

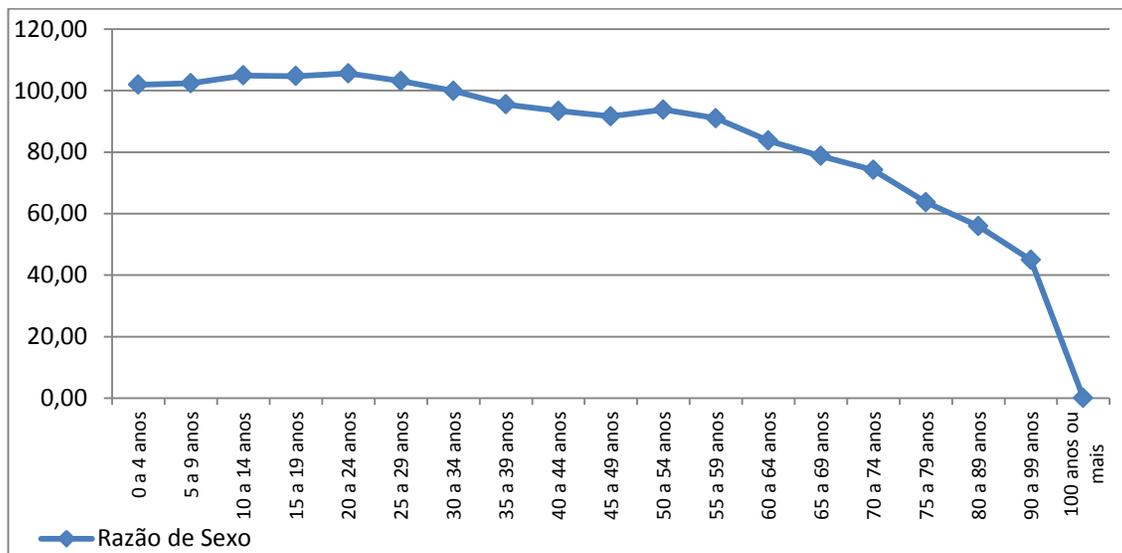
nascidas no período. Essa diminuição no incremento entre coortes continua até a primeira metade da década de 70. A partir da segunda metade dessa década percebe-se novamente um aumento considerável do número de nascimentos nos dois países. Este aumento ocorreu, não por causa de um aumento da fecundidade, mas sim pelo aumento da natalidade. Na verdade era o eco da grande onda de população descrita anteriormente. Com efeito, a numerosa coorte de mulheres, nascidas no período pós-guerra, alcançou a idade reprodutiva gerando uma grande coorte de bebês (...). O incremento do tamanho das coortes diminuiu bruscamente a partir da segunda metade da década de 80. É interessante destacar que o movimento detectado pela sequência de vinte anos resulta num incremento negativo no tamanho das coortes no Brasil nos anos 90 (BERCOVICH e MASSÊ, 2004, p.5).

Esta descrição, feita para o caso das transformações da estrutura etária da população brasileira, adequa-se aos movimentos por que passam a população de Criciúma, ainda que com especificidades. Como podemos notar na evolução das pirâmides etárias do município de Criciúma desde 1970, a alteração da forma da estrutura etária da cidade (de uma pirâmide para uma coluna) dá-se paralelamente a uma sucessão de ondas jovens, e isto repercute, por consequência, em toda a estrutura etária da população.

Esta dinâmica apresentada acima (descontinuidades demográficas) reforçam a hipótese de que as descontinuidades vistas na pirâmide etária de Criciúma correspondem à movimentos que têm origem na fecundidade e não propriamente na emigração, ainda que esta, como é sabido, seja um elemento presente na dinâmica demográfica do município.

Além da distribuição etária da população de Criciúma, compete destacar também a sua distribuição por sexo. Como vimos, em termos de população residente total, o município de Criciúma possui leve maioria feminina (razão de sexo de 96,83). Este número, todavia, é demasiado geral e abstrato: para uma aproximação mais fiel às características da população de Criciúma, é preciso especificá-lo segundo os grupos etários que compõem esta população. O Gráfico 11 apresenta estes resultados.

Gráfico 11 – Razão de Sexo da População Residente de Criciúma, segundo grupos etários (2010).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

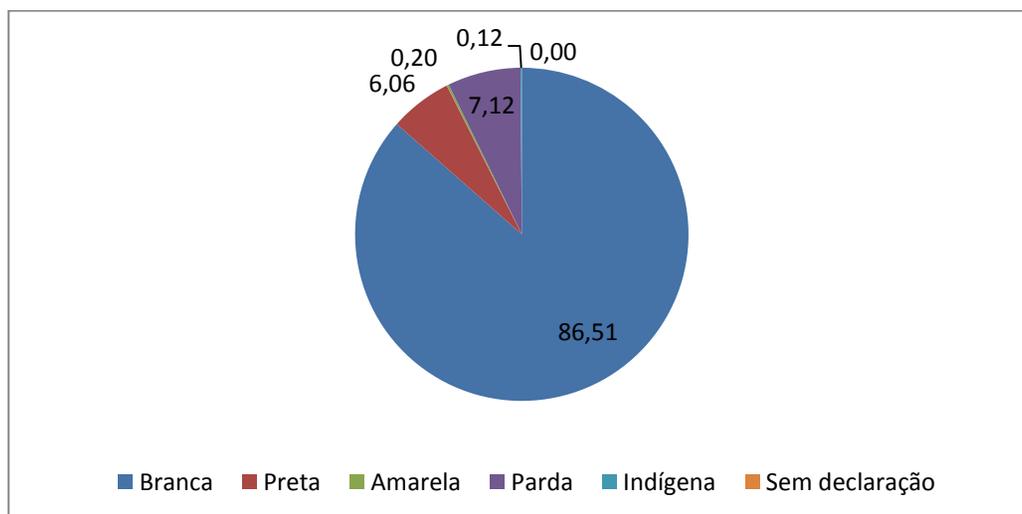
Aufere-se do Gráfico 11 uma importante conclusão sobre as características fundamentais da população cricumense: existe no município uma tendência progressiva de diminuição da razão de sexo a medida que se avança nos grupos etários. Em outras palavras, há em Criciúma uma tendência bastante comum na estrutura demográfica por sexo de várias outras populações, qual seja, a tendência de elevação da participação relativa da população feminina nas idades mais avançadas. Esta elevação se dá em função de uma maior expectativa de vida feminina, que faz com que em grupos etários mais longevos, haja mais mulheres que homens.

No que se refere à distribuição populacional de Criciúma segundo raça/cor, a cidade expressa a constituição racial própria de uma região colonizada sobretudo por açorianos, portugueses, espanhóis e italianos. Enquanto a colonização realizada pelos três primeiros grupos remonta ao século XVI e à colonização impulsionada pelos tratados de povoamento do Brasil, a de italianos é mais recente, e remonta por sua vez aos meados do século XIX. Estes processos históricos somam-se, logicamente, à chegada de imigrantes trabalhadores para o trabalho nas minas, vindo sobretudo de regiões pobres de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, como a Região Serrana Catarinense (em franca decadência durante a

expansão carbonífera por conta da crise do setor madeireiro) e do Oeste Catarinense, em que a expansão do Complexo Agro-Industrial desapropriou os antigos pequenos proprietários rurais, muitos dos quais migraram ao litoral e à região Sul.

Segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010, a maior parte da população do município de Criciúma é auto-declarada “branca” (86,51% da população total), enquanto os indivíduos auto-declarados “pardos” representam 7,12%, e os “pretos”, 6,06%. O Gráfico 12 nos permite visualizar melhor estes números em termos de participação em relação à população total de Criciúma:

Gráfico 12 – Distribuição da população residente de Criciúma segundo raça/cor (2010, em % da população total).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que tange à taxa de alfabetização da população de Criciúma, os dados revelam que existe uma fração da população criciumense de 10 anos ou mais de idade que não foi ainda alfabetizada (Tabela 21).

Tabela 21 - Taxa de Alfabetização da População de 10 anos ou mais de Idade de Criciúma, segundo o sexo (2010).

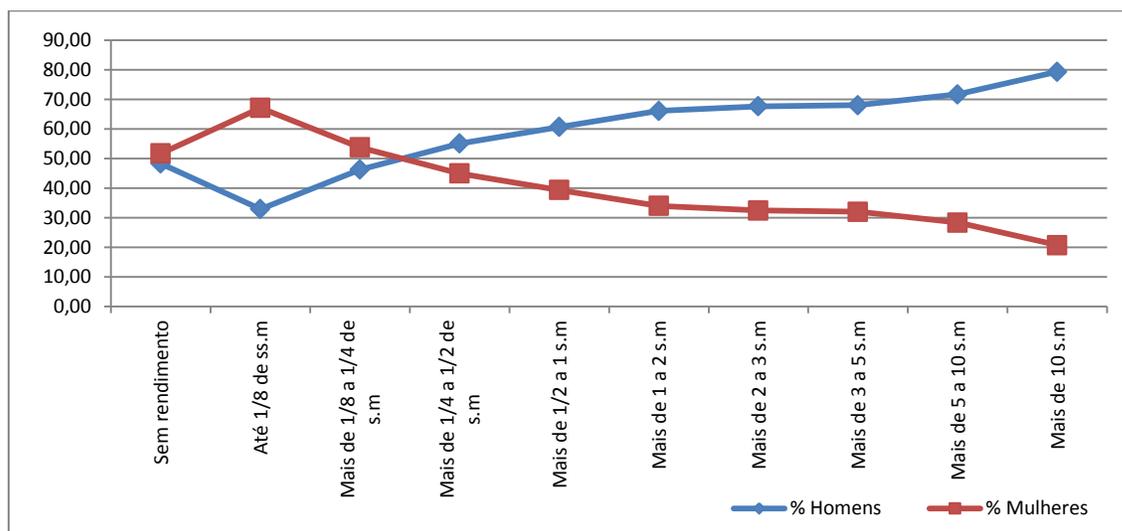
Sexo	Taxa de Alfabetização (%)
Homens	97,6
Mulheres	96,7
Total	97,2

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A distribuição por sexo da questão da alfabetização revela que as mulheres são menos alfabetizadas que os homens em Criciúma, restando ainda um percentual de 3,3% de mulheres de 10 anos ou mais de idade ainda não alfabetizado. Entre os homens, este percentual é de 2,4%.

A situação desfavorável às mulheres verificada acima está presente também no que se refere ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos habitantes de Criciúma. Segundo dados censitários de 2010 (FIBGE, 2012), podemos perceber uma distribuição por sexo deste rendimento que em grande medida condena as mulheres aos rendimentos mais baixos:

Gráfico 13 – Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per capita no município de Criciúma (2010).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 13 nos apresenta duas tendências, opostas e indissociáveis: de um lado, a tendência de a força de trabalho feminina ir perdendo participação relativa a medida em que nos aproximamos dos níveis de rendimento mais elevado, conseqüentemente, há uma outra tendência, a de a força de trabalho masculina ir ganhando participação relativa a medida em que nos aproximamos destes níveis de rendimento mais elevados. Em outras palavras: as mulheres são maioria entre os grupos de rendimento mais baixos e minoria entre os grupos de rendimento mais elevados. Continuando na descrição, ainda que sumária, das principais características de como a população de Criciúma se insere no mercado de trabalho da região, é importante destacar ainda alguns dados relativos à quantidade de horas trabalhadas e principais grupos e setores de atividades econômicas do município.

No que se refere à quantidade de horas, percebe-se, através da Tabela 22, não apenas uma concentração da força de trabalho no grupo de horas assegurado estatutariamente pela CLT (40 a 44 horas) como também uma nada desprezível parcela desta força de trabalho que trabalha habitualmente mais que o limite de 44 horas semanais: 11,91% trabalha entre 45 e 48 horas semanais, e 12,96% da força de trabalho, 49 horas ou mais.

Tabela 22 – Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal pela população de 10 anos ou mais de idade ocupada de Criciúma (2010).

Grupo de horas	Número de trabalhadores	Distribuição Relativa (%)
Até 14 horas	4.785	4,64
15 a 39 horas	15.795	15,32
40 a 44 horas	56.892	55,17
45 a 48 horas	12.281	11,91
49 horas ou mais	13.364	12,96
Total	103.116	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A força de trabalho, que como visto na Tabela 22 não raras vezes cumpre jornadas de trabalho superiores a 45 horas de trabalho semanais e mesmo superiores a 49 horas de trabalho semanais, concentra-se sobretudo no grande grupo de ocupação da construção, serviços e ocupações elementares. A distribuição da força de trabalho criciumense segundo

grande grupo de ocupação é um tema que faz referência direta às condições e relações de trabalho desta população, bem como a matriz sobre a qual se organiza a produção capitalista no município de Criciúma (Tabela 23).

Tabela 23 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas segundo grandes grupos de ocupação do trabalho principal em Criciúma (2010).

Grande grupo de ocupação	Número de trabalhadores	Distribuição Relativa (%)
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	16.537	16,04
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	15.916	15,44
Ocupações elementares	14.344	13,91
Operadores de instalações e máquinas e montadores	12.567	12,19
Profissionais das ciências e intelectuais	12.102	11,74
Trabalhadores de apoio administrativo	7.560	7,33
Ocupações mal definidas	7.323	7,10
Técnicos e profissionais de nível médio	7.302	7,08
Diretores e gerentes	7.214	7,00
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.818	1,76
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	433	0,42
Total	103.116	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tendo em vista, todavia, a seção de atividade do trabalho principal, percebemos a concentração da força de trabalho cricumense na indústria de transformação, no comércio e na reparação de veículos automotores e motocicletas. Agrupados e somados à seção de construção, concentram mais de 50% do total da força de trabalho cricumense. A Tabela 24 apresenta a distribuição da força de trabalho de Criciúma segundo estas seções de atividade:

Tabela 24 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo seção de atividade do trabalho principal em Criciúma (2010).

Seção de atividade do trabalho principal	Número de ocupados	Distribuição Relativa (%)
Indústrias de transformação	24.071	23,34
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	19.842	19,24
Construção	8.029	7,79
Educação	6.374	6,18
Atividades mal especificadas	4.576	4,44
Transporte, armazenagem e correios	4.457	4,32
Serviços domésticos	4.416	4,28
Saúde humana e serviços sociais	4.069	3,95
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.690	3,58
Administração pública, defesa e seguridade social	3.637	3,53
Alojamento e alimentação	3.393	3,29
Outras atividades de serviços	3.006	2,92
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.885	2,80
Atividades administrativas e serviços complementares	2.748	2,66
Indústrias extrativas	2.550	2,47
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.462	1,42
Informação e comunicação	1.376	1,33
Artes, cultura, esporte e recreação	900	0,87
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	706	0,68
Atividades imobiliárias	686	0,67
Eletricidade e gás	242	0,23
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00
Total	103.116	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Todo o processo de produção da indústria carbonífera reúne diversas das seções de atividade elencadas acima, como, por exemplo, eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e atividades profissionais, científicas e técnicas. Todavia, este processo se desenvolve de forma mais intenso nas seções de indústrias extrativas (que ocupa 2,47% do total da força de trabalho) e indústrias de transformações (que ocupa 23,34% do total da força de trabalho do município).

Criciúma situa-se na dinâmica migratória brasileira não apenas como ponto de origem de emigrantes internacionais, mas também como polo de migrações internas.

Pudemos ver, no início desta seção, que Criciúma é o ponto de destino de inúmeros fluxos migratórios internos, particularmente originados no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e, especialmente, no próprio Estado de Santa Catarina. Todavia, de Criciúma partem também importantes fluxos migratórios para outras unidades da Federação. As informações sobre fluxos imigratórios para Criciúma e fluxos emigratórios desde Criciúma são importantes indicadores da dinâmica migratória do município de Criciúma – e explicam particularmente se o município auferiu ganhos ou perdas de população no âmbito de seus fluxos migratórios com as unidades da Federação²⁸.

Estas informações (presentes nos micro dados da amostra dos censos demográficos de 2000 e de 2010) nos permitem analisar a posição de Criciúma no contexto das migrações internas no Brasil – bem como o papel desta dinâmica migratória no escopo do volume e da distribuição da população residente total do município. A Tabela 25 apresenta os volumes de imigração e de emigração, bem como os saldos migratórios, para Criciúma em 1995-2000.

²⁸ Estes ganhos ou perdas de população são obtidos mediante a subtração entre o volume do fluxo imigratório e o volume do fluxo emigratório de uma determinada região durante determinado período de tempo; o saldo decorrente desta operação (saldo migratório) compõe a “equação compensadora”, ou seja, equação básica para o cálculo do crescimento de uma população. O saldo migratório indica, com isso, se a população da região, neste período, tem aumentado ou diminuído em decorrência dos fluxos migratórios. Um saldo migratório positivo (ou negativo) não significa necessariamente que uma população esteja aumentando (ou diminuindo), tendo em vista que há outros componentes presentes na equação compensadora: a “população inicial” e o crescimento vegetativo (saldo entre nascimentos e óbitos). Para aprofundamentos em conceitos básicos de Demografia, recomendo a leitura de SANTOS, Jair Ferreira, LEVY, Maria Stella Ferreira e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *Dinâmica da População: Teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: TAQ Editora/Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980.368p.

Tabela 25 – Saldo Migratório de Criciúma Segundo Unidades da Federação (1995-2000)*.

Unidade da Federação	Imigrantes da UF em Criciúma	Emigrantes de Criciúma na UF	Saldo Migratório
Rondônia	93	8	85
Acre	34		34
Amazonas		8	-8
Roraima			0
Pará	31	33	-2
Amapá			0
Tocantins		9	-9
Maranhão			0
Piauí			0
Ceará		41	-41
Rio Grande do Norte	20		20
Paraíba	31		31
Pernambuco	49	42	7
Alagoas			0
Sergipe	11	15	-4
Bahia	34	42	-8
Minas Gerais	81	198	-117
Espírito Santo	33	39	-6
Rio de Janeiro	184	42	142
São Paulo	503	457	46
Paraná	813	622	191
Santa Catarina	9732	11353	-1621
Rio Grande do Sul	2355	1568	787
Mato Grosso do Sul	32	18	14
Mato Grosso do Sul	122	24	98
Goiás	16	33	-17
Distrito Federal	51	64	-13
Total	14225	14616	-391

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

Os dados contidos na Tabela 25 indicam que, para o ano de 2000 (tendo como critério data-fixa o ano de 1995), Criciúma ganha e perde população em relação às unidades federativas brasileiras. Desta dinâmica, alguns resultados precisam ser destacados.

Inicialmente, deve-se registrar ganhos populacionais (saldos migratórios positivos) de Estados como Roraima, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. Tais ganhos expressam que migrantes destes Estados se dirigiram a Criciúma no final da década de 1990, em volume maior que os migrantes que fizeram o mesmo fluxo, porém em sentido inverso. Ainda no escopo dos ganhos de população por parte de Criciúma, destaca-se também a migração de gaúchos. Em 1995-2000, o saldo líquido de migrantes entre Criciúma e Rio Grande do Sul foi de 787 pessoas: a força ou vetor daí resultante indica claramente um movimento de migração do Rio Grande do Sul a Criciúma em finais do século XX.

Os dados mais expressivos fazem menção, todavia, aos saldos migratórios negativos pelos quais passa Criciúma. Em 1995-2000, a cidade mais perdeu que ganhou população: ao todo, foram 14.225 imigrantes das UF's em Criciúma, e 14.616 emigrantes de Criciúma nas UF's, ocasionando um saldo migratório negativo de 391 pessoas. Das perdas populacionais, a maior parte delas é fundamentalmente causada pelas trocas migratórias entre Criciúma e as demais cidades do Estado de Santa Catarina. Somente no âmbito destas trocas, Criciúma sofreu uma perda de população de 1.621 pessoas, aproximadamente 0,95% da população residente total do município no ano de 2000 (170.420 pessoas). Uma perda de tal magnitude (quase um por cento da população residente total de Criciúma) é um resultado que pode ser verificado, dependendo da estrutura etária dos fluxos emigratórios, na própria pirâmide etária do município. A hipótese de uma perda populacional específica (concentrada em determinadas grupos etários), ultrapassa os objetivos desta dissertação. Cabe aqui, todavia, salientar que, como perda migratória, as trocas migratórias em que se inserem Criciúma incidem sobre o volume, e muito provavelmente também sobre a estrutura etária, da população do município catarinense.

A dinâmica registrada em 1995-2000 (ganhos populacionais específicos que não impedem, em termos gerais, uma perda populacional em Criciúma) é confirmada e, em grande medida, aprofundada, pelos dados referentes ao período 2005-2010, ou seja, os migrantes captados pelo Censo de 2010 segundo o critério da data-fixa de 2005.

A Tabela 26 apresenta estes dados:

Tabela 26 – Saldo Migratório de Criciúma Segundo Unidades da Federação (2005-2010)*.

Unidade da Federação	Imigrantes da UF em Criciúma	Emigrantes de Criciúma na UF	Saldo Migratório
Rondônia	166	10	156
Acre		16	-16
Amazonas	78		78
Roraima			0
Pará	8		8
Amapá		26	-26
Tocantins		11	-11
Maranhão			0
Piauí			0
Ceará	66	32	34
Rio Grande do Sul	24	21	3
Paraíba	26		26
Pernambuco	177	90	87
Alagoas	42	18	24
Sergipe			0
Bahia	42	3	39
Minas Gerais	195	100	95
Espírito Santo			0
Rio de Janeiro	82	49	33
São Paulo	590	620	-30
Paraná	675	577	98
Santa Catarina	7861	10607	-2746
Rio Grande do Sul	2742	1036	1706
Mato Grosso do Sul	43	8	35
Mato Grosso		126	-126
Goiás		186	-186
Distrito Federal	31		31
Total	12848	13536	-688

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010. (*) Os números pequenos podem apresentar problemas para interpretação, pois a expansão da amostra pode levar a conclusões desviadas da realidade.

Os saldos positivos mantiveram-se para os Estados de Rondônia, Paraná e Rio Grande do Sul, com o acréscimo ainda de um ganho populacional em relação a Pernambuco. Ainda segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010, entre 2005 e 2010 Criciúma perdeu, em suas trocas migratórias com as demais cidades do Estado de Santa Catarina, uma população de 2746 pessoas. Houve, portanto, uma elevação da perda

populacional de Criciúma via trocas migratórias com as demais cidades do Estado de Santa Catarina (em 1995-2000, esta perda havia sido de 1.621 pessoas). Em 2005-2010, esta perda em relação aos demais municípios de Santa Catarina representou 1,42% da população residente total de Criciúma em 2010 (192.308 pessoas). Mais uma vez, trata-se de um resultado significativo, capaz de interferir não apenas no volume como também na distribuição etária da população cricumense. É especialmente esta perda a responsável por um saldo migratório total negativo, de 688 pessoas.

Como vimos, tanto em 1995-2000, como em 2005-2010, são as migrações intra-estaduais as principais responsáveis pelas perdas populacionais de Criciúma. O Censo Demográfico brasileiro de 2010 nos permite observar quais são as cidades catarinenses que mais recebem cricumenses, através da análise dos micro-dados da amostra nestas cidades. Os resultados deste estudo indicam uma concentração destes emigrantes em cidades situadas na própria Mesorregião Sul de Santa Catarina, com a exceção lógica de Florianópolis, São José e Joinville, importantes polos econômicos de Santa Catarina. A Tabela 27 nos apresenta estes dados:

Tabela 27 – Municípios com maior volume de imigrantes provenientes de Criciúma em Santa Catarina (2005-2010, municípios selecionados).

Município	Imigrantes cricumenses
Içara	2356
Forquilha	1064
Florianópolis	822
Joinville	580
Siderópolis	446
Tubarão	430
Laguna	406
Nova Veneza	403
Araranguá	329
São José	299

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Estes dados indicam que de Criciúma partem para cidades próximas intensos fluxos migratórios, particularmente para Içara, Forquilha e Florianópolis. Cada um destes e dos demais fluxos contempla especificidades que o constitui em objeto particular de análise. Por ora, todavia, cabe salientar que, conforme vistos nas Tabelas 25, 26 e 27, Criciúma é

objeto não apenas de fluxos emigratórios internacionais como também de fluxos emigratórios intra-estaduais e estaduais, tendo sofrido, em 1995-2000 e 2005-2010, constantes e importantes perdas populacionais, expressão da depauperação e deterioração das condições de vida e de trabalho de sua população residente.

Este esforço de breve caracterização social, econômica e demográfica da mesorregião Sul de Santa Catarina e do próprio município de Criciúma deu-se no sentido de tornar mais claras as condições concretas em que se dá o processo emigratório desde a região, e contextualizar, desta forma, a dinâmica demográfica com a qual as emigrações internacionais e as remessas de migrantes atuam. Foi, portanto, um exercício de caracterização e contextualização de nosso objeto de estudo, enriquecido agora com informações de natureza social, econômica e demográfica. As variáveis analisadas acima ajudam a estabelecer um panorama mais fiel das condições gerais da cidade e da mesorregião, de modo que tornaram possível avançar na compreensão i) da importância que a cidade de Criciúma possui para a mesorregião e ii) do entendimento de quão presente o processo migratório está na formação demográfica do município.

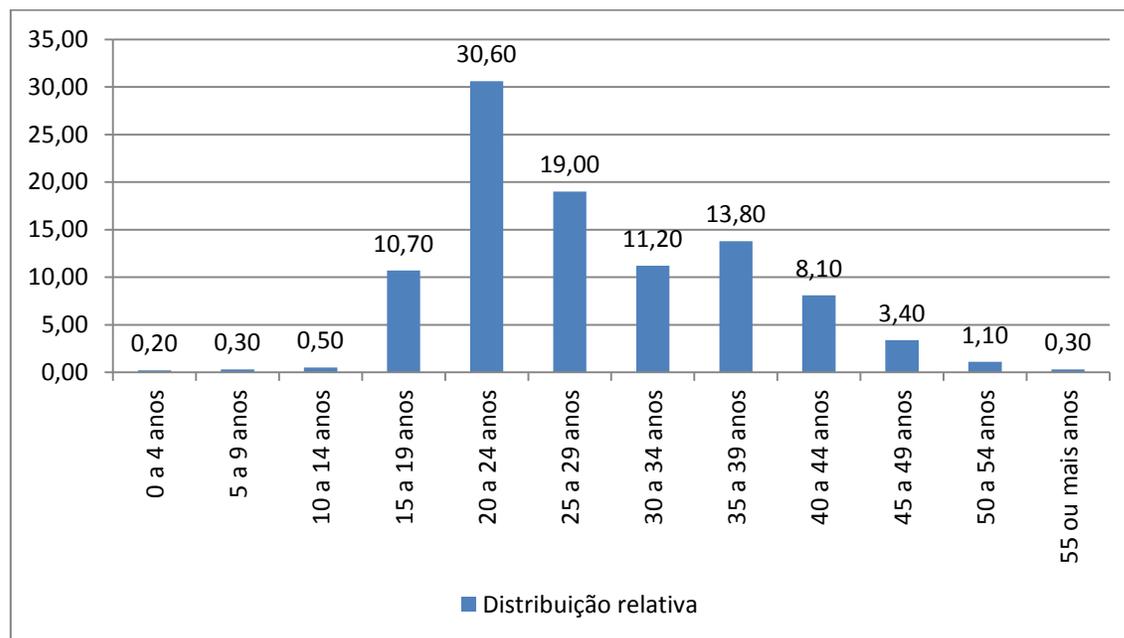
2.5. Perfil do Emigrante de Criciúma nos Estados Unidos

Para traçarmos esta aproximação ao perfil social do migrante sul- Catarinense nos Estados Unidos, utilizaremos como eixo analítico principal a pesquisa amostral desenvolvida por Sales (1995), Sales (1999) e Sales e Reis (1999) sobre a emigração desde Criciúma aos Estados Unidos até o ano de 2001 – à qual tivemos acesso por meio do trabalho de PERES, HIRANO e FUSCO (2002), a pesquisa amostral desenvolvida por Zamberlam et al (2006) e os estudos de Assis sobre o tema (ASSIS, 2007; ASSIS, 2011). Estas pesquisas amostrais serão aqui utilizadas para uma aproximação ao perfil social do emigrante de Criciúma – SC residente nos Estados Unidos.

O primeiro elemento constitutivo do perfil social do emigrante cricumense nos Estados Unidos refere-se à sua estrutura etária. Conforme apresentado pelo Gráfico 14, o

emigrante de Criciúma residente nos Estados Unidos é sobretudo adulto jovem, e possui idade situada principalmente entre os grupos etários de 20 a 24 anos e 35 a 39 anos.

Gráfico 14 – Estrutura Etária do Emigrante Criciumense nos Estados Unidos (2001).



Fonte: ASSIS, 2007.

A cúspide desta estrutura etária situa-se no grupo etário de 20 a 24 anos (30,60% do total), e é relativamente muito pequena a participação relativa de grupos etários mais novos (crianças) e velhos (idosos), o que sugere, segundo o Gráfico 14, um padrão migratório adulto jovem.

Outro aspecto a se destacar é a própria distribuição no tempo deste fenômeno. Como pudemos ver, a formação de uma tendência emigratória no Brasil é um processo recente, desenvolvido à luz da crise econômica e social promovida pelas reformas neoliberais em nosso país. Na Mesorregião Sul de Santa Catarina, este processo caminha em paralelo ao desmonte do CCSC, e se manifesta de forma mais contundente na década de 1990, conforme pode ser verificado na Tabela 28.

Tabela 28 – Ano da primeira viagem aos Estados Unidos segundo o sexo do migrante de Criciúma – SC (2001).

Ano	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Até 1989	6,2	4	5,4
1990 - 1993	12,1	10	11,2
1994 - 1997	21,4	21,5	21,4
1998 - 2001	60,3	64,5	62
Total	100	100	100

Fonte: PERES, HIRANO e FUSCO, 2002.

A Tabela 28 revela que estamos diante de um processo germinado até o final da década de 1980, mas que passa por uma intensa expansão nos anos 1990, atingindo sua cúspide já na passagem do século XX ao XXI. Não significa isto necessariamente que a crise econômica e social tenha perdurado por toda a década de 1990, ainda que esta década tenha de fato se passado sem uma recuperação produtiva no setor carbonífero e, por consequência, na região. A partir de determinado momento, o processo migratório para os Estados Unidos passa a operar sob uma dinâmica muito específica, motivada pela formação e desenvolvimento de redes sociais. Em outras palavras, é neste momento em que movimentos migratórios esporádicos tornam-se movimentos migratórios contínuos (ASSIS, 2007). Esta dinâmica se estabelece a partir da formação de um espaço social de vida que abrange destino e origem, e que promove o processo migratório a partir deste espaço e da força que tem nele as redes sociais. Não estamos querendo dizer com isto que esta dinâmica e a atuação das redes sociais desvinculem o fenômeno migratório das condições econômicas e sociais concretas da região ao longo da década de 1990 – dado que estas mesmas condições atuam diretamente na própria formação dos fluxos e das redes sociais –, mas sim que elas promovem uma espécie de organicidade do fluxo que pode continuar operando novos deslocamentos mesmo em um contexto de relativa recuperação econômica e social. Este fenômeno pode ser compreendido abaixo:

assim, qualquer que seja a modalidade que assuma, a rede [social] opera como estímulo à migração dos conterrâneos, aos quais se lhes oferece residência, trabalho e possibilidades de progresso, no marco de uma solidariedade étnica ou nacional que também por sua mesma natureza instaura mecanismos de controle e regulação. Esta última componente não deve se subestimar, já que as redes não apenas facilitam o processo, como também exercem controle social sobre seus integrantes. Controle que assegura a coesão pela via de exigir o respeito até às dívidas materiais e simbólicas contraídas. Em síntese, para esta teoria, à medida

que a migração internacional se institucionaliza através da conformação de redes migratórias, deixa de estar determinada exclusivamente pelos fatores que lhe deram origem, e até pode envolver-se relativamente independente deles (BOLOGNA, 2007, p. 83, tradução livre)²⁹.

Embora o objetivo deste capítulo não nos permita um aprofundamento no tema das redes sociais, não podemos ignorar que elas incidem sobre os fluxos migratórios, ademais das condições econômicas e sociais vigentes. Do ponto de vista da análise de como o fenômeno migratório se distribui no tempo, isto é relevante para o entendimento da dialética entre fluxos migratórios e redes sociais, dentro das quais destacaremos particularmente um elemento desta relação: as remessas destes migrantes. Esta dialética explica uma dinâmica em que os fluxos migratórios têm origem na deterioração das condições econômicas e sociais e se mantêm não obstante uma relativa melhoria nelas – algo que veremos mais profundamente adiante.

Uma clara expressão da atuação das redes sociais na dinâmica migratória desde Criciúma aos Estados Unidos se refere às condições de hospedagem do emigrante cricumense: bem mais que as agências de viagem e os serviços de hospedagem (aluguéis, rede hoteleira etc) são os parentes e amigos a principal referência de hospedagem ao emigrante de Criciúma. A Tabela 29 apresenta importantes dados sobre a importância das redes sociais para a efetivação da hospedagem do emigrante:

²⁹ “Así, cualquiera sea la modalidad que asuma, la red opera como estímulo a la migración de los coterráneos, a los cuales se les ofrece residencia, trabajo y posibilidades de progreso, en el marco de una solidaridad étnica o nacional que también por su misma naturaleza instaura mecanismos de control y regulación. Esta última componente no debe soslayarse, ya que las redes no sólo facilitan el proceso, sino que ejercen control social sobre sus integrantes. Control que asegura la cohesión por la vía de exigir el respeto hacia las deudas materiales y simbólicas contraídas. En síntesis, para esta teoría, a medida que la migración internacional se institucionaliza a través de la conformación de redes migratorias, deja de estar determinada exclusivamente por los factores que le dieron origen, y hasta puede volverse relativamente independiente de ellos” (BOLOGNA, 2007, p. 83).

Tabela 29 – Referência da hospedagem do emigrante de Criciúma segundo sexo do emigrante (2001).

Referência	Masculino (%)	Feminino (%)
Parentes	41,8	49,3
Amigos	44,5	35,3
Agência de viagem	0,6	1,5
Ninguém	10,2	6,5
Outros	2,9	7,4

Fonte: Assis, 2007.

A Tabela 29 não pode nos passar despercebida pela riqueza das informações contidas nela: a predominância de parentes e amigos como referências de hospedagem indica a vigência das redes sociais desde antes mesmo do deslocamento aos Estados Unidos. As redes sociais, de grande importância para a inserção do emigrante na sociedade do país de destino, para a sua fixação em uma residência e mesmo para a obtenção de um emprego nos Estados Unidos, constituem um tema cuja relevância escapa aos objetivos deste trabalho, mas cujas manifestações mais pontuais, como a descrita na Tabela 29, não podemos ignorar. A proximidade com parentes e amigos possui repercussões decisivas não apenas para a residência como também para toda a adaptação do emigrante ao país de destino.

O terceiro aspecto que integra o perfil social do emigrante sul catarinense refere-se ao motivo por ele alegado de sua viagem aos Estados Unidos. Embora o motivo alegado nem sempre coincida com a razão mesma do processo migratório, esta resposta é um importante indicador da ideia que o migrante tem da finalidade de seu deslocamento. Quanto a isto, se percebe claramente nos resultados da pesquisa amostral a migração como estratégia de busca de trabalho, especialmente sob os termos de uma economia em desestruturação, da crise do CCSC, do fechamento de postos de trabalho – como o apresentado no gráfico 4 – e a elevação do desemprego em toda a região³⁰. Como a crise

³⁰ Certamente, a dissolução do Complexo Carbonífero Catarinense não condenou a região ao vazio econômico e social, senão que este espaço foi sendo gradativamente ocupado por outras atividades econômicas, como a cerâmica, a de têxtil-vestuário e a metal-mecânica (GOULART FILHO, 2007). No entanto, a natureza dependente de vinculação à divisão internacional do trabalho foi mantida, e este fator, associado com a crise cambial dos anos 1990 no Brasil, fez com que mesmo estes novos setores já nascessem com sérios entraves e obstáculos ao seu desenvolvimento.

abatia-se sobre todo o Estado e país, a possibilidade de a migração interna significar mobilidade social extinguiu-se (BRITO, 1995), o que resultou em fluxos emigratórios internacionais, efetivados como forma de encontrar trabalho e ocupação, como indica a Tabela 30.

Tabela 30 – Motivo da migração aos Estados Unidos segundo o sexo do migrante de Criciúma – SC (2001).

Motivo	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Econômicos - trabalhar	88,9	73,9	83,7
Acompanhar familiares	11,1	26,1	16,3
Total	100	100	100

Fonte: PERES, HIRANO e FUSCO (2002).

Os emigrantes criciumenses dirigem-se sobretudo à região da cidade de Boston, capital do Estado de Massachusetts (MA). Nesta região, concentram-se nas cidades de Lowell, Somerville, Everett e Cambridge (MARTES, 2000; ASSIS, 2011).

Uma das explicações para a concentração de brasileiros em Somerville e Cambridge deve-se à presença de imigrantes de língua portuguesa (portugueses, açorianos e cabo-verdianos) residentes nestas duas cidades. Somerville, por exemplo, possui 76.210 habitantes, sendo que 16% da população fala português. Supõe-se que a língua teria atraído os brasileiros para estes locais, por facilitar a veiculação de informações como: empregos disponíveis, casas para alugar etc. Somerville é uma cidade industrial com grande contingente de imigrantes. Ela é contígua a Boston (separada pelo Charles River) e Cambridge. Na *Union Square*, principal centro comercial da cidade, há vários estabelecimentos comerciais de propriedade de brasileiros (com bandeiras do Brasil nas vitrines), tais como: cabeleireiro, agência de viagens e remessas de dinheiro, lojas com produtos brasileiros, jornais do Brasil etc (MARTES, 2000).

Nestas cidades, o contingente de imigrantes brasileiros, portanto também os criciumenses, convivem não apenas com a população nativa, como também com outros grupos imigrantes, provenientes especialmente de Portugal, Irlanda, Vietnam, Camboja, Haiti e outros países centro-americanos (MARTES, 2000).

Os criciumenses que viajam, preferencialmente, por motivos de busca de trabalho, se deparam com um mercado de trabalho fortemente segmentado, por razões étnico-raciais e de classe; neste mercado, ocupam uma posição apenas subalterna ou secundária, sendo objeto, portanto, de um regime mais intenso de exploração de sua força de trabalho, sem poder contar com as garantias sociais e previdenciárias mínimas que usufruem o

trabalhador nativo, por exemplo (GAUDEMAR, 1977; SALES, 1995; CASTELO-BRANCO, 2005/2006).

Como pudemos observar anteriormente, esta inserção precária no mercado de trabalho norte-americano é produto de uma construção política, de identificação do migrante indocumentado como um ente político inferiorizado. Mais concretamente, ela é resultado de um processo de constantes reformas na política imigratória norte-americana, que condena ao estrangeiro um estatuto político inferiorizante (GAUDEMAR, 1977; CASTELO-BRANCO 2005/2006). A clandestinidade é, então, apropriada pelo Estado e pelo capital como uma prerrogativa da super-exploração da força de trabalho imigrante. E neste contexto, o migrante sul-catarinense nos Estados Unidos se insere no rol dos emigrantes indocumentados, passíveis, portanto, desta inserção precária no mercado de trabalho do país de destino, conforme podemos observar na Tabela 31:

Tabela 31 – Condição de e permanência entrada nos Estados Unidos do migrante de Criciúma – SC (2001).

Condição	Total de emigrantes sob esta condição	% do total de emigrantes
Documentados	70	12,9
Indocumentados	472	87,1

FONTE: PERES, HIRANO e FUSCO, 2002.

Todavia, não é apenas a natureza indocumentada da permanência deste migrante nos Estados Unidos o que opera como um elemento de sua submissão ao mercado de trabalho subalterno e à super-exploração de sua força de trabalho: compõem ainda o perfil social deste emigrante sul-catarinense a baixa escolaridade e um nível de domínio do idioma do país de destino muito precário.

A tabela 32 apresenta os dados relativos à escolaridade por nível de instrução do emigrante de Criciúma – SC residente nos Estados Unidos.

Tabela 32 – Escolaridade do migrante de Criciúma – SC nos Estados Unidos (2001).

Escolaridade	Total de emigrantes sob esta condição	% do total de emigrantes
Analfabeto	0	0
Primário completo	31	5,7
Primário incompleto	29	5,4
Ginásio incompleto	75	13,8
Ginásio completo	69	12,7
Colegial incompleto	60	11,1
Colegial completo	181	33,4
Universitário incompleto	54	10
Universitário completo	43	7,9

FONTE: PERES, HIRANO e FUSCO, 2002.

Percebe-se de imediato a predominância de uma formação apenas básica, concentrada entre o ginásio e o colegial. Não estamos tratando, e em termos da especificidade que cada fluxo carrega isto é importante, de migração de força de trabalho qualificada, mas sim de um fluxo composto, como vimos até aqui, de migrantes que se deslocam a procura de trabalho, essencialmente indocumentados e de escolaridade relativamente baixa.

No que se refere ao domínio do idioma inglês por parte destes migrantes, a tabela abaixo indica que este fluxo também se caracteriza por um migrante que, uma vez no país de destino, encontra sérias limitações de comunicação e de expressão, e esta dificuldade, não é forçoso concluir, também opera como um elemento de sua inserção precária no mercado de trabalho e da super-exploração de sua força de trabalho (Tabela 33).

Tabela 33 – Nível de domínio do idioma inglês dos emigrantes de Criciúma – SC nos Estados Unidos (2001).

Nível	Total de emigrantes sob esta condição	% do total de emigrantes
Excelente	26	4,9
Bom	36	6,7
Regular	151	28,3
Nenhum	321	60,1

FONTE: PERES, HIRANO e FUSCO, 2002.

Em síntese, estamos diante de fluxo migratório muito específico, por que derivado de uma deterioração econômica e social historicamente condicionada e que tem suas origens na forma mesmo com que a Mesorregião Sul de Santa Catarina se insere no marco da divisão internacional do trabalho. Esta crise atinge em especial os setores sociais mais subalternos, e forma fluxos migratórios que vão se aprofundando com o decorrer dos anos 1990. Por estas razões, as viagens migratórias têm como principal finalidade a busca por trabalho, e o perfil social deste migrante que busca trabalho é marcado pela condição de permanência ilegal, pela baixa escolaridade e por um precário domínio do idioma do país de origem, o idioma inglês.

Capítulo 3. Remessas de migrantes: elementos teóricos e algumas evidências empíricas

Neste capítulo, iremos delinear os contornos básicos de uma interpretação crítica das remessas de migrantes, de modo a contribuir aos estudos sobre migrações internacionais (particularmente dentro da perspectiva histórico-estrutural) e, portanto, à própria Demografia.

Esta contribuição pretendida segue no marco teórico e metodológico desenvolvido ao longo do Capítulo 1, razão pela qual as remessas se inserem no contexto de um sistema capitalista mundial que se desenvolve a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes (FRANK, 1978; MARINI, 2000; BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Os fluxos migratórios são uma expressão importante de como estas partes, realidades sociais, econômicas e demográficas distintas, relacionam-se de múltiplas formas. Na análise específica do fluxo de emigrantes criciumenses rumos aos Estados Unidos, herdamos do Capítulo 1 as seguintes proposições:

- Entendemos que este fluxo, ademais de ter raízes estruturais que fazem menção à forma com que a Mesorregião Sul de Santa Catarina se insere na estrutura da divisão internacional do trabalho, é condicionado ainda pela atuação concreta das próprias redes sociais estabelecidas pelos fluxos, atuação esta que recria, mesmo que sob condições econômicas e sociais já modificadas, os fluxos migratórios ao exterior, particularmente os Estados Unidos;

- Entendemos ainda que este fluxo carrega em si características econômicas e sociais presentes na sociedade de origem do emigrante que explicam em grande medida i) a natureza subordinada de sua inserção no mercado de trabalho da sociedade de destino, razão pela qual recai sobre ele um regime de superexploração de sua força de trabalho e ii) a própria forma com que as remessas destes emigrantes são utilizadas pelas famílias que as recebem – se como consumo corrente ou como recurso para investimento produtivo. Estes dois pontos nos remetem, respectivamente, à esfera de produção e à esfera de circulação ou realização das remessas de migrantes. É sobre este tema que passamos agora a nos concentrar.

3.1. As remessas de migrantes na circulação mundial de capital

Antes de apontarmos os principais elementos da importância das remessas de migrantes, seu contexto de produção e de circulação, é necessário resgatar, mesmo que brevemente, o histórico, ainda recente, dos estudos sobre remessas, de modo a justificarmos algumas de nossas opções teóricas e metodológicas em torno a este tema. Para compor este breve histórico, optamos por apresentar a historiografia das remessas proposta por Binford (2002), por estar este autor em uma posição teórica e metodológica próxima à nossa perspectiva. Todavia, o esforço elaborado por ele de categorização não substitui o nosso próprio esforço de síntese e sistematização de toda a literatura sobre remessas – a qual não cabe aqui desenvolvermos, pelos objetivos próprios do capítulo –, razão pela qual não abriremos mão de sempre indicar a autoria da categorização – bem como sublinhar possíveis divergências em relação a ela.

Segundo Binford (2002), os primeiros estudos sobre remessas de migrantes são marcados por uma resistência a interpretar o tema enquanto um elemento impulsionador de desenvolvimento econômico e social. O autor elenca como expressões importantes destes estudos aqueles elaborados por Joshua Reichert, Raymond Wiest e Richard Mines. Estes pesquisadores, de acordo com Binford (2002)

aceitaram que a enorme afluência de dinheiro gerado no país [de origem das remessas] distorcia mais que desenvolvia as economias (...), pois exacerbava o conflito social, as diferenças econômicas e a inflação de preços, e fomentava um círculo vicioso pelo qual a emigração gerava uma maior emigração (BINFORD, 2002, p. 117, tradução livre)³¹.

No âmbito deste marco interpretativo, portanto, as remessas são analisadas como elementos externos à economia que as recebe, não correspondendo, portanto, aos elementos endógenos desta economia; uma vez aportados nela, teriam a propriedade de alterar o seu nível de preços, elevar as desigualdades sociais (e por isto intensificar os conflitos sociais)

³¹ “aceptaron que la enorme afluencia de dinero generado en el país vecino distorsionaba más que desarrollaba las economías rurales, pues exacerbaba el conflicto social, las diferencias económicas y la inflación de precios, y fomentaba un círculo vicioso por el que la emigración generaba una mayor emigración” (BINFORD, 2002, p. 117).

e constituir uma situação de dependência em relação a estas remessas, que gera uma retroalimentação do processo emigratório, dentro do qual toda a emigração significará sempre ainda mais emigração. Deste marco interpretativo se desvela, portanto, a hipótese da dependência de remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), condição na qual as famílias receptoras de remessas – e o mercado existente no entorno delas – desenvolvem um rentismo de remessas, uma situação de necessidade destes recursos, o que suscita sempre mais fluxos emigratórios para obtê-los, e a própria síndrome da emigração, por extensão.

O conceito de “síndrome emigratória” é uma importante contribuição elaborada pelos estudos críticos de migrações internacionais, e carrega em si uma reflexão ulterior sobre i) os elementos estruturais envolvidos na formação dos fluxos migratórios, ii) a efetivação de fluxos de remessas de migrantes que impactam na região receptora e iii) a necessidade crescente destes recursos por parte das famílias que os recebem. Em síntese, é um conceito que aparece na literatura sobre o tema das remessas como resultado de uma interpretação sobre a relação entre os efeitos destas remessas e o desenvolvimento social e econômico na região. Por estas razões, trata-se de um conceito inserido no enfoque histórico-estrutural, muito próximo ao marco teórico e metodológico da Teoria Marxista da Dependência, e, portanto, em grande medida identificado com o referencial desenvolvido neste trabalho. Na Seção 3.3, quando nos referirmos à esfera de reprodução das remessas, voltaremos a tratar do conceito de “síndrome das remessas”, e teremos a oportunidade de expor sua origem e sua importância para o estudo das remessas. Por ora, no entanto, é mais importante voltarmos à breve historiografia dos estudos de remessas de migrantes.

Os estudos que se seguiram a estes primeiros estiveram, segundo Binford (2002), mais próximos ao enfoque funcionalista, se distanciando, portanto, da análise histórico-estrutural. Por consequência, temas como a dependência das remessas e a síndrome emigratória saíram de cena, dando lugar a uma interpretação mais “otimista” em relação ao papel das remessas de migrantes na sociedade que as recebe. Seriam expressões deste referencial teórico pesquisadores como Douglas Massey, Jorge Durand e Richard Jones. De acordo com Binford (2002), é importante destacar dois elementos da formulação e expansão deste enfoque teórico. O primeiro destes elementos é que este enfoque se

desenvolveu em vistas de um grande crescimento do volume das remessas no mundo, particularmente na América Latina, o que ressaltou nestes estudos a importância das remessas especialmente nas áreas rurais mais pobres. O segundo elemento é que, como veremos melhor adiante, no momento da formulação deste enfoque (anos 90) as reformas neoliberais depreciavam as condições de vida de milhões de famílias pobres, de forma que as remessas de migrantes poderiam significar uma esperança em um contexto de marginalidade, empobrecimento e miséria, especialmente para aquelas pequenas comunidades rurais, não inseridas no mercado de trabalho e que usam as remessas inclusive como mecanismo de financiamento de seu consumo corrente mais imediato e necessário – alimentação, saúde, moradia etc. De acordo com Binford (2002),

em uma posterior avaliação de seu impacto, alguns investigadores argumentaram que os estudos prévios [os primeiros estudos críticos sobre remessas] não apenas haviam subestimado enormemente o impacto das remessas no desenvolvimento econômico como também haviam representado injustamente a emigração a outros países como a origem de um grande número de mal-estares sociais; reavaliaram a incidência produtiva direta das remessas, tomando em conta os efeitos indiretos ou multiplicadores do gasto em bens de consumo proveniente de ditas remessas. Por último, refutaram o argumentado nos [anos] oitenta de que as remessas agudizam as divisões de classe e os conflitos sociais, ou que por meio de mecanismos comerciais, vão-se desviando às zonas urbanas, nas quais passam a constituir mais um fator de brecha de saldos e empregos entre a cidade e o campo (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)³².

Uma ressalva importante deve ser feita em relação ao recém-exposto: os autores neste ponto classificados possuem uma produção teórica que apenas forçosamente poderíamos classificar tão categoricamente. Não negamos, com isto, qualquer esforço de síntese de leitura e de classificação, mas sim avaliamos que este esforço deve se dar tendo em vista a totalidade da obra do autor em apreciação, e não apenas um momento de sua trajetória intelectual, ainda que este seja o momento mais conhecido desta trajetória. A

³² “En una posterior evaluación de su potencial, algunos investigadores argumentaron que los estudios previos no sólo habían subestimado enormemente el impacto de las remesas en el desarrollo económico sino que habían representado injustamente la emigración a otros países como el origen de un gran número de malestares sociales; reevaluaron la incidencia productiva directa de las remesas, tomando en cuenta los efectos indirectos o multiplicadores del gasto en bienes de consumo proveniente de dichas remesas. Por último, refutaron lo argumentado en los ochenta de que las remesas agudizan las divisiones de clase y conflictos locales, o que por medio de mecanismos comerciales, se van desviando a las zonas urbanas, en las que pasan a constituir un factor más de la brecha de sueldos y empleos entre la ciudad y el campo” (BINFORD, 2002, p. 119).

produção recente de Jorge Durand, por exemplo, se aproxima em grande medida de uma interpretação crítica que se enquadraria certamente fora de um enfoque funcionalista, conforme podemos observar acompanhando as notas produzidas sobre migrações internacionais por Durand ao periódico mexicano *La Jornada*. Deve-se atentar, ademais, para o fato de que a data da elaboração desta historiografia (2002) inviabiliza a classificação de autores e quiçá enfoques posteriores a este ano.

Ainda segundo Binford (2002), os estudos mais recentes sobre remessas, migrações e desenvolvimento compartilham um enfoque revisionista, marcados por uma reavaliação, ainda mais otimista e positiva, das remessas e das próprias migrações. O enfoque acima, de acordo com Binford (2002) é, em essência, uma adaptação da visão funcionalista, mantendo fora de seu marco analítico as categorias próprias do enfoque histórico-estrutural, como a dependência das remessas e a síndrome emigratória (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Um aspecto central deste enfoque revisionista é a negação da possibilidade de que as remessas possam trazer efeitos sociais e econômicos perversos, como os já descritos. Negando-se isto, se desprende prontamente uma análise dos efeitos multiplicadores que as remessas podem oferecer: mesmo numa condição em que a maior parte das remessas são utilizadas para consumo corrente, os seus efeitos multiplicadores (impulso ao comércio, ao setor de serviços, ao sistema bancário na região etc) podem acarretar desenvolvimento econômico e social na região, incentivando, por parte de pequenos poupadores não necessariamente receptores de remessas, atividades de investimento produtivo. Por fim, este enfoque inaugura o debate sobre a relação entre consumo e investimento nas formas de utilização das remessas. Segundo nossa interpretação, uma expressão bastante recente deste enfoque pode ser encontrado em Barricarte (2010)³³, no qual se estabelece um conjunto de efeitos positivos possíveis das remessas, como, para citar apenas alguns exemplos, a atenuação das desigualdades, o incremento nos investimentos produtivos e a diminuição da pobreza nos países receptores destes recursos.

³³ BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. **Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado**. Madrid: Editora Biblioteca Nueva, 2010. 352p.

A crise capitalista mundial e a persistência de condições de dependência e marginalidade social mesmo após décadas de crescimento exponencial das remessas têm feito, todavia, a perspectiva histórico-estrutural de estudos das remessas recuperar espaço e retomar sua posição no centro do debate sobre a questão (COVARRUBIAS, 2010). Para além dos elementos teóricos acima, dois elementos metodológicos amparam este resgate crítico: a aproximação que elabora entre o tema das remessas de migrantes e as análises do subdesenvolvimento e da dependência, reforçando, portanto, a natureza sistêmica e material das remessas; e a persistente crítica ao caráter apologético dos estudos funcionalistas e revisionistas, incapazes de explicar com suficiente rigor a razão por que, a despeito do crescimento das remessas, as desigualdades sociais têm se aprofundado nas últimas décadas. Segundo Binford (2002), as contradições entre uma teoria esperançosa e uma realidade dramática levaram alguns quadros intelectuais do funcionalismo a admitir a debilidade de suas explicações e repensar a suposta capacidade de as remessas levar ao desenvolvimento social e econômico. Tal foi o caso, por exemplo, de Richard Jones:

As remessas internacionais de dinheiro não têm logrado resistir à brecha de ingressos a nível mundial, apesar do fato de que se têm mantido elevadas em uma relação per capita [...]. As transferências de remessas tampouco têm fomentado a transformação e o desenvolvimento econômico em regiões subdesenvolvidas. A questão relevante, sem embargo, é se as famílias de ditas regiões vivam melhor graças à emigração e às remessas enviadas que sem elas (BINFORD, 2002, p. 145, tradução livre)³⁴.

Em conformidade com Binford (2002), a teoria crítica das remessas de migrantes, por seu turno, não se exime da denúncia permanente das debilidades teóricas dos demais enfoques, e nisto expressa não apenas a necessidade de fazer o debate e o embate intelectual, como também o fato de partir de preocupações sobre a questão migratória internacional que não são apenas teóricas. Especialmente pela segunda razão, o enfoque contribui para resgatarmos do fenômeno migratório internacional a sua dimensão humana e política, advertindo para o fato de que, por mais desenvolvidas e aprimoradas as teorias

³⁴ “Las remesas internacionales de dinero no han logrado reducir la brecha de ingresos a nivel mundial, a pesar del hecho de que se han mantenido elevadas en una relación per capita [...]. Las transferencias de remesas tampoco han fomentado la transformación y el desarrollo económico en regiones subdesarrolladas. La cuestión relevante, sin embargo, es si las familias de dichas regiones viven mejor gracias a la emigración y las remesas enviadas que sin ellas” (BINFORD, 2002, p. 145).

migratórias, o objeto delas jamais deixará de ser o ser humano, o migrante pelas mais diversas razões, que se defronta com fortes e não raras vezes intransponíveis barreiras impostas à sua mobilidade espacial – na maioria das vezes, a única forma ainda possível de ascensão social. Tal é, por exemplo, a perspectiva de Binford (2002). Analisando especificamente o caso das famílias residentes nas áreas rurais do México, mas advertindo sobre os efeitos gerais das remessas, Binford (2002) apresenta sucintamente sua perspectiva:

Desde o meu ponto de vista, a perspectiva revisionista da emigração e das remessas de dinheiro é outro intento mais de mostrar-se otimistas diante de uma situação lamentável que deve investigar os efeitos e as contradições à resistência à política econômica neoliberal, cujo enorme efeito negativo se tem abatido sobre as famílias e as comunidades do México rural (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)³⁵.

O enfoque histórico-estrutural de estudos das remessas apresenta, portanto, dois eixos teóricos indissociáveis: primeiro, a colocação do tema das remessas no marco das leis de reprodução desigual do capital, passo no qual as remessas são entendidas dentro de um circuito específico de produção e de circulação (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010); e segundo, a crítica teórica às debilidades dos demais enfoques (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Vejamos isoladamente cada um destes dois eixos.

O primeiro eixo teórico (análise das remessas de migrantes dentro dos marcos das leis de reprodução desigual do capital) suscita dois pontos importantes para a análise das remessas de migrantes. Inicialmente, a importância de se ir além dos efeitos econômicos mais urgentes, e analisar, sobretudo, as transformações sociais que advêm do aporte de remessas. Este ponto, particularmente, reforça a necessidade da análise da estrutura social da região receptora de remessas, dado que classes sociais distintas recebem os efeitos das remessas de forma também distinta. Outro ponto suscitado é que, indo-se além dos efeitos econômicos, se vislumbra mais claramente a posição que as remessas ocupam no circuito de produção e de circulação do capital – saímos então do economicismo e rumamos a uma

³⁵ “Desde mi punto de vista, la perspectiva revisionista de la emigración y las remesas de dinero es otro intento más de mostrarse optimistas ante una situación lamentable que debe investigar los efectos y las contradicciones o la resistencia a la política económica neoliberal, cuyo enorme efecto negativo se ha abatido sobre las familias y las comunidades del México rural” (BINFORD, 2002, p. 119).

análise mais material de como funciona o sistema capitalista mundial e como atuam nele as remessas. É particularmente neste ponto em que o enfoque crítico das remessas se aproxima do marxismo e dos estudos da dependência, e coloca de modo mais concreto na rota dos estudos de remessas o tema do desenvolvimento social e econômico das regiões receptoras.

Da síntese destes dois pontos se desprende a necessidade de uma análise acurada das sociedades receptoras de remessas, em especial no que se refere à configuração das classes sociais nelas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Esta tarefa, segundo o enfoque histórico-estrutural seguido aqui, requer estudar determinada região à luz de sua inserção na estrutura da divisão internacional do trabalho, e avaliar historicamente como ela se integra nesta estrutura. A análise de como se desenvolve esta relação em regiões da periferia do sistema capitalista (como a América Latina, o Brasil e a Mesorregião Sul de Santa Catarina, por exemplo) permite esclarecer os equívocos construídos em torno às remessas de migrantes, especialmente por advertir que elas são criadas em condições de super-exploração da força de trabalho imigrante e por esclarecer a conjuntura econômica e social de dependência em que as remessas se inserem (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Neste ponto, os estudos histórico-estruturais das remessas (BINFORD, 2002; MARTES e SOARES, 2006; COVARRUBIAS, 2010) aproximaram este tema das demais componentes do processo de reprodução ampliada do capital, e contribuíram ao sistematizar o circuito das remessas de migrantes em uma teoria que compreende o tema em uma esfera de produção e uma esfera de circulação de remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Desta contribuição nos apropriamos neste trabalho para o estudo específico das remessas dos migrantes sul-catarinenses residentes nos Estados Unidos.

O tema das remessas de migrantes tem se constituído em uma questão de crescente importância para muitos países, especialmente aqueles mais envolvidos na dinâmica das migrações internacionais. Se, por um lado, é um tema de emergência na análise das transformações da divisão internacional do trabalho e do fluxo de capital em escala global, por outro, ainda não tem sido devidamente incorporado dentro de um marco teórico e metodológico definido, sendo constantemente analisado aparte das condições gerais da reprodução capitalista. Daí precisamente vem o segundo eixo da interpretação histórico-estrutural das remessas: a crítica aos enfoques funcionalistas e revisionistas. Segundo

Binford (2002) e Covarrubias (2010), estas visões dominantes apresentam inicialmente duas características gerais: uma primeira, na qual as remessas de migrantes aparecem constantemente definidas apenas pela sua aparência mais visível – enquanto transferência de recursos entre países –, e uma segunda, na qual a partir da primeira se constrói uma análise apologética sobre as remessas, que passam a adquirir propriedades transformadoras para as economias receptoras, constituindo-se como verdadeiras salvaçãoes para países dependentes. Segundo Covarrubias (2010),

desde a visão dominante, as remessas são conceituadas como dinheiro enviado pelos migrantes às suas famílias (remessas familiares) ou pelas organizações de oriundos a seus lugares de origem (remessas coletivas). O conceito de remessas é retomado acriticamente de organismos como o Banco Mundial e se refere a recursos privados ou transferências de dinheiro entre migrantes e suas famílias e comunidades. Este conceito é a-histórico, descontextualizado e consubstancial à ideologia neoliberal: recursos privados que têm que ser introduzidos à esfera do mercado, bancos comerciais, micro finanças ou investimento produtivo. A questão é se contribuem ou não ao desenvolvimento. Esta definição e tipologia de remessas resultam muito limitadas porque não desvelam as relações sociais que geram e conduzem estes recursos, não detectam o papel dos migrantes nos processos de desenvolvimento e permanecem em uma visão fetichista das remessas. Por outro lado, deificam as relações entre migrantes e seus congêneres (COVARRUBIAS, 2010, p. 76, tradução livre)³⁶.

Segundo a perspectiva objeto da crítica acima, as remessas de migrantes atenuam as desigualdades sociais e promovem a saída de abaixo da linha da pobreza de milhões de famílias no Brasil e na América Latina, que passariam a viver sob condições mais favoráveis. De acordo com Binford (2002) e Covarrubias (2010), há dois equívocos fundamentais desta perspectiva.

O primeiro equívoco existente nesta interpretação é que ela enfoca as remessas fora do circuito de produção e de circulação do capital (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS,

³⁶ “Desde la visión dominante, las remesas son conceptualizadas como dinero enviado por los migrantes a sus familias (remesas familiares) o por las organizaciones de oriundos a sus lugares de origen (remesas colectivas). El concepto de remesas es retomado acriticamente de organismos como el BM y se refiere a recursos privados o transferências dinerarias entre migrantes y sus familias y comunidades. Ese concepto es ahistórico, descontextualizado y consubstancial a la ideologia neoliberal: recursos privados que hay que introducir a la esfera del mercado; banca comercial, microfinanzas o inversión productiva. La cuestión es si contribuyen o no al desarrollo. Esta definición y tipologia de remesas resulta muy limitada porque no devela las relaciones sociales que generan y conducen estos recursos, no detecta el papel de los migrantes en los procesos de desarrollo y se queda en una visión fetichista de las remesas. Em cambio deifica las relaciones sociales entre migrantes y sus congêneres” (COVARRUBIAS, 2010, p. 76).

2010). Como se não fossem criadas e consumidas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, as remessas são entendidas enquanto uma ajuda econômica criada sob geração espontânea e com a propriedade de transformar as condições de vida dos familiares dos migrantes, que recebem estas remessas. Segundo, porém, Binford (2002) e Covarrubias (2010), uma análise mais aprofundada da questão teria necessariamente que indicar sob quais condições as remessas de migrantes são produzidas. Ademais, portanto, de inseri-las no escopo dos recursos que se transferem sistematicamente entre os países – e que incidem, portanto, no Balanço de Pagamentos tanto do país de origem das remessas como do de destino –, seria necessário ainda definir mais precisamente como as remessas são utilizadas, se para consumo corrente das famílias ou investimentos produtivos na região. Somente com uma investigação sobre este último ponto (forma de utilização das remessas) é que podemos, de forma mais concreta, elencar os efeitos e impactos promovidos pelas remessas nas regiões que as recebem, e fechar com isto o ciclo de produção e reprodução das remessas de migrantes (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

Ainda segundo Binford (2002) e Covarrubias (2010), o segundo equívoco existente naquela interpretação é que ela se ergue em uma exposição de relação entre variáveis, estabelecendo comparações entre o volume de remessas com outros indicadores, buscando relações de causa e efeito entre as remessas e estes outros índices. Martes e Soares (2006) já haviam advertido para a existência de um conjunto de “conexões incertas” presentes na idealização criticada acima.

Enquanto alguns economistas e agências consideram que as remessas significam uma fonte estável de recursos e que, portanto, contribuem para a estabilidade econômica interna, o caso de Governador Valadares parece mostrar que as remessas podem ocasionar outras formas de instabilidade. Os dólares causaram inflação em setores da economia local e uma dependência da entrada contínua de dólares especialmente no mercado imobiliário e construção civil (MARTES e SOARES, 2006, p. 50).

Portanto, efeitos como inflação, elevação especulativa dos preços dos imóveis urbanos e crescimento sem razão produtiva (elevação da produtividade) da renda da terra nas propriedades rurais são elementos presentes na dinâmica social e econômica das regiões receptoras de remessas de migrantes. Neste Capítulo 3, iremos investigar a hipótese de que efeitos como os sugeridos acima por Martes e Soares (2006) estejam ocorrendo não apenas em Governador Valadares mas também no município de Criciúma.

Segundo Covarrubias (2010), os dois equívocos denunciados acima estruturam um conjunto de meia-verdades da relação existente entre migrações internacionais, remessas de migrantes e desenvolvimento econômico e social. Não são, portanto, supostos que fazem menção apenas ao tema das remessas, mas sim à própria concepção de migrações, Demografia e de desenvolvimento social e econômico presentes neste enfoque dominante. Enunciamos brevemente abaixo estes supostos advertidos por Covarrubias (2010):

- A migração internacional é retratada como um produto da globalização no qual todos ganham, ainda que isoladamente;

- Postula-se que o livre mercado e os ajustes estruturais implantados nas últimas décadas, sobretudo na periferia do sistema capitalista mundial, levam ao equilíbrio econômico e social;

- Argumentam não ser possível se conter as migrações, ainda que estes sejam fenômenos que podem, sim, ser administrados e governados;

- Teorizam as migrações como, em essência, um processo cultural, uma tradição dos povos que se reproduz a si mesma, a despeito das condições econômicas e sociais vigentes que condicionam o fenômeno migratório em escala internacional;

- Postulam que as migrações são uma estratégia de maximização dos salários, de forma que as causas estruturais do processo são tão somente elementos secundários;

- Interpretam os migrantes, tanto regionais quanto internacionais, como agentes do desenvolvimento, e as suas remessas, as alavancas deste processo e;

- Sentenciam que as boas práticas administrativas representam a melhor estratégia de regulação das migrações e do desenvolvimento.

Para além da insistência em termos sem conteúdo preciso e por isto mesmo facilmente relativizáveis (“ganham”, “equilíbrio”, “administrar e governar”, “boas práticas” e “melhor”, apenas para citar os mais evidentes), não devemos perder de vista ainda que os mitos acima são derivados, fundamentalmente, de uma análise do processo migratório situado no nível micro-social (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Para a

perspectiva histórico-estrutural, por outro lado, as causas do processo migratório e os elementos explicativos das remessas de migrantes devem ser procurados na própria estrutura ou gênese do sistema capitalista.

Explorar o que a proposição acima significa para o estudo do fenômeno migratório seria retornar a um debate que já travamos no Capítulo 1. Por ora, interessa-nos mais aprofundar no significado dela para o estudo das remessas de migrantes.

Em essência, trata-se de aproximar os estudos demográficos da perspectiva crítica do histórico-estruturalismo também no que se refere às remessas de migrante, esforço este situado no marco de uma economia política das migrações. Esta formulação tem sido desenvolvida e submetida à análise e à crítica, de forma bastante recente, por um conjunto de estudiosos do tema (BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005/2006; MÁRQUEZ, 2005; NEWLAND, 2007; CASTELS e DELGADO, 2007; MÁRQUEZ, 2008; CANALES, 2008; DELGADO e MÁRQUEZ, 2009; DELGADO, MÁRQUEZ e RODRIGUEZ, 2009; COVARRUBIAS, 2010). Nestes esforços, vinculam as remessas de migrantes ao processo de acumulação mundial de capital, o que significa interpretar os fluxos migratórios internacionais à luz da sistêmica geração pelos mecanismos de produção capitalista de uma sobrepopulação relativa, que reforçam, não apenas na periferia do sistema, mas também em seu centro, espaços de insustentabilidade econômica e social. Segundo Binford (2002) e Covarrubias (2010), diferentemente do nível de análise microsocial dos enfoques funcionalistas e revisionista, “este enfoque analisa as relações sociais de exploração, dominação e opressão que sustentam o modelo de acumulação e o sistema de poder no sistema mundial” (COVARRUBIAS, 2010, ps. 65-66, tradução livre)³⁷. A produção e a circulação das remessas de migrantes fazem, intimamente, parte deste sistema. As remessas, como todas as mercadorias, serviços e recursos produzidos pelo sistema capitalista, possuem relações de produção (resultam de um processo de exploração da força de trabalho imigrante) e relações de reprodução (se destinam à manutenção dos membros da família, à reprodução também desta força de trabalho). Em outras palavras, as remessas

³⁷ “Este enfoque analiza las relaciones de explotación, dominación y opresión que sustentan el modelo de acumulación y el sistema de poder en el sistema mundial” (COVARRUBIAS, 2010, ps. 65-66).

de migrantes não são, como nos outros enfoques, meras variáveis econômicas, mas sim expressão de relações sociais, e as expressam em dois níveis: no nível das relações sociais de produção e no nível das relações sociais de reprodução (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Aprofundemo-nos nesta proposição.

Inicialmente é preciso identificar que as remessas têm origem em condições de trabalho assentadas na superexploração da força de trabalho imigrante. O recurso à superexploração da força de trabalho imigrante nos países centrais (particularmente os Estados Unidos) é uma possibilidade aberta pela própria política migratória nestes países, com forte conteúdo étnico, racial e de classe (GAUDEMAR, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010). Esta possibilidade é largamente utilizada no que se refere aos migrantes de Criciúma nos Estados Unidos, pelas características mesmas que compõem o perfil social deste migrante (viagem para trabalho, relativa baixa escolaridade, escasso domínio do idioma e, principalmente, condição ilegal de permanência nos Estados Unidos). Como advertido anteriormente, estas características, que são decisivas para a inserção do migrante no mercado de trabalho dos Estados Unidos (em outras palavras, para a constituição mesma da esfera de produção de remessas), são produzidas no seio da sociedade de origem do migrante, ou seja, o sul de Santa Catarina. Por esta razão, é importante para o estudo crítico das remessas um olhar sobre formação e estrutura social da região de origem do migrante. Por consequência, também a forma de utilização das remessas, a sua canalização para consumo corrente ou para investimento produtivo, e ainda a hipótese da dependência familiar das remessas, são questões que têm seus elementos explicativos nesta estrutura social do lugar de origem dos migrantes: é como ela atua sobre os migrantes e a posição destes nesta estrutura o que condicionará mais fortemente se os recursos recebidos sob a forma de remessas serão consumidos instantaneamente ou poupados para investimentos produtivos. Ou seja, o estudo desta posição é central também para o entendimento da esfera de circulação das remessas, mas a posição em si é uma resposta prévia, pois se trata de uma noção relacional que nos remete à estrutura econômica e social da região. Por tal razão, é fundamental não perder de vista a dialética indivíduo-classe social neste âmbito, compreendendo a atuação decisiva da formação econômica e social dependente, no sentido de condicionar a forma de utilização das remessas. Embora a resposta última sobre como as remessas serão utilizadas seja dada

no plano individual ou familiar, esta forma se dará no contexto de uma estrutura social e econômica concreta. Em comunidades muito pobres, a dependência dos recursos das remessas é mais evidente e a sua forma de utilização concentra-se mais em termos de consumo corrente, imediato. Por outro lado, em comunidades mais privilegiadas, a dependência dos recursos das remessas de migrantes tende a ser menor, e a utilização destes recursos pode se concentrar, portanto, em investimentos produtivos.

Após situar, ainda que brevemente, as remessas de migrantes no contexto da circulação internacional de capital, analisaremos adiante mais detidamente as esferas de produção e de circulação das remessas de migrantes. Começamos investigando as condições de funcionamento da esfera de produção das remessas, dando especial atenção às relações de trabalho que contextualizam o processo de trabalho imigrante nos Estados Unidos.

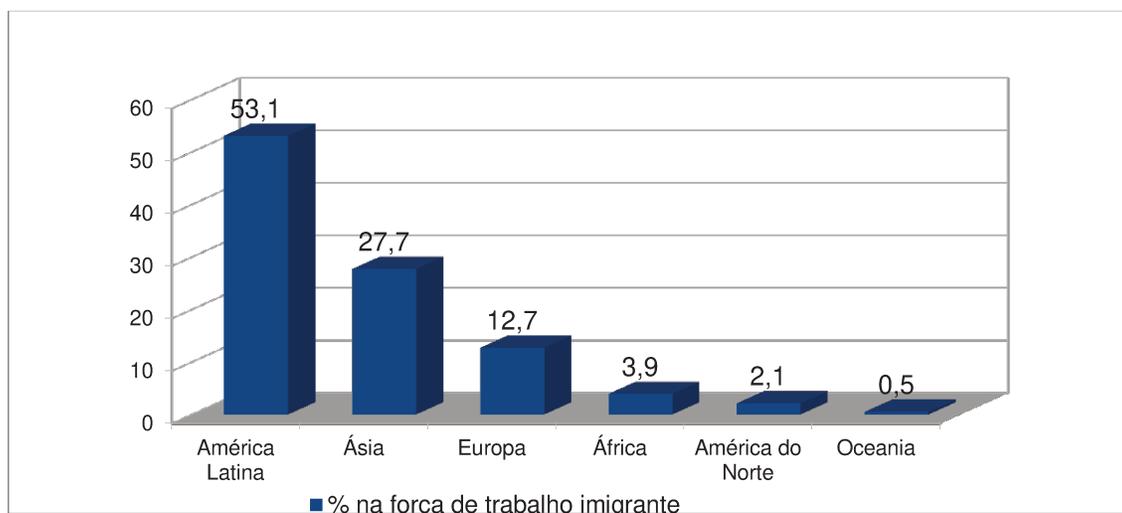
3.2. A Esfera de Produção das Remessas de Migrantes

Para começar, é importante ressaltar que nosso marco interpretativo busca identificar as condições nas quais são produzidas as remessas de migrantes, ou seja, contextualizar a esfera de produção das remessas. Isto significa um desvio em relação aos estudos de remessas que não problematizam a formação concreta destas recursos, ou seja, os estudos que apenas interpretam este conceito a partir da forma acabada “remessas de migrantes”, analisando especialmente seu volume, sem refletir, todavia, como foram criadas. Este nosso procedimento é um resultado lógico de nossas preocupações teóricas e metodológicas: sendo as migrações internacionais um processo social, as remessas têm também uma origem socialmente condicionada, e são estas condições que buscamos identificar agora. Isto é, são as relações sociais que estão presentes na formação (produção e reprodução) das remessas o objeto de uma análise que busca inserir o tema das remessas no marco de uma teoria crítica das migrações – histórico-estruturalismo.

A caracterização da esfera de produção das remessas de migrantes é, em essência, a análise das relações de trabalho que envolvem a força de trabalho imigrante nos Estados

Unidos. Do total de trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos, os latino-americanos representam uma parcela significativa: 53,1%, se constituindo no maior grupo de imigrantes trabalhadores segundo continente de origem (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Origem da Força de Trabalho Imigrante dos Estados Unidos (em % do total, 2010).



Fonte: Banco Mundial, 2010.

É preciso destacar que, dentro do conteúdo étnico-racial e de classe da política migratória norte-americana, a simples presença de força de trabalho imigrante em um país de economia central não significa por si só uma condição de superexploração desta força de trabalho: é preciso que, além disto, esta força de trabalho esteja à serviço de (seja apropriado por) um projeto histórico que subalternize o estrangeiro e que também se aproprie das diferenças de classe para a manutenção da ordem econômica e social vigente (GROSFOGUEL, 2007). A primeira condição vem sendo largamente utilizada desde que o sistema mundial se organiza de uma forma polarizante, entre uma metrópole e suas colônias, um centro e suas periferias, como afirma Grosfoguel (2007).

O racismo é um mecanismo central de manutenção de uma força trabalhadora sem os mesmos direitos que os trabalhadores brancos. Através do racismo, se construiu uma força trabalhadora colonial que servia de mão de obra barata não apenas nas regiões periféricas, como também nos próprios centros metropolitanos. Aquelas populações coloniais com cidadania metropolitana dentro dos centros foram subordinadas e mantidas sob um status de cidadãos de segunda classe através da ‘geocultura’ do racismo no sistema-mundo capitalista. Dependendo dos ciclos do sistema-mundo, o racismo operava para produzir uma força de trabalho barata ou para excluir populações do mercado de trabalho.

Geralmente, o primeiro mecanismo se usava para períodos de expansão do sistema-mundo, e o segundo para períodos de contração (GROSFOGUEL, 2007, p. 8, tradução livre)³⁸.

A segunda condição, todavia, tem se mostrado uma característica particular da atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, em que a força de trabalho imigrante é utilizada enquanto estratégia de contra tendência da queda da taxa de lucros, conforme já pudemos ver no Capítulo 1 (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977; CASTELO-BRANCO, 2005-2006). Este mecanismo requer necessariamente da primeira condição histórica para poder ser utilizado: embora não possamos nos aprofundar aqui na relação dialética entre etnia/raça e classe social, devemos ter sempre em mente que estes elementos não estão fora da dinâmica concreta das migrações internacionais, dado que são produções capitalistas historicamente a serviço de um projeto de dominação. Nos Estados Unidos, esta relação é especialmente clara, estando presente não apenas no ideário de nação vigente (pilar de uma formação econômica e social imperialista) como também nas próprias políticas imigratórias (GROSFOGUEL, 2007). Refletem-se, portanto, nos direitos sociais diferenciados. Segundo Grosfoguel (2007),

quaisquer que sejam os direitos estes são percebidos ou imaginados como merecidos somente pelas populações ‘brancas’, enquanto que as minorias étnico-raciais sempre foram vistas como intrusos ou oportunistas que querem levar vantagem destes direitos. Nos Estados Unidos, a classificação social das pessoas tem sido hegemonizada por elites e homens brancos através de um largo processo de dominação racial/colonial. As categorias da modernidade, tais como cidadania, democracia e identidade nacional, tem sido historicamente construídas através de dois eixos hierárquicos: 1) entre capital e trabalho; e 2) entre europeus e não europeus (GROSFOGUEL, 2007, p. 15, tradução livre)³⁹.

³⁸ “El racismo es un mecanismo central de mantenimiento de una fuerza trabajadora sin los mismos derechos que los trabajadores blancos. A través del racismo se construyó una fuerza trabajadora colonial que servía de mano de obra barata no solo en las regiones periféricas, sino también en los propios centros metropolitanos (Wallerstein, 1979). Aquellas poblaciones coloniales con ciudadanía metropolitana dentro de los centros fueron subordinadas y mantenidas en un estatus de ciudadanos de segunda clase a través de la ‘geocultura’ (Wallerstein, 1979) del racismo en el sistema-mundo capitalista. Dependiendo de los ciclos del sistema-mundo, el racismo operaba para producir una fuerza de trabajo barata o para excluir poblaciones del mercado de trabajo. Generalmente, el primer mecanismo se usaba para períodos de expansión del sistema-mundo, y el segundo para períodos de contracción” (GROSFOGUEL, 2007, p. 8)

³⁹ “cualesquiera que sean los derechos éstos son percibidos o imaginados como merecidos solamente por las poblaciones ‘blancas’, mientras que las minorias etno-raciales siempre fueron vistas como intrusos u oportunistas que quieren tomar ventaja de estos derechos. En los Estados Unidos, la clasificación social de las personas ha sido hegemonizada por elites de hombres blancos a través de un largo proceso de dominación racial/colonial. Las categorías de la modernidad tales como ciudadanía, democracia, e identidad nacional han

Do ponto de vista da classe social, elemento com o qual é possível nos aproximarmos mais do perfil social do migrante que elaboramos no Capítulo 2, a política imigratória dos Estados Unidos também deixa muito clara a sua intenção: apropriar-se da estratificação social vigente nos lugares de origem do migrante através de uma estratificação social do próprio migrante:

O Immigration Act, de 1990, estabeleceu que a imigração será administrada segundo uma lista hierarquizada de cinco situações preferenciais, cabendo uma certa quota a cada uma delas.

- Preferência 1: trabalhadores com extraordinária competência nas artes, ciências, educação, negócios, esportes têm uma quota anual de 40.000;

- Preferência 2: trabalhadores com graus avançados e excepcional competência nas artes, ciências, etc, têm uma quota anual de 40.000;

- Preferência 3: trabalhadores qualificados com pelo menos 2 anos de treinamento ou experiência, bacharéis e profissionais graduados, têm uma quota anual de 10.000;

- Preferência 4: religiosos, médicos, aposentados de organizações internacionais têm uma quota anual de 10.000;

- Preferência 5: investidores de US\$1.000.000, criadores de empregos para 10 empregados americanos têm uma quota anual de 10.000 (HEIDEMANN e SILVA, 2007, p. 26).

O extrato acima sugere que a política imigratória norte-americana estabelece cotas de imigração que privilegiam aqueles migrantes com maiores propriedades econômicas e mais elevada formação artística e profissional. Em outras palavras, a política imigratória indica uma elevada seletividade, privilegiando migrantes qualificados e com altas quantias declaradas de recursos. No rol das preferências elencadas pela política imigratória dos Estados Unidos, privilégios que recaem sobre os migrantes qualificados e/ou com determinada propriedade de capital. Analogamente, o que se apresenta como preferência pode ser interpretado também como repulsa, discriminação, em relação aos migrantes que não migram sob estas condições econômicas e sociais. Tendo em vista que a política imigratória é não apenas produto, mas também produtora das relações sociais dentro do país, não ter espaço reservado nela significa também não ter espaço dentro da sociedade

sido historicamente construídas a través de dos ejes jerárquicos: 1) entre el capital y el trabajo; y 2) entre europeos y no europeos (GROSFOGUEL, 2007, p. 15).

nacional do país de destino. A política imigratória, além de consagrar as relações sociais e os interesses materiais dominantes do país, ainda abre espaço para capitulações e apropriações como esta sugerida acima.

As relações capitalistas de produção bebem destas contradições para se apropriar das especificidades da força de trabalho imigrante (escassas garantias trabalhistas, não reconhecimento de seus direitos sociais e, ainda, a utilização de sua condição de permanência ilegal no país como elemento extorsivo de pressão sobre os salários). A literatura existente sobre este tema (GAUDEMAR, 1977; BRITO, 1995; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSFUGUEL, 2007; HEIDEMANN e SILVA, 2007; COVARRUBIAS, 2010) analisa especialmente como esta dinâmica se executa no caso dos migrantes latino-americanos nos Estados Unidos, sobretudo os mexicanos. O perfil social do migrante de Criciúma (viagem para trabalho, relativa baixa escolaridade, domínio precário do idioma do país de destino e condição de permanência nos Estados Unidos indocumentada) nos aproxima bastante destas experiências. Em termos mais gerais, nos referimos ao tipo de migrante específico de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo marcada pela crise (BRITO, 1995). Os contornos gerais desta apropriação feita pelo capital da mobilidade internacional do trabalho foram descritos por Binford (2002) da seguinte forma:

Os capitalistas empregadores se apropriam da mais-valia dos trabalhadores (...) imigrantes, a qual se acumula nos recursos das empresas. Seja como empregados em granjas comerciais, seja em restaurantes, fábricas, no setor de construção, abarrotados, em pontos de vendas de frutas etc, os trabalhadores imigrados cedem mão de obra excedente aos empregadores como o preço por não possuir de maneira independente os meios de produção. Os lucros são a forma monetária da mais-valia gerada pelos trabalhadores, que os empregadores se apropriam de acordo com as relações capitalistas de produção. Uma vez convertida em dinheiro (forma líquida do valor) e posta em circulação, a mais-valia cria efeitos multiplicadores, especialmente quando se investe na compra de meios de produção e força de trabalho adicionais. Posto que a mais-valia resulta invisível sob a forma de mercadoria e é ignorada pelos economistas neo-clássicos e os cientistas sociais com tendência neo-clássica, os quais aderem a uma teoria subjetiva do valor e a uma teoria com fundamentos mercantis de determinação dos preços, não consta nos cálculos das contribuições dos imigrados à economia estadunidense. Muitos empregadores estadunidenses pagam aos trabalhadores (...), em particular aos não documentados, menos do mínimo social para um

emprego, o que leva a altas taxas de extração de mais-valia (BINFORD, 2002, p. 136, tradução livre)⁴⁰.

Ao ressaltar as baixas remunerações da força de trabalho imigrante em um país do centro do sistema capitalista mundial, remunerações inferiores mesmo ao mínimo social de subsistência, Binford (2002) indica, em realidade, a vigência, nas relações de trabalho a que se submetem os migrantes provenientes da periferia do sistema capitalista mundial, da superexploração de sua força de trabalho (MARINI, 2000).

O recurso a este mecanismo, amplamente utilizado em países de economia dependente, também nos países centrais é um expediente aberto, conforme já pudemos analisar (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977), pela extensão de um estatuto político inferior ao trabalhador imigrante. Como o capital se apropria da mobilidade internacional do trabalho e estrutura um circuito migratório sul – norte (mais precisamente, centro – periferia) para com isto contra tendenciar a queda da taxa de lucros própria a um momento de crise capitalista, é o tema no qual nos concentraremos agora. Este passo é de essencial importância para entendermos mais profundamente a criação histórica das condições sociais, demográficas, econômicas e laborais que contextualizam a esfera de produção das remessas de migrantes (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010).

O primeiro elemento a se destacar é que a seletividade da estratificação social presente na política imigratória norte-americana consagra, de modo dramático, as diferenças com que o capital trata o trabalhador qualificado e o trabalhador não qualificado,

⁴⁰ “Los capitalistas empleadores se aproprian de la plusvalía de los trabajadores (...) inmigrantes, la que se acumula en las utilidades de las empresas. Sea que estén empleados en granjas comerciales, restaurantes, fábricas, en el sector de la construcción, en abarrotes, puestos de frutas, etcétera, los trabajadores inmigrados ceden mano de obra excedente a los empleadores como el precio por no poseer de manera independiente los medios de producción. Las utilidades son la forma monetaria de la plusvalía generada por los trabajadores, que los empleadores se aproprian de acuerdo con las relaciones capitalistas de producción. Una vez convertida en dinero (forma líquida del valor) y puesta en circulación, la plusvalía crea efectos multiplicadores, especialmente cuando se invierte en la compra de medios de producción ya fuerza laboral adicionales. Puesto que la plusvalía resulta invisible en forma de mercancía y es ignorada por los economistas neoclásicos y los científicos sociales con tendencia neoclásicista, quienes se adscriben a una teoría subjetivista del valor y a una teoría con fundamentos mercantiles de determinación de precios, no consta en los cálculos de las contribuciones de los inmigrados a la economía estadounidense. Muchos empleadores estadounidenses pagan a los trabajadores (...), en particular a los no documentados, menos del mínimo social para un empleo en particular, lo cual conlleva a altas tasas de extracción de plusvalía” (BINFORD, 2002, p. 136).

este último geralmente também indocumentado (HEIDEMANN e SILVA, 2007). As diferenças existentes entre estes dois segmentos da força de trabalho são apropriadas pelo capital e sua política migratória à imagem e semelhança de seus interesses. Na realidade concreta do capitalismo norte-americano, o TLCAN (Tratado de Livre-Comércio das América do Norte) foi firmado amparado diretamente nestas diferenças, estabelecendo uma política migratória discriminadora, seletiva e vantajosa ao capital (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010). De acordo com Castelo-Branco (2005-1006),

à primeira vista, o TLCAN parece negar a existência do tema 'migração', deixando-o de fora do acordo. O TLCAN, entretanto, aborda, sim, o tema e o faz segmentando, hierarquizando e polarizando os trabalhadores em diversas categorias, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. A legislação do TLCAN simplesmente ignora os trabalhadores pouco qualificados. Nada é dito sobre eles, que são, na verdade, o grosso do fluxo migratório mexicano aos Estados Unidos.

2. O TLCAN permite, com ressalvas, a mobilidade espacial internacional de profissionais de 63 categorias, todas elas de alta qualificação e de alta rentabilidade para as empresas e bancos, como empresários, investidores, financistas e outros tantos. A única ressalva é para os profissionais mexicanos: enquanto os canadenses e estadunidenses desfrutam de ampla mobilidade pelo espaço territorial e econômico do TLCAN, com regras padronizadas, harmônicas e pouquíssimas exigências burocráticas, os trabalhadores mexicanos de alta qualificação precisam obter um visto para entrar nos Estados Unidos (este visto não é necessário para entrar no Canadá). A única referência concreta do TLCAN à migração diz respeito à regulamentação oficial da 'entrada temporária de pessoas de negócios' nos três países. Fica patente, desta forma, que se asseguram aos trabalhadores formais e qualificados a liberdade de movimento, enquanto aos restantes dos trabalhadores não resta nem a letra morta da lei, mas somente o rigor do controle dos postos de vigilância nas fronteiras (CASTELO-BRANCO, 2005-2006, ps. 69-70)⁴¹.

⁴¹ Um capítulo importante desta história é a função do TLCAN no processo migratório. Os analistas internacionais pró-ordem e os formuladores deste acordo assentaram-se nas causas do processo migratório internacional (desigualdades nacionais entre países do centro e da periferia e intensas pobreza e marginalidade na periferia do sistema mundial) para postular que o acordo poderia aliviar estas condições e, portanto, diminuir o volume dos fluxos migratórios até os países centrais. Às possibilidades de mercado abertas pelo TLCAN caberia ajustar as desigualdades e promover desenvolvimento social e econômico na periferia, algo que repercutiria na decisão de migrar. Todavia, a história depois deste tratado mostrou uma realidade desvantajosa ao México – como o tratado de Methuen o fizera para Portugal e o tratado de Éden, para a França –, com intensificação da pobreza, elevação da desigualdade em relação aos Estados Unidos e ao Canadá e aprofundamento do processo migratório, como os últimos anos têm demonstrado. Para uma leitura mais profunda da relação entre TLCAN e migração México – Estados Unidos, recomendo a leitura de CASTELO BRANCO, Rodrigo. Globalização, Tratado de Livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos. In: **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n° 15/16, 2° sem. 2005 e 1° sem. 2006. Ps. 65-76.

A formação histórica de uma diferença nacional dos salários opera de forma fundamental os mecanismos da migração internacional de trabalhadores, resultado que é do desenvolvimento capitalista desigual em escala mundial (MARX, 1867/1984; AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977). Vejamos mais detalhadamente como se desenvolvem estes mecanismos e qual a função da diferença nacional dos salários sobre a migração internacional de trabalhadores.

Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo do qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparando com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro (MARX, 1867/1984, ps. 145-146).

No mercado mundial, portanto, há a troca de magnitudes diferentes de trabalho e, por consequência, troca de valores também diferentes (MARX, 1867/1984; MARINI, 2000). Durante muito tempo, a Economia Política de nosso continente latino-americano identificou nesta questão tão somente a vigência da deterioração dos termos de troca, o que tornava possível, ainda que apenas formalmente, uma nova colocação do continente (do Brasil, de Santa Catarina, etc) no mercado mundial se alterada a natureza do produto com o qual a periferia do sistema se vincula ao mercado mundial (PREBISCH, 1968; FURTADO, 1987/2006; MARINI, 2000). Por esta razão, industrialização e modernização via substituição de importações adquiriram a repercussão e respaldo que tiveram durante décadas em nosso país e continente, especialmente entre economistas e sociólogos. Todavia, como não houve qualquer alteração estrutural mesmo em condições de um processo de industrialização, e o fato mesmo desta industrialização ter se desenvolvido de uma forma dependente, aprofundando com isto a transferência de valor, revelaram a insuficiência do projeto reformista burguês de superação do subdesenvolvimento (FRANK, 1969; MARINI, 2000) e a essência do atraso que este projeto objetivava ocultar: o subdesenvolvimento não se origina na natureza dos produtos envolvidos nas trocas do mercado mundial, mas sim na natureza das relações de produção destas mercadorias (FRANK, 1969; OURIQUES, 1995; MARINI, 2000) No mercado mundial, relacionam-se

então não apenas dois países que produzem mercadorias diferentes, mas também que o fazem com relações de produção diferentes, de forma que, segundo Marx (1867/1984),

a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor. Na medida em que a produção capitalista é desenvolvida num país, na mesma medida elevam-se aí também a intensidade e a produtividade nacional do trabalho acima do nível internacional. As diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie, que são produzidas em tempo igual de trabalho em diferentes países, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em somas diferentes de dinheiro conforme os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será, portanto, menor na nação em que o modo de produção capitalista é mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Segue, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda; o que de forma alguma significa que isso também é válido para o salário real, isto é, para os meios de subsistência colocados à disposição do trabalhador. Porém, mesmo abstraindo essa diferença relativa do valor do dinheiro em diferentes países, será frequentemente verificado que o salário diário, semanal etc, na primeira nação é mais alto que na segunda, enquanto o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto à mais-valia como ao valor do produto, na segunda nação é mais alto que na primeira (MARX, 1867/1984, p. 146).

Desta forma, pois, vemos que os salários são estruturalmente maiores nos países de mais intenso desenvolvimento capitalista, ou seja, nos países centrais, e o menor valor relativo do dinheiro nestes países centrais permite ao trabalhador mais amplo acesso a bens e serviços. Esta diversidade nacional dos salários opera de forma importante a dinâmica das migrações internacionais, mas não no sentido neoclássico, de tendência a um equilíbrio internacional entre as remunerações do trabalho, como sugerem Harris e Todaro (1980). Para os trabalhadores que integram o excedente demográfico e o exército industrial de reserva, a diversidade nacional dos salários significa mais que apenas uma remuneração relativa maior, mas também a possibilidade de realizar uma poupança mínima de seus rendimentos e com isto efetivar o processo de produção de remessas.

Quando nos referimos à “diversidade nacional dos salários” (MARX, 1867/1984), conceito marxista que indica como os distintos níveis de desenvolvimento capitalista (engendrados através de também distintos níveis de composição orgânica do capital) condicionam graus diversos de produção de valor e de pagamento do valor da força de trabalho, entendemos que ela pode operar como fatores de expulsão, ou seja, como

elementos estruturais do desenvolvimento capitalista de determinada região ou país que forma sua superpopulação relativa e a impele a migrar a outra região ou país. Este conceito está inserido no âmbito das forças de expulsão, noção teórica característica do histórico-estruturalismo, e não no âmbito das decisões individuais, micro sociais, próprias do enfoque neoclássico (SINGER, 1995).

A principal característica deste processo de produção das remessas de migrantes é a natureza subordinada da colocação do migrante no mercado de trabalho do país de destino, colocação esta marcada pela superexploração da força de trabalho, associada na maioria dos casos à ausência de direitos e benefícios sociais. O capital opera então uma vantajosa combinação entre jornadas de trabalho longas, somadas a uma remuneração abaixo do salário médio do trabalhador nativo, e baixa ou mesmo nenhuma oneração por pagamentos de encargos trabalhistas e sociais. Estes recursos, como vimos, foram abertos pela construção histórica de um estatuto político subalterno, inferior, à força de trabalho imigrante (GAUDEMAR, 1977). Esta construção é um resultado concreto da atual etapa do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos (BRITO, 1995), marcada por uma crise de realização do capital que exige uma busca por maiores extrações de mais-valia, e da corporificação desta exigência na própria política migratória norte-americana (BARRETO, 2005; HEIDEMANN e SILVA, 2007; COVARRUBIAS, 2010). O acompanhamento das reformas na política imigratória dos Estados Unidos revela claramente esta corporificação. Segundo Barreto (2005), um exemplo é a chamada “Proposta 187 de Reforma”: criada no Estado norte-americano da Califórnia durante a crise econômica provocada pela diminuição da taxa de lucros da indústria bélica na metade da década de 1990, ela postulou que os imigrantes indocumentados fossem proibidos de receber todo e qualquer serviço público oferecido pelo Estado no território da Califórnia. Esta proposta, que fora aprovada pelo eleitorado californiano, já em 1996 havia sido estendida para todo o território dos Estados Unidos, após aprovação no Congresso dos Estados Unidos da Lei de Reforma da Imigração Ilegal e da Responsabilidade do Imigrante (BARRETO, 2006). Através desta alteração na política migratória norte-americana se fortalece a presença militar na fronteira com o México, se impede os imigrantes sem documentação de regularizar junto ao Estado a sua condição de permanência e se fortalece a submissão do trabalhador estrangeiro ao regime de superexploração de sua força de trabalho. No mesmo ano de 1996, a proposta 187, já

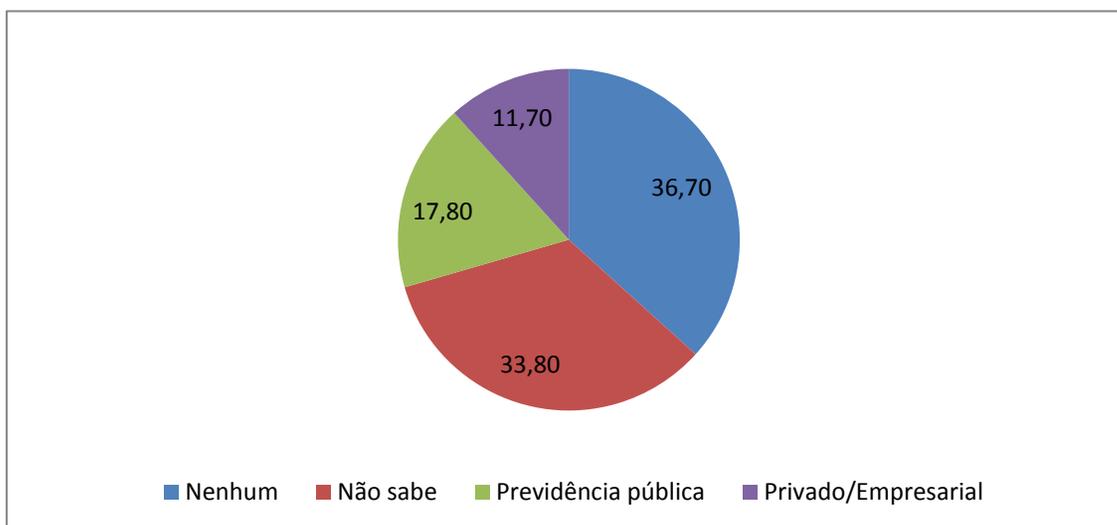
federalizada, passa a incorporar também a Lei da Responsabilidade Pessoal e das Oportunidades de Trabalho, através da qual os imigrantes indocumentados de todos os Estados Unidos ficam completamente à margem dos serviços públicos e dos benefícios sociais existentes no país (BARRETO, 2005). À estas medidas vieram somar-se aquelas criadas após os atentados de 11 de Setembro de 2001, reforçando ainda mais a posição subalterna dos imigrantes e a coerção exercida pelo Estado e pelo capital sobre eles (BARRETO, 2005; GROSGOUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Submetidos a estas condições, os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos foram objeto, em 2006, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (a CPMI da Emigração), requerida pelo Congresso Nacional brasileiro ainda em 2005 com o objetivo de “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior” (CPMI, 2006, p. 1). Esta CPMI produziu um relatório final de 577 páginas em que se investiga desde as condições da viagem e a atuação de redes de tráfico de pessoas, bem como as condições discriminativas na inserção laboral e social do emigrante brasileiro, especialmente nos Estados Unidos. Trata-se, portanto, de um documento fundamental para o estudo do processo de super-exploração da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos, particularmente daquela proveniente da periferia do sistema capitalista mundial, como Santa Catarina. No tocante à vida sob a condição de estrangeiro nos Estados Unidos, concluiu a CPMI em seu relatório que

enquanto trabalham, remetem dinheiro para o País e procuram manter e divulgar aspectos da cultura, da música e da culinária brasileira, os emigrantes enfrentam enormes dificuldades para viver com dignidade e ter acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana. No âmbito do trabalho, a condição de ilegalidade deixa-os sujeitos à baixos salários, jornadas extenuantes, muito acima dos limites historicamente conquistados das oito horas diárias, sem direitos trabalhistas e longe dos sindicatos (...). O acesso à saúde e à educação é, muitas vezes, precário e depende da política seguida por cada país ou mesmo da cidade onde se encontram os imigrantes. A barreira linguística, a dificuldade para o reconhecimento do estudo realizado no Brasil e o medo de serem descobertos pelos agentes locais de imigração acabam por privar o trabalhador brasileiro desses direitos fundamentais (...). O reconhecimento dos anos trabalhados para efeitos de aposentadoria e recebimento de pensões por doença ou invalidez é um dos problemas mais frequentes das comunidades de brasileiros. Como estrangeiros, mesmo pagando impostos, geralmente não podem participar do processo eleitoral nos países onde vivem e influenciar a elaboração de políticas públicas locais que atendam às suas necessidades (CPMI, 2006, p. 36).

Em pesquisa desenvolvida na região de Criciúma, Zamberlam et al (2006) entrevistou familiares de 987 emigrantes cricumenses residentes nos Estados Unidos sobre a forma de atenção à saúde destes emigrantes. Os resultados deste questionamento, apresentados no Gráfico 16, chamam a atenção para alguns pontos, como i) a grande importância relativa que tem o item “nenhum atendimento à saúde” (36,7% do total), ii) o elevado percentual de parentes que não sabem como o emigrante residente nos Estados Unidos é atendido (33,8% do total) e, principalmente, a escassa cobertura de atendimento à saúde do emigrante cricumense pela estrutura do sistema previdenciário público dos Estados Unidos (17,8% do total).

Gráfico 16 – Natureza do atendimento à saúde do emigrante de Criciúma residente nos Estados Unidos (2006).



Fonte: Zamberlam et al, 2006.

Este tema também constituiu objeto de investigação por parte da CPMI da Emigração de 2006. No relatório final desta comissão, registra-se que

as condições de trabalho do emigrante brasileiro no exterior não são as melhores, pois eles acabam disputando postos de trabalho menos valorizados como temporário, via de regra, sem vínculo formal com o empregador. O fato é que a maioria está alijada, ainda que parcialmente, dos sistemas de seguridade e já não mais contribuem para a previdência nacional. Por isso, o problema se torna dramático quando o país de destino não adota um modelo universal de saúde pública, dependendo, assim, de contribuições particulares. Surge então a

necessidade de pensar o futuro. Daqui a 20, 30 anos, os emigrantes brasileiros que deixaram o país ainda jovens perderão espaço em mercado que os contrataram em razão de sua vitalidade e de sua capacidade braçal, sem que estejam amparados, pelos direitos inerentes à seguridade social, especialmente a aposentadoria (CPMI, 2006, p. 512).

A superexploração da força de trabalho imigrante, advinda da polarização do sistema capitalista mundial entre centro e periferia (FRANK, 1969; AMIN, 1974; OURIQUES, 1995; MARINI, 2000), desenvolvida historicamente nos países periféricos como mecanismo de compensação da transferência de valor sofrida (AMIN, 1974; MARINI, 2000) e transferida aos países centrais com a apropriação feita pelo capital da mobilidade internacional da força de trabalho (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977), incide diretamente, portanto, sobre os trabalhadores imigrantes oriundos da periferia sistêmica (GROSFOGUEL, 2007). Não é, logo, uma exclusividade que recai sobre os imigrantes latino-americanos, mas mesmo no que se refere especificamente a estes últimos, podemos perceber na análise do Quadro 7 a existência de particularidades em termos de salário médio anual segundo lugar de origem no continente:

Quadro 7 - Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US\$ correntes).

Nativos	Mexicanos	Centro-americanos	Caribenhos	Sulamericanos
39575	24.270	25.750	32.515	34.400

Fonte: CONAPO, 2008.

Para além destas especificidades, lhes identifica uma característica comum: a sub-remuneração em relação aos trabalhadores nativos mesmo no exercício das mesmas funções laborais (CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSFOGUEL, 2007).

A força de trabalho latino-americana nos Estados Unidos está presente em setores essenciais da economia norte-americana: serviços que requerem pouca qualificação, indústrias tradicionais intensivas em trabalho humano (têxtil, sobretudo) e nas plantações agrícolas (CASTELO-BRANCO, 2005-2006). Esta participação, que como vimos tem a especificidade de se inserir no mercado de trabalho sob mais largas jornadas de trabalho, com relativa inferioridade ou mesmo ausência de direitos trabalhistas e previdenciários,

com uma superior contribuição de riquezas criadas pela intensidade maior de seu trabalho e uma remuneração inferior à média nacional, é especialmente importante para o capital em tempos de crise capitalista como o atual (CASTELO-BRANCO, 2005-2006; GROSFUGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Desde o ano de 2007, a crise capitalista aberta desde princípios da década de 1970 (COGGIOLA, 2001) tem apresentado contornos mais definidos: um epicentro localizado nos países centrais e sucessivas ondas de contágio no elo mais frágil do sistema capitalista, a sua periferia. Particularmente nos Estados Unidos, tem-se verificado um processo de recessão econômica com elevação da taxa de desemprego, crescimento do endividamento do Estado e crescentes dificuldades deste continuar financiando seus déficits e injetando dólares na economia nacional para manter os níveis de consumo de massas e o financiamento de atividades produtivas. Estes elementos são claras manifestações da crise estrutural do capital e da queda tendencial da taxa de lucros. O recurso à superexploração da força de trabalho no seio da economia norte-americana atua então como um alívio ao capital, que se apropria então do “estatuto político inferiorizante” dos trabalhadores imigrantes, submetendo-os a jornadas de trabalho mais extensas que aquelas previstas em lei e sob condições de trabalho mais espoliadoras que as vigentes para a força de trabalho nativa. Segundo Gaudemar (1977),

o recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os imigrantes constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes. As empresas, particularmente as que têm fraca composição orgânica do capital, incapazes de planificar a longo prazo, utilizam a fundo esta disponibilidade (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

Binford (2002) destaca que, além de propiciar maiores extrações de mais-valia, a força de trabalho imigrante nos Estados Unidos ainda contribui para a realização desta mais-valia, tendo em vista o consumo corrente deste contingente de trabalhadores, a sua presença no desenvolvimento comercial e do setor de serviços (realizadores de mais-valia) e as taxas que pagam aos bancos em suas transferências de remessas – que contribuem também ao desenvolvimento financeiro no país. Não é, portanto, apenas na esfera de produção que a força de trabalho imigrante concede ao capital um alívio à sua crise, mas

também na esfera de circulação ou de realização do capital – seja no comércio, nos serviços ou no sistema financeiro (COVARRUBIAS, 2010).

Este regime de superexploração da força de trabalho imigrante condena os trabalhadores estrangeiros oriundos da periferia do sistema capitalista a uma condição política subalterna (BINFORD, 2002), sob a qual as possibilidades de sindicalização, usufruto de benefícios sociais e garantias trabalhistas, lhes fogem inteiramente. Ainda segundo Gaudemar (1977),

os trabalhadores imigrantes também não dispõem dos mesmos direitos sindicais, nem de um modo geral do direito de associação e de expressão cultural própria. Esta discriminação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados (trabalho, alojamento, saúde, tempos livres...) implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores imigrados, mesmo para os seus direitos elementares, para escaparem à sua condição de novos escravos... (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

É a estas condições sociais, econômicas e laborais a que nos referimos quando dizemos que **as remessas de migrantes são produzidas em um contexto de superexploração da força de trabalho**. Elas são fundamentais para a análise de como as remessas são produzidas e consumidas, quais seus impactos no contexto da sociedade que as recebe e que lugar ocupa na dinâmica demográfica da mesorregião de Santa Catarina. Embora necessária, a análise da esfera de produção das remessas para o entendimento destas questões ainda não é suficiente: é preciso ainda analisar as condições da esfera de circulação das remessas.

3.3. A Esfera de Reprodução das Remessas de Migrantes

Segundo os estudos sobre remessas de migrantes que buscam aproximar este tema da materialidade das relações capitalistas de produção (BINFORD, 2002; GROSGOUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010), a esfera de circulação das remessas de migrantes possui duas etapas: a etapa internacional, na qual as remessas circulam entre os países e são catalogadas no Balanço de Pagamentos do país de onde partiu e do país a que se destina, e a etapa nacional, em que as remessas chegam às famílias receptoras e adentram, portanto, em

uma dinâmica econômica, social e demográfica específica, particular, daquela região que a recebe.

Analisaremos estas etapas isoladamente, de modo a compreender as peculiaridades de cada momento de um mesmo e indissociável processo – a circulação das remessas.

A etapa internacional da esfera de circulação das remessas de migrantes é aquela em que os volumes das remessas são mais visíveis, dado que para circular internacionalmente necessitam ser registrados, catalogados, no Balanço de Pagamentos dos países envolvidos nesta transferência. É nesta etapa, portanto, em que se apresentam mais claramente os fluxos de remessas de migrantes e os países mais envolvidos neste circuito de remessas.

No que se refere aos dados sobre volume de remessas, não podemos nos eximir de uma reflexão crítica sobre a qualidade deles: as remessas registradas não correspondem à totalidade das remessas de migrantes de fato realizadas (MAGALHÃES e MACHIAVELO, 2006; BARRICARTE, 2010). A subenumeração das transferências destes recursos advém do fato de que nem todas as remessas são realizadas oficialmente, via rede bancária. Muitas transferências, com isto, passam ao largo do registro no Sistema de Contas Nacionais de cada país, pois há migrantes que transferem recursos por vias outras que não as bancárias. Esta subenumeração, embora leve a problemas metodológicos de mensuração que escapam aos objetivos deste trabalho, não pode ser desprezada, sob o risco de não entendermos o fenômeno na sua devida dimensão. Em conformidade com o que destaca Barricarte (2010),

não há um acordo universal sobre como medir as remessas internacionais de divisas, pois é difícil obter estatísticas exaustivas e confiáveis sobre estes fluxos. O Banco Mundial considera que, posto que através dos canais informais também se envia grande quantidade de dinheiro, é possível que a cifra real seja muito superior à oficial (até mesmo superior a 50%). Nos últimos anos, tem aumentado o controle e o registro dos fluxos de remessas devido a uma série de fatores: a melhor coleta dos dados, uma maior preocupação com o problema da lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, a conscientização sobre a importância de registrar estes movimentos e a diminuição das tarifas que pagam as empresas dedicadas ao envio de divisas. Não obstante, a qualidade e a cobertura dos dados sobre remessas de divisas ainda deixam muito a desejar. Em primeiro lugar, não há consenso sobre os limites do fenômeno estudado. Em muitos países, muitos tipos de fluxos oficiais de remessas nem sequer se registram. Na maior parte dos países inclusive nem é necessário notificar as transferências de pequenas quantidades de dinheiro feitas através dos canais oficiais. Muitas vezes, as remessas enviadas que usam as oficinas de correio, as casas de câmbio de divisas e outros operadores de transferências monetárias não se refletem nas estatísticas

oficiais. Os fluxos que têm lugar através de canais não oficiais (como oficinas não reguladas ou amigos e familiares que transportam o dinheiro em efetivo) não são detectados habitualmente. Assim, muitas remessas não são classificadas corretamente e se confundem com ingressos de turismo, exportações ou depósitos de pessoas não residentes e até mesmo com investimentos estrangeiros (BARRICARTE, 2010, p. 187, tradução livre)⁴².

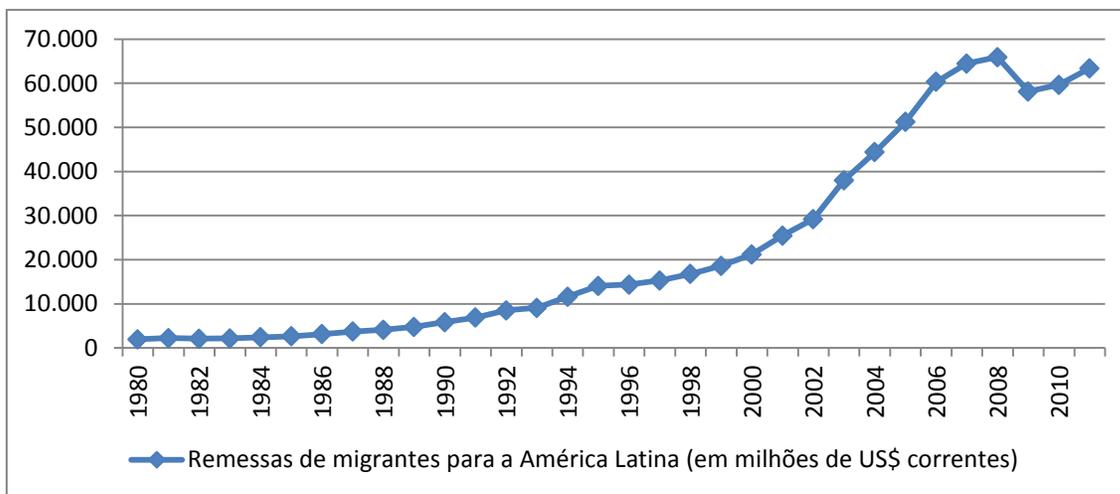
Desta forma, as remessas que temos em vista neste estudo são aquelas que passam pelo registro das vias oficiais, que são catalogadas, portanto, no Balanço de Pagamentos dos países envolvidos nos fluxos, particularmente na conta do Balanço de Pagamentos chamada de Transferências Unilaterais (MAGALHÃES e MACHIAVELO, 2006).

As remessas de migrantes passaram, nas últimas décadas, por um intenso e vigoroso crescimento de seu volume (UNCTAD, 2012), em razão da própria expansão dos fluxos migratórios que as sucedem. O Gráfico 17 nos permite avaliar mais claramente a expansão das remessas de migrantes desde 1980 até 2011, segundo o levantamento realizado anualmente pela fonte de dados aqui utilizada, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)⁴³.

⁴² “No hay un acuerdo universal sobre como medir las remesas internacionales de divisas, por lo que es difícil conseguir estadísticas exhaustivas y fiables sobre estos flujos. El Banco Mundial considera que, puesto que a través de los canales informales también se envía gran cantidad de dinero, es posible que la cifra real sea muy superior a la oficial (incluso superior al 50%). En los últimos años, han aumentado el control y el registro de los flujos de remesas debido a una serie de factores: la mejor recogida de datos, una mayor preocupación con el problema del lavado de dinero y la financiación del terrorismo, la concienciación sobre la importancia de registrar estos movimientos y la disminución de las tarifas que cargan las empresas dedicadas al envío de divisas. No obstante, la calidad y la cobertura de los datos sobre remesas de divisas todavía dejan mucho que desear. En primer lugar, no hay consenso en los límites del fenómeno bajo estudio. En muchos países, muchos tipos de flujos oficiales de remesas ni siquiera se registran. En la mayor parte de los países, incluso no es necesario notificar las transferencias de pequeñas cantidades de dinero hechas a través de los canales oficiales. Muchas veces, las remesas enviadas que usan las oficinas de correos, las casas de cambio de divisas y otros operadores de transferencias monetarias no se reflejan en las estadísticas oficiales. Los flujos que tienen lugar a través de canales no oficiales (como oficinas no reguladas o amigos y familiares que transportan el dinero en efectivo) no son detectados habitualmente. A menudo, muchas remesas no son clasificadas correctamente y se confunden con ingresos por turismo, exportaciones o depósitos de personas no residentes e incluso con inversiones extranjeras” (BARRICARTE, 2010, p. 187).

⁴³ Optamos por esta fonte de dados em razão de sua regularidade (para as demais fontes, há dificuldades de obtenção dos dados referentes ao ano de 2011), sua organização (nela, muitos dados estão agrupados em séries históricas iniciadas até mesmo nos anos 1940), sua abrangência (há disponibilidade de dados para todos os países do mundo vinculados à Organização das Nações Unidas, o que perfaz um total de 237 países), e sua facilidade de manuseio (pode-se selecionar dentro de um total de 57 variáveis em 9 categorias diferentes; pode-se escolher o país de origem e o país de destino do fluxo; e pode-se agrupar os países por regiões, grupos políticos e blocos econômicos, por exemplo).

Gráfico 17 – Remessas de Migrantes dos Estados Unidos para a América Latina (1980 a 2010, em milhões de US\$ correntes).



Fonte: UNCTAD, 2012.

O Gráfico 17 nos permite tecer três conclusões de grande importância no estudo das remessas.

A primeira delas é que as remessas de migrantes que se destinam à América Latina crescem pari passo a expansão do próprio fenômeno de migração internacional da América Latina aos Estados Unidos. Este fenômeno condiciona o envio de remessas, cuja trajetória no tempo é bastante semelhante à trajetória das próprias migrações, em especial no que se refere às últimas duas décadas.

A segunda das conclusões refere-se à relação que as remessas guardam com as condições econômicas e sociais dos Estados Unidos, ou seja, o contexto da esfera de produção de remessas. As remessas são sensíveis às mudanças destas condições, e isto se mostrou particularmente válido para o ano de 2008, em que a crise capitalista se abateu de forma mais intensa sobre a economia norte-americana. Neste ano, houve um crescimento do taxa de desemprego nos Estados Unidos, que alterou as condições gerais de salário e poupança de todo o mercado de trabalho norte-americano, inclusive no que tange à força de trabalho imigrante. Com a elevação do desemprego, o exército industrial de reserva em expansão atuou no sentido de comprimir os salários, intensificar a concorrência entre os

trabalhadores e impôs, com isto, limites à poupança de parte dos salários – fundo de onde provêm as remessas de migrantes.

A terceira das conclusões nos remete ao contexto econômico e social do período de crescimento mais intenso das remessas de migrantes. Os anos 1980, mas especialmente os anos 1990 em diante, são marcados, como vimos no capítulo anterior, pelos ajustes neoliberais e pela reforma do Estado na América Latina (FURTADO, 1987; KUCINSKY e BRANFORD, 1987; COGGIOLA, 2001). As transformações daí provenientes depreciaram as condições de vida de milhões de latino-americanos, seja pela via do desemprego, do crescimento da desigualdade social, da marginalização social ou da vulnerabilidade urbana e rural (KUCINSKY e BRANFORD, 1987). No rol destas mudanças, três delas incidiram mais fortemente sobre as famílias brasileiras mais pobres: a diminuição dos subsídios governamentais à produção e ao consumo (particularmente esta afetou o CCSC e a população que dele dependia), a priorização das grandes empresas em detrimento das pequenas e dos consumidores no que se refere à liberação do crédito e a privatização – da saúde, da educação, da telefonia, mas também de estruturas importantes da indústria carbonífera nacional, por exemplo (FURTADO, 1987/2006; KUCINSKY e BRANFORD, 1987; COGGIOLA, 2001; VOLPATO, 2001). Sob estes três (des) ajustes estruturais, milhões de famílias pobres no Brasil e na América Latina perderam fontes de recursos importantes, o que acabou por elevar a importância concreta das remessas de migrantes às famílias que as recebem. “Os ingressos de renda por remessas de dinheiro se converteram em uma das poucas fontes de capital para aporte a centenas de milhares de domicílios” (BINFORD, 2002, p. 119, tradução livre)⁴⁴.

Foi particularmente em 2008 que as remessas mostraram, pela sua diminuição, a enorme importância que tinham para milhões de famílias latino-americanas, ou seja, a situação de dependência destas famílias a estes recursos. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em um informe sobre o andamento da crise capitalista e sua repercussão sobre a América Latina, não hesitou em definir a diminuição das

⁴⁴ “los ingresos por remesas de dinero se convirtieron en una de las pocas fuentes de capital de inversión para cientos de miles de hogares” (BINFORD, 2002, p. 119).

remessas de migrantes como uma das principais vias de contágio da crise na América Latina. Segundo CEPAL (2009a),

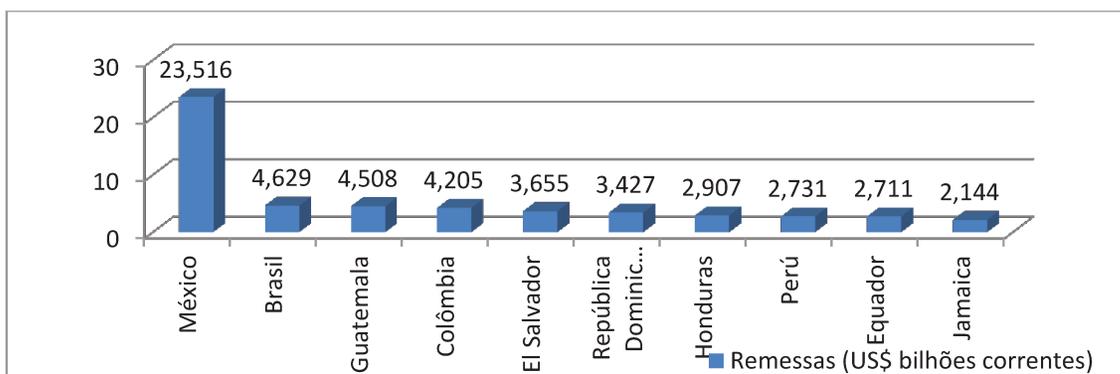
o debilitado mercado de trabalho das economias desenvolvidas terá um efeito negativo sobre as remessas que os trabalhadores migrantes enviam a suas famílias em seus países de origem. As remessas têm sido uma importantíssima fonte de renda externa para a América Latina e o Caribe, já que ajudam a melhorar o bem-estar das famílias de baixa renda (...). Por consequência, qualquer redução das remessas afetará a situação das famílias de baixa renda destes países. Trata-se de um fator determinante em termos do impacto da crise econômica e financeira mundial sobre o emprego e a pobreza na região (CEPAL, 2009a, p. 9-10).

Percebe-se, nestes termos, uma incidência da crise na América Latina não apenas por estar esta situada na periferia do sistema capitalista mundial, mas também por ter uma relação de dependência em relação às remessas de migrantes: esta relação faz com que um efeito da crise no mercado de trabalho dos Estados Unidos repercuta também nas economias latino-americanas (CEPAL, 2009a; COVARRUBIAS, 2010). O México expressa de forma muito clara esta relação: entre 2008 e 2009, o volume das remessas para este país caiu em 19,9%, indo de US\$25,1 bilhões em Maio de 2008 para US\$21 bilhões em Maio de 2009 (CEPAL, 2009b). Esta diminuição afetou as classes menos favorecidas do país de duas formas: de um lado, as prejudicou justamente por serem elas as classes que mais recebem, em termos relativos, as remessas de migrantes, e por outro lado, por que as próprias remessas, taxadas pelo Estado mexicano em 15%, financiam o maior programa de transferência condicionada de renda do país, o “*oportunidades*”. E, mais uma vez, são justamente estas mesmas classes mais subalternas as que mais recebem estes benefícios sociais. A população mais pobre do México, portanto, perdeu no que recebeu de seus parentes residentes nos Estados Unidos e perdeu também do que recebeu do próprio Estado, atingido pela crise e pela dependência estrutural em relação ao epicentro da crise – os Estados Unidos. A gravidade desta situação se torna ainda mais clara se tivermos em mente que, no México, entre 60% e 70% das remessas recebidas são utilizadas para consumo corrente das famílias (CEPAL, 2009a).

O México não é o único país receptor de remessas na América Latina, embora seja o país que mais receba remessas. A crise econômica e social no continente, germinada nos anos 1980 através dos ajustes neoliberais e da reforma do Estado (KUCINSKY e BRANFORD, 1987), fez da migração aos Estados Unidos um fenômeno estrutural (BRITO, 1995; BAENINGER, 1995; BINFORD, 2002; GROSGOUEL, 2007;

COVARRUBIAS, 2010), uma marca em comum mesmo entre países tão distintos como Brasil e Haiti, por exemplo. Por tal razão (a consolidação em escala continental do fenômeno), também as remessas se tornam um elemento que incide de uma forma geral sobre todas as economias latino-americanas, especialmente àquelas mais envolvidas na dinâmica das migrações internacionais. Desta forma, transitamos da etapa internacional para a etapa nacional da esfera de circulação das remessas de migrantes, avaliando a partir daqui a entrada e os efeitos destes recursos no âmbito concreto de uma sociedade. Para tal, é importante, num primeiro momento, situarmos os países mais envolvidos nesta dinâmica na América Latina, tendo como critério o volume recebido de remessas em 2011. O Gráfico 18 estabelece um ranking dos 10 maiores receptores de remessas de migrantes na América Latina:

Gráfico 18 – Os Países que Mais Recebem Remessas na América Latina (em bilhões de US\$ correntes, 2011).



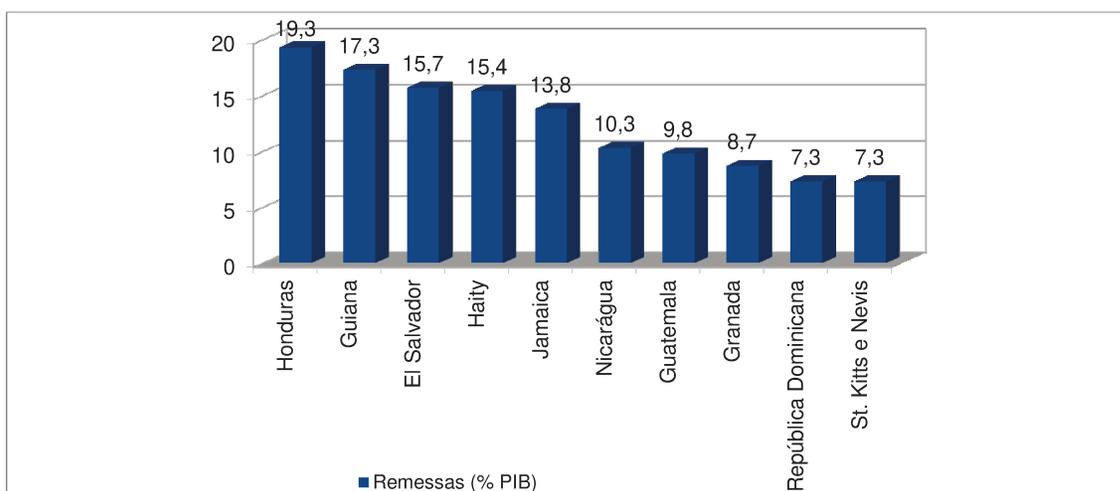
Fonte: UNCTAD, 2012.

O gráfico 18 nos permite visualizar os países que recebem os maiores volumes de remessas, em termos absolutos. Este recebimento está, logicamente, associado não apenas ao tamanho da economia do país, mas também à própria qualidade e cobertura do sistema de registro das remessas e da magnitude do processo emigratório no país.

A análise a partir dos volumes das remessas não é a única possível, e por conta dos elementos elencados acima tampouco é a mais adequada para o entendimento da importância relativa das remessas. De modo a neutralizar estes elementos, muitos pesquisadores optam por apresentar as remessas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

do país. É sob esta comparação, observando as remessas em relação ao total das riquezas produzidas pelo país, que percebemos mais claramente o quanto os países – e por extensão as famílias – dependem destes recursos. Através do Gráfico 19, podemos observar as remessas de migrantes enquanto porcentagem do PIB do país receptor.

Gráfico 19 – Remessas de Migrantes como Porcentagem do PIB (em % do PIB do país receptor, 2011).



Fonte: UNCTAD, 2012.

O Gráfico 19 revela a grande importância relativa das remessas de migrantes para os países caribenhos e da América Central, nos quais chegam inclusive a se aproximar de 20% do total das riquezas produzidas nestes países (CEPAL, 2009a). Alguns casos são muito representativos da situação de importância – e de dependência – das remessas. Em El Salvador, por exemplo, o aporte de remessas de migrantes seria responsável, segundo as agências internacionais oficiais, por uma redução do Índice de Gini (indicador de desigualdades sociais) de 24% (MAGALHÃES e MACCHIAVELLO, 2006), capacidade esta inalcançável para qualquer programa de transferência condicionada de renda. O Haiti, por seu turno, recebe remessas de migrantes que representam 150% do valor anual total de suas exportações (MAGALHÃES e MACCHIAVELLO, 2006).

O Brasil, por sua vez, ocupou em 2011 uma posição de destaque mais em termos de volumes absolutos de remessas (ocupando a segunda posição no ranking latino-americano,

atrás apenas do México) que propriamente em termos de remessas como porcentagem do PIB. Isto se explica pela maior magnitude do processo de acumulação de capital no Brasil, que condiciona um PIB maior em relação aos demais países do continente, e não por uma timidez do fenômeno migratório internacional desde o Brasil.

Qualquer análise do efeito destes volumes sobre populações mais específicas (Estados, municípios, comunidades ou mesmo bairros) depende de um estudo da forma com que são utilizadas as remessas, se para consumo ou investimento (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Neste sentido, dois elementos exigem uma advertência prévia.

O primeiro é que esta forma de utilização das remessas guarda uma íntima relação com a estrutura social da população estudada, particularmente da posição ocupada pela família no âmbito desta estratificação social (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Nestes termos, uma família posicionada de forma subalterna nesta estratificação, as famílias mais pobres, tenderão a fazer uso das remessas como mecanismo de financiamento de seu consumo corrente. Por outro lado, uma família posicionada de forma menos subordinada na estratificação social, as famílias com mais capacidades monetárias, tenderão a fazer uso das remessas como mecanismo de investimento, de inversão produtiva na economia da região. De uma forma geral, as remessas terão maiores efeitos na vida das populações quanto maior for a necessidade do consumo corrente das famílias em relação às remessas. “Quando as remessas representam a maior parte da renda dos domicílios e uma proporção consideravelmente alta das mesmas se gasta em alimentos e outras necessidades básicas, é indubitável que desempenham um papel importante no alívio das penúrias” (BARRICARTE, 2010, p. 193, tradução livre)⁴⁵. Nestas classes sociais, parcelas significativas das remessas (entre 60 e 70%) são utilizadas para consumo corrente (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Nestas condições, as remessas se constituem como recursos que entram decisivamente na própria subsistência das famílias, que passam a desempenhar uma relação de dependência em relação a estes recursos (BINFORD, 2002),

⁴⁵ “Cuando las remesas representan la mayor parte de los ingresos de los hogares y una proporción considerablemente alta de las mismas se gasta en alimentos y otras necesidades básicas, es indudable que desempeñan un papel importante en el alivio de las penúrias” (BARRICARTE, 2010, p. 193)

originados fora do país e que têm geralmente a sua forma de utilização decidida também fora.

O segundo elemento se refere à inserção das remessas de migrantes no rol dos elementos que compõem a dinâmica migratória de Mesorregião Sul de Santa Catarina. Neste ínterim, trata-se de refletir a respeito de se e de como as remessas incidem nos elementos condicionantes dos fluxos migratórios ao exterior. A hipótese é a de que as remessas podem intervir na dinâmica migratória da região pela via das migrações internacionais, dentro da qual as remessas seriam um mecanismo de subsistência familiar que poderia ser obtido via novos fluxos migratórios, ou seja, integraria a dinâmica sociodemográfica da Mesorregião Sul de Santa Catarina. O que aqui tratamos ainda apenas como uma hipótese a ser investigada a sua vigência na realidade da região estudada, já vem, todavia, sendo aprofundado e teorizado a partir do conceito de “síndrome das emigrações” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), ligado nevrálgicamente ao tema da dependência das remessas pelas famílias que as recebem. Binford (2002) formula uma breve revisão dos principais estudos que apresentam esta interpretação e que a colocam sob análise para o caso de determinadas comunidades. Assim, os temas da dependência das remessas de migrantes e a síndrome das emigrações têm-se constituído como um elemento de análise da dinâmica demográfica de determinadas comunidades, especialmente comunidades rurais do México: Reichert (1981 e 1982) analisa estes elementos para a comunidade de Guadalupe, ao passo que Mines (1981) os analisa para a comunidade de Las Ánimas, na província de Zacatecas, e Wiest (1984), para a comunidade de Acuitizio, na província de Michoacan.

No passado, os guadalupenhos explicaram a pobreza como resultado do destino. Sem embargo, com a opção da emigração, a maioria pensava que até os habitantes mais empobrecidos poderiam melhorar sua fortuna na vida se mostrassem iniciativa própria, ao passo que ‘se considerava um fracassado a pessoa que não o fizesse’. Graças às aparentes recompensas do êxito e às sanções morais por negligência, não deve surpreender que os jovens da comunidade chegaram a considerar em termos positivos a emigração a outro país. Quase todos afirmavam que planejavam copiar seus pais e emigrar para trabalhar nos Estados Unidos no lugar de dedicar-se a continuar seus estudos e preparar-se para trabalhar ou seguir uma carreira no México. Reichert concluiu que a maioria das famílias em Guadalupe havia se tornado dependente da renda proveniente dos emigrados, ficando presas, talvez inconscientemente, em um círculo vicioso no qual somente dita renda fornecia os recursos para sustentar o estilo de vida, notadamente melhorado no material, que as remessas de dinheiro fizeram possível em um primeiro momento. Em consequência, o autor caracterizou a

emigração de Guadalupe até o país vizinho como uma ‘síndrome’, onde os emigrantes seriam os viciados, dependentes dos dólares, e, para consegui-los, da mão de obra ao país vizinho. Vários antropólogos que trabalharam em outras partes do México chegaram a conclusões similares. Por exemplo, Raymund Wiest demonstrou que o modo em que a emigração nacional e internacional de Acuitzia, outra população rural em Michoacán, ia acompanhada de melhorias materiais, divisões socioeconômicas baseadas na emigração, comparações injustas, preços inflacionados da terra e um controle coletivo por grupos familiares sobre os recursos em declive. O investigador expôs que os efeitos multiplicadores do desembolso da renda proveniente dos Estados Unidos se sentiam principalmente nas zonas urbanas que ofereciam os bens e serviços ‘modernos’ com os quais esperavam contar os emigrantes. Ademais, caracterizou o emprego local na produção de tijolo e teia de barro como ‘temporal, esporádico e totalmente dependente da continuação do trabalho migratório’ e observou que a maioria da população aceitava que ‘a emigração proporciona o único meio de melhorar seu nível de vida’ (BINFORD, 2002, ps. 122/123, tradução livre)⁴⁶.

O extrato acima indica que as remessas de migrantes, segundo os estudos que se concentraram em algumas comunidades rurais do México, podem desencadear uma relação de dependência, através da qual as famílias receptoras estruturam suas atividades de trabalho ao redor destes fluxos, constituindo-se estes a via principal ou mesmo a via única de subsistência familiar (BINFORD, 2002). Assim sendo, na vigência desta relação de dependência, toda a remessa somente poderia significar elevação imediata do consumo e novos fluxos migratórios para sustentar aquele padrão mais elevado de consumo. É

⁴⁶ “En el pasado, los guadalupeños explicaban la pobreza como resultado del destino. Sin embargo, con la opción de la emigración, la mayoría pensaba que hasta los pobladores más empobrecidos podrían mejorar su fortuna en la vida si mostraban iniciativa propia, al grado que ‘se consideraba un fracasado a la persona que no lo hiciera’. Gracias a las aparentes recompensas del éxito y a las sanciones morales por negligencia, no debe sorprender que los jóvenes del Pueblo llegaron a considerar en términos positivos la emigración a otro país. Casi todos afirmaban que planeaban emular a sus padres y emigrar para trabajar en los Estados Unidos en lugar de dedicarse a continuar sus estudios y prepararse para trabajar o seguir una carrera en México. Reichert concluyó que la mayoría de las familias en Guadalupe se habían vuelto dependientes del ingreso proveniente de los emigrados, quedando atrapadas, tal vez inconscientemente, en uno círculo vicioso en el que sólo dicho ingreso suministraba los recursos para sostener el estilo de vida, notablemente mejorado en lo material, que las remesas de dinero hicieron posible en un principio. En consecuencia, el autor caracterizó la emigración de Guadalupe hacia el vecino país como un ‘síndrome’, donde los emigrantes eran como adictos, dependientes de los dólares, y para conseguirlos de la emigración de mano de obra a este país. Varios antropólogos que trabajaron en otras partes de México llegaron a conclusiones similares. Por ejemplo, Raymond Wiest demostró el modo en que la emigración nacional e internacional de Acuitzio, otra población rural em Michoacán, iba acompañada de mejoras materiales, divisiones socioeconómicas basadas en la emigración, comparaciones injustas, precios inflados de la tierra y un control colectivo de grupos familiares sobre los recursos en declive. El investigador expuso que los efectos multiplicadores del desembolso del ingreso proveniente de Estados Unidos se sentían principalmente en zonas urbanas que ofrecían los bienes y servicios ‘modernos’ con los que esperaban contar los emigrantes. Además, caracterizó el empleo local en la producción de ladrillo y teja de barro como ‘temporal, esporádico y totalmente dependiente de la continuación del trabajo migratorio’ y observo que la mayoría de la gente aceptaba que ‘la emigración proporcionaba el único medio de mejorar su nivel de vida’” (BINFORD, 2002, ps. 122/123).

exatamente a emigração futura pensada enquanto mecanismo de manutenção ou mesmo ampliação de um nível de consumo inflado em razão do recebimento das remessas que expressa concretamente a forma com que as remessas de migrantes atuam diretamente na dinâmica demográfica de dada comunidade ou região (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Em outras palavras, as remessas adquirem a natureza de elemento da dinâmica demográfica, pois condicionariam fluxos migratórios futuros, tendo em vista um fluxo migratório prévio, a constituição de uma situação de dependência das remessas e a formação de círculo vicioso chamado síndrome emigratória. Binford (2002) considera que é preferível

considerar que a emigração contribua ao desenvolvimento social, ao menos no âmbito local, quando os efeitos diretos e indiretos das remessas enviadas pelos emigrantes ajudam a estruturar a atividade econômica local de modo tal que a incidência da emigração internacional futura decline. Ou seja, os investimentos das remessas – ou os efeitos indiretos de seu desembolso – provém a base para condições de trabalho humanas e um nível de remuneração suficiente para sustentar um modo de vida digno. Numerosos domicílios individuais, e a maioria dos domicílios em inúmeras comunidades rurais ricas em recursos, têm usado o dinheiro das remessas para ascender economicamente, ao menos por certo tempo. Sem embargo, um número abrumador de domicílios e de comunidades não o tem logrado, e um número cada vez maior tem ficado preso à ‘síndrome da emigração’, na qual a emigração internacional provoca maior emigração, fornecendo a base para que um nível de vida mais alto somente possa manter-se graças a um fluxo constante de remessas (BINFORD, 2002, p. 146, tradução livre)⁴⁷.

A investigação sobre se esta conjuntura de síndrome de emigrações, dependência de remessas e atuação das remessas enquanto elemento da dinâmica demográfica se manifesta no contexto de uma sociedade específica requer fundamentalmente a análise de como são utilizadas as remessas de migrantes pelas famílias que recebem estes recursos: se como

⁴⁷ “considerar que la emigración contribuye al desarrollo social, al menos en el ámbito local, cuando los efectos directos e indirectos de las remesas enviadas por los emigrados ayudan a estructurar la actividad económica local de modo tal que la incidencia de la emigración internacional futura declina. Es decir, las inversiones de las remesas – o los efectos indirectos de su desembolso – proveen la base para condiciones de trabajo humanas y a un nivel de remuneración suficiente para sostener un modo de vida digno. Numerosos hogares individuales, y la mayoría de los hogares en contadas comunidades rurales ricas en recursos, han usado los dineros de las remesas para progresar economicamente, al menos por un tiempo. Sin embargo, un número abrumador (de hogares y comunidades) no lo ha logrado, y un número cada vez mayor ha quedado atrapado en el ‘síndrome de la emigración’ (Reichert), en el que la emigración internacional provoca mayor emigración, suministrando la base para que un nivel de vida más alto sólo pueda mantenerse gracias a un flujo constante de remesas” (BINFORD, 2002, p. 146).

mecanismo de consumo corrente ou se como modo de investimento produtivo (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Enquanto que pela primeira forma o movimento concreto por que passa a sociedade é no sentido de desenvolver uma dependência de remessas e constituir na região a “síndrome das remessas” dentro da qual as remessas atuam como elemento da dinâmica demográfica, na segunda, pelo contrário, a tendência é impulsionar-se o desenvolvimento econômico e social na região, dentro dos limites do subdesenvolvimento estrutural e das oscilações das remessas, é verdade, mas com potencialidade de incluir de forma crescente a população da região na dinâmica produtiva local.

3.4. Remessas em Criciúma – SC.

Como vimos ao longo deste trabalho, as remessas de migrantes são um elemento constitutivo da circulação de capitais no sistema capitalista mundial (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010), no qual circulam sob a forma dinheiro do capital. O processo de circulação das remessas em um fluxo entre dois países possui uma esfera de produção e uma esfera de circulação das remessas: enquanto a primeira faz menção às condições gerais sob as quais se desenvolve o processo de trabalho do imigrante, a segunda refere-se a como parte da renda do trabalho dá origem a recursos que são remetidos e que podem, uma vez transferidos para os familiares residentes ainda nos países de origem do imigrante, ser utilizados para consumo corrente da família ou para investimento produtivo na região (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Um aspecto igualmente presente na dinâmica de produção e de reprodução das remessas é que ao realizá-las, o emigrante mantém e mesmo recria suas relações com o lugar de origem, e estas relações não são apenas econômicas como também afetivas com o seu lugar de origem, e indicam com isto continuar o contato com seus familiares e sua região (ZAMBERLAM, 2006; ASSIS, 2011). As remessas, então, atuam como um elo entre o emigrante e seus familiares, elo este que traduz de forma permanente que o projeto emigratório não é apenas individual, mas sim familiar, domiciliar (com causas sociais e

econômicas estruturais, como vimos) e que seus ganhos materiais, se existentes, são de toda a família e não apenas do emigrante. Segundo Assis (2007),

os migrantes criciumenses, assim como outros migrantes internacionais, partem com o projeto inicial de trabalhar e juntar dinheiro a fim de melhorar o padrão de vida no Brasil. Nesse sentido, as remessas são um importante indicativo desse projeto e também dos laços de reciprocidade que envolve as redes, pois aqueles que partem ficam com o compromisso de ajudar os parentes que ficaram (ASSIS, 2007, p. 10).

As remessas são também, portanto, uma forma de manutenção dos laços afetivos entre o emigrante e seus familiares que ficaram, e indicam que, mesmo distante, em outro país, o emigrante continua a fazer parte da família e contribuir, segundo suas possibilidades, com a manutenção material desta. Logicamente, não se trata da única forma de contato do emigrante com sua família: ademais das remessas, outras formas de comunicação colocam o emigrante criciumense um pouco menos distante de seus familiares na cidade de origem. O Quadro 8 apresenta as principais formas de comunicação entre o emigrante e sua família e a participação destas formas em relação ao total:

Quadro 8 – Formas de comunicação entre o emigrante criciumense nos Estados Unidos e sua família na região de origem (2006).

Meios de comunicação	Número de emigrantes	Participação relativa (%)
Telefone	927	67,6
Internet/e-mail/webcam	221	16,1
Carta	133	9,7
Visitas	66	4,8
Outra/não sabe	25	1,8
Total	1372	100

Fonte: Zamberlam et al, 2006.

Como apresentado pelo Quadro 8, a comunicação via telefone é a forma mais utilizada para que o emigrante entre em contato com a sua família na cidade de Criciúma (67,7%), seguida das formas de comunicação virtual (16,1%), a comunicação escrita em cartas (9,7%), e mesmo as visitas (4,8%), que são mais caras e bem menos frequentes que as demais formas de comunicação (ZAMBERLAM et al, 2006).

Todavia, como nossa unidade de análise não é a família ou o domicílio, mas sim a estrutura econômica e social do município de Criciúma, nos interessa mais neste trabalho avaliar os impactos das remessas nesta cidade (para o que, segundo nosso marco teórico e metodológico, se requer avaliar a forma de utilização dos recursos das remessas de migrantes) do que o seu significado em termos de entendimentos e subjetividades familiares. Não podemos deixar de indicar, no entanto, que esta é uma dimensão importante do processo migratório, mas sobre a qual não nos concentramos neste trabalho em razão dos objetivos postos pela unidade de análise.

Se as remessas de migrantes em Criciúma significam a manutenção de um contato familiar e afetivo,

tal contato é traduzido em investimentos nas cidades de origem, movimentando o comércio local, notadamente a construção civil, que por sua vez movimenta o mercado imobiliário e incrementa a construção de casas e prédios, contribuindo particularmente e de maneira acelerada para sua verticalização a partir do final da década de 1990. Nesse mesmo período surgem as microempresas movimentadas pelos dólares que os familiares recebem. Esses investimentos têm afetado a vida das cidades, que se tornaram ponto de partida da emigração. No caso de Criciúma, os investimentos tiveram grande impacto e ganharam visibilidade nacional com a matéria 'Uma Nova Valadares', publicada na Revista Veja (1999) e numa série de reportagens publicadas no Jornal Tribuna, em 2000, que destacam os investimentos na cidade, principalmente na construção civil, como resultantes do projeto migratório (ASSIS, 2006, p. 7).

O crescimento do setor imobiliário, como sugerido, está fortemente influenciado pelo recebimento e utilização das remessas de migrantes, o que impulsiona a indústria da construção civil na região (ASSIS, 2007). Esta expansão tem levado, como indica Assis (2007), muitas imobiliárias nos Estados Unidos a especializarem-se em negócios voltados preferencialmente aos emigrantes criciumenses, que desta forma conseguem acompanhar o andamento das obras de seus novos apartamentos desde os Estados Unidos.

Em torno de 20% de todo o faturamento da Construtora Fontana provinha de dinheiro ganho por emigrantes. Algumas imobiliárias da cidade de Criciúma abriram filiais na região de Boston, na cidade de Somerville, para vender casas e apartamentos a emigrantes brasileiros. As construtoras da região, que se especializaram em vender apartamentos e casas na planta a emigrantes ansiosos por realizar o sonho da casa própria, transformaram bairros antigos de mineiros com novas casas de padrão, considerado elevado, e pelo crescente número de prédios na cidade, que mudaram a sua paisagem nos últimos anos (ASSIS, 2007, p. 2011, p. 10).

O apartamento novo ou a construção de uma nova casa são, aliás, os principais indicativos de uma experiência migratória bem-sucedida na região de Criciúma. Eles indicam se os riscos da viagem, a distância e as renúncias que estão implícitas em viver em outro país, as condições precárias de trabalho e a discriminação na sociedade de destino valerão a pena. Para os familiares que ficam, significam a esperança de uma melhoria em suas condições de vida, a segurança de uma moradia própria na região em que vivem e a possibilidade de montar um pequeno negócio, uma via de emprego e renda numa região marcada pela crise produtiva nas últimas três décadas.

Os criciumenses partem para se inserir mais efetivamente no mercado global como consumidores. Dessa forma, pode observar a importância que os emigrantes atribuíam à aquisição de certos bens, como equipamentos eletrônicos modernos, utensílios domésticos enviados ao Brasil, cosméticos e roupas, bem como casas e apartamentos que, no Brasil, representam o sucesso do empreendimento migratório. Estes significados também se revelam quando os migrantes, por meio de presentes, inserem aqueles que permaneceram no Brasil no mercado de consumo globalizado (...). Esta é a importância dos presentes dos migrantes quando voltam ao Brasil. Portanto, melhorar o padrão de vida revela o sonho de consumo dos brasileiros que migram, um sonho que já não mais se realiza migrando para os grandes centros urbanos no Brasil. É o que leva criciumenses, e outros brasileiros, a tentar a vida no exterior (Estados Unidos ou Europa). A migração internacional, portanto, contribui para inseri-los num mundo no qual cidadania corresponde a capacidade de consumo. São esses bens que circulam entre Criciúma e Boston (ASSIS, 2011, p. 13).

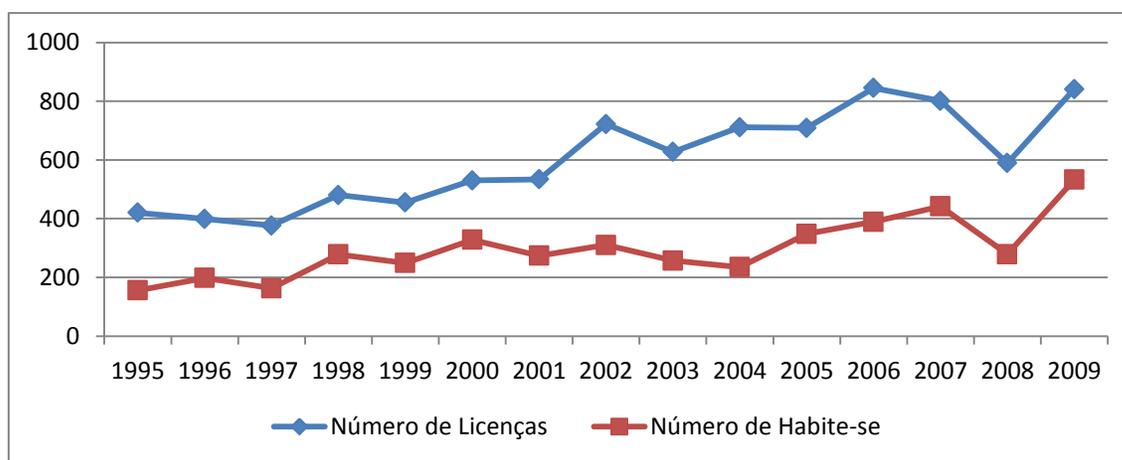
E a circulação destes bens entre Boston (onde reside sua esfera de produção) e Criciúma (onde reside sua esfera de reprodução) estrutura um negócio que, se permite melhorias na qualidade de vida aos migrantes, também oferece amplas possibilidades de lucros para as empresas do projeto migratório, lucros estes nem sempre com origem legal, como no caso das agências clandestinas de tráfico de pessoas. Empresas de transferências bancárias, de telecomunicações entre o migrante e sua família, de venda de passagens aéreas e de reserva de hospedagem, de transporte de bens e de construção ou reforma de casas e apartamentos têm se apropriado das possibilidades abertas pelos “migradólares” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010), originados em condições de super-exploração da força de trabalho dos emigrantes criciumenses residentes nos Estados Unidos. Estes recursos remetidos podem ser utilizados sobretudo como forma de financiamento do consumo corrente dos familiares que ficaram ou como investimento produtivo na região de origem dos migrantes. Dentro destas possibilidades, a economia local tem sido influenciada

pelos recursos, e desenvolvem-se, com isto, novas fronteiras do processo de acumulação de capital na Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente em Criciúma.

Embora os dados sobre os investimentos em Criciúma sejam estimativos e possam estar superestimados, as informações ressaltam a importância das remessas para o local de origem e revelam a constituição de uma rede de agências de turismo e imobiliárias que se inserem nessa rede migratória. Nesse ponto, as redes de parentes cruzam-se com as redes de agências de turismo e imobiliárias na realização do projeto migratório, num negócio bastante lucrativo para as empresas (ASSIS, 2007, p. 10).

De uma forma geral, portanto, as remessas elevam o acesso a bens e serviços na região receptora destes recursos, e com isto configuram-se em uma fonte de melhoria das condições de vida dos familiares dos emigrantes. Numa região marcada há décadas pela crise econômica, social e ambiental, cujas principais atividades produtivas encontram, pelas características da economia dependente e pela ausência de uma diversificação produtiva mais profunda na região, constantes dificuldades de retenção da força de trabalho, os recursos recebidos sob a forma de remessas de migrantes tendem a impactar de forma direta na estrutura econômica da cidade. Em Criciúma, um importante indicador desta expansão do setor imobiliário e da construção civil é a elevação do número de licenças para construção e de habite-se (certidão que atesta a construção do imóvel e a capacidade deste ser ocupado para moradia).

Gráfico 20 – Evolução do Número de Licenças e do Número de Habite-se em Criciúma (1995 – 2009).



Fonte: ASSIS, 2011.

O Gráfico 20 apresenta uma tendência ascendente tanto do número de licenças quanto do número de habite-se. Trata-se de uma tendência expansiva verificada desde o ano de 1995, primeiro ano para o qual temos os dados sobre as séries, até o ano de 2009, com pequenas oscilações que indicam a natureza cíclica desta expansão. É representativa a queda abrupta de ambas as séries no ano de 2008, quando a crise capitalista mundial alastrou-se com maior profundidade não apenas nos Estados Unidos (espaço concreto da esfera de produção das remessas que se destinam a Criciúma) como também no Brasil e em Santa Catarina (espaço que configura a esfera de reprodução das remessas).

A diminuição apresentada pelo Gráfico 20 para o ano de 2008 não é necessariamente um produto da ulterior queda verificada também nas remessas de migrantes, conforme disposto no Gráfico 17. São, todavia, processos relacionados, que têm na crise capitalista mundial e seu agravamento em 2008 o plano de fundo destas quedas.

As remessas de migrantes em Criciúma constituem um fenômeno econômico e social que, para seu estudo dentro do marco teórico e metodológico deste trabalho, exigiu uma análise também da própria estrutura econômica e social da região receptora, de modo a não ficarmos apenas na análise empírica do fenômeno (que, embora necessária, não é suficiente). Este procedimento é de fundamental importância para a reflexão e o entendimento da estrutura em que se inserem as remessas, e esclarece também sobre a sua capacidade multiplicadora e quem se apropria em maior medida destes recursos. Investiguemos mais a fundo esta questão, conferindo especial importância à forma predominante de utilização das remessas.

Há uma concordância, na literatura existente sobre as remessas de migrantes em Criciúma, a respeito da forma de utilização predominante destes recursos: Peres, Hirano e Fusco (2002), Zamberlam et al (2006) e Assis (2011) concordam, com base em diferentes pesquisas amostrais na região, que a maior parte das remessas de migrantes em Criciúma é utilizada para o financiamento do consumo corrente dos familiares, e uma parcela menor é utilizada para investimentos produtivos na região receptora. As divergências existentes, todavia, são referentes aos números desta predominância, ou seja, a participação relativa das formas de utilização em relação ao total. Peres, Hirano e Fusco (2002) indicam uma distribuição de 35,2% para financiamento do consumo corrente e 17,3% para investimentos

produtivos, ao passo que Zamberlam et al indica uma distribuição diferente: 32,1% para a manutenção do consumo corrente da família, e 31,3% para investimentos produtivos na região. Assis (2011), por seu turno, aprofunda esta reflexão e elabora uma distribuição destas proporções segundo a posição ocupada pelo emigrante no domicílio:

- Das remessas de emigrantes que são chefes de domicílio, 51,6% são utilizadas para consumo corrente, e 14,1% para investimentos;
- Das remessas de emigrantes que são cônjuges, 36% são utilizadas para consumo corrente e 9,3% para investimentos;
- Das remessas de emigrantes que são filhos, 24,1% são utilizadas para consumo corrente e 13,9% para investimentos.

A preponderância da forma de utilização das remessas que visa financiar consumo corrente é uma clara expressão do fenômeno da dependência das remessas de migrantes (BINFORD, 2002, COVARRUBIAS, 2010), e constitui-se com isto um processo de formação da “síndrome emigratória” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010). Na mesma literatura referenciada acima há evidências de que esta dinâmica está se manifestando também no município de Criciúma. Se inicialmente as remessas de migrantes operam elevando o acesso ao consumo e propiciam com isto a melhoria da qualidade de vida dos familiares do emigrante, num segundo momento desvela-se uma relação de dependência destes recursos, sob a qual a contínua melhoria do padrão de vida ou mesmo a simples manutenção de um nível de consumo requer necessariamente de novos fluxos emigratórios e, portanto, novas remessas. A manutenção de um padrão de vida obtido por meio de remessas funciona, portanto, como uma razão não apenas para novos fluxos emigratórios como também para o retorno aos Estados Unidos daqueles que já haviam ido e voltado do país do norte. Como afirma Assis (2011), sobre esta migração de retorno,

seja para manter um padrão de vida já alcançado, seja pela dificuldade de se readaptar à cidade natal, parte dos retornados acaba voltando para os Estados Unidos, quase sempre em situação não documentada. Aqueles que podem, lançam-se a um movimento pendular entre Criciúma e a região de Boston, configurando conexões transnacionais (ASSIS, 2011, p. 16)

Assim, portanto, as remessas se constituem em um elemento econômico e social que não fica restrito aos orçamentos e aos gastos dos familiares que as recebem. Pelo contrário,

são recursos que se inserem na dinâmica econômica da região, seja como consumo ou como investimento, que gera efeitos multiplicadores e que impacta socialmente na região receptora destes recursos. Não se trata, com isto, de um elemento específico do domicílio que a recebe, senão que é um elemento da própria dinâmica econômica e social de Criciúma e região.

Esta dinâmica, todavia, não está dissociada das condições econômicas do mercado de trabalho da esfera onde se produzem as remessas. O caso de Paulo ilustra muito bem esta relação. Segundo Paulo, o seu custo de vida na Espanha (em especial os gastos com aluguel) associam-se diretamente ao nível das remessas e, portanto, ao consumo de seus familiares em Criciúma.

Este extrato da entrevista com Paulo revela dois pontos que não estiveram presentes em nossa teorização das remessas mas que têm, a julgar pela resposta de Paulo, uma clara relação com a esfera de produção e de circulação de remessas. Com efeito, o custo de vida (nos termos marxistas com os quais trabalhamos, o valor necessário para repor o tempo necessário de reprodução da força de trabalho) opera uma função decisiva no envio das remessas de migrantes. A produção simplesmente de remessas não é condição suficiente para que estes recursos ingressem na esfera de circulação e com isto sejam transferidos aos familiares no país de origem. Uma elevação no custo de reprodução da força de trabalho pode facilmente impedir a transferência de recursos e canalizá-los para a cobertura dos gastos com consumo corrente. De igual maneira, uma aceleração inflacionária ou mesmo a mudança de planos familiares (aquisição de casa, reforma, alguma compra mais dispendiosa) pode cortar a via existente entre a esfera de produção e a esfera de circulação de remessas. A crise capitalista atual incidiu fortemente, como vimos no Gráfico 17, no volume de remessas, especialmente entre os anos de 2008 e 2009. Isto se deveu a uma conjuntura de crise no mercado de trabalho e elevação do desemprego nos Estados Unidos, que encareceu a vida de muitos imigrantes, forçando-os a diminuir o envio de remessas. Logicamente, em um contexto de dependência das remessas, esta diminuição tende a piorar condições econômicas e sociais já graves. Torna-se mais claro, assim, a amplitude e a totalidade das relações de produção e de circulação das remessas no sistema capitalista mundial: uma elevação no desemprego nos Estados Unidos pode causar o agravamento da

pobreza na América do Sul; a elevação do custo do aluguel imobiliário na Espanha pode significar a ausência de recebimento de remessas de uma família na cidade de Criciúma, em Santa Catarina.

A emergência de um padrão de vida (nível de consumo, acesso a bens e serviços, propriedades imobiliárias etc) mais elevado nas famílias receptoras de remessas de migrantes opera ainda como um forte estímulo à emigração àqueles que não tiveram ou não têm uma experiência de emigração internacional. Como afirma Zamberlam et al (2006), “o comparativo de ganho de retornados ou emigrantes estimula novos emigrantes entre amigos, parentes e vizinhos” (ZAMBERLAM et al, 2006, p. 100). Novos fluxos emigratórios são também impulsionados a partir da montagem de empreendimentos comerciais e outros negócios no lugar de destino dos emigrantes criciumenses. Sobre isto, Zamberlam et al (2006) argumenta que “emigrantes que conseguem bons negócios no exterior buscam trabalhadores locais para dinamizá-los, o que alimenta e eleva o fluxo emigratório” (ZAMBERLAN et al, 2006, p. 100).

Outro momento da dinâmica migratória em Criciúma na qual se manifesta a dependência em relação às remessas (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) e, como produto desta, manifesta-se também a “síndrome emigratória” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) se refere à quando os migrantes retornam, e passam a viver em Criciúma com os recursos obtidos pelo seu trabalho nos Estados Unidos. Nestas condições, os emigrantes retornados usufruem de um padrão de consumo superior ao dos demais habitantes, de modo que mantê-lo passa a exigir movimentos emigratórios periódicos rumo aos Estados Unidos, como forma de obtenção desta superioridade de consumo. Como afirma Zamberlam et al (2006), “o padrão de vida de retornados altera o modelo referencial socioeconômico, o que exige dos ‘novos ricos’ um retorno para obter novos ganhos e evitar a decadência. Isto é fonte de uma emigração periódica (ioiô)” (ZAMBERLAM et al, 2006, p.100). Segundo Assis (2011), cerca de 50% dos emigrantes criciumenses retornados vem-se na obrigatoriedade de voltar aos Estados Unidos (ou direcionar seus fluxos emigratórios a países da Europa) como forma de recuperar o seu nível de consumo – ou como estranhamento de sua região de origem, condição na qual tornam-se “estrangeiros em casa” (ASSIS, 2011).

A migração de retorno opera como uma ruptura nos fluxos permanentes de envio de remessas de emigrantes, condenando a região receptora a uma restrição instantânea destes recursos. Trata-se de uma questão de fundamental importância para a dinâmica econômica e social da região. Como sugere Assis (2011):

o impacto do retorno resulta em um problema que começa a ganhar volume: o que fazer com a cidade caso todos [os emigrantes criciumenses residentes no exterior e que enviam remessas a seus familiares na região de origem] voltem, visto que hoje seguramente mais de 20% de sua capacidade financeira gira em torno do dinheiro aplicado em Criciúma pelos chamados *estrangeiros*? (ASSIS, 2011, p. 15).

Como então sugerem Zamberlam et al (2006) e Assis (2011), entre Criciúma e os Estados Unidos, particularmente a cidade de Boston e sua região, formam-se redes de movimentos pendulares de emigrantes criciumenses, que, quando residentes em Boston, trabalham submetidos às condições de super-exploração da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; AMIN, 1977; BINFORD, 2002; CASTELO-BRANCO, 2005-2006; COVARRUBIAS, 2010) e, uma vez retornados, sentem-se estranhos à sua cidade (ASSIS, 2011) e incapazes de manter um nível de consumo, para si e sua família, que somente as remessas de migrantes ou os primeiros meses de seu retorno podem garantir. Estes movimentos, como vimos, dão-se na maior parte das vezes de forma não documentada, seja desde o início da viagem ou após expirar o visto de turista com o qual viajaram.

No seio desta dinâmica, identificamos a vigência de uma inserção absolutamente desigual entre as regiões de origem e de destino no âmbito da divisão internacional do trabalho (que cria excedentes populacionais na periferia do sistema, os quais migram aos países de centro diante da impossibilidade de ascenderem socialmente em seus países de origem); o recurso da super-exploração da força de trabalho do imigrantes, de que se vale o capital dos países centrais como forma de se apropriar da mobilidade do trabalho para recompor sua taxa de lucros via extração maiores de mais-valia; a forma com que os recursos das remessas dos emigrantes criciumenses operam na dinâmica econômica e social de Criciúma e região, com forte incentivo ao consumo corrente e à expansão do setor da construção civil e; a impossibilidade de se manter este dinamismo econômico e um padrão de consumo mais elevado sem o recurso sistemático às remessas de emigrantes, que exigem, por sua vez, continuados novos fluxos de emigração ao exterior. O produto da

associação destes fenômenos é uma dependência em relação às remessas e uma síndrome emigratória (BINFORD, 2002) que marcam a dinâmica migratória de Criciúma e região.

Como advertimos anteriormente, é fundamental não perdermos de vista as características estruturais da formação econômica e social de Criciúma: é nelas em que se inserirão as remessas de migrantes e, em conformidade com a nossa unidade de análise, é em relação a elas que seu efeito deve ser analisado. Refletir sobre estes elementos estruturais, algo que buscamos fazer ao longo de todo este trabalho, é fundamental ainda para analisarmos um possível efeito multiplicador das remessas. Segundo Binford (2002),

um segundo enfoque sobre remessas e desenvolvimento se centra nos efeitos indiretos da circulação das remessas nas economias locais, regionais e nacionais. Neste caso, o destino imediato das remessas – investidas ou consumidas – importa menos que os efeitos multiplicadores que estas geram como resultado do incremento da demanda (o excedente da demanda que existiria em sua ausência) por consequência de sua circulação (BINFORD, 2002, p. 131).

A análise crítica das remessas exige romper a crença de que estamos diante da salvação da pátria das comunidades pobres que têm emigrantes no exterior, crença esta propalada por agências internacionais como OEA, FMI e Banco Mundial. As estruturas históricas do subdesenvolvimento e da dependência, mais do que ser superadas por estes recursos de remessas, têm na realidade subvertido o seu sentido e criado com isto uma modalidade específica de dependência, qual seja, a dependência das remessas. Mas também quando as remessas se inserem na estrutura econômica da região receptora, e temos visto que elas o fazem preferencialmente como mecanismo de financiamento do consumo corrente das famílias (PERES, HIRANO e FUSCO, 2002; ZAMBERLAM et al, 2006; ASSIS, 2011), elas engendram relações sociais que não podem nos passar despercebidas. A estrutura econômica de uma formação social dependente como a de Criciúma é, em termos gerais, profundamente concentrada, desigual, pouco dinâmica no que se refere às atividades produtivas e à mobilidade social. Em condições como estas, as remessas tendem a ter seus efeitos transformadores pulverizados. E, ademais disto, a entrada, para um determinado percentual de famílias e domicílios de Criciúma, de grandes quantias em dólares pode, como já sugerido por Martes e Soares (2006), impulsionar efeitos inflacionários, sobretudo no preço da renda da terra e no valor dos imóveis – a expansão das licenças e do número de habite-se gera inequivocamente uma valorização imobiliária

em Criciúma que concentra a propriedade fundiária urbana. É esta dinâmica a que se refere Binford (2002) quando postula que

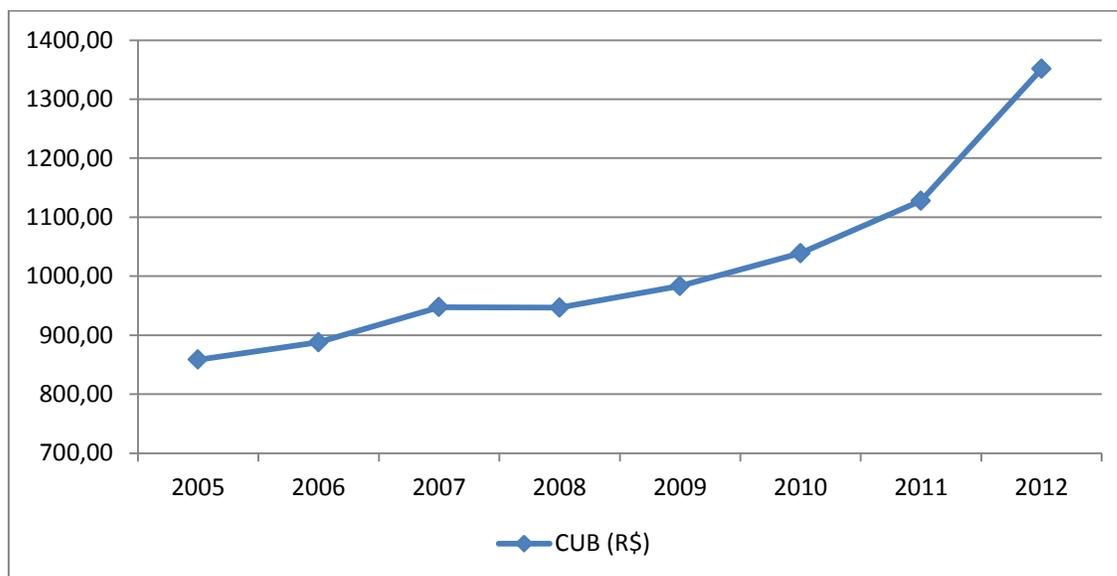
alguns investigadores têm questionado recentemente que a emigração internacional de mão-de-obra conduza a uma diferenciação econômica e social cada vez maior ao ampliar a brecha entre uma minoria seleta de emigrantes com acesso aos dólares e os não emigrantes carentes de tal ganho (BINFORD, 2002, p. 137).

Na dinâmica econômica e social da cidade receptora, portanto, as remessas podem intensificar a concentração de renda, dolarizar a economia e inflacionar o preço dos bens imobiliários. Os maiores beneficiados pelas remessas de migrantes parecem ser, portanto, os proprietários das redes de comércio de bens de consumo (grandes atacadistas) e os donos de construtoras e imobiliárias. Em síntese, os capitalistas. Estes se beneficiam porque

não emigram e, por consequência, não contribuem com as remessas; não obstante, sua apropriação da mais-valia por meio do controle monopólico dos meios de produção e o emprego de mão-de-obra assalariada, fazem possível que se apropriem de 53% do valor dos multiplicadores das remessas. Quiçá isto não tenha contribuído a uma concentração adicional da renda e da riqueza mais além da que lhe precedeu, todavia tampouco fez muito para reduzir a concentração de renda. Não obstante, esperar um resultado diferente em uma economia capitalista dependente resultaria utópico em extremo (BINFORD, 2002, ps. 142-143).

Em Criciúma, a estrutura econômica passa por um intenso processo de centralização do capital, em razão da crise do complexo carbonífero, da fragilidade do setor cerâmico e dos próprios efeitos da crise capitalista mundial. Em matéria de Economia Política, onde há crise econômica, há centralização do capital e acumulação de fatores de produção em cada vez menos mãos. Logicamente, as famílias se beneficiam das remessas, mas este beneficiamento relativo não pode ocultar o fato de que, em uma estrutura econômica tão centralizada como esta, o consumo adicional (das remessas decorrente) seja canalizado, sob a forma de dinheiro, aos proprietários do capital. Neste sentido, o sugerido por Binford (2002), Martes e Soares (2006) e Covarrubias (2010) se confirma para Criciúma: as remessas de emigrantes se inserem em um contexto de intensa valorização fundiária e encarecimento do metro quadrado dos imóveis urbanos, conforme visto no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Evolução do Custo Unitário Básico dos Imóveis Urbanos em Criciúma (2005 – 2012).



Fonte: SINDUSCON, 2012.

Segundo dados apurados pelo SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Sul Catarinense), o custo unitário básico (CUB, base do cálculo do valor venal do metro quadrado dos imóveis urbanos) em Criciúma passou por um crescimento, entre 2005 e 2012, de 57,41%, passando de R\$858,40 em 2005 para R\$1.351,27, em 2012.

Este encarecimento do metro quadrado em Criciúma não é produto unicamente do recebimento das remessas de migrantes, todavia o impulso dado às imobiliárias e construtoras pelo aporte sistemático de milhões de dólares em uma economia dependente como a do município de Criciúma, e a expansão das licenças e do número de habite-se na cidade, são fenômenos que certamente se relacionam com a elevação do valor do CUB em Criciúma.

Conclui-se, portanto, que as remessas em Criciúma, sobretudo por ser utilizadas preferencialmente para consumo corrente, gera uma situação de dependência em relação a estes recursos que, ao impulsionar novos fluxos emigratórios com finalidade de obter novas remessas e manter com isto o padrão de consumo dela proveniente, condiciona uma “síndrome emigratória” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) e, com isto, se insere

como elemento da própria dinâmica migratória do município. Isto confirma a hipótese de que as remessas sejam um elemento da dinâmica migratória e demográfica na Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente no município de Criciúma.

Outra conclusão é a de que as remessas, ao impulsionar os setores imobiliário e da construção civil, ampliam a oferta de imóveis urbanos, como sugere a expansão do número de licenças e de habite-se, e valoriza o espaço fundiário urbano, através do encarecimento do preço dos imóveis no município de Criciúma. Este resultado confirma o indicado por Martes e Soares (2006), qual seja, a espiral inflacionária imobiliária que, senão decorrente das remessas de migrantes, associa-se a este no âmbito do encarecimento dos bens e serviços levado a cabo pela entrada de milhões de dólares externos à dinâmica econômica e social própria da região.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como finalidade estudar a dialética entre as migrações internacionais e a divisão internacional do trabalho, a partir da análise de uma formação econômica e social específica, qual seja, a da Mesorregião Sul de Santa Catarina, particularmente do município de Criciúma. A perspectiva crítica com a qual elaboramos este estudo significou, desde o princípio, um esforço de contribuição ao enfoque histórico-estrutural – no que tange especificamente ao tema da formação dos fluxos migratórios – e à teoria marxista da dependência – no que se refere à análise da formação econômica e social da região e da natureza de sua vinculação à estrutura da divisão internacional do trabalho. Longe de um ecletismo que significasse a esterilização do conteúdo particular das perspectivas teóricas citadas, a aproximação entre elas significou uma contribuição a ambas, e a elaboração de um marco interpretativo capaz de explicar, em distintos níveis de abstração, a relação entre uma realidade particular e o sistema capitalista mundial, bem como a natureza desta relação engendra fatores de expulsão de força de trabalho que estabelecem movimentos migratórios internacionais, especialmente rumo aos Estados Unidos.

A construção deste marco interpretativo foi uma contribuição proposta aos estudos demográficos, através do enriquecimento, pela teoria marxista da dependência, da perspectiva histórico-estrutural de estudos da migração. Considero particularmente importante também a contribuição dada pela demografia aos estudos sobre a região: o mergulho nas informações censitárias e em pesquisas amostrais sobre a dinâmica migratória na região compuseram um importante registro sobre a dinâmica econômica, social e demográfica da região, esclarecendo muito a respeito de movimentos pelos quais passa a população de Criciúma e da Mesorregião Sul de Santa Catarina. A dinâmica migratória é um processo cuja natureza social e humana não se pode ignorar, risco no qual provavelmente incorreríamos sem o registro e a interpretação demográfica. O olhar exclusivamente econômico por diversas vezes não alcança a dimensão humana do processo migratório, de modo que a contribuição específica da demografia significou também não perdermos de vista que tal processo é realizado por pessoas, concretamente, que migram

em busca de melhores condições de vida, que fazem duras renúncias para tornar possível uma melhora em suas vidas – e na vida de seus familiares.

A referida aproximação entre o histórico-estruturalismo e a teoria marxista da dependência significou, no âmbito deste trabalho, lançar um olhar atencioso à forma de produção e organização da riqueza na Mesorregião Sul de Santa Catarina. Ao invés de traçarmos uma historiografia da categoria “trabalho” na região, optamos por nos debruçar na análise do setor produtivo mais importante da região, qual seja, o Complexo Carbonífero, como modo de investigarmos i) como este complexo se tornou a principal via de contato da região com o sistema capitalista mundial e, ii) como esta relação articula-se recriando a dependência estrutural da região a partir de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Esta relação, como vimos, não é estática, senão que, inserida no marco do sistema capitalista mundial, passa por constantes transformações, razão pela qual identificamos dois momentos fundamentais na vinculação da região ao capitalismo mundial: a formação e expansão do complexo carbonífero sul catarinense, e a crise desta estrutura.

As opções e as prioridades teóricas sintetizadas acima advêm, como exposto, da centralidade do setor carbonífero para a formação econômica e social da Mesorregião Sul de Santa Catarina. Este resultado e a concentração de nossa atenção neste setor podem ter marginalizado, relegado a um segundo plano, os demais setores produtivos da economia. Acreditamos, todavia, que o complexo carbonífero, por ser justamente a forma mais concreta de vinculação da região com o sistema mundial, o eixo explicativo mais claro para demonstrarmos como a divisão internacional do trabalho repercute e sofre as repercussões da produção carbonífera no Sul de Santa Catarina, é um elemento de análise que não podemos ignorar. Reafirma-se, portanto, que a atenção dada ao complexo carbonífero nesta dissertação não é resultado de escolhas apriorísticas ou pessoais, mas sim uma exigência colocada pelo objetivo de situar a região no capitalismo mundial e, com isto, buscar explicar sua dinâmica migratória.

Como dito, o setor carbonífero na região Sul de Santa Catarina possui dois momentos históricos bem definidos.

O primeiro momento estende-se de meados do século XIX até o início da década de 1980. Este período, embora permeado de instabilidades, por certo, foi marcado por um movimento geral de estruturação de um complexo produtivo ligado ao carvão, a partir do qual erigiu-se a formação econômica e social atual de Criciúma. Ao longo de mais de um século, o carvão, como vimos, condicionou os principais aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, culturais e demográficos da cidade de Criciúma e sua região. Foi sobretudo a partir do carvão que a cidade relacionou-se com o mundo, e esta relação inscreveu o sul de Santa Catarina no capitalismo mundial de uma forma dependente, subordinada: a concentração produtiva no setor carbonífero, se foi a via de desenvolvimento da região, também foi, ao impedir a formação e expansão de outros setores, a marca do subdesenvolvimento local. Em outras palavras, o carvão representou o desenvolvimento do subdesenvolvimento no Sul de Santa Catarina: se sua exploração era rentável, assim somente o era para um reduzido número de proprietários capitalistas; se sua venda era garantida inclusive pelo Governo Federal, sua produção era indissociável de um elevado custo social e ambiental.

O segundo momento da indústria do carvão, por sua vez, deixa evidente a situação de dependência em relação à divisão internacional do trabalho. O movimento de crise e de desestruturação do complexo carbonífero sul catarinense é resultado de transformações operadas no interior da divisão internacional do trabalho, e fazem menção a um capitalismo em crise. Em essência, como pudemos acompanhar, a estrutura carbonífera catarinense auferia ganhos comerciais via preço e com subsídios nacionais que garantiam a produção e compra dessa produção. O neoliberalismo, conjunto de estratégias tomadas pelo capital internacional de modo a recompor sua taxa de lucros e de reforçar os movimentos de transferência de capital da periferia para o centro do sistema capitalista mundial, afetou especialmente o Estado na América Latina e, logicamente, no Brasil. A extinção dos subsídios à produção e a eliminação das cotas de compra do carvão catarinense acabaram por jogar este setor a uma concorrência que ele não tinha condições de suportar – o mesmo ocorrera com outros setores que, como o carbonífero, são intensivos em trabalho, como o calçadista, o moveleiro e o têxtil, por exemplo. O desmonte das estruturas carboníferas inicia-se, portanto, na crise do capital em escala global. No Sul de Santa Catarina, ela atuou depauperando as já precárias relações de trabalho, agravando os custos sociais e ambientais

da produção carbonífera, compondo enfim um rol de fatores de expulsão da força de trabalho local, rumo não apenas à cidades não diretamente vinculadas ao setor carbonífero como também a outros países, dos quais destaca-se os Estados Unidos. O carvão está presente de forma protagônica na história da criação, pelo modo de produção capitalista, de uma super-população relativa na Mesorregião Sul de Santa Catarina.

Todavia, para explicitar a formação deste excedente populacional e teorizar a respeito das alternativas que esta super-população relativa constrói para encontrar emprego de sua força de trabalho e inserir-se na mobilidade social, faz-se necessário analisar mais criteriosamente a formação econômica e social a que nos referimos. Por tal razão, construímos um banco de dados com variáveis caracterizadoras da Mesorregião Sul de Santa Catarina, e elaboramos uma caracterização econômica e sociodemográfica específica do município de Criciúma. Com as entrevistas qualitativas, buscamos, por um lado, refletir sobre como agentes institucionais específicos analisam a dinâmica econômica, social e ambiental atual na região e, por outro lado, com os emigrantes e parentes de emigrantes, buscamos ouvir e teorizar diferentes experiências e trajetórias migratórias originadas em Criciúma e região. Ademais destas entrevistas, com os dados censitários de 2010 e diferentes pesquisas amostrais na região buscamos elaborar um perfil social do emigrante de Criciúma residente nos Estados Unidos. Com tal procedimento, nossos olhos passam a voltar-se para as condições de trabalho dos imigrantes nos Estados Unidos, particularmente no que se refere à construção, econômica e política, da possibilidade de super-exploração desta força de trabalho nos Estados Unidos.

Neste ponto, admitimos aqui duas questões teóricas que, embora sejam de fundamental importância, não pudemos nos aprofundar nelas, pelos limites e objetivos que nos propomos desde o início da dissertação. Antes de entrarmos propriamente no âmbito destas questões, faz-se necessário esclarecer brevemente a respeito dos resultados mesmos a que chegamos.

As entrevistas realizadas, tanto com os representantes do Estado como com os familiares de migrantes, não confirmaram em absoluto as hipóteses construídas: tanto os primeiros como os segundos verbalizaram pouco a questão do processo migratório desde a região e, especialmente, da importância das remessas de migrantes dentro deste processo. A

despeito disto, elas indicaram de forma mais direta os aspectos da economia dependente, particularmente no que se refere à ausência de uma estrutura produtiva diversificada, e apontaram com isto para o relativo êxito da tentativa de aproximar os estudos de teoria marxista da dependência com a análise do processo migratório em perspectiva histórico-estrutural. Se as entrevistas, portanto, confirmaram pouco as hipóteses, por outro lado confirmaram os objetivos propostos por este trabalho. Vamos, então, às duas questões teóricas nas quais não pudemos nos aprofundar e que estão, desde já, abertas para a formulação de pesquisas futuras.

A primeira delas é algo recorrente em boa parte da literatura sobre migrações internacionais que analisamos, o tema das redes sociais. Sua importância se revela antes mesmo do início da trajetória migratória, dado que através delas muitas vezes os emigrantes já partem com residência e trabalho definidos. As entrevistas que fizemos com os emigrantes também sugeriram uma importância no sentido de sociabilização do emigrante que, entre amigos brasileiros, alguns dos quais da mesma região no Brasil, sente-se mais acolhido, melhor ambientado, não apenas em termos de alocação de sua força de trabalho como também em termos afetivos e sociais. As redes sociais constituem um tema que, a nosso juízo, não pode ser diminuído ou marginalizado; por tal razão, optamos por analisar a questão migratória (especialmente a inserção do emigrante na sociedade de destino) ao largo do tema das redes sociais, por acreditar que sua importância constitui objeto de estudo específico, que nos escaparia de nossos objetivos propostos, e por não desejar incorporar o tema de forma secundária. Esta escolha abre, desde já, elementos para uma agenda futura de pesquisa, a partir do desafio de aproximar de nosso referencial explicativo o tema das redes sociais. Esta agenda, que esperamos cumprir, seria de muita validade, pois nos fará ouvir os emigrantes residentes nos Estados Unidos – e teorizar suas respostas. Acreditamos que o estudo das redes sociais possa contribuir ainda mais com o esforço de preencher de conteúdo mais humano a questão migratória internacional.

A segunda questão refere-se à natureza da colocação da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos. Ao longo de nossa dissertação, especialmente no capítulo 3, pudemos analisar alguns elementos fundamentais desta colocação, e concluímos pela possibilidade real, já apropriada pelo capital, de super-exploração da força de trabalho nos Estados

Unidos. Nesta conclusão, não pudemos nos aprofundar mais nas questões teóricas implicadas pela super-exploração: acreditamos que tal discussão, embora profundamente importante e de atualidade inegável, pudesse nos desviar dos objetivos colocados. Tal transformação, todavia, é um tema que certamente investigaremos mais profundamente no futuro. Trata-se, portanto, de mais um tema para a agenda futura de pesquisas. Ademais de investigar estas possibilidades, cumpriria ainda analisarmos, a partir do referencial proposto nesta dissertação, mais a fundo as condições de trabalho da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos. Em essência, temos mais um elemento para pesquisas futuras, que neste caso trata-se de um aprofundamento necessário para inserir a questão da super-exploração da força de trabalho latina nos Estados Unidos dentro de um referencial interpretativo sobre migrações internacionais.

A residência do criciumense nos Estados Unidos, embora signifique sua ausência entre os seus familiares no Sul de Santa Catarina, não representa a extinção dos laços fraternos e monetários entre o emigrante e sua família. O envio de remessas de migrantes se constitui em uma forma de manutenção destes vínculos, seja pelo financiamento do consumo de seus familiares, seja como forma de investimento na economia da região de origem do emigrante. O tema das remessas constitui uma importante contribuição desta dissertação, não em razão de tratarmos do tema e buscarmos refletir sobre a sua importância para a dinâmica econômica e social do município de Criciúma, mas sim pela formulação de uma interpretação crítica das remessas que se aproxima em grande medida aos estudos histórico-estruturais e à perspectiva analítica da teoria marxista da dependência. Dentro desta formulação, interpretamos as remessas enquanto relação social, de modo que possuem uma esfera de produção e uma esfera de circulação. A esfera de produção das remessas constitui o terreno concreto das relações de produção capitalistas, ou seja, do processo de trabalho no qual o emigrante se insere e do qual auferir sua renda, parte da qual será revertida em remessas para os seus familiares no país de destino. Estas relações, como vimos, são, pelo recurso ao mecanismo da super-exploração da força de trabalho, específicas da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos. A análise desta esfera de produção é rica também por que ela revela aspectos do capitalismo central contemporâneo que não podem passar despercebidos, como as estratégias de extração de mais-valor e a necessidade de o capital valer-se deste contingente de trabalhadores para poder reproduzir-

se. A esfera de circulação, por seu turno, ao referir-se à circulação internacional destes recursos de remessas de migrantes, faz menção à forma como são consumidas estas remessas. O estudo desta esfera é de fundamental importância para a investigação dos efeitos das remessas de migrantes na economia e na sociedade receptoras destes recursos. No que se refere a esta investigação, a metodologia apresentada (de questionamento se os recursos de remessas são utilizados para consumo ou para investimento) representa uma chave de investigação destes efeitos, passo fundamental para tecermos qualquer conclusão sobre a relação entre remessas de migrantes e desenvolvimento econômico e social.

As remessas de migrantes constituem um tema de importância tão larga e ao mesmo tempo um tema tão permeado por imprecisões analíticas que, embora tenhamos em mente a urgência de se analisar seus efeitos nas regiões receptoras, optamos nesta dissertação em apontar os contornos teóricos e metodológicos de um estudo das remessas de migrantes dentro do escopo teórico do histórico-estruturalismo e da teoria marxista da dependência, apresentando o conceito de “dependência das remessas” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) e de “síndrome das migrações” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Pretendemos com isto clarear este campo de estudos e apresentar fundamentalmente as perguntas que permeiam o tema – e não tanto as suas respostas. Todavia, feitas as perguntas, é urgente inserir as remessas dentro de uma agenda futura de pesquisas que envolva origem e destino destes recursos (esfera de produção e esfera de circulação das remessas). Este circuito, inserido que está dentro do sistema capitalista mundial, apresenta por fim um conceito analítico muito caro que não podemos perder de vista, mesmo quando analisamos um fluxo migratório específico: a totalidade. É observando a totalidade, reflexão na qual iniciamos esta dissertação, que nos acercamos melhor das especificidades, das contradições e do modo de desenvolvimento do sistema em que vivemos – elementos imprescindíveis para a análise da dinâmica migratória internacional.

Referências Bibliográficas

ALI, Tariq, BARSAMIAN, David. **Imperialismo e Resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 228p.

AMIN, Samir. **La Acumulacion a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1974. 662p.

AMIN, Samir. **A Crise do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Graal Editora. 1977. 190p.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo (SP): Boitempo, 1999. 261p.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o Mundo: O ir e vir dos novos emigrantes brasileiros entre os Estados Unidos, o Brasil e a Europa e os impactos na vida cotidiana da cidade**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho de 2011. 17p.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Governador Valadares e Criciúma para Boston: Os novos emigrantes brasileiros rumo aos EUA**. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3754>, datado de 2007. Acesso em Novembro de 2012.

BAENINGER, Rosana (org). **População e Cidades: Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. 304p.

BAGÚ, Sérgio. **Economía de la Sociedad Colonial**. Madrid: Akal, 1977.

BARAN, Paul, SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. 384p.

BARRETO, António. **Globalização e Migrações**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. 292p.

BARRICARTE, J. J. S. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010. 352.

BERCOVICH, Alícia; MADEIRA, Felícia. **Descontinuidades Demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo**. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, 1990. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A25.pdf>. Acesso em: Jan. 2013.

BERCOVICH, Alícia. MASSÉ, Gladys. **Descontinuidades Demográficas, Onda Jovem e Mercado de Trabalho: Uma comparação entre Brasil e Argentina**. Anais do I Congresso da Associação Latino-Americana de População – ALAP. Caxambu – MG, 18 a

20 de Setembro de 2004. 19p.

BERQUÓ, Elza. **Algumas Questões para a Demografia dos Anos Noventa**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas – SP, nº 8, v. 1 / 2, 1991. Pg. 55-60.

BINFORD, Leigh. **Remesas y Subdesarrollo en México**. Revista Relaciones, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, Primavera 2002. Pg. 116-158.

BOLOGNA, Eduardo León. **La Reversibilidad en los Estadios Avanzados de los Sistemas Migratórios: El caso de Argentina y Bolívia**. Córdoba – Argentina: CONICET/UNC/CEA, 2007. 412p.

BORON, Atílio. **Império e Imperialismo**. La Habana (Cuba): Fondo Cultural del ALBA, 2002. 170p.

BOSSLE, Ondina Pereira. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em História. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense**. Florianópolis, 1979. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

BRITO, Fausto. **Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

CANALES, Alejandro. **Remesas y Desarrollo en América Latina: Una relación en busca de teoría**. In: Revista Migración y Desarrollo, v. 11, segundo semestre de 2008. Pg. 5-30.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História: As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937 – 1964)**. Florianópolis – SC: Editora da UFSC, 2002. 264p.

CARVALHO, José Alberto Magno de, WOOD, Charles. **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 322p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1999. 698p.

CASTELO-BRANCO, Rodrigo. **Globalização, tratado de livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos**. In: **Revista Lutas Sociais**, NEILS – USP, v. 15/16, ps. 65-76, ago. 2006.

CEPAL (2009a) **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em:

http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em Maio de 2009.

CEPAL (2009b) **Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Políticas para la generación de empleo de calidad**. Disponível em:

<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/36464/2009-252-EEE-2009-Lanzamiento-WEB.pdf>. Acesso em Agosto de 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2001. 176p.

Consejo Nacional de Población (CONAPO), Series sobre Migración Internacional 2008. Disponível em: www.conapo.gob.mx

CORIAT, Automação Programável: Novas formas e conceitos de organização da produção. In: SCHMITZ, H. **Automação, competitividade e trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1988.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. **Desarrollo y Migración: Una Lectura desde la Economía Política**. Revista Migración y Desarrollo, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pg. 59-87.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez; WISE, Raúl Delgado; RAMÍREZ, Héctor Rodríguez. **Seis Tesis para Desmitificar el Nexo entre Migración y Desarrollo**. Revista Migración y Desarrollo, v. 12, primeiro semestre de 2009. Pg. 27-52.

DOBB, Maurice. **Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo**. Mexico, D.F: Siglo XXI Editores, 1971. 462p.

FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: Repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 260p.

FRANK, André Gunder. **América Latina: Subdesarrollo o Revolución**. México, D.F: Ediciones Era, 1973. 358p.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. 5ª ed. México, D.F: Siglo XXI Editores, 1978.

FRANK, André Gunder. **Do Subdesenvolvimento Capitalista**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1969, 152p.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesía: Lumpendesarrollo**. México, D.F: Série Popular Era, 1971. 160p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: set. 2011.

FURTADO, Celso. **Transformação e Crise na Economia Mundial**. São Paulo: Paz e Terra. 1987/2006. 296p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408p.

GOULART FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, 478p.

GOTHE, Carlos Alberto de Verney; SILVA, Odair Gercino da. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Avaliação dos impactos ambientais da indústria carbonífera nos recursos hídricos da região sul catarinense**. 1993. 123f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

GROSGUÉL, Ramón. **Migrantes Coloniales Caribeños en los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los Casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido**. In: Documentos CIDOB, v. 13 – serie migraciones, Junho de 2007. Pg. 01-51.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**. 4a. Ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1999. 168p.

HARRIS, J. H; TODARO, M. P. **Migração, Desemprego e Desenvolvimento: Uma análise com dois fatores**. In: MOURA, Hélio Augusto (Org.). Migração Interna: textos selecionados. Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. Tomo 1: 173-209.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo (SP): Edições Loyola, 1993. 349p

HEIDEMANN, Heinz Dieter, SILVA, Sidney Antonio da (orgs). **Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007. 464p.

HOBBSBAWN, Eric. **Naciones y Nacionalismo desde 1780**. Barcelona – Espanha: Editora Crítica, 2000. 216p.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. 316p.

KATZ, Cláudio. **Origem e Funções do Controle Patronal**. In: COGGIOLA et al. **Novas Tecnologias**. São Paulo: Xamã, 1994.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: O debate adiado**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002. 110p.

KUCINSKY, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 232p.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo: Fase superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 1916/2003.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, MACCHIAVELLO, Fiorella. **Acumulação Mundial e Imigrações: Uma Perspectiva Latino-Americana**. Relatório final de atividades, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, Brasil, 2006. Mimeografado.

MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo: E economia da política externa norte-americana**. Porto (Portugal): Portucalense, 1972. 244p.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. In: Revista Estudos Avançados, v. 17, nº 48. São Paulo, Mai - Ago 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200013&script=sci_arttext.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. 295p.

MARINI, Ruy. Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1969. 207p.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachussets**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachussets**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.

MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. **Remessas de Recursos dos Imigrantes**. In: Revista Estudos Avançados, v. 20, nº 57, São Paulo, maio – ago 2006.

MARTINE, George. A Globalização Inacabada: Migrações Internacionais e pobreza no século XXI. In: **Revista da Fundação SEADE**. São Paulo em Perspectiva. V. 19, n. 3, jul-set. 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro, Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1867/1984. 314p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1848/2009. 144p.

MEDEIROS, Mara. **Migrações Internacionais, Políticas Públicas e Cidadania**. Pelotas: Educat, 2009. 146p.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003. 120p.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. In: **Seleções CEBRAP**. n. 1, São Paulo: 1975. p. 5-78.

OURIQUES, Nildo Domingos. **La Teoría Marxista de la Dependencia: una historia crítica**. Tesis de Doctorado, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México. Mexico, DF, 1995.

PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais Internacionais Recentes: O caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 78-88.

PERES, Roberta; HIRANO, Fábio; FUSCO, Wilson. **Brasileiros nos Estados Unidos e Japão**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).Ouro Preto – MG, 4 a 8 de Novembro de 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 432p.

PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Crítico en Demografía**. Santiago de Chile: CELADE, 1973. 457p.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PREBISCH, Raul. **A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1968.

QUEIROZ, Silvana; BAENINGER, Rosana. **Migração de Retorno para o Ceará: Tendências dos anos 2000**. Anais do VI Encontro Economia do Ceará em Debate – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, IPECE. Fortaleza – CE, 05 de Novembro de 2010. 18p. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/economia-do-ceara-em-debate/vi-encontro/trabalhos/Migracao de retorno para Ceara.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/economia-do-ceara-em-debate/vi-encontro/trabalhos/Migracao%20de%20retorno%20para%20Ceara.pdf). Acesso em: Novembro de 2012.

RAMPINELLI, Waldir José (Org). **História e Poder: A reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 2003. 224p.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Emigração**. Brasília, 2006. 577p.

SALES, Teresa. **Brasileiros Longe de Casa**. São Paulo: Cortez, 1999. 240p.

SALES, Teresa; REIS, Rossana Rocha (orgs). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 312p.

SALES, Teresa. O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 89-103.

SANTOS, Jair Ferreira, LEVY, Maria Stella Ferreira e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **Dinâmica da População: Teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: TAQ Editora/Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980.368p.

SANTOS, Mauricio Aurelio dos. **Crescimento e crise na Região sul de Santa**

Catarina. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997. 155p.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1994. 190p.

SIECESC. **Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina.**

SILVA, Rafael Pereira da. **O ABC Catarinense: Greve e movimentos sociais em Criciúma.** In: Anais XXIII Simpósio da Associação Nacional de História, ANPUH, Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1490.pdf>. Acesso em Nov. 2012.

SINDUSCON. **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Sul Catarinense.**

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 15a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.

SUNKEL, Osvaldo. **El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Subdesarrollo.** Ciudad de México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1970. 394p.

THEIS, Ivo. **Desenvolvimento e Território: Questões teóricas, evidências empíricas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. 280p.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** Rio de Janeiro: Americana, 1975.

TOLIPAN, Ricardo. Tecnologia e Produção Capitalista. In: **Estudos CEBRAP**, n. 11 São Paulo, 1975.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho: Superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho.** Uberlândia: EDUFU (Editora da Universidade Federal de Uberlândia), 2009.

VERNOM, Raymond. La inversión internacional y el comercio internacional en el ciclo de productos. In: ROSENBERG, N. (Org.). **Economía Del Cambio Tecnológico.** México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373p.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas marcadas: trabalhadores do carvão.** Tubarão: UNISUL, 2001. 213p

UNCTAD (s/d). **Manual de Estadísticas em Línea.** Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1890&lang=3>. Acesso em Setembro de 2012.

WORLD BANK. **The Factbook 2011 of Migration and Remittances.** Disponível em em: <http://www.worldbank.org/>

ZAMBERLAM, Jurandir, et al. **A Emigração da Grande Criciúma na Ótica de Familiares: Os desafios para a Igreja de Origem e Destino.** Porto alegre: Solidus, 2007. 110p.

Anexos

Eis uma breve descrição das variáveis utilizadas para a caracterização dos municípios da Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, a partir das seguintes informações:

Variável V001: Município de Santa Catarina.

Variável V002: Rendimento mensal domiciliar per capita, valor total médio do domicílio. Esta variável foi retirada dos resultados do Universo do Censo Demográfico Brasileiro de 2010, especificamente dos Indicadores Sociais Básicos elaborados pelo IBGE.

Variável V003: Proporção de domicílios particulares permanentes com saneamento básico de tipo inadequado. Esta variável foi retirada dos resultados do Universo do Censo Demográfico brasileiro de 2010, também dos Indicadores Sociais Básicos elaborados pelo IBGE.

Variável V004: Proporção da população residente no município em domicílio de área urbana em relação à população total do município. Como as variáveis anteriores, esta foi também retirada dos resultados do Universo do Censo Demográfico brasileiro de 2010, dentro ainda dos Indicadores Sociais Básicos elaborados pelo IBGE.

Variável V005: Proporção da população residente no município em domicílio de área rural em relação à população total do município. Também foi retirada dos resultados do Universo do Censo Demográfico brasileiro de 2010, dos Indicadores Sociais Básicos elaborados pelo IBGE.

Variável V006: Setor de atividade econômica predominante no município, segundo valor adicionado bruto dos setores primário (agricultura e pecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços) ao PIB total do município. Esta variável foi formulada tendo em vista os valores adicionados pelos setores, identificando como o setor de atividade econômica predominante aquele que aporta valores maiores em relação aos demais. Isto foi feito com base na pesquisa Produto Interno Bruto dos Municípios, elaborada pelo IBGE, e disponível no banco de dados Cidades@, na página eletrônica do IBGE.

Variável V007: Incidência da pobreza. Esta variável foi retirada do Mapa da Pobreza e da Desigualdade dos municípios brasileiros, mapa este elaborado pelo IBGE. Ela é medida em termos percentuais: a população pobre do município em relação à população total do município. Trata-se de uma variável muito importante para a caracterização e o entendimento das condições sociais e econômicas gerais do município.

Variável V008: População residente total. Esta variável indica a população total do município, independente da localização do domicílio dentro do município. Esta variável é importante não apenas em termos de volume de pessoas residentes, mas sobretudo para obtermos a partir delas outras variáveis relacionais. Esta variável foi obtida a partir de análise dos resultados do Universo do Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

Variável V009: Total de emigrantes internacionais residentes no município segundo o critério data-fixa de 5 anos antes da aplicação do questionário do Universo do Censo de 2010. Logo, esta variável indica os residentes do município que, nos últimos 5 anos, deixaram o município para residir fora do Brasil. Ela foi obtida através dos Resultados do Universo – característica da população e dos domicílios. Embora ela indique apenas o volume total dos que emigraram, ela é uma variável chave para nossas pretensões teóricas, de modo que não podemos aqui nos eximir de uma reflexão sobre a qualidade mesma das informações disponíveis.

Variável V010: Total de emigrantes internacionais homens, ou seja, a fração masculina dos que emigraram para fora do país nos últimos 5 anos, tendo como referência o município de última residência no Brasil, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

Variável V011: Total de emigrantes internacionais mulheres, ou seja, a fração feminina dos que emigraram para fora do país nos últimos 5 anos, tendo como referência o município de última residência no Brasil, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

Variável V012: Total de emigrantes internacionais do município catarinense para os Estados Unidos. A variável V009 pode ser refinada segundo país de destino do migrante, de modo que, para os objetivos da dissertação, escolhemos como destino para compor a variável V12 os Estados Unidos.

Variável V013: Total de emigrantes internacionais do município catarinense para os Estados Unidos do sexo masculino, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

Variável V014: Total de emigrantes internacionais do município catarinense para os Estados Unidos do sexo feminino, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

Variável V015: Proporção dos emigrantes internacionais em relação à população residente do município de origem, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

Variável V016: Proporção dos emigrantes internacionais que parte especificamente rumo aos Estados Unidos em relação à população residente do município de origem.

As variáveis econômicas, sociais e demográficas acima foram utilizadas para caracterizar a mesorregião Sul de Santa Catarina. Este procedimento foi realizado como um passo preambular a outra caracterização: a do município de Criciúma. Ademais das justificativas teóricas e metodológicas, feitas sobretudo no Capítulo 1 desta dissertação, os dados empíricos dispostos abaixo contribuirão para o entendimento da escolha pelo município de Criciúma como objeto de nossa análise.

As Tabela 34, 35 e 36 apresentam a conjunção das variáveis descritas acima, e nos permite perceber algumas relações importantes.

Tabela 34 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de Araranguá).

MUNICÍPIO	Renda (R\$)	San. Inad (%)	Pop. Urb (%)	Pop. Rur (%)	Set. Eco.	Pob (%)	Pop. Total	Emig. Mundo	Emig. Mundo Homens	Emig. Mundo Mulheres	Emig. EUA	Emig. EUA Homens	Emig. EUA Mulheres	Emig. Mundo/Pop	Emig. EUA/Pop
Araranguá	701,00	2,50	82,40	17,60	3	27,93	61310	300	150	150	117	58	59	0,49	0,19
Baln. Arroio do Silva	664,00	0,00	98,00	2,00	3	33,89	9586	53	28	25	21	13	8	0,55	0,22
Baln. Gaivota	662,00	0,20	77,30	22,70	3	26,03	8234	53	26	27	28	12	16	0,64	0,34
Ermo	619,00	1,40	30,20	69,80	1	19,06	2050	2	2	0	1	1	0	0,10	0,05
Jacinto Machado	541,00	8,30	48,40	51,60	3	21,82	10609	13	4	9	4	2	2	0,12	0,04
Maracajá	673,00	0,60	66,50	33,50	3	25,27	6404	16	9	7	3	2	1	0,25	0,05
Meleiro	662,00	6,80	52,10	47,90	3	19,71	7000	9	5	4	5	2	3	0,13	0,07
Morro Grande	569,00	0,70	26,20	73,80	2	16,16	2890	5	2	3	0	0	0	0,17	0,00
Passo de Torres	570,00	1,90	88,60	11,40	3	33,08	6627	16	8	8	4	3	1	0,24	0,06
Praia Grande	563,00	4,20	59,10	40,90	3	24,96	7267	14	9	5	5	3	2	0,19	0,07
Santa Rosa do Sul	533,00	2,40	46,10	53,90	3	24,24	8054	18	12	6	10	9	1	0,22	0,12
São João do Sul	496,00	4,40	22,50	77,50	1	16,96	7002	11	3	8	4	1	3	0,16	0,06
Sombrio	638,00	0,90	73,80	26,20	3	26,68	26613	107	61	46	63	36	27	0,40	0,24
Timbé do Sul	601,00	7,00	34,80	65,20	1	22,27	5308	10	2	8	5	1	4	0,19	0,09
Turvo	719,00	3,20	66,80	33,20	2	18,72	11854	33	17	16	8	6	2	0,28	0,07

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 35 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de

MUNICÍPIO	Renda (R\$)	San. Inad (%)	Pop. Urb (%)	Pop. Rur (%)	Set. Eco.	Pob (%)	Pop. Total	Emig. Mundo	Emig. Mundo Homens	Emig. Mundo Mulheres	Emig. EUA	Emig. EUA Homens	Emig. EUA Mulheres	Emig. Mundo/Pop	Emig. EUA/Pop
Cocal do Sul	744,00	0,70	83,80	16,20	2	23,69	15159	315	183	132	88	59	29	2,08	0,58
Criciúma	913,00	0,10	98,60	1,40	3	25,37	192308	1984	1023	961	617	352	265	1,03	0,32
Forquilha	647,00	2,70	81,70	18,30	2	29,64	22548	97	56	41	16	10	6	0,43	0,07
Içara	642,00	3,00	91,60	8,40	3	28,21	58833	630	383	247	288	193	95	1,07	0,49
Lauro Muller	615,00	3,60	77,30	22,70	3	27,11	14367	53	29	24	11	11	0	0,37	0,08
Morro da Fumaça	685,00	2,20	86,00	14,00	2	26,70	16126	128	65	63	25	16	9	0,79	0,16
Nova Veneza	730,00	3,20	67,10	32,90	2	21,35	13309	92	48	44	12	5	7	0,69	0,09
Siderópolis	706,00	0,50	77,30	22,70	2	24,46	12998	224	108	116	27	13	14	1,72	0,21
Treviso	673,00	0,10	52,00	48,00	2	18,31	3527	63	37	26	2	1	1	1,79	0,06
Urussanga	777,00	1,70	56,40	43,60	2	16,27	20223	261	141	120	26	21	5	1,29	0,13

Criciúma). Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 36 – Variáveis Econômicas, Sociais e Demográficas da Mesorregião Sul de Santa Catarina (Microrregião de

MUNICÍPIO	Renda (R\$)	San. Inad (%)	Pop. Urb (%)	Pop. Rur (%)	Set. Eco.	Pob (%)	Pop. Total	Emig. Mundo	Emig. Mundo Homens	Emig. Mundo Mulheres	Emig. EUA	Emig. EUA Homens	Emig. EUA Mulheres	Emig. Mundo/Pop	Emig. EUA/Pop
Armazém	832,00	3,00	63,00	37,00	3	16,00	7753	16	8	8	3	1	2	0,21	0,04
Braço do Norte	615,00	3,90	80,60	19,40	3	21,75	29018	39	15	24	8	5	3	0,13	0,03
Capivari de Baixo	638,00	0,10	91,40	8,60	3	32,43	21674	118	58	60	39	19	20	0,54	0,18
Garopaba	703,00	0,50	84,50	15,50	3	32,65	18138	62	36	26	13	6	7	0,34	0,07
Grão Pará	678,00	21,20	48,50	51,50	1	17,72	6223	7	0	7	1	0	1	0,11	0,02
Gravatal	674,00	5,30	41,80	58,20	3	17,82	10635	23	4	19	5	0	5	0,22	0,05
Imaruí	479,00	14,70	34,30	65,70	1	22,50	11672	29	11	18	16	7	9	0,25	0,14
Imbituba	650,00	0,40	100,00	0,00	3	34,66	40170	164	76	88	59	26	33	0,41	0,15
Jaguaruna	643,00	1,60	76,30	23,70	3	26,79	17290	75	45	30	29	22	7	0,43	0,17
Laguna	620,00	2,00	78,90	21,10	3	31,78	51562	154	71	83	44	24	20	0,30	0,09
Orleans	718,00	8,60	75,20	24,80	3	21,08	21393	85	45	40	13	7	6	0,40	0,06
Pedras Grandes	613,00	11,40	30,70	69,30	1	11,17	4107	37	18	19	4	2	2	0,90	0,10
Rio Fortuna	1023,00	15,30	34,30	65,70	1	9,79	4446	3	1	2	2	1	1	0,07	0,04
Rio Negrinho	563,00	1,90	91,20	8,80	3	33,78	39846	21	8	13	6	2	4	0,05	0,02
Sangão	592,00	26,10	46,70	53,30	3	23,89	10400	32	19	13	15	10	5	0,31	0,14
São Ludgero	712,00	8,40	89,70	10,30	2	22,85	10993	12	3	9	2	0	2	0,11	0,02
São Martinho	657,00	8,20	38,40	61,60	1	13,33	3209	3	1	2	0	0	0	0,09	0,00
Treze de Maio	656,00	11,60	49,50	50,50	3	15,31	6876	43	24	19	13	7	6	0,63	0,19
Tubarão	893,00	0,30	90,60	9,40	3	20,31	97235	418	216	202	109	48	61	0,43	0,11

Tubarão). Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010.